

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

DANIEL STRAUSS

**IMPERIALISMO: UMA ANÁLISE DAS TRANSFORMAÇÕES DA
CATEGORIA SOB AS ÓTICAS DE ERNEST MANDEL E DE JOHN
SMITH**

Porto Alegre

2024

DANIEL STRAUSS

**IMPERIALISMO: UMA ANÁLISE DAS TRANSFORMAÇÕES DA
CATEGORIA SOB AS ÓTICAS DE ERNEST MANDEL E DE JOHN
SMITH**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Economia, área de concentração: Economia do Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Alessandro Donadio Miebach

Coorientador: Prof. Dr. Henrique Morrone

Porto Alegre

2024

CIP - Catalogação na Publicação

Strauss, Daniel

Imperialismo: uma análise das transformações da categoria sob as óticas de Ernest Mandel e de John Smith / Daniel Strauss. -- 2024.
209 f.

Orientador: Alessandro Donadio Miebach.

Coorientador: Henrique Morrone.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. Imperialismo. 2. Ernest Mandel. 3. John Smith. 4. Neoliberalismo. 5. Capitalismo tardio. I. Miebach, Alessandro Donadio, orient. II. Morrone, Henrique, coorient. III. Título.

DANIEL STRAUSS

**IMPERIALISMO: UMA ANÁLISE DAS TRANSFORMAÇÕES DA
CATEGORIA SOB AS ÓTICAS DE ERNEST MANDEL E DE JOHN
SMITH**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Economia, área de concentração: Economia do Desenvolvimento.

Aprovada em: Porto Alegre, 30 de agosto de 2024.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Dr. Alessandro Donadio Miebach – Orientador
UFRGS

Prof. Dr. Henrique Morrone – Coorientador
UFRGS

Prof. Dr. Ricardo Dathein
UFRGS

Prof. Dr. Adalmir Antônio Marquetti
PUC-RS

Prof. Dra. Marisa Silva Amaral
UFU

Os comunistas têm, além disso, sido censurado que querem abolir a pátria, a nacionalidade. Os operários não têm pátria. Não se lhes pode tirar o que não têm.

(Karl Marx e Friedrich Engels)

AGRADECIMENTOS

A realização desta Tese representa o culminar de uma jornada acadêmica e pessoal que não teria sido possível sem o apoio e a contribuição de muitas pessoas. Por isso, gostaria de expressar minha profunda gratidão a todos que, de alguma forma, fizeram parte dessa trajetória.

Primeiramente agradeço e dedico esse trabalho aos meus pais, Andrea Ribeiro Strauss e José Augusto Paranaguá Strauss, pelo amor incondicional, pelo apoio constante e por acreditarem em mim em todos os momentos. Sem vocês, nada disso seria possível.

Agradeço à minha companheira Juliana Guth Pinto, por estar ao meu lado durante todo esse tempo com dedicação e amor. Aos meus familiares mais próximos, pelo incentivo e compreensão durante os momentos de ausência e dedicação aos estudos. Aos meus grandes amigos da época de mestrado e doutorado na UFRGS.

Agradeço aos meus orientadores, Prof. Alessandro Donadio Miebach e Prof. Henrique Morrone, pelo valioso conhecimento compartilhado, pela paciência e pelas orientações precisas e fundamentais para a concretização deste trabalho. Aos professores do curso de Pós-Graduação em Economia e à toda a comunidade acadêmica da UFRGS, por transmitirem seus conhecimentos e contribuírem para minha formação.

Por fim, agradeço a todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para a realização desta Tese e para a conclusão desta etapa tão importante da minha vida. E a todos os trabalhadores e trabalhadoras brasileiras a quem as universidades públicas e a ciência devem estar a serviço. Muito obrigado!

RESUMO

Em seus trabalhos mais importantes desenvolvidos ao longo do século XIX, Karl Marx procurou compreender os fenômenos da sociedade capitalista industrial, ainda em seu primeiro estágio. Marx descobre, a partir de suas categorias mais fundamentais, a lei do valor e como essa sociedade tem a necessidade ininterrupta de acumular para reproduzir-se. No final do século XIX e começo do XX uma gama de teóricos buscaram compreender as metamorfoses históricas pelas quais o capitalismo estava passando que o transformavam qualitativamente. As teorias do imperialismo eram o esforço de assimilar essas transformações a partir das próprias necessidades de expansão do capital, para sua reprodução ampliada, dos processos de concentração e centralização do capital que formavam monopólios centrados no setor financeiro, e das relações de exploração que emergiam com a partilha do mundo entre as nações imperialistas. Depois das Guerras Mundiais, as relações do imperialismo se modificaram – o mundo já estava partilhado e a hegemonia dos Estados Unidos consolidada. Nesse período, o economista Ernest Mandel desenvolve sua teoria de Capitalismo Tardio, uma fase de um imperialismo que havia passado da maturidade e atingia seu estágio senil. O professor John Smith, por sua vez, utiliza de uma base teórica do imperialismo semelhante, mas procura embasar suas hipóteses em uma interpretação mais recente do estágio atual do capitalismo: o neoliberalismo. Este trabalho objetiva investigar nas obras de Mandel e Smith os pontos coincidentes, complementares e as descontinuidades na interpretação dos autores sobre a categoria do imperialismo. Os resultados demonstram que, em primeiro lugar, Mandel e Smith procuram demonstrar que a categoria de imperialismo não está superada, não é apenas um fenômeno histórico distante, mas permeia as relações sociais na medida em que os países imperialistas dependem da apropriação da mais valia produzida nas economias dominadas para a própria reprodução social do capitalismo global. Apesar disso, os autores apresentam enfoque distinto especialmente na forma como essa transferência de valor se processa: Mandel não rejeita a superexploração do trabalho, mas aponta que a dinâmica do imperialismo desde o pós-guerra estava mais vinculada às trocas desiguais pelo diferencial tecnológico produtivo. Smith elabora a análise da exploração dos baixos salários pela Arbitragem Global do Trabalho e da terceirização produtiva global, hipóteses similares àquelas apresentadas pela Teoria Marxista da Dependência na superexploração do trabalho.

Palavras-chave: Imperialismo. Ernest Mandel. John Smith. Neoliberalismo. Capitalismo Tardio.

ABSTRACT

In his most important works developed throughout the 19th century, Karl Marx sought to understand the phenomena of industrial capitalist society, still in its first, neonatal stage. Marx discovers, from its most fundamental categories, the law of value and how this society has the uninterrupted need to accumulate in order to reproduce itself. At the end of the 19th century and beginning of the 20th, a range of theorists sought to understand the historical metamorphoses that capitalism was going through, which were transforming it qualitatively. The theories of imperialism were the effort to assimilate these transformations from the very needs of capital expansion, for its expanded reproduction, from the processes of concentration and centralization of capital that formed monopolies centered in the financial sector, and from the relations of exploitation that emerged with the sharing of the world among imperialist nations. After the World Wars, the relations of imperialism changed – the world was already shared and the hegemony of the United States was consolidated. In the meantime, economist Ernest Mandel develops his theory of Late Capitalism, a phase of imperialism that had passed its maturity and reached its senile stage. Professor John Smith, in turn, uses a similar theoretical basis of imperialism, but seeks to base his hypotheses on a more recent interpretation of the current stage of capitalism: neoliberalism. This work aims to investigate the coinciding, complementary points and discontinuities in the interpretation of the category of imperialism elaborated by both authors. The results demonstrate that, firstly, Mandel and Smith seek to demonstrate that the category of imperialism has not been overcome, it is not just a distant historical phenomenon, but permeates social relations to the extent that imperialist countries depend on the appropriation of the surplus value produced in dominated economies for the social reproduction of global capitalism itself. Despite this, the authors present a different focus, especially on the way in which this transfer of value takes place: Mandel does not reject the super-exploitation of labor, but points out that the dynamics of imperialism since the post-war period were more linked to unequal exchanges due to the productive technological differential. Smith elaborates the analysis of the exploitation of low wages by the Global Labor Arbitrage and global productive outsourcing, hypotheses similar to those presented by the Marxist Theory of Dependence on super-exploitation of work.

Keywords: Imperialism. Ernest Mandel. John Smith. Neoliberalism. Late Capitalism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Circuito do capital com lucro fundador	39
Tabela 1 - Salários por Hora, Trabalhadores da Produção Têxtil, 2008.....	175
Quadro 1 - Análise Comparativa das categorias de Ernest Mandel e John Smith.....	191

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 AS ORIGENS DO IMPERIALISMO: OS DEBATES DO SÉCULO XX.....	14
2.1 A ASSIM CHAMADA ACUMULAÇÃO PRIMITIVA, O COLONIALISMO E AS ORIGENS DO IMPERIALISMO	15
2.1.1 Hobson e as descobertas do Imperialismo.....	19
2.2 ROSA LUXEMBURGO E O PROBLEMA DA REPRODUÇÃO AMPLIADA DO CAPITAL	24
2.3 HILFERDING E LENIN: ENFOQUE NA FORMAÇÃO DE MONOPÓLIOS	35
2.4 O IMPERIALISMO DE LENIN: DIVERGÊNCIAS COM OUTROS TEÓRICOS E NOVAS CONTRIBUIÇÕES	52
3 O IMPERIALISMO NO PÓS-GUERRA	55
3.1 SWEEZY E OS ECONOMISTAS DA <i>MONTHLY REVIEW</i> : O FOCO NO MONOPÓLIO E NO EXCEDENTE PRODUTIVO	57
3.2 MANDEL E O CAPITALISMO TARDIO.....	70
3.2.1 Ciclos longos do capital	72
3.2.2 Ondas longas de Mandel.....	74
3.2.3 A fase do Capitalismo Tardio	79
4 JOHN SMITH E O IMPERIALISMO NA ETAPA NEOLIBERAL.....	96
4.1 JOHN SMITH E AS CARACTERÍSTICAS GERAIS DA ETAPA NEOLIBERAL DO CAPITALISMO	100
4.1.1 O Estágio Neoliberal e a transformação do papel do Estado	102
4.1.2 Globalização e financeirização do capital	112
4.1.3 Tecnologia e ideologia do trabalhador-empresa na ofensiva contra o trabalhador	128
4.2 O IMPERIALISMO E O NEOLIBERALISMO: VISÕES MARXISTAS.....	136
4.3 DAS TRANSFORMAÇÕES DO IMPERIALISMO AO NEOLIBERALISMO ..	142

5 ERNEST MANDEL E JOHN SMITH E NA QUESTÃO APROPRIAÇÃO INTERNACIONAL DO VALOR	148
5.1 APROPRIAÇÃO DO VALOR E TRABALHO PRODUTIVO	148
5.2 TRANSFERÊNCIA DE VALOR INTERNACIONAIS E PAÍSES DOMINADOS	156
5.3 ERNEST MANDEL E JOHN SMITH E A TRANSFERÊNCIA DE VALOR.....	164
5.3.1 Análise comparativa entre Smith e Mandel	191
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	198
REFERÊNCIAS	203

1 INTRODUÇÃO

O modo de produção capitalista foi analisado por Marx em seus aspectos gerais, a partir da extração de seus determinantes mais fundamentais – com origem na investigação da mercadoria. As teorias marxistas posteriores tomam nas análises da teoria do valor de Marx, o ponto de partida para construção da totalidade concreta. Entretanto, não há um conjunto de regularidades ou leis abstratas em Marx que poderiam explicar ou prever todos os percalços do capitalismo posterior ao seu período. Os marxistas reconhecem que é preciso compreender os fenômenos específicos, as novas categorias, que emergem a partir das próprias relações de produção do capitalismo com os movimentos históricos e sociais de determinado período. Os caminhos históricos do capitalismo apresentaram uma série de modificações em suas características, que o diferencia, qualitativamente, daquele observado por Marx ao longo do século XIX.

No final do século XIX e início do século XX, emergiram teorias marxistas para explicar os eventos do imperialismo como uma nova categoria que modificava a essência das relações de produção. A chave desse processo parecia encontrar-se nos processos de concentração e centralização do capital, observados por Marx desde o século XIX, mas que agora formavam monopólios e oligarquias financeiras que influenciaram o próprio modo de produção e suas leis de acumulação. Esse capital, em concorrência voraz, precisava expandir-se para outros mercados internacionais para manter e acelerar o ritmo de acumulação.

Após a Segunda Guerra, as concepções sobre o imperialismo foram modificadas e atualizadas. Os marxistas que ainda defendiam que o imperialismo era um fenômeno que modificava a estrutura de acumulação do capital, destacaram três pontos relevantes: o capital monopolista, a exploração de países dominados por países dominantes e a formação e o crescimento do capital financeiro (e das oligarquias financeiras).

Para analisar a fase do imperialismo após a Segunda Guerra, um dos principais autores marxistas foi Ernest Mandel (1923-1995): economista e político belga, conhecido por suas ideias sobre as ondas longas do capitalismo e pela elaboração da categoria do capitalismo tardio, fase contemporânea do capitalismo após o imperialismo

clássico. Mandel também foi um célebre militante trotskista, sua atividade política levou-o desde jovem à direção do Comitê Central da Quarta Internacional, organização comunista internacional fundada por León Trotsky em 1938.

Nos debates de Mandel com Baran e Sweezy, algumas categorias exteriorizaram preocupação com movimentos institucionais, ou na superestrutura, que emergiram do poder internacional dos monopólios formados. Mandel mantinha a cautela para que essas novas categorias não rompessem com a essência das leis gerais do movimento do capital e do imperialismo de Marx e Lenin. A qualificação de Mandel era que a nova etapa do capitalismo era um período de senilidade, no qual a sociedade capitalista entrava em decadência e convivía, contraditoriamente, com os embrionários germes da nova sociedade – isto é, era a fase do capitalismo tardio.

A partir das décadas de 1970 e 1980 uma nova etapa do capitalismo inicia-se em resposta às contradições e crises da década de 1970, com inspiração em ideias liberais da escola austríaca e de Chicago, nomeada de neoliberalismo. Essa etapa é caracterizada, através de suas políticas, práticas e instituições, em quatro pontos fundamentais: 1) as transformações no papel do Estado com a limitação dos déficits em gastos sociais; 2) a ofensiva contra a classe trabalhadora – com redução de salários e aumentos expressivos na desigualdade social; 3) a financeirização da economia, com redução nas regulações financeiras, aumento expressivo da dominação do setor financeiro sobre o restante da economia; 4) a globalização, com a internacionalização do capital, formação de multinacionais e de capital que busca diversas formas de autovalorização maior em outros países.

A categoria do neoliberalismo é amplamente utilizada na obra de John Smith para explicar a etapa atual do imperialismo e como essas transformações impactaram na exploração entre países. Smith é professor aposentado da *Kingston University* (RU), vencedor do primeiro prêmio *Paul A. Baran–Paul M. Sweezy Memorial Award*. Apresentou em seu livro, *Imperialism in the twenty-first century: globalization, super-exploitation, and capitalism's final crisis*, publicado em 2016, forte defesa de que a categoria imperialismo continua atual na descrição da dinâmica capitalista. Sua obra contesta correntes marxistas que abandonaram o imperialismo e que não observam a exploração e a transferência de valor para além das fronteiras nacionais como determinante para explicar a acumulação das nações imperialistas. Para Smith, as nações imperialistas (ou do Norte Global) se apropriam de valor produzido nos países

dominados (Sul Global) através da superexploração e da Arbitragem Global do Trabalho. Em outras palavras, o capital do Norte, através de multinacionais, da terceirização e dos investimentos estrangeiros diretos, procura a mão de obra barata dos países do Sul para assegurar o próprio processo de acumulação acelerado; e isso é fundamental para a reprodução do capitalismo atual.

Esse trabalho objetiva investigar os pontos de aproximação e as discontinuidades nas obras de Ernest Mandel e John Smith no que diz respeito às suas análises sobre a dinâmica do imperialismo atual. Para isso, estruturou-se o trabalho da seguinte forma: no segundo capítulo será feita uma discussão sobre a origem da categoria do imperialismo, em seus principais pensadores marxistas sobre o tema, que deram base para as interpretações de Mandel e Smith – especialmente Lenin.

No terceiro capítulo serão trazidos elementos das transformações sofridas pelo imperialismo clássico, do final do século XIX e início do XX, para um período transitório que consolida os Estados Unidos no centro da dinâmica capitalista global, no pós-guerra. Para esse debate, focamos nas discussões entre Mandel e os economistas da *Monthly Review*, especialmente Baran e Sweezy; o que elucida as concepções de Mandel sobre o imperialismo do pós-guerra que culmina na fase do capitalismo tardio.

No capítulo quarto, ingressaremos nas interpretações de John Smith para o capitalismo em seu estágio pós década de 1970: o neoliberalismo. Para isso, será feita a análise da categoria do neoliberalismo e as principais transformações do capitalismo nesse período: a financeirização, a globalização, as transformações no papel do Estado, e como a exploração do trabalhador se intensifica nesse período de ofensiva do capital contra o trabalhador.

No quinto capítulo, apresentamos a relação base entre Mandel e Smith: as formas de transferência de valor dos países dominados em direção aos imperialistas. Essa relação representa aquilo que aproxima os autores na interpretação atual da categoria do imperialismo, isto é, existe uma relação desigual, na qual os países dominados perdem valor para os imperialistas. E ao mesmo tempo aquilo que divide os autores: a forma dessa relação para Smith, que é através da Arbitragem Global do Trabalho, da superexploração e da transferência da base produtiva dos países imperialistas em direção aos baixos salários do Sul Global; enquanto para Mandel essa relação existe, mas deixou de ser determinante e o que descreve o imperialismo atual

são as trocas desiguais entre nações imperialistas, com monopólio da tecnologia e que trocam mais trabalho por menos trabalho, com os países dominados.

2 AS ORIGENS DO IMPERIALISMO: OS DEBATES DO SÉCULO XX

As discussões sobre as transformações do capitalismo do final do século XIX e início do século XX apontavam para o fim do capitalismo de livre concorrência e início de processos de expansão do capital para além das fronteiras nacionais de forma mais intensa e coercitiva. Os primeiros autores destacados a discutir o tema são John A. Hobson com a obra *Imperialism: a study* (1902); Rudolf Hilferding com *O Capital Financeiro* (1909), Rosa Luxemburgo com *A Acumulação de Capital* (1913). Além desses, os marxistas russos também se sobressaíram nos debates sobre o imperialismo, com maior destaque para Lenin com *Imperialismo, etapa superior do capitalismo* (1917).

É notável que esses autores não estão separados cronologicamente em períodos distintos, suas obras não refletem posições que se atualizaram no tempo, mas ideias que convergiam em certos sentidos e divergiam em outros aspectos. Essas discussões estavam inseridas nas disputas políticas da Internacional Socialista (a Segunda Internacional) que vinha em cisão nas prévias da Primeira Guerra, por divisões a respeito do nacionalismo operário. Portanto, as disputas entre as potências imperialistas nascentes e as novas potências que emergiam estavam na pauta dos movimentos socialistas.

As discussões circundam o período da formação dos blocos econômicos europeus que disputavam o poder do capital mundial, e por vezes ficam de fora das análises dos autores imperialistas as relações de produção e o impacto nos países explorados e das colônias. Entre as características em que os autores marxistas do imperialismo¹ convergiram podemos enumerar: 1) a anarquia do mercado capitalista como motor da competição que engendra expansão do capital; 2) o problema de realização e da reprodução do capitalismo – expansão para exploração de acumulações primitivas; 3) concentração e centralização do capital e formação de grandes monopólios; 4) formação do capital financeiro da união entre o capital bancário e o capital industrial²; 5) o Imperialismo era uma etapa interna do capitalismo, que

¹ John Hobson não segue uma linha marxista.

² Para Lenin esse ponto é fundamental: modifica a forma de pensar a acumulação de capital individual para as formações de oligarquias financeiras.

substituía o capitalismo anterior, de livre concorrência. Lenin (2011) caracteriza essa como a última etapa (ou fase) do capitalismo.

Nesse capítulo, objetiva-se traçar a construção teórica inicial dos debates do imperialismo, que emergiram no final do século XIX e início do século XX. Essas bases estruturam os debates posteriores do imperialismo tanto nas argumentações de Ernest Mandel quanto nas elaborações de John Smith, ambos defendem o legado marxista do imperialismo, especialmente encontrado em Lenin. A primeira seção traz as bases em Marx que refletem a exploração colonialista e a formação do capital, seguida pela discussão de Hobson, o primeiro autor a trabalhar a categoria imperialismo. Na seção seguinte, aponta-se as bases “luxemburguistas” que argumentam os motivos da necessidade de expansão do capital para manter sua reprodução ampliada. Por fim, aborda-se Hilferding, com a formação dos monopólios, concentração e capital financeiro (aliança monopolística do capital bancário com o capital industrial), e Lenin, que se apropria dessas conclusões de Hilferding sobre monopólios e explora como esse capital se expande para partilhar o mundo em áreas de influência, como esse capital monopolista convive contraditoriamente com o livre mercado e tende a acirrar disputas dos blocos econômicos mundiais – com consequências de aumento na exploração em países dominados.

2.1 A ASSIM CHAMADA ACUMULAÇÃO PRIMITIVA, O COLONIALISMO E AS ORIGENS DO IMPERIALISMO

A acumulação de capital, aponta Marx (2014), se reproduz a partir do ciclo $D - M...P...M' - D^3$, isto é, o capitalista transforma seu dinheiro em capital ao inseri-lo no processo produtivo com a compra de mercadorias (matérias-primas, maquinaria e força de trabalho) e, a partir da produção, metamorfoseia em outra mercadoria, dotada de um novo valor de uso e de uma mais valia, acrescida pela exploração da força de trabalho. Esse mais valia, apesar de já produzida, somente será realizada com a venda da

³ Marx traz as metamorfoses que o capital passa em seu circuito: enquanto dinheiro (D); enquanto mercadoria (M) – composta por meios de produção e força de trabalho; o processo de produção (P); a transformação em uma nova mercadoria dotada de uma mais valia acrescida (M'); e finalmente sua metamorfose novamente em dinheiro, mas acrescido dessa mais valia (D').

mercadoria. Para reproduzir esse processo, portanto, o capitalista deve converter novamente o dinheiro na forma de capital ao início do processo e assim sucessivamente.

Para acumular o capitalista precisa da mais valia e essa precisa da produção. Marx (2012 P. 959) aponta: “Porém, a acumulação do capital pressupõe o mais-valor, o mais-valor, a produção capitalista, e esta, por sua vez, a existência de massas relativamente grandes de capital e de força de trabalho nas mãos de produtores de mercadorias.” E conclui:

Todo esse movimento parece, portanto, girar num círculo vicioso, do qual só podemos escapar supondo uma acumulação “primitiva” (“*previous accumulation*”, em Adam Smith), prévia à acumulação capitalista, uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas seu ponto de partida (Marx, 2012 p. 959).

O processo de reprodução do capital, portanto, apresenta um ciclo contínuo. Mas de onde emerge essa acumulação? Qual é o seu ponto de partida? Para discorrer sobre o tema, Marx (2012), em um dos capítulos mais importantes d’*O Capital*, atenta para o que os economistas burgueses chamavam de acumulação primitiva (ou prévia): uma forma anterior de acumulação do capital que inicia o ciclo de reprodução. Na acumulação primitiva, defendiam os teóricos burgueses, os capitalistas acumularam riqueza prévia para iniciar o processo de reprodução do capital através de sua parcimônia e inteligência. Enquanto os trabalhadores eram preguiçosos e preocupados com consumo imediato. E diante desse pecado original, estão condenados a vender seus corpos, nesse caso a sua força de trabalho.

Para que o capitalista transforme o dinheiro em capital e a posterior reprodução do modo de produção, algumas condições precisam ser cumpridas. A formação de uma força de trabalho que se submeta e dependa das próprias relações internas do modo de produção é uma delas. Em outras palavras, o capitalismo precisou separar os trabalhadores dos meios de produção e de quaisquer meios de subsistência e torna-los duplamente livres – livres de qualquer outra relação de exploração do trabalho, como a escravidão ou a servidão, e livres de qualquer outra forma de subsistência para que não detenham nada além de sua força de trabalho para vender no mercado.

Trabalhadores livres no duplo sentido de que nem integram diretamente os meios de produção, como os escravos, servos etc., nem lhes pertencem os

meios de produção, como no caso, por exemplo, do camponês que trabalha por sua própria conta etc., mas estão, antes, livres e desvinculados desses meios de produção (Marx, 2012 p. 961).

Quando essas condições básicas são estabelecidas, a produção capitalista conserva e aprofunda essa divisão que separa o trabalhador do seu meio de produção, transforma em capital todos os meios de produção e subsistência e converte produtores diretos em trabalhadores assalariados. Na acumulação primitiva de Marx (2012), a sociedade capitalista emerge da dissolução da estrutura econômica feudal, não por meio de um indivíduo inteligente ou parcimonioso, mas através da violenta separação de uma massa de trabalhadores de outros meios de subsistência e sua transformação em assalariados, que precisam vender sua força de trabalho.

Com isso, o movimento histórico que transforma os produtores em trabalhadores assalariados aparece, por um lado, como a libertação desses trabalhadores da servidão e da coação corporativa, e esse é único aspecto que existe para nossos historiadores burgueses. Por outro lado, no entanto, esses recém-libertados só se convertem em vendedores de si mesmos depois de lhes terem sido roubados todos os seus meios de produção, assim como todas as garantias de sua existência que as velhas instituições feudais lhes ofereciam. E a história dessa expropriação está gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo (Marx, 2012 p. 962).

Esse processo teve início na Inglaterra e se desenvolveu a partir do final do século XV e início do século XVI, quando a massa de proletários livres foi lançada ao mercado, liberados dos antigos trabalhos servis do campo, com a expropriação de suas terras. As antigas formas de propriedades do feudalismo: a propriedade feudal, a propriedade comunal, e até bens da igreja e do Estado foram transformados em propriedade privada. Assim, para Marx a acumulação primitiva deveria se chamar expropriação primitiva⁴:

A investigação desse problema seria uma investigação do que os economistas chamam “acumulação – previa ou originária”, mas que deveria chamar-se expropriação originária. E veremos que essa chamada acumulação originária não é senão uma série de processos históricos que resultaram na decomposição da unidade originária existente entre o homem trabalhador e seus instrumentos de trabalho (Marx, 1982 p. 160).

⁴ Doravante, manteremos o nome de acumulação primitiva, uma vez que é a nomenclatura mais utilizada para trabalhar essas relações produtivas.

Para os países coloniais, o capitalismo também precisou usar a violência para expropriar qualquer relação pré-capitalista de produção. Marx (2012) observou que, na Europa, a acumulação primitiva já havia consumado o regime capitalista, isto é, havia submetido toda a produção nacional ao modo de produção capitalista e, mesmo nos setores em que esse ainda não havia se desenvolvido completamente, subsistiam e subordinavam-se formas decadentes de produção com a capitalista. Por outro lado, nas colônias esse processo de desenvolvimento do capitalismo não estava consumado e havia a necessidade de remover obstáculos ao seu predomínio.

Como nas colônias ainda não existe a separação entre o trabalhador e suas condições de trabalho, entre ele e sua raiz, a terra, ou existe apenas esporadicamente ou dotada de um campo de ação muito restrito, e como também não existe a cisão entre a agricultura e a indústria, nem a destruição da indústria doméstica rural, pergunta-se: de onde, então, haveria de surgir o mercado interno para o capital? (Marx 2012 p. 1015).

Com auxílio do Estado das metrópoles, o capitalista procurou eliminar à força os antigos modos de produção. À época de Marx, as colônias do capitalismo ainda apresentavam tipicamente outros modos de produção pré-capitalistas, organizados de formas diversas. Era preciso justificar no processo de colonização como a inserção da organização capitalista para a produção revestia-se de interesse nacional. Apenas dinheiro, máquinas, matérias-primas, são insuficientes para o capitalista a menos que se separe o trabalhador de sua subsistência e o force a vender sua força de trabalho.

Portanto, enquanto o trabalhador pode acumular para si mesmo – o que ele pode fazer na medida em que permanece como proprietário de seus meios de produção –, a acumulação capitalista e o modo capitalista de produção são impossíveis. Falta a classe dos trabalhadores assalariados, imprescindíveis para esse fim. Como, então, produziu-se na velha Europa a expropriação do trabalhador, a subtração de suas condições de trabalho e, por conseguinte, o capital e o trabalho assalariado? Resposta: por meio de um *contrat social* [contrato social] de tipo totalmente original (Marx, 2012 p. 1018).

Além de descrever as necessidades de expropriação dos meios de subsistência dos trabalhadores, tanto nas metrópoles quanto nas colônias, para explicar a acumulação primitiva e as exigências posteriores para a reprodução do capital; Marx nos deixa algumas pistas da necessidade do capital na exploração desses países. Quando aborda as contra tendências da lei de queda da taxa de lucros, Marx (2017) elenca seis

movimentos que auxiliam os aumentos de lucro: 1) aumento do grau de exploração do trabalho; 2) compressão do salário abaixo do valor; 3) barateamento dos elementos do capital constante; 4) superpopulação relativa; 5) comércio exterior; 6) aumento do capital acionário.

Se observamos esses movimentos em direção as relações coloniais, podemos compreender como a utilização da exploração colonial serviu aos interesses de lucro das metrópoles europeias. A utilização da mão de obra colonial permitia o trabalho intensificado e o pagamento abaixo do valor, além de baratear elementos do capital constante europeu, em suas matérias-primas.

2.1.1 Hobson e as descobertas do Imperialismo

Nos estudos sobre o Imperialismo, John A. Hobson é destacado como o primeiro autor a trabalhar sobre o tema em 1902. Em sua obra, Hobson (2005) inicia um processo de quantificação do imperialismo com apontamento de dados sobre os aumentos notáveis das políticas colonialistas britânicas e da expansão do império. Os argumentos favoráveis às políticas imperialistas eram embasados numa suposta superpopulação no Reino Unido que levava parcelas da sociedade a emigrar e ocupar lugares com raças inferiores em nome da coroa britânica.

Esses emigrantes eram incentivados pelo comércio britânico. Quando os produtos e o capital britânicos se assentam em terras estrangeiras criavam necessidades de engenheiros, comerciantes, supervisores, mecânicos e etc., originários do Reino Unido. Os emigrantes, por sua vez, exigiam do Estado britânico os direitos naturais do Reino Unido e a proteção de todo tipo de propriedade britânica, em seus investimentos – o que, por seu turno, legitimava as intervenções internacionais do Estado britânico.

Hobson (2005), entretanto, demonstra que a superlotação populacional britânica não era superior a outros locais nesse período, como a da própria China. O que justificaria o imperialismo então? Um grupo específico de interesses. Destaca-se que os altos gastos com mobilizações imperialistas, de guerra, de intervenção, de proteções territoriais; não se justificava nos interesses do povo britânico, mas de alguns setores da sociedade.

Embora o novo imperialismo tenha sido um mau negócio para a nação, foi um bom negócio para certas classes e certos ofícios dentro da nação. As vastas despesas com armamentos, as guerras caras, os graves riscos e constrangimentos da política externa, as restrições às reformas políticas e sociais na Grã-Bretanha, embora repletas de grandes danos à nação, serviram bem aos interesses comerciais atuais de certas indústrias e profissões (Hobson, 2005, p. 46, tradução própria⁵).

Fernandes (1991) aponta que essa emigração do Reino Unido poderia formar um “colonialismo positivo”, desde que se limitasse a ocupações de áreas vazias ou pouco povoadas, locais para onde os imigrantes levam consigo os direitos da pátria-mãe e montam um governo em conformidade com a metrópole e suas instituições; casos somente observados no Canadá e na Austrália. Nesses casos, não haveria o imperialismo em si.

Hobson (2005) criticava os altos gastos militares para manter outras zonas coloniais e apontava que o imperialismo não servia aos interesses britânicos. O centro de sua crítica não era a análise dos problemas gerados nas colônias, mas a que interesses serviam as incursões imperialistas na própria metrópole. Verifica-se, na identificação dos estratos beneficiados, que os capitalistas industriais colocavam o capital fora do território britânico e percebem aumentos dos seus retornos desses investimentos.

Quaisquer que sejam os números que tomemos, dois fatos são evidentes. Primeiro, que a renda obtida como juros sobre investimentos estrangeiros excede enormemente a renda obtida como lucros sobre o comércio normal de exportação e importação. Em segundo lugar, enquanto nosso comércio exterior e colonial, e presumivelmente a renda dele, estava crescendo, mas lentamente, a parcela de nossos valores de importação que representava a renda de investimentos estrangeiros estava crescendo muito rapidamente. (Hobson, 2005, p. 53, tradução própria⁶).

⁵ No original: Although the new Imperialism has been bad business for the nation, it has been good business for certain classes and certain trades within the nation. The vast expenditure on armaments, the costly wars, the grave risks and embarrassments of foreign policy, the checks upon political and social reforms within Great Britain, though fraught with great injury to the nation, have served well the present businessinterests of certain industries and professions.

⁶ No original: It is not too much to say that the modern foreign policy of Great Britain has been primarily a struggle for profitable markets of investment. To a larger extent every year Great Britain has been becoming a nation living upon tribute from abroad, and the classes who enjoy this tribute have had an ever-increasing incentive to employ the publicpolicy, the public purse, and the public force to extend the field of their private investments, and to safeguard and improve their existing investments. This is, perhaps, the most important fact in modern politics, and the obscurity in which it is wrapped has constituted the gravest danger to our State.

Os Industriais e os comerciantes ganhavam pouco com comércio externo, mas os investidores ganham muito. Hobson (2005) também identificou na concentração e centralização do capital industrial uma das vias de exportação desses capitais. A formação de trustes ou cartéis, na livre concorrência, emerge diante da superprodução da manufatura. As usinas mais produtivas reduzem os preços até que as concorrentes mais fracas sejam forçadas a fechar. Em seguida, aumentam-se os preços ou reduzem-se os custos pela subutilização da capacidade – as grandes fábricas utilizam apenas a maquinaria mais produtiva – o que causa uma redução no consumo. Quando um capital se concentra nesses países imperialistas em determinada indústria, a tendência é que os capitalistas procurem outras indústrias que também concentram capital: a forma de equacionar esse problema é forçar a entrada desses capitais em outros países.

Não é demais dizer que a política externa moderna da Grã-Bretanha tem sido principalmente uma luta por mercados lucrativos de investimento. A cada ano, a Grã-Bretanha vem se tornando cada vez mais uma nação que vive de tributos vindos do exterior, e as classes que usufruem desse tributo têm tido um incentivo cada vez maior para empregar a política pública, o erário público e a força pública para estender o domínio dos seus investimentos privados e salvaguardar e melhorar os seus investimentos existentes. Este é, talvez, o fato mais importante da política moderna, e a obscuridade em que está envolto constituiu o mais grave perigo para o nosso Estado (Hobson, 2005, pp. 53-54, tradução própria⁷).

Hobson (2005) também introduz um pequeno papel ao capital financeiro na questão, quando aponta que sobre esses investimentos externos, já lucrativos, atua ainda a especulação dos financistas e seu controle sobre o Estado. Ao exemplificar como o imperialismo não se reproduz sem os interesses desses setores dos capitalistas, Hobson expõe o caso da formação capitalista dos Estados Unidos:

[Nos EUA não foram a missão de civilização ou o destino manifesto que puseram o país na rota do imperialismo] Mas os Srs. Rockefeller, Pierpont Morgan e seus associados que precisavam do imperialismo e que o colocaram sobre os ombros da grande República do Ocidente. Eles precisavam do imperialismo porque desejavam usar os recursos públicos de

⁷ No original: It is not too much to say that the modern foreign policy of Great Britain has been primarily a struggle for profitable markets of investment. To a larger extent every year Great Britain has been becoming a nation living upon tribute from abroad, and the classes who enjoy this tribute have had an ever-increasing incentive to employ the public policy, the public purse, and the public force to extend the field of their private investments, and to safeguard and improve their existing investments. This is, perhaps, the most important fact in modern politics, and the obscurity in which it is wrapped has constituted the gravest danger to our State.

seu país para encontrar emprego lucrativo para seu capital que de outra forma seria supérfluo (Hobson, 2005 pp. 77-78, tradução própria⁸).

Na concentração do capital industrial, o poder de consumo não é capaz de absorver todo o potencial da produção. Em outras palavras, há um princípio de teoria subconsumista na argumentação de Hobson. Hunt (2016) define a teoria de Hobson sobre o imperialismo da seguinte forma:

O imperialismo, segundo Hobson, era uma luta pela dominação política e econômica de áreas do mundo ocupadas por “raças inferiores”. Sua “raiz econômica” foi a necessidade de os países capitalistas avançados encontrarem mercados para bens e capital produzidos internamente, mas para os quais havia demanda interna inadequada. Evocando tradições de nacionalismo e militarismo, poderia “apelar ao desejo de aquisição quantitativa e de dominação forçada sobrevivendo em uma nação desde os primeiros séculos de luta animal pela existência” (Hobson 1938, p. 368). (Hunt, 2016, p. 183, tradução própria⁹).

Segundo Hunt (2016), Hobson defendia que a causa da deficiência da demanda doméstica era a distribuição desigual de renda. Enquanto Socialista Fabiano, Hobson defendia que essas tendências imperialistas inglesas não deveriam ser supridas com a exploração colonial, mas deveriam ser revertidas com reformas radicais para uma distribuição de renda mais equitativa:

É essa condição econômica dos negócios que forma a raiz do imperialismo. Se o público consumidor desse país elevasse seu padrão de consumo para acompanhar cada ascensão das forças produtivas, não haveria excesso de bens ou capital clamando por usar o imperialismo para encontrar mercados: de fato existiria o comércio exterior, mas haveria não haveria dificuldade em trocar um pequeno excedente de nossas manufaturas pelos alimentos e matérias-primas que absorvíamos anualmente, e todas as economias que fizemos poderiam encontrar emprego, se assim o quiséssemos, nas indústrias domésticas. (Hobson, 2005 p.81, tradução própria¹⁰).

⁸ No original: It was Messrs. Rockefeller, Pierpont Morgan, and their associates who needed Imperialism and who fastened it upon the shoulders of the great Republic of the West. They needed Imperialism because they desired to use the public resources of their country to find profitable employment for their capital which otherwise would be superfluous.

⁹ No original: Imperialism, according to Hobson, was a struggle for political and economic domination of areas of the world occupied by “lower races.” Its “economic taproot” was the necessity for advanced capitalist countries to find markets for goods and capital produced domestically but for which there was inadequate domestic demand. Evoking traditions of nationalism and militarism, it could “appeal to the lust of quantitative acquisitiveness and of forceful domination surviving in a nation from early centuries of animal struggle for existence” (Hobson 1938, p. 368).

¹⁰ No original: It is this economic condition of affairs that forms the taproot of Imperialism. If the consuming public in this country raised its standard of consumption to keep pace with every rise of

Hobson (2005) conclui, contra o imperialismo, que não havia justificativa nos interesses do povo, especialmente britânico, de abrir novos mercados estrangeiros, uma vez que com a distribuição de renda, era possível crescer internamente.

Não há necessidade de abrir novos mercados estrangeiros; os mercados internos são capazes de expansão indefinida. Tudo o que é produzido na Inglaterra pode ser consumido na Inglaterra, desde que a “renda” ou poder de demandar mercadorias seja devidamente distribuída. Isso só parece falso por causa da especialização antinatural e doentia a que este país foi submetido, baseado em uma má distribuição de recursos econômicos, que induziu um crescimento excessivo de certos comércios manufatureiros com o propósito expresso de efetuar vendas externas. Se a revolução industrial tivesse ocorrido em uma Inglaterra fundada no acesso igual de todas as classes à terra, educação e legislação, a especialização em manufaturas não teria ido tão longe (embora houvesse um progresso mais inteligente, em razão de uma ampliação da área de seleção de talentos inventivos e organizadores); o comércio exterior teria sido menos importante, embora mais estável; o padrão de vida para todas as parcelas da população teria sido alto, e a atual taxa de consumo nacional provavelmente teria dado emprego pleno, constante e remunerado a uma quantidade muito maior de capital privado e público do que é agora empregado. (Hobson, 2005, pp. 88-89, tradução própria¹¹).

Hobson (2005) apresenta uma teoria introdutória sobre o imperialismo, ainda que com conexões teóricas incipientes, que poderiam ser desenvolvidas somente a partir de uma leitura marxista mais robusta. Apesar disso, sua interpretação sobre a concentração de capital industrial, a necessidade de exportação desse capital, pela incapacidade de consumo interno – pela lógica capitalista de baixa remuneração do trabalho – e a questão do capital financeiro e da especulação formaram pilares para as teorias posteriores do imperialismo de Rosa Luxemburgo, Hilferding e Lênin.

productive powers, there could be no excess of goods or capital clamorous to use Imperialism in order to find markets: foreign trade would indeed exist, but there would be no difficulty in exchanging a small surplus of our manufactures for the food and raw material we annually absorbed, and all the savings that we made could find employment, if we chose, -in home industries.

¹¹ No original: There is no necessity to open up new foreign markets; the home markets are capable of indefinite expansion. Whatever is produced in England can be consumed in England, provided that the “income ” or power to demand commodities, is properly distributed. This only appears untrue because of the unnatural and unwholesome specialisation to which this country has been subjected, based upon a bad distribution of economic resources, which has induced an overgrowth of certain manufacturing trades for the express purpose of effecting foreign sales. If the industrial revolution had taken place in an England founded upon equal access by all classes to land, education and legislation, specialisation in manufactures would not have gone so far (though more intelligent progress would have been made, by reason of a widening of the area of selection of inventive and organising talents); foreign trade would have been less important, though more steady; the standard of life for all portions of the population would have been high, and the present rate of national consumption would probably have given full, constant, remunerative employment to a far larger quantity of private and public capital than is now employed.

No imperialismo de Hobson, a tese defendida é que há expansão do Estado para além dos limites de sua territorialidade. Com caráter bastante racista, a preocupação central é elaborar a crítica ao imperialismo a partir dos dispêndios da metrópole do Reino Unido com relação às colônias. Nessa perspectiva, Hobson associa necessariamente o imperialismo ao colonialismo aberto, com anexação territorial, mas sem considerar formas de imperialismo indiretas (Fernandes, 1991).

2.2 ROSA LUXEMBURGO E O PROBLEMA DA REPRODUÇÃO AMPLIADA DO CAPITAL

Segundo Fernandes (1991), Hobson havia retomado conceitos de subconsumo elaborados por Sismondi para justificar o estrangulamento que obrigava os capitalistas a usarem o Estado para expansão colonial. Somente em Rosa Luxemburgo, entretanto, a questão do subconsumo entra como categoria central de análise sobre o Imperialismo. A grande fonte teórica de embasamento para as conclusões de Rosa Luxemburgo está no segundo volume de *O Capital* de Marx, no qual se analisa o processo de circulação do capital. Dois aspectos são fundamentais na construção do argumento luxemburguista são: as metamorfoses do capital no circuito $D - M...P...M' - D'$ e a forma como o capital consegue se reproduzir enquanto modo de produção – as chamadas reprodução simples e reprodução ampliada.

Na reprodução do capital, Marx (2014) argumenta como o circuito do capital precisa ser constantemente reabastecido para manter a própria existência do capitalismo. Na reprodução simples do capital, o argumento é que o capitalista adianta novamente o dinheiro (D) no início do processo de forma a manter o circuito indefinidamente. Em outras palavras, o capitalista transforma o dinheiro em capital inserindo-o no circuito produtivo com as metamorfoses em mercadoria e ao final da venda da mercadoria se apropria da mais valia e adianta novamente o mesmo capital; e assim sucessiva e indefinidamente: $D - M... P... M' - D' - D - M... P ... M' - D'...$ Na reprodução ampliada, por sua vez, o capitalista reintroduz uma parcela da mais valia do circuito anterior para ampliar a produção: $D_1 - M... P... M' - D' - D_2 - M... P... M'' - D''$. Nesse caso, D_2 é maior do que D_1 , porque utiliza uma parcela do D' que não será usada para o consumo do próprio capitalista.

A composição desse capital adiantado é decomposto, por Marx (2012), em capital constante, capital variável e mais valia. O primeiro diz respeito à parcela do capital que expressa seu próprio valor no valor da mercadoria final, como as matérias-primas e as máquinas (que expressam através da depreciação). O capital variável, por sua vez, é composto das parcelas dos salários ou da remuneração da força de trabalho. Essa combinação, inserida no circuito de reprodução do capital gera, através da exploração da força de trabalho pela parcela não remunerada de trabalho, a mais valia.

Marx (2014) analisa a economia capitalista a partir de dois departamentos: o departamento I, produtor de bens de capital, e o departamento II, produtor de bens de consumo. A composição que define o comportamento dos departamentos, I e II, respectivamente, é dada por:

$$K_1 = c_1 + v_1 + m_1 \quad (1)$$

$$K_2 = c_2 + v_2 + m_2 \quad (2)$$

Nessas equações, K representa o produto total do capital de cada departamento, c é o capital constante investido (maquinaria e matérias-primas), v é o capital variável (força de trabalho, representada em salários), e m é a mais valia. Se considerarmos em seu conjunto as acumulações dos departamento I e departamento II em uma reprodução simples teremos:

$$K_1 = c_1 + c_2 \quad (3)$$

$$K_2 = v_1 + m_1 + v_2 + m_2. \quad (4)$$

Isto é, o departamento I absorve a parcela do capital constante de si própria e do departamento II; e por suposto a parcela do consumo dada pelos salários e pela mais valia é absorvida pelo departamento II. Entretanto, numa reprodução ampliada, os capitalistas não consomem mais a totalidade da mais valia investida, mas uma parcela é reinvestida no circuito de forma a aumentar a acumulação, essa parcela deve ser introduzida na compra de capital constante ou de capital variável. Miglioli (2004) divide

a utilização da mais valia em três coeficientes, que somados devem ser iguais a um: aquisição de bens de consumo, de meios de produção ou de força de trabalho adicional; e assim teríamos¹²:

$$K_1 = c_1 + \alpha_1 m_1 + c_2 + \alpha_2 m_2 \quad (5)$$

$$K_2 = v_1 + \beta_1 m_1 + \delta_1 m_1 + v_2 + \beta_2 m_2 + \delta_2 m_2 \quad (6)$$

É sobre essas decisões de investimentos ou gastos da mais valia que incide o comportamento de crescimento ou crise da economia capitalista. Harvey (2013) aponta que se não forem satisfeitas as condições de taxas de crescimento simétricas nos diferentes departamentos, nas quantidades de produção, nas trocas de valor e no emprego; o resultado será a crise.

Luxemburgo (1970) utilizou-se dos esquemas de reprodução de Marx para justificar a tendência de subconsumo do capital, dados os desajustes entre os departamentos produtores de bens de consumo e bens de capital. Isso justifica a voracidade e a necessidade de expansão internacional do capital, para países (ou setores) onde a acumulação primitiva ainda fosse generalizada.

É uma de suas seguidoras mais proeminentes, Rosa Luxemburgo, que expressou visões muito definidas e até mesmo extremas sobre o assunto: ela rejeitou completamente a possibilidade de reprodução expandida de longo prazo se não existirem “mercados externos”. Por “mercados externos”; ela entendia aqueles fora do sistema capitalista mundial consistindo não apenas de países subdesenvolvidos, mas também de setores não capitalistas das economias capitalistas desenvolvidas, por exemplo, agricultura camponesa, bem como compras governamentais. (Kalecki, 1968 p. 79, tradução própria¹³).

¹² Onde, $\alpha + \beta + \delta = 1$ e correspondem a parcela da mais valia que é reinvestida no Departamento I ou II e representam: α é a compra de bens de consumo adicional, β é a aquisição de meios de produção adicionais e δ é a compra de força de trabalho adicional.

¹³ No original: It is one of his most prominent followers, Rosa Luxemburg, who expressed very definite and even extreme views on the subject : she rejected altogether the possibility of long-run expanded reproduction if no “external markets” are in existence. By “external markets” she understood those outside the world capitalist system consisting not only of underdeveloped countries but also of the non-capitalist sectors of developed capitalist economies, for instance, peasant agriculture as well as government purchases.

Um modo de produção, qualquer que seja, precisa da repetição regular da produção e do consumo regular dessa produção. Isso é, para Luxemburgo (1970) a condição de existência da sociedade humana em todas as suas formas históricas. Em sociedades primitivas, a reprodução dessa produção, baseada na caça e na pesca, por exemplo, necessitava das condições naturais de abundância desses recursos para a reprodução de seu modo de produção, caso contrário, períodos de fome generalizada interromperiam o processo.

Em todas as todas as sociedades anteriores a reprodução se processa a medida em que condições permitem, isto é, em que existem meios de produção necessários e força de trabalho. Luxemburgo (2021) aponta que as sociedades em todos os tempos históricos precisam: 1) com meios materiais que dispõem, satisfazer as necessidades físicas e culturais da sociedade; 2) toda forma de produção precisa repor constantemente os meios de produção consumidos. Se houverem influências exteriores, como uma guerra ou uma doença, é possível ocorrer uma interrupção da reprodução, ao longo de períodos de maior ou menor extensão. Também poderiam haver interrupções por ações individuais específicas, como no exemplo de grandes construções – das pirâmides ou da muralha chinesa.

No capitalismo, por sua vez, mesmo durante épocas em que existem todos os meios materiais de produção e a força de trabalho disponíveis, as necessidades sociais ficam insatisfeitas e a reprodução se interrompe ou fica reduzida a certos limites. A reprodução encontra seus limites nas condições sociais e não materiais de reprodução. Mas como e por que isso acontece?

Um primeiro aspecto destacado por Luxemburgo (1970) é a anarquia do mercado: “A produção capitalista é essencialmente uma produção de incontáveis produtores privados sem plano regulador algum, sendo a troca a única ligação social que os vincula.” (p. 14). Não se constrói uma expressão social geral, mas um conjunto de experiências particulares que funcionam como tentativa e erro. A produção e reprodução capitalista vão da fábrica, onde a lei suprema é a do capitalista individual, para o mercado, onde não há vontade ou razão que se imponham.

Por trás dessa aparência superficial, e acima de todos os antagonismos da concorrência, está o fato indestrutível de que os capitais isolados formam socialmente um todo e que sua existência e dinâmica são regidas por leis sociais comuns, ainda que devam ser impostas, por falta de um plano e a

anarquia do sistema atual, nas costas do capitalista individual e contra a sua consciência, à força de rodeios e desvios (Luxemburgo, 2021 p. 9, tradução própria¹⁴).

A produção de mercadorias no capitalismo não é um fim em si, ou um meio para o suprir as necessidades humanas no consumo, mas é um meio para obter a mais valia. E o impulso do capitalismo não é apenas conseguir a mais valia, mas consegui-la de forma ilimitada e crescente.

O regime capitalista de produção é presidido pelo interesse em obter lucro. Para o capitalista, a produção só tem finalidade e razão de ser quando dela obtém, um ano após o outro, um “lucro líquido”, isto é, um lucro líquido sobre todos os desembolsos de capital por ele realizados. Mas o que caracteriza a produção capitalista como uma lei fundamental e a distingue de todas as outras formas econômicas baseadas na exploração, não é simplesmente a obtenção de lucros em dinheiro vivo, mas a obtenção de lucros em progressão cada vez maior (Luxemburgo, 2021 p. 6, tradução própria¹⁵).

Luxemburgo (1970) aponta que a reprodução do capitalismo, diferente de outros modos de produção, se organiza pela apropriação do trabalho assalariado não-pago e pela venda da mercadoria. Em outros modos de produção, historicamente, o elemento determinante da reprodução era suprir as necessidades da sociedade – seja de consumo dos seus trabalhadores, ou nas necessidades de uma classe. No capitalismo, o produtor individual não considera as necessidades da sociedade e nem sua capacidade de consumo.

Para se reproduzir essa sociedade precisa encontrar força de trabalho em proporção suficiente para a expansão da acumulação de capital. O capitalismo precisa, portanto, do aumento natural da força de trabalho, com a manutenção de um consumo que permita sua reprodução. Cumprida a necessidade da força de trabalho, uma segunda

¹⁴ No original: Por debajo de esta apariencia superficial, y por encima de todos los antagonismos de la competencia, está el hecho indestructible de que los capitales aislados forman socialmente un todo y de que su existencia y su dinámica se rigen por leyes sociales comunes, aunque éstas tengan que imponerse, por la falta de plan y la anarquía del sistema actual, a espaldas del capitalista individual y contra su conciencia, a fuerza de rodeos y desviaciones.

¹⁵ No original: El régimen capitalista de producción está presidido por el interés en obtener ganancia. Para el capitalista, la producción sólo tiene finalidad y razón de ser cuando obtiene de ella, un año con otro, un “beneficio neto”, es decir, una ganancia líquida sobre todos los desembolsos de capital por él realizados. Pero lo que caracteriza a la producción capitalista como ley fundamental y la distingue de todas las demás formas económicas basadas en la explotación, no es simplemente la obtención de ganancias en oro contante y sonante, sino la obtención de ganancias en una progresión cada vez mayor.

emerge: a possibilidade de vender, em escala cada vez maior, as mercadorias fabricadas pelos operários, para converter mais capital desembolsado em mais valia.

Para Luxemburgo (2021), o que distingue o capitalismo de outras formas históricas é: ainda que se tenha como objetivo fundamental o desejo do lucro, é indispensável satisfazer objetivamente as necessidades da sociedade para se obter esse lucro – as mercadorias capitalistas só encontram saída através do mercado e só é possível convertê-las em dinheiro quando são vendidas, isso é, quando satisfaçam uma necessidade social. Nesse caso, a reprodução encontra limites nas condições sociais: é preciso produzir artigos que contem com segurança de encontrar comprador, ser trocado por dinheiro, com o lucro do tipo usual.

A reprodução ampliada de um modo de produção, para Luxemburgo (1970), não é uma invenção do capital, uma vez que essa forma ampliada de reprodução pode ser encontrada desde a antiguidade e em toda formação social histórica na qual há progresso econômico e cultural; mas é uma necessidade do capitalismo. A impossibilidade de marchar nesse compasso significa bancarrota do capitalista individual pela concorrência.

As deficiências do esquema de reprodução simples são claras: ele apresenta as leis de uma forma de reprodução que, dentro das condições capitalistas de produção, não pode realizar-se senão em caráter excepcional. O fundamental para a economia capitalista, mais que para qualquer outra, não é a reprodução simples, mas a reprodução ampliada (Luxemburgo, 1970 p. 81).

Para lograr a reprodução ampliada, o capitalista individual precisa obter mais valia em escala crescente, através do reinvestimento de parcela da mais valia obtida no ciclo anterior.

Para conseguir isso, o capitalista, diferenciando-se radicalmente de outros tipos históricos de exploradores, não destina exclusivamente, nem em primeiro lugar, os frutos de sua exploração para fins de uso pessoal, mas para aumentar progressivamente sua própria exploração. A parte mais considerável do lucro obtido é convertida em capital e investida na expansão da produção. Dessa forma, o capital aumenta, “acumula”, para usar a expressão de Marx, e como resultado dessa acumulação, além de premissa, a produção capitalista continua se expandindo, sem cessar (Luxemburgo, 2021 p. 6, tradução própria¹⁶).

¹⁶ No original: Para conseguirlo, el capitalista, diferenciándose en esto radicalmente de otros tipos históricos de explotadores, no destina exclusivamente, ni siquiera en primer término, los frutos de su

Num esquema de reprodução simples verifica-se igualdade entre os departamentos I e II, e o processo de produção se desenvolve unicamente para o consumo. Nesse caso, o dinheiro servirá apenas como intermediário na distribuição do produto social entre grupos consumidores. Na reprodução ampliada, a forma monetária adquire uma nova função essencial – a forma como capital, como elemento de circulação do capital. Para Luxemburgo (1970), a transformação da mais valia na forma dinheiro é a essência da acumulação capitalista, ainda que não seja a essência da reprodução efetiva – a mais valia, para ser acumulada, precisa assumir novamente a forma monetária.

Considerando que para a reprodução ampliada ocorrer a mercadoria precisa assumir novamente a forma dinheiro – e esse dinheiro precisa ser mais uma vez recapitalizado, isto é, assumir a forma de capital constante, capital variável e gerar nova mais valia – somente a vontade de acumular do capitalista não é condição suficiente (nem a sua poupança, sobriedade, virtudes e etc.). Para que ele destine parte substancial da mais valia de novo no processo de produção, ao invés de gastar com seu consumo, precisam ser encontradas no mercado as formas concretas de realizar o novo aumento de capital.

Depois de produzi-la, ele necessita realiza-la, transformá-la em sua expressão de valor, ou seja, em dinheiro. Para que isso aconteça, e o capitalista se aproprie da mais valia, em sua forma dinheiro, todo capital antecipado deve perder a forma de mercadoria e voltar a ele em forma de dinheiro (Luxemburgo, 1970 p. 17).

Para que o capitalista que vende maquinaria consiga realizar sua mais valia, depende da ampliação da produção de outros capitalistas. Por sua vez, os capitalistas que vendem bens de consumo aos operários necessitam que os operários trabalhem de forma crescente para outros capitalistas e que aumentem seu consumo. O capitalista não tem controle sobre essas demandas das necessidades dos operários e nem sobre a produção de outros capitalistas individuais. Por isso, Luxemburgo (1970) aponta que a

explotación a fines de uso personal, sino a incrementar progresivamente la propia explotación. La parte más considerable de la ganancia obtenida se convierte nuevamente en capital y se invierte en ampliar la producción. De este modo, el capital se incrementa, se “acumula”, para usar la expresión de Marx, y por efecto de esta acumulación, a la par que como premisa, la producción capitalista va extendiéndose continuamente, sin cesar.

coincidência entre oferta e demanda ocorre somente momentaneamente e depende de desvios e oscilações dos preços e dos movimentos implacáveis da lei da oferta e procura.

Em suma, as condições para a reprodução ampliada do capital são descritas por Luxemburgo (1970, p. 24) como:

Primeira condição: a produção deve criar mais valia, pois a mais valia é a única forma em que é possível sob o sistema capitalista o incremento da produção. Essa condição deverá cumprir-se no próprio processo de produção, na relação entre capitalista e operário, na produção de mercadorias. Segunda condição: para que haja a apropriação da mais valia destinada à ampliação da reprodução, uma vez cumprida a primeira condição, ela deverá realizar-se transformando-se em dinheiro. Essa condição nos leva ao mercado onde as possibilidades de troca decidem sobre o destino ulterior da mais valia e, portanto, também da futura reprodução. Terceira condição: supondo que se consiga realizar a mais valia, e uma parte da mais valia realizada se transforme em capital destinado à acumulação, o novo capital terá que tomar forma produtiva, isto é, transformar-se em meios de produção e força de trabalho. Além disso, a parte do capital trocada pela força de trabalho adotará por sua vez a forma de meios de subsistência para os trabalhadores. Essa condição conduz de novo ao mercado, inclusive ao mercado de trabalho. Se tudo isso então ocorre e se sobrevém a reprodução ampliada das mercadorias, soma-se a quarta condição: a massa adicional de mercadorias, que apresenta o novo capital, junto com a nova mais valia, deve ser realizada, transformada em dinheiro. Somente quando isso ocorre, então se verificará a reprodução ampliada no sentido capitalista. Essa última condição remonta mais uma vez ao mercado.

Com a consideração das classes sociais em de Marx, Luxemburgo (1970) aponta que os capitalistas comprem entre si a parte do produto social do capital constante necessário para produção, o consumo produtivo. Os proletários comprem para o consumo individual a parte do produto social do capital variável para sua sobrevivência. Os capitalistas também usam parte da mais valia para o consumo, mas devem usar uma parcela desta para reinvestir no processo produtivo. Portanto, quem compra a mais valia acumulada de forma ampliada; ou seja, quem realiza a acumulação dessa parte da mais valia transformando-a novamente em dinheiro?

Se a reprodução ampliada depende da expansão do consumo – e por isso as ideias da Rosa Luxemburgo se enquadram como subconsumistas – como resolver a necessidade de expansão do capital a partir de sua reprodução ampliada? A saída encontrada foi inserir uma terceira classe externa, um setor não-capitalista, ou um ramo onde seja predominante a acumulação primitiva. Antunes (2012) descreve que Rosa

Luxemburgo sugeria uma terceira classe, externa, compradora da mais valia produzida nas relações entre as classes capitalistas e trabalhadores. Rosa Luxemburgo, portanto, critica os esquemas de reprodução de Marx, ao apontar a necessidade, no mundo real, de um processo exógeno à reprodução capitalista.

Luxemburgo (2021) aponta para a tendência de a produção capitalista penetrar em países “não-capitalistas” se manifestou desde o começo, e foi ganhando mais e mais importância até o imperialismo – quando se tornou predominante e decisivo à vida social. Ainda assim, não haveria um país onde a produção capitalista impere como única e exclusiva, isto é, que só existam capitalistas e assalariados.

A despeito de certo esquematismo, traços evolucionistas e pequenas imprecisões, esta passagem resume uma das dimensões essenciais do argumento geral de Rosa Luxemburgo: o capital nasce e se expande frente a um meio heterogêneo, repleto de formas sociais distintas e que ele luta para incorporar (Mariutti, 2019 p. 11).

O limite, portanto, do capitalismo, inclusive quanto à massa de força de trabalho, pode ser expandido através do imperialismo. Como expôs Luxemburgo (2021), as colônias inicialmente precisavam de força de trabalho e usavam a forma escrava e a imigração europeia como nos EUA, no Brasil e em outras colônias. A forma de exploração salarial, que convive temporariamente com uma forma ultrapassada de uso na mais valia, precisa suprimir outras formas de exploração. O capitalismo precisa destruir essas formas anteriores ao capitalismo tal como fez na acumulação primitiva descrita por Marx – isto é, com o uso da violência e da imposição.

A acumulação é impossível em um ambiente exclusivamente capitalista. Daqui nasce, desde o primeiro momento da evolução capitalista, o impulso de expansão para camadas e países não capitalistas, a ruína de artesãos e camponeses, a proletarianização das classes médias, a política colonial, a abertura de mercados, a exportação de capitais. Somente pela expansão constante para novos domínios de produção e novos países foi possível a existência e o desenvolvimento do capitalismo. Mas a expansão, em seu impulso mundial, leva a choques entre o capital e as formas sociais pré-capitalistas. Assim, a violência, a guerra, a revolução, a catástrofe são, em suma, o elemento vital do capitalismo desde o início até o fim (Luxemburgo, 2021 p. 123).

O capitalismo convive com duas esferas contraditórias: um mercado interno e um mercado externo. O mercado interno é o mercado capitalista, cuja produção é

consumidora dos seus próprios produtos e geradora dos elementos produtivos próprios. O mercado externo é um meio de absorção, não-capitalista, dos produtos do mercado interno e lhe fornece elementos produtivos e força de trabalho (Luxemburgo, 1970).

Quem se situa fora das relações sociais especificamente capitalistas e, portanto, ainda não foi integralmente sociabilizado como uma mercadoria, alimenta indiretamente o capital com os produtos do seu trabalho e, se contribuiu para a valorização, o faz como comprador de mercadorias, posição distinta do consumidor de mercadorias que, desde o início, já estava preso ao circuito do capital, pois vive de salário que é fruto de um investimento prévio (Mariutti, 2019 p. 11).

Os compradores, oriundos do mercado externo, precisam de uma fonte autônoma do próprio capitalismo para adquirir os produtos do capitalismo, com origem em uma produção mercantil fora da produção mercantil capitalista; que não pertençam aos capitalistas nem aos trabalhadores, mas que tenham necessidade das mercadorias produzidas no “mercado interno” – no capitalismo (Luxemburgo, 1970).

Fernandes (1991) aponta que para Rosa Luxemburgo, o capitalismo vive uma crise de realização. Problema semelhante, novamente, ao subconsumo sismondiano. Essa crise é o impulso para o imperialismo; o próprio imperialismo é uma fase do desenvolvimento do capitalismo – fadado a esgotar a partilha de áreas não-capitalistas e irromper disputas mortais entre as potências por essas regiões.

Cabe notar que o imperialismo para Hobson era uma distorção do capitalismo e não uma etapa interna do próprio sistema capitalista, mas uma política adotada por grupos dominantes para seus próprios interesses. Em Rosa Luxemburgo existe um impulso econômico e política de anexação colonial, internos e inerentes ao próprio capitalismo. Para Hobson, o questionamento do imperialismo não era o questionamento da propriedade privada, mas o imperialismo deveria ser evitado com distribuição de renda (Fernandes, 1991). O imperialismo tampouco em Rosa Luxemburgo se limita ao colonialismo aberto, mas utiliza mecanismos para subordinar países atrasados, que podem manter formalmente independência política.

Fernandes (1991) elabora uma série de críticas à Rosa Luxemburgo. Em primeiro lugar, aponta que o pensamento luxemburguista não observou os esquemas de Marx em movimento, mas de forma fechada e isolada, de cada ciclo – a demanda para realização da mais valia surge no início do próximo ciclo e gera condições pra criação

de novo capital disponível no final. Em segundo lugar, na questão da mais valia relativa, Marx elaborou a ideia que a produtividade do trabalho cresce mais rapidamente do que sua remuneração, isto aponta para uma contradição entre o trabalhador criador da mais valia, na produção, e o trabalhador realizador da mais valia, no consumo. Essa contradição, entretanto, não aparece de forma linear e constante, o que acarreta no problema de crises cíclicas e não de subconsumo permanente – em períodos anteriores à crise os salários dos trabalhadores tendem inclusive a aumentar o que expande temporariamente o seu consumo. Em terceiro, se o imperialismo é visto como fase, mas está presente desde o início, qual seria o limite? Uma vez que a partilha do mundo já foi realizada e, em períodos mais recentes, houve a redução colonial (parcela significativa das antigas colônias se tornaram independentes formalmente) e o capitalismo está presente na maior parte do globo. Então quais seriam as características internas desse novo capitalismo? Os limites de Rosa Luxemburgo apontavam ao catastrofismo do imperialismo – até pela sua posição política de espontaneidade das massas no processo revolucionário para o socialismo, ou como Fernandes (1991) aponta: a não necessidade de ação subjetiva do partido para o socialismo.

Fernandes (1991) ainda levanta a questão: por que então a expansão não é só de produtos, mas do próprio modo de produção capitalista para o globo? Rosa Luxemburgo não teria resposta a essa questão. Na época de Rosa Luxemburgo poder-se-ia argumentar a ineficiência de modos de produção anteriores para suprir as demandas da expansão capitalista e por isso sua necessidade de expansão, mas as experiências socialistas seriam uma forma de modo de produção não-capitalista que poderia suprir a necessidade de demanda dos países capitalistas. Isso sugere que a procura imperialista é menos por mercados consumidores e mais por mercados de investimento que propiciem taxas de lucro mais elevadas – por isso leva ao desenvolvimento do capitalismo nessas áreas.

Rosa Luxemburgo busca a solução do problema da Economia Política, da realização do valor, entre os extremos do ceticismo pequeno burguês encontrado em Sismondi, Von Kirchmann, Vorontsov e Nikolai-on, que observam a acumulação como algo impossível, e o otimismo de Ricardo, Say e Tugan-Baranovski, que pensam que o capital poderia prosperar de forma ilimitada (isto é, para eles o capitalismo poderia se reproduzir eternamente) (Fernandes, 1991).

Para Fernandes (1991), a teoria de Rosa Luxemburgo apresenta-se contrariamente a Tugan-Baranovski e Say, quando esses afirmam que a produção capitalista cria seu próprio consumo e, as eventuais adversidades só poderiam emergir da desproporcionalidade entre linhas de produção e nunca contradição entre produção e consumo. Isso levava Tugan-Baranovski a assumir que se houvesse planejamento adequado dos capitalistas ou do Estado, as crises poderiam ser superadas. Por caminho diferente, Hilferding também assume a possibilidade de que o planejamento no modo de produção capitalista poderia levar a superação das crises.

2.3 HILFERDING E LENIN: ENFOQUE NA FORMAÇÃO DE MONOPÓLIOS

Na análise de Rosa Luxemburgo, o centro da motivação para o imperialismo estava no subconsumo, no problema de realização e na necessidade de reprodução ampliada do capital. Hilferding publica suas elaborações sobre o imperialismo pela obra *O Capital Financeiro*, em 1909, e, portanto, anterior às análises luxemburguistas. Rosa Luxemburgo aborda as questões tangenciadas por Hilferding como secundárias na análise imperialista:

Sem citar nominalmente o autor austríaco, Luxemburgo argumenta que os componentes centrais que compõem a análise “hilferdinguista” do imperialismo – a forte luta entre os Estados capitalistas pela conquista de colônias, órbitas de influência e possibilidade de inversão para os capitais europeus; o sistema internacional de empréstimos; o militarismo; os fortes impostos protetores; a importância predominante do capital bancário e dos consórcios industriais na política na mundial; etc. – eram apenas características típicas externas no período imperialista (Fernandes, 1991 pp.24-25).

Para Rosa Luxemburgo as leis econômicas internas que regem essas relações e são raízes do imperialismo não estavam nas análises hilferdinguistas. A principal contribuição de Hilferding (1985), por sua vez, foi estabelecer uma relação entre o capitalismo nascente e o desenvolvimento de um processo de monopolização¹⁷ do capital, que modificava qualitativamente a essência das relações capitalistas. Esse

¹⁷ Usamos a nomenclatura do período sobre monopólios, mas o conceito deve ser entendido tanto para monopólios quanto para oligopólios.

raciocínio baseava-se nas ideias de Marx (2013) sobre os processos de concentração e centralização do capital que, para Hilferding, eliminava a concorrência capitalista.

Sobre a concentração e centralização do capital, Marx (2013) aponta a necessidade do capital de, ao buscar redução dos preços pela pressão concorrencial, aumentar a produtividade do trabalho, e isso depende da própria escala da produção. Os maiores capitais vão derrotar os menores. Quando se aumenta a complexidade produtiva, aumenta-se também as necessidades de volume mínimo de capital que impedem capitalistas menores de entrarem nesses setores. Aos capitais menores sobra apenas os setores da produção que não foram apoderados pela grande indústria – ou que ela se apropriou apenas de forma esporádica.

Na análise de Hilferding (1985), o processo de concentração e centralização do capital estava intimamente ligado à extensão de um novo capital que se expandia no final do século XIX: o capital financeiro. O capital financeiro emerge de uma relação entre o capital industrial, produtivo, e o capital bancário, portador de juros (por vezes, especificamente fictício). Ao longo do século XX, o capital industrial tornou-se mais dependente do crédito fornecido pelo capital bancário. Ao aportar crédito para os investimentos industriais, o capital bancário assume propriedade e controle do capital industrial – exigindo tanto rentabilidade quanto garantias de retorno produtivo do investimento – essa relação estreita e de dominância entre capitais bancário e industrial ficou nomeada de capital financeiro. A monopolização tanto dos bancos quanto da indústria impulsionou mais esse processo gerando situações nas quais a concentração e o controle do capital se restringiam a poucos capitalistas.

Marx (2013 p. 852) já havia identificado esse papel do crédito dos bancos na centralização do capital:

Abstraindo desse fato, podemos dizer que, com a produção capitalista, constitui-se uma potência inteiramente nova: o sistema de crédito, que em seus primórdios insinua-se sorrateiramente como modesto auxílio da acumulação e, por meio de fios invisíveis, conduz às mãos de capitalistas individuais e associados recursos monetários que se encontram dispersos pela superfície da sociedade em massas maiores ou menores, mas logo se converte numa arma nova e temível na luta concorrencial e, por fim, num gigantesco mecanismo social para a centralização dos capitais.

Para Hilferding (1985) a contradição mais importante que levava às próprias necessidades de expansão imperialista era essa concentração e centralização do capital,

especialmente através do capital financeiro e da criação de capital fictício. Esse capital procura se apropriar do excedente produtivo com a máxima simplificação e, até se autonomizando da própria produção. A intenção última do capitalista é que o dinheiro se reproduza por si mesmo, sem a necessidade de metamorfose produtiva, isto é, D-D'. Segundo Marx (2017), o capital fictício relaciona-se aos casos em que o capital se autonomiza do circuito produtivo, isto é, sua lógica se valoriza por si mesmo. A dívida pública é um dos exemplos expressivos do capital fictício. Nos textos do banqueiro William Leatham (banqueiro de Yorkshire), a ideia do capital fictício é exemplificada e apresentada por Marx:

Segundo meus cálculos, o montante das letras de câmbio que circularam em 1839 foi de £528.493.842” (calculando as estrangeiras em aproximadamente $\frac{1}{5}$ do total) “, e o montante das letras de câmbio que circularam simultaneamente no mesmo ano foi de £132.123.460.” (p. 56) “As letras de câmbio são uma parte da circulação cujo montante é superior ao de todas as outras partes somadas.” (p. 3) “Essa superestrutura colossal das letras de câmbio repousa” (!) “sobre uma base formada pelo montante das cédulas bancárias e do ouro; quando essa base se estreita demasiadamente no curso dos acontecimentos, sua solidez e mesmo sua existência ficam em perigo.” (p. 8) “Se calculamos a circulação inteira” {ele se refere às cédulas bancárias} “e o montante das obrigações de todos os bancos, para as quais se pode exigir pagamento imediato, chegamos a uma soma de [£]153 milhões, que, por lei, podem ser convertidas em ouro [...], ao passo que a quantidade de dinheiro para cumprir essa demanda é de [£]14 milhões em ouro.” (p. 11) “As letras de câmbio não são submetidas a nenhum controle, exceto prevenindo-se a abundância de dinheiro e taxas de juros ou de desconto muito baixas, que criam uma parte dessas letras de câmbio e estimulam sua grande e perigosa expansão. **É impossível dizer qual parte delas provém de transações efetivas, por exemplo, de compras e vendas efetivas, e qual parte é artificialmente criada (*fictitious*) e consiste apenas em letras sem lastro, isto é, letras que se descontam para cobrir outra letra antes de seu vencimento e, assim, criar capital fictício por meio da emissão de simples meios de circulação.** Em tempos de dinheiro abundante e barato, sabemos que essas operações ocorrem num grau enorme. (Marx, 2017 p. 549 – grifo nosso).

Campos e Sabadini (2018) afirmam que Hilferding reconhece no capital financeiro (e nos processos de concentração e centralização), bem como em suas contradições subjacentes, isto é, nas políticas protecionistas, na exportação de capital e na dominação econômica, as chaves do imperialismo. O capital financeiro passa a ser “um elo determinante no processo de exportação de capitais. Evidentemente, seu objetivo principal, via concorrência, é a busca pela acumulação.” (Campos e Sabadini, 2018 p. 138).

Na evolução do capital financeiro, os países tiveram historicamente o impulso ao expansionismo externo: “a evolução em direção ao capital financeiro criou nesses países [Alemanha, Estados Unidos] um forte impulso para a exportação de capital” (Hilferding, 1985 p. 303). E, inclusive o protecionismo estava relacionado a essa expansão: “o protecionismo de cartel é o impulso mais forte para o aumento da exportação de capital e conduz necessariamente à política expansionista do imperialismo” (Hilferding, 1985, p. 342).

Hilferding (1985, p. 296) caracteriza o expansionismo da seguinte forma:

entendemos por exportação de capital a exportação de valor destinado a gerar mais-valia no exterior. Nisso, é essencial que a mais-valia fique à disposição do capital interno. (...) Somente se pode falar de exportação de capital quando o capital empregado no exterior permanece à disposição do país investidor e quando os capitalistas nacionais podem dispor da mais-valia produzida por esse capital no estrangeiro. (...) Portanto, a exportação de capital reduz a quantidade nacional de capital e aumenta a renda nacional pela mais-valia produzida.

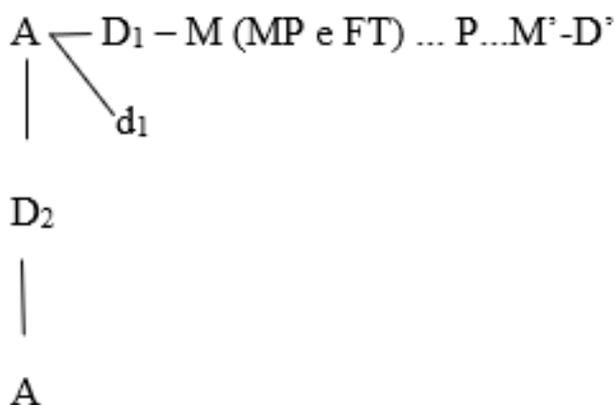
Portanto, em Hilferding (1985) o enfoque está na exportação de capital e não de mercadorias como sugere Hobson. Campos e Sabadini (2018) apontam duas formas de exportação do capital financeiro, a principal é sobre o capital produtivo, mas também é possível sob a forma de empréstimos. “A exportação pode-se dar de duas formas: o capital emigra ao estrangeiro, como capital produtor de lucro ou de juros. [No produtor de lucro], pode ainda atuar como capital industrial, bancário ou comercial” (Hilferding, 1985, p. 296)¹⁸. Inclusive, a forma de produtor de lucro é mais vantajosa na análise hilferdinguista, uma vez que:

Como produtor de lucro, o capital se encontraria disponível em caráter mais imediato e com controle mais direto. Acontece, porém, que a exportação de capital estava representada principalmente pelos trustes e cartéis via companhias ferroviárias, nas empresas de exploração de minas, nas usinas elétricas, etc., que tinham ao seu lado os grandes bancos, simbolismo da junção e formação do capital financeiro. E é nessa associação, tendo por base a constituição do capital acionário, que Hilferding destaca um elemento-chave em suas análises, qual seja: o lucro de fundador (Campos; Sabadini, 2018 p. 139).

¹⁸ Campos e Sabadini (2018) identificam um erro de tradução para a versão em português prontamente modificado aqui entre colchetes.

Hilferding (1985) apresenta uma nova categoria para a formação de lucros que emerge diante da expansão financeira: o lucro fundador. O lucro fundador proporciona ganhos adicionais ao capitalista no momento de abertura do capital e na emissão de novas ações – o que se tornam lucros adicionais. A venda dessas ações pode ampliar a produção, como reprodução ampliada do capital, com geração de mais valia através da transformação desse recurso financeiro em capital produtivo (Campos; Sabadini, 2018). Nesse caso, trata-se de lucros adicionais pela expansão das Sociedades Anônimas (SA's) em novos espaços econômicos – os novos tipos de proprietários do capital, os proprietários-acionistas, vão concentrar e centralizar a riqueza de uma nova forma: não são mais capitalistas preocupados com a produção da mais valia, mas observam apenas os resultados na forma dinheiro D-D'. “o lucro de fundação ou emissão não é nem lucro, nem juro, mas lucro capitalizado de empresário. Seu pressuposto é a transformação de capital industrial [capital produtivo] em fictício” (Hilferding, 1985 p. 172).

Figura 1 - Circuito do capital com lucro fundador



Fonte: Hilferding (1985 p. 116)

Na figura 1, A são as ações emitidas, e vendidas por dinheiro que se divide em duas partes D₁ e d₁. D₁ começa o circuito do capital e obtém a mais valia. Por sua vez, d₁ constitui o lucro fundador, ao banco emissor da ação. Essa ação será negociada em mercados secundários e para isso haverá a necessidade de dinheiro adicional D₂. A circulação A – D₂ – A se desenvolve em mercado próprio: a bolsa de valores.

A outra forma de lucro nesse circuito das ações apontado por Hilferding (1985) e destacado por Campos e Sabadini (2018, p. 143) são os lucros diferenciais: “De forma resumida, os lucros diferenciais de Hilferding referem-se aos ganhos advindos da compra e venda de papéis no jogo especulativo dos mercados financeiros.” Os lucros diferenciais, enquanto especulativos, envolvem tipicamente o capital fictício. Hilferding (1985) se inspirou na *tulipomania*¹⁹ para desenvolver a ideia.

[os lucros ou prejuízos da especulação surgem, portanto, apenas das diferenças das valorizações correspondentes dos títulos de juro. Elas não são lucros, nem participação da mais-valia, mas nascem tão somente das oscilações das valorizações da participação da mais-valia que sai da empresa e cabe aos proprietários de ações, oscilações que, como ainda veremos, não precisam surgir da variação do lucro verdadeiramente realizado. São puros lucros diferenciais (Hilferding, 1985, p. 139).

Campos e Sabadini (2018) lembram que esses lucros diferenciais atrapalham a reprodução ampliada do capital, uma vez que não estão baseados na exploração da força de trabalho, na produção de mais valia, mas apenas proporcionam ganhos financeiros aos especuladores, individualmente. Esses lucros diferenciais se autonomizam na produção e desenvolvem contornos fetichistas, uma vez que há grande e rápida valorização da riqueza financeira.

As necessidades desses novos lucros de proprietários-acionistas engendram necessidades de, na manutenção de uma reprodução ampliada, buscar novas formas de acumulação sobretudo nos países atrasados, cuja acumulação primitiva ainda fosse dominante. O capital financeiro precisa se expandir para o exterior, seja através dos empréstimos, seja através do investimento direto, seja numa combinação de ambos (transações casadas) com cumprimento de exigências de remuneração dos capitalistas proprietários-acionistas.

Especificamente, as transações “casadas” de exportação de capital têm como objetivo atender os seguintes requisitos: i) remunerar os juros de empréstimo; ii) realizar as remessas de lucros e dividendos dos investimentos diretos e de portfólio, respectivamente; iii) viabilizar a exportações de mercadorias, sobretudo, manufaturados; iv) garantir o fornecimento de alimentos para rebaixar custos de reprodução da força de trabalho e de matérias primas que alimentam a expansão industrial. A maneira pela qual essas diferentes formas

¹⁹ *Tulipomania* foi uma crise que se desenvolveu a partir da sobrevalorização dos preços de tulipas, na Holanda no século XVII, o que causou um movimento produtivo em direção à produção de tulipas.

de extração de valor se cruzam depende das características históricas dos países emissores e de seu grau de desenvolvimento capitalista, bem como do vínculo com o território destinatário. (Campos; Sabadini, 2018 pp. 147-148).

Para Hilferding (1985) a rivalidade imperialista que concentrou e centralizou o capital e a necessidade expansiva do capital fictício, do lucro fundador e do lucro diferencial, pressiona criação de blocos de disputa entre as nações por espaços econômicos de influência novos. Isso não significa menos concorrência capitalista, mas uma mudança qualitativa nessa concorrência – não mais de capitais individuais em livre concorrência, mas de blocos de capitais – inclusive protegidos pelos Estados nacionais.

[...] a criação de mais-valia nos países subdesenvolvidos e sua transferência, via sociedades anônimas, para o centro do capitalismo, foi, e continua sendo, um marco na dinâmica imperialista tanto no período histórico vivido pelo autor [Hilferding] quanto na fase atual do capitalismo contemporâneo, associando-se, cada vez mais, à sua dimensão financeira, sendo a forma do capital fictício a mais desenvolvida e mistificada neste aspecto. (Campos; Sabadini, 2018, p. 142).

A criação de cartéis e trustes está inserida na lógica de concentração e centralização desse capital, e apresentam vantagens com relação ao capital individual – o que força ainda mais o capital a se concentrar e se expandir aos países atrasados.

Assim, também nessa relação, o sistema de cartéis e trustes, forçando a exportação de capital, concede aos capitalistas dos países onde a monopolização da indústria é mais avançada uma vantagem com relação aos países com indústria menos organizada, e desperta dessa forma nesses países a vontade de acelerar a cartelização da indústria própria através do protecionismo, enquanto reforça nos países mais avançados a vontade de assegurar, a todo custo, a continuidade da exportação de capital, mediante a exclusão de toda concorrência do capital estrangeiro. (Hilferding, 1985 p. 306).

Segundo Brewer (2002), estava claro que Hilferding pensava que o capital procura regiões mais baratas para a produção, com condições naturais favoráveis e rica em recursos de matéria-prima. Entretanto, há formas diferentes para o capital se deslocar que Hilferding observou, mas não deu enfoque necessário: 1) movimentos do capital no interior do próprio território econômico que não estão desenvolvidas – esse território inclui a própria nação, suas colônias e áreas de influência, o que denota também um motivo para expandir esse território econômico; 2) investimentos em partes

do mundo não reclamadas, independentes, mas atrasadas (o que pode servir para posterior anexação); 3) investimento no território de outra nação. Para Hilferding a ideia do capital na expansão era obtenção do lucro máximo através de alguma dessas formas de exportação do capital nacional. Corrêa (2012) aponta ainda, que a política imperialista do capital financeiro exigiria relação de subordinação das economias atrasadas, o que não foi muito explorado por Hilferding.

O capital financeiro, portanto, em Hilferding (1985) permite à classe dominante que exerça um controle centralizado de capitais para impor seus interesses e que se expanda através do domínio de novos territórios econômicos o que engendra uma nova configuração da riqueza.

[...] pela separação entre a função da propriedade e a direção da produção, como a supõe o sistema de ações, surge a possibilidade e – com a intensificação da renda, por um lado, e o aumento do lucro industrial extra, por outro – a concretização de uma solidarização dos interesses de propriedade. A ‘riqueza’ não é mais diferenciada segundo suas fontes de rendimento e segundo sua origem do lucro ou do rendimento, mas afluí agora da participação em todas as porções em que se divide a mais-valia produzida pela classe operária (Hilferding, 1985, p. 321).

A concentração por meio do capital financeiro não elimina por completo as disputas intercapitalistas, mas permite reunir as grandes burguesias em uma nova forma de concorrência e valorização de capital. A exportação de capital ocorre pelas novas necessidades geradas a partir do capital financeiro. “A associação entre os bancos e a indústria é nesse caso muito firme, e a possibilidade do lucro de fundação pela emissão de ações de empresas torna-se um forte motivo para a exportação de capital” (Hilferding, 1985, p. 305).

Fernandes (1991) aponta, ainda, que essas relações de Hilferding o levaram a concluir que a monopolização tenderia a reduzir os investimentos de capital na economia nacional. Em setores monopolizados essa redução manifesta-se no interesse dos capitalistas em reduzir a produção e explorar preços artificialmente elevados (de mais valia extraordinário). Quanto aos setores não monopolizados, as diferenças de taxas de lucro para setores monopolizados desestimulariam os novos investimentos. Em suma, as oportunidades de investimento se contraem nas economias centrais, o que eleva uma pressão para exportação de capitais para países que ainda não estivessem industrializados.

Uma última questão levantada por Hilferding cabe nota importante: essa concentração e centralização do capital que motivava disputas imperialistas dos blocos por territórios econômicos também permitia um grande aumento de riqueza e produtividade. Isso poderia ser observado nas elaborações de Marx:

Mas é evidente que a acumulação, o aumento gradual do capital por meio da reprodução que passa da forma circular para a espiral, é um procedimento extremamente lento se comparado com a centralização, que só precisa alterar o agrupamento quantitativo dos componentes do capital social. O mundo ainda careceria de ferrovias se tivesse de ter esperado até que a acumulação possibilitasse a alguns capitais individuais a construção de uma estrada de ferro. Mas a centralização, por meio das sociedades por ações, concluiu essas construções num piscar de olhos. E enquanto reforça e acelera desse modo os efeitos da acumulação, a centralização amplia e acelera, ao mesmo tempo, as revoluções na composição técnica do capital, que aumentam a parte constante deste último à custa de sua parte variável, reduzindo, com isso, a demanda relativa de trabalho. (Marx, 2013, p. 854)

Marx conclui, portanto, que a centralização de capital era uma poderosa ferramenta de acumulação do capital:

As massas de capital fundidas entre si da noite para o dia por obra da centralização se reproduzem e multiplicam como as outras, só que mais rapidamente, convertendo-se, com isso, em novas e poderosas alavancas da acumulação social. Por isso, quando se fala do progresso da acumulação social, nisso se incluem – hoje – tacitamente os efeitos da centralização (Marx, 2013 p. 854).

As conclusões de Hilferding (1985), apropriadas posteriormente por Bukharin (1986), denotam uma etapa na qual as formações de monopólios substituiriam a livre concorrência como novo paradigma de disputa entre os capitais, uma vez que os conglomerados de capital elevavam a produtividade do capital. Bukharin (1986) defende, especificamente, que a anarquia do mercado seria superada com a concentração de capital – com a formação de blocos internacionais monopolísticos em verdadeiras guerras – e dessas disputas emergiria o processo revolucionário do socialismo.

Fernandes (1991) aponta que, Kautsky, embora não tenha uma obra dedicada específica sobre o imperialismo, concluiu que essa etapa de formação de monopólios levaria a uma nova etapa de equalização mundial do capitalismo com a homogeneização do capital e a harmonia entre os países – seria o fim das guerras – chamada de

ultraimperialismo. Hilferding (1985) não aponta para o fim das guerras, mas afirma que essa homogeneização do capital poria fim as crises econômicas – o que Kautsky concordava.

O desdobramento último desse processo seria a formação de um cartel geral. Toda a produção capitalista seria, então, regulada conscientemente por uma única instância e determinaria o volume da produção em todos os ramos da indústria. A fixação de preço se tornaria uma questão puramente nominal [...]. Desapareceria a ilusão do valor objetivo da mercadoria juntamente com anarquia da produção, e até o dinheiro deixaria de existir. o cartel cuidaria da distribuição do produto [...]. Isto seria uma sociedade regulada conscientemente, mas de forma antagônica (Hilferding, 1985 pp. 322-323).

Para Bukharin (1986) a concentração e centralização do capital superariam a anarquia de mercado na etapa imperialista. Assim como em Hilferding, a concorrência imperialista cria blocos de disputas interimperialistas, que não necessariamente eliminam a concorrência em si, mas a livre concorrência:

É essa razão por que as contradições fundamentais do capitalismo – que, com seu desenvolvimento, se reproduzem em ritmo crescente – encontram, em nossa época, expressão particularmente violenta. É o que igualmente se passa com a estrutura anárquica do capitalismo, expressa na concorrência. O caráter anárquico da sociedade capitalista fundamenta-se no fato de que a economia social não é uma coletividade organizada que se move segundo uma vontade única, e sim um sistema de economias entrelaçadas pela troca e onde cada qual produz por sua conta e risco, sem jamais adquirir a condição necessária para adaptar-se, em maior ou menor medida ao nível da demanda e à produção das demais economias individuais. Daí a luta entre economias e sua concorrência capitalista. (Bukharin, 1986. pp. 107-108)

Para Lenin (2011) o imperialismo tem características distintas. O capital na etapa imperialista não substitui a livre concorrência pelos monopólios, não homogeneiza as relações capitalistas no mundo, não encerra as crises do capital com o fim da anarquia de mercado, e não leva, necessariamente, a um processo revolucionário socialista. Pelo contrário, não existe monopólio sem a livre concorrência, o que estava se formando era uma convivência contraditória entre os monopólios e a livre concorrência. O pensamento de Lenin era claro quanto à avançar da etapa imperialista do capital para o socialismo: havia a necessidade da tomada do poder pelo partido revolucionário e, somente a partir desse momento, poderia-se atuar na planificação da economia, através do mercado concentrado, para suprir as necessidades dos

trabalhadores e acabar com a anarquia do mercado.

Gerratana (1987, p. 21), descreve as diferenças durante a fase imperialista em Lenin e Bukharin:

A primeira diferença substancial se refere à relação estabelecida na fase imperialista do capitalismo, entre concorrência e monopólios. Já vimos como em Bukharin a oposição entre esses dois termos fica superada em uma visão teórica simétrica, na qual ao crescimento da luta concorrencial entre os grandes complexos monopolistas do mercado mundial corresponde um decréscimo da concorrência em cada uma das economias nacionais, dentro do que ele define com termos significativos um “truste capitalista de Estado”. Na realidade, essa caracterização simétrica não se baseia em uma análise dos dados econômicos objetivos, mas resulta muito mais de exigências formais de construção harmônica do esquema teórico, isto é, da exigência de preencher as lacunas da análise.

No VIII Congresso do Partido Comunista da União Soviética, Lenin apresenta essa contradição e diferença com Bukharin:

O concreto do camarada Bukharin é uma exposição livresca do capitalismo financeiro. Na realidade observamos fenômenos heterogêneos. Em cada província agrícola, ao lado da indústria monopolizada, observamos a livre concorrência. Em nenhuma parte do mundo existiu nem existirá capitalismo monopolista sem livre concorrência numa série de setores. Descrever tal sistema seria descrever um sistema afastado da vida e errado (Fernandes, 1991 p. 37).

Lenin prossegue com a manifestação ao afirmar que essa posição de Bukharin sobre os monopólios carregava as mesmas conclusões reformistas de Hilferding, nas quais não havia a necessidade de um partido e nem de um processo revolucionário para pôr fim à anarquia de mercado:

Defender o ponto de vista de que existe um imperialismo integral, sem o velho capitalismo, é tomar os desejos por realidade [...]. Se tivéssemos perante nós um imperialismo integral, que tivesse transformado radicalmente o capitalismo, a nossa tarefa seria cem mil vezes mais fácil. Teríamos um sistema no qual tudo estaria subordinado apenas ao capital financeiro. Então só teríamos que eliminar a parte superior e colocar o resto nas mãos do proletariado. Isto seria extraordinariamente agradável, mas isto não existe na realidade. Na realidade, o desenvolvimento é tal que nos obriga a proceder de modo completamente diferente (Fernandes, 1991 p. 37).

Lenin (2011 p. 216) resume o imperialismo como:

O imperialismo surgiu como desenvolvimento e continuação direta das características fundamentais do capitalismo em geral. Mas o capitalismo só se transformou em imperialismo capitalista quando chegou a um determinado grau, muito elevado, do seu desenvolvimento, quando algumas das características fundamentais do capitalismo começaram a transformar-se na sua antítese, quando ganharam corpo e se manifestaram em toda a linha os traços da época de transição do capitalismo para uma estrutura econômica e social mais elevada. O que há de fundamental neste processo, do ponto de vista econômico, é a substituição da livre concorrência capitalista pelos monopólios capitalistas. A livre concorrência é a característica fundamental do capitalismo e da produção mercantil em geral; o monopólio é precisamente o contrário da livre concorrência, mas esta começou a transformar-se diante dos nossos olhos em monopólio, criando a grande produção, eliminando a pequena, substituindo a grande produção por outra ainda maior, e concentrando a produção e o capital a tal ponto que do seu seio surgiu e surge o monopólio: os cartéis, os sindicatos, os trustes e, fundindo-se com eles, o capital de uma escassa dezena de bancos que manipulam milhares de milhões.

Entretanto, apesar de assumir o monopólio como antítese da livre concorrência, não se fala em extinção desta.

Ao mesmo tempo, os monopólios, que derivam da livre concorrência, não a eliminam, mas existem acima e ao lado dela, engendrando assim contradições, fricções e conflitos particularmente agudos e intensos. O monopólio é a transição do capitalismo para um regime superior (Lenin, 2011, p. 217).

Lenin (2011), utiliza a base argumentativa hilferdinguista para descrever os processos pelos quais passava o capitalismo no início do século XX. O imperialismo é, para Lenin (2011), a última fase de consolidação do capitalismo (ou chamada de fase superior), com característica geral de ser a “fase monopolista do capital” e com tendência à mundialização – à exploração de regiões que ainda não haviam avançado além da acumulação primitiva de capital, nas quais o capital muito mais produtivo, dos países capitalistas mais avançados, poderia extrair uma mais valia extraordinária.

O capitalismo leninista passa pelas seguintes etapas históricas:

Enumeramos esses elementos:

- 1) economia camponesa patriarcal, isto é, natural, em grau considerável
- 2) pequena produção mercantil (nela se inclui a maioria dos camponeses que vendem cereais)
- 3) capitalismo privado;

4) capitalismo de Estado;

5) socialismo

A Rússia é tão grande e tão complexa que nela se entrelaçam todos esses tipos diferentes de Economia social. A originalidade da situação está exatamente nisso. (Lenin, 1987 pp. 144-145).

Em sua obra mais importante sobre o tema, *Imperialismo: etapa superior do capitalismo*, Lenin (2011) inicia sua exposição com dados sobre a concentração de capital na Alemanha. Combinando dados de operários contratados com consumo de energia elétrica de 1907, a conclusão é que: em menos de 1% das empresas estavam concentrados 5,7 milhões de operários (do total de 14,4 milhões) com uso de 6,6 milhões de cavalos-vapor (para o total de 8,8 milhões) com consumo de 77,2% da energia elétrica consumida no país. E esse processo de concentração foi se tornando mais intenso, em diversos países. A conclusão construída foi que a partir de um grau de desenvolvimento a concentração por si mesma conduz ao monopólio – mesmo porque para um conjunto pequeno de empresas gigantescas é fácil chegar a certos acordos para mitigar as dificuldades da livre concorrência.

Lenin (2011) observou que as diversas formas de monopolização do capital: cartéis, trustes, sindicatos patronais, integração vertical e etc.; emergiram em países com maior protecionismo, como foi o caso da Alemanha. Em países com maior liberdade de mobilização do capital – como liberdade de câmbio – como foi o caso do Reino Unido, também aparecem monopólios de grandes indústrias, mas com características distintas – não haviam associações de cartéis e trustes.

Na Grã-Bretanha é a grandeza das empresas e o seu elevado nível técnico que originam a tendência para o monopólio. Por um lado, a concentração determinou a necessidade do emprego de enormes capitais nas empresas; e, além disso, a criação de novas empresas se deparam com exigências cada vez mais elevadas no que respeita ao volume de capital necessário, o que dificulta o seu aparecimento. Mas, por outro lado (e este ponto nos parece ser o mais importante), cada nova empresa que queira se manter no nível das grandes empresas, criadas pela concentração, deve fornecer uma tal quantidade de excedente de mercadorias, que a sua venda lucrativa só é possível com a condição de um aumento extraordinário da procura, pois, caso contrário, essa abundância de produtos faz baixar os preços a um nível desvantajoso para a nova fábrica e para as associações monopolistas (Lenin, 2011, p. 123).

Houve, por suposto, uma viragem histórica entre um período que o modelo de livre-concorrência começou a dar lugar para a formação dos monopólios. Lenin (2011)

aponta que esse processo começou entre as décadas de 1860 e 1870, até então o capitalismo desenvolvia-se na base da livre-concorrência, após essas décadas, com a crise, os cartéis começam a desenvolver-se até que, no começo do século XX, tornam-se a base da vida econômica, e transformam o capitalismo em imperialismo.

Em Marx (2012, p. 852), o crédito é um dos pilares da centralização do capital: “a produção e a acumulação capitalistas, desenvolvem-se também a concorrência e o crédito, as duas alavancas mais poderosas da centralização.”. Lenin (2011) observa a transformação sofrida pelos bancos, de intermediários de pagamentos para monopolistas onipotentes, que dispõem e centralizam todo o capital dinheiro dos capitalistas. Essa transformação em Lenin, assim como foi em Hilferding, compõe a chave da metamorfose do capitalismo em imperialismo.

Em sua análise, Lenin (2011, pp. 139-140) exemplifica o processo de concentração no interior dos bancos da Alemanha no começo do século XX:

Em fins de 1913, Schulze-Gaevernitz calculava os depósitos dos 9 grandes bancos berlinenses em 5.100 milhões de marcos para um total de cerca de 10.000 milhões. Tomando em consideração não só os depósitos, mas todo o capital bancário, esse mesmo autor escrevia: “Em fins de 1909, os nove grandes bancos berlinenses, contando com os bancos a eles ligados, controlavam 11.300 milhões de marcos, isto é, cerca de 83 % de todo o capital bancário alemão. O Banco Alemão (Deutsche Bank), que controla, contando com os bancos a ele ligados, cerca de 3.000 milhões de marcos, representa, ao lado da administração prussiana das estradas de ferro do Estado, a acumulação de capital mais considerável do Velho Mundo, com a particularidade de estar altamente descentralizada.”

Os grandes bancos incorporam os menores e os subordinam ao seu grupo – em consórcio – através da participação no capital (com compra de ações, sistemas de crédito etc.). Marx (2012) também expressa que a sociedade de ações e das fusões contribuem ativamente para a centralização do capital. Lenin (2011) aponta que o Deutsche Bank controlava ou tinha participação em outros 87 bancos na Alemanha e no exterior em 1901 – através de controle acionário direto ou de controle acionário de outra instituição que controla aquele banco.

Um diretor controla a sociedade fundamental (literalmente, a “sociedade-mãe”); esta, por sua vez, reina sobre as sociedades que dependem dela (“sociedades-filhas”); estas últimas, sobre as “sociedades-netas”, etc. É possível, deste modo, sem possuir um capital muito grande, dominar ramos gigantescos da produção. Com efeito, se a posse de 50% do capital é sempre

suficiente para controlar uma sociedade anônima, basta que o dirigente possua apenas 1 milhão para estar em condições de controlar 8 milhões do capital das “sociedades-netas”. E se este “entrelaçamento” for levado ainda mais longe, com 1 milhão podem-se controlar 16 milhões, 32 milhões, etc. (Lenin, 2011, p. 162).

Na análise hilferdinguista apontada por Lenin (2011), identifica-se que o capital industrial não pertence aos capitalistas que o utilizam, mas se dispõe desse capital por intermédio do banco, que por sua vez se vê obrigado a investir parte do capital na indústria. O capital financeiro de Hilferding é, portanto, aquele que os bancos dispõem para os industriais utilizarem. Entretanto, o grau elevado desse capital financeiro deu origem a uma fusão particular dos bancos com a indústria de tal forma que a gestão desses monopólios se torna a dominação de uma “oligarquia financeira”.

Estes simples números mostram, talvez com maior evidência do que longos raciocínios, como a concentração do capital e o aumento do movimento dos bancos modificam radicalmente o papel e a importância desempenhado pelos bancos. Os capitalistas dispersos acabam por constituir um capitalista coletivo. Ao movimentar contas correntes de vários capitalistas, o banco realiza, aparentemente, uma operação puramente técnica, unicamente auxiliar. Mas quando esta operação cresce até atingir proporções gigantescas, resulta que um punhado de monopolistas subordina as operações comerciais e industriais de toda a sociedade capitalista, colocando-se em condições - por meio das suas relações bancárias, das contas correntes e de outras operações financeiras -, primeiro de conhecer com exatidão a situação dos diferentes capitalistas, depois de controlá-los, exercer influência sobre eles mediante a ampliação ou a restrição do crédito, facilitando-o ou dificultando-o, e, finalmente, de decidir inteiramente sobre o seu destino, determinar a sua rentabilidade, privá-los de capital ou permitir-lhes aumentá-lo rapidamente e em proporções enormes, etc. (Lenin, 2011, p. 144)

Sobre a relação entre o comércio mundial e o imperialismo, assim como Hilferding, Lenin (2011) observa que no período histórico da livre concorrência, a exportação de mercadorias era o central, mas no período imperialista, com o império de monopólios, a exportação de capital tornou-se o central da dinâmica capitalista.

Lenin, ao contrário de Hobson, não acreditava que a necessidade de exportar mercadorias fosse a causa econômica mais importante do imperialismo. Pelo contrário, foi a necessidade de exportar capital. As áreas atrasadas ofereciam

uma força de trabalho grande e barata e perspectivas de investimento lucrativas. (Hunt, 2016 p. 188, tradução própria²⁰)

É preciso notar que internacionalmente os países se desenvolveram no capitalismo em períodos diferentes, ou de maneira desigual: “O desenvolvimento desigual, por saltos, das diferentes empresas e ramos da indústria e dos diferentes países é inevitável sob o capitalismo.” (Lenin, 2011 p. 180). O bolchevique Léon Trotsky desenvolve a ideia que o capitalismo se desenvolve de maneira desigual, mas profundamente relacionada ao capitalismo dos outros países, conclui-se, portanto, a lei do desenvolvimento desigual e combinado.

As leis da história não têm nada em comum com o esquematismo pedantesco. O desenvolvimento desigual, que é a lei mais geral do processo histórico, não se revela em nenhuma parte, com maior evidência e complexidade do que no destino dos países atrasados. Açoiados pelo chicote das necessidades materiais os países atrasados se veem obrigados a avançar aos saltos. Desta lei universal do desenvolvimento desigual da cultura decorre outra que, por falta de nome mais adequado, chamaremos de lei do desenvolvimento combinado, aludindo à aproximação das distintas etapas do caminho e à confusão de distintas fases ao amálgama de formas arcaicas e modernas (Trotsky, 2007 p. 21).

Lenin (2011) elabora um retrato histórico de que nesse desenvolvimento desigual, a Inglaterra enquanto pioneira no desenvolvimento do capitalismo mundial implantou o livre comércio no século XIX com a pretensão de se tornar oficina do mundo – através do fornecimento de produtos industriais e da compra de matérias-primas do resto do mundo. Alguns países, entretanto, desenvolveram posturas protecionistas e se tornaram Estados capitalistas independentes. Na virada para o século XX outra configuração emerge: a formação de grandes blocos monopolistas com acumulações de grandes proporções, o que formou massas de excedente de capital nos países avançados. Esse excedente de capital não serve para elevar o nível de vida das massas da população, mas para exportação para países atrasados uma vez que: “Nestes países atrasados o lucro é em geral elevado, pois os capitais são escassos, o preço da terra e os salários relativamente baixos, e as matérias-primas baratas.” (Ibid. p. 181).

²⁰ No original: Lenin, unlike Hobson, did not believe the necessity to export commodities was the most important economic cause of imperialism. Rather, it was the necessity to export capital. Backward areas offered a large and inexpensive labor force and lucrative investment prospects.

Além disso, é possível estabelecer uma relação de subordinação com os países a que se exporta o capital, o que Lenin (2011) chama de transações proveitosas ao invés da concorrência do mercado aberto. Esse seria o caso de um país impor uma compra de suas mercadorias a um país credor. “A França, ao mesmo tempo que concedia empréstimos à Rússia, “impôs-lhe”, no tratado de comércio de 16 de setembro de 1905, certas concessões válidas até 1917: o mesmo se pode dizer do tratado comercial assinado em 19 de agosto de 1911 com o Japão.” (Lenin, 2011, p. 185).

Essas subordinações culminaram com a partilha do mundo, isto é, das regiões do mundo ainda não dominadas por Estados europeus: a África e a Polinésia. Lenin (2011) aponta que isso não reprimiria a disputa por espaços já ocupados como na Ásia e na América, mas essas terras naquele momento já estavam ocupadas. As dominações dessas regiões partilhadas eram exercidas pelos monopólios.

Para Lenin (2011) o imperialismo era, portanto, uma etapa superior, última, do capitalismo; caracterizada pela formação de monopólios que disputam as regiões do mundo em sua partilha. Esses monopólios, que convivem contraditoriamente com a livre concorrência, estão concentrados nas oligarquias financeiras e se desenvolvem de forma a organizar, em certo grau, a anarquia da produção, isto é, recaem sobre um certo arranjo entre produção e consumo.

O Estado burguês cumpre o papel de submeter os interesses da classe oprimida – dos trabalhadores, tanto dos países imperialistas quanto das colônias – aos interesses da classe dominante – a burguesia. Em Lenin (1975), o Estado não age por interesses próprios, estranhos ao sistema capitalista, assim como também não concilia os interesses de classe, mas oprime e utiliza a força e a coerção para submeter a classe trabalhadora aos interesses da burguesia. No imperialismo, esse aparato ganha ainda mais força da burguesia para realizar essa opressão.

E, em particular, o imperialismo, a época do capital bancário, a época dos gigantescos monopólios capitalistas, a época da transformação do capitalismo monopolista em capitalismo monopolista de Estado, revela um extraordinário fortalecimento da “máquina de Estado”, um desenvolvimento sem precedentes. seu aparato burocrático e militar por ocasião do aumento das represálias contra o proletariado, tanto nos países monárquicos como nos países republicanos mais livres (Lenin, 1975, p. 13, tradução própria²¹).

²¹ No original: Y, en particular, el imperialismo, la época del capital bancario, la época de los gigantescos monopolios capitalistas, la época de la transformación del capitalismo monopolista en capitalismo monopolista de Estado, patentiza un fortalecimiento extraordinario de la “máquina estatal”, un

Diante da tomada do poder pelos bolcheviques na Rússia, em 1917, era a primeira tarefa do partido revolucionário usar desse aparato estatal e da organização oportunizada pelo imperialismo para mitigar até a extinção a anarquia do mercado e substituí-la pelo planejamento centralizado – dessa vez não mais por bancos, mas pelo Estado operário.

A primeira tarefa dos bolcheviques, para Lenin, diante da tomada do poder, era fortalecer, portanto, as relações de “capitalismo de Estado”, na Rússia, para avançar à etapa do socialismo. Lenin acreditava que o imperialismo, na medida em que formava o capitalismo de Estado, era a etapa mais próxima antes da revolução socialista mundial. A concepção de Lenin na passagem ao capitalismo de Estado relacionava-se com a formação de trustes centralizados pelo Estado. Não há eliminação da concorrência, mas mudança na sua forma, quando o Estado se articula com os monopólios em “um só gigantesco truste combinado, cujos acionistas são grupos financeiros e o Estado” (Strauss, 2019 p. 44).

Portanto, o imperialismo para a concepção leninista é uma última etapa de transição que socializa a produção ao arrastar os capitalistas individuais, ainda que contra sua vontade, a uma nova etapa. Isso modifica qualitativamente o antigo capitalismo de livre concorrência e o substitui por um capitalismo de concorrência monopolista, cujos blocos de capitais tentam controlar a seus meios as relações de mercado. Alguns mercados, entretanto, sobrevivem em concorrência menos concentrada, em escala produtiva mercantil mais simples. Para Lenin a etapa imperialista não supera a anarquia de mercado que só poderia ser superada com a tomada do poder e o controle do partido revolucionário sobre uma produção planificada.

2.4 O IMPERIALISMO DE LENIN: DIVERGÊNCIAS COM OUTROS TEÓRICOS E NOVAS CONTRIBUIÇÕES

A discussão apresentada nesse capítulo expõe o conteúdo de novidades apresentado por Lenin e como sua interpretação sobre o imperialismo influenciou significativamente o trabalho de futuros teóricos marxistas. Em primeiro lugar, o

desarrollo inaudito de su aparato burocrático y militar con motivo de haber aumentado las represalias contra el proletariado, tanto en los países monárquicos como en los países republicanos más libres

imperialismo é visto como uma etapa do capitalismo, posterior ao capitalismo da revolução industrial dos séculos XVIII e XIX, que apresentava capitais nascentes em países específicos da Europa, concentrados na expansão pelo mercado interno e com uma diversidade de firmas individuais em concorrência.

Na fase imperialista, os monopólios e a concentração de capitais formam as oligarquias financeiras, que torna indistinguível o capital industrial do capital bancário. É de se considerar que a teoria leninista se aproxima de Hilferding nesse aspecto e que utilizou diversos dos seus conceitos estabelecidos; mas Lenin apresenta uma divergência crucial de Hilferding (e de Kautsky) sobre o imperialismo: o caráter da necessidade revolucionária para superar essa etapa do capital.

Lenin (2020) apresenta, em suas hipóteses revolucionárias, a necessidade de constituição de um partido para atuar e dirigir as massas dos trabalhadores para a tomada do poder. Quaisquer outros tipos de organização, de autogestão ou de unidade democrática com a socialdemocracia estão fadadas ao fracasso. Isso porque os trabalhadores desenvolvem uma consciência sobre suas condições materiais diretas, mas não atingem por epifania a consciência política revolucionária. Isso difere a base do trabalho de Lenin de Luxemburgo (2011), para quem as massas de trabalhadores tomariam a direção revolucionária como produto espontâneo das contradições internas do capital.

Essa divergência política embasa o pensamento leninista de como o imperialismo, e sua concentração monopolista, germinam uma contradição e a possibilidade da tomada do poder pelos revolucionários: a produção e o capital concentrados poderiam ser tomados mais facilmente do que se estivessem dispersos; mas o partido dirigente revolucionário é o agente político imprescindível. Portanto, até que houvesse a vitória revolucionária, os monopólios imperialistas não convergem para condições de harmonia negociada entre eles como propunham os reformistas Kautsky e Hilferding, e nem para uma situação tal que o espontaneísmo das massas iria se insurgir de forma autônoma como propôs Luxemburgo. O que Lenin (2011) aponta é que, no cenário do imperialismo, se desenvolveria uma disputa feroz e de guerra entre as nações imperialistas, a menos que o partido revolucionário organizado dirigisse as massas para a tomada do poder.

Outro aspecto fundamental que difere Lenin dos outros teóricos do imperialismo apresentados até então são as fronteiras de apreciação do processo. Nenhum outro

teórico do imperialismo havia analisado a questão do ponto de vista daquilo que aconteceria com os países dominados, como se comportaria a formação de suas economias locais, as divisões em blocos de influência. Ou seja, o enfoque dos demais pensadores do imperialismo estava nas economias imperialistas, no comportamento de sua expansão de capital para o mundo e como isso afeta sua própria economia interna e outras economias imperialistas concorrentes.

Lenin (2011) apresentou a categoria da violenta partilha do mundo, na qual países da África, da América e da Ásia estavam sendo divididos em áreas de domínio europeus a quem esses países deveriam ser subordinados. Esse olhar é um dos germes de discussão sobre as elaborações de imperialismo posteriores, que tentam explorar como o domínio imperialista afeta a economia global e explora os países subordinados.

3 O IMPERIALISMO NO PÓS-GUERRA

Muitos dos fenômenos que os marxistas clássicos do imperialismo observaram ao longo do século XX assumiram formas distintas após a 2ª Guerra. Na compreensão do capitalismo pós-guerra, as interpretações marxistas sobre o imperialismo divergem entre as formas que esse tomou nas relações de exploração entre os países imperialistas e dominados, e quais questões que motivaram essas relações.

A Segunda Guerra é momento de ruptura, Almeida (2009) lembra que, nesse período, consolidou-se a hegemonia econômica e política dos Estados Unidos no capitalismo global – os capitalistas dos Estados Unidos ascendem acima da burguesia inglesa e se tornam a nova hegemonia. Além disso, dividiu-se o mundo em áreas de influência – houve um esfriamento nas relações interimperialistas e os confrontos diretos foram pontuais entre imperialistas e dominados.

Nessa nova configuração, uma série de modificações se processa no interior do imperialismo que o diferenciam do seu período clássico. É coerente pensar que em mais de um século, as características do imperialismo foram modificadas, mas é importante refletir se a essência desse processo se manteve, ou se as transformações foram grandes o suficiente para qualificar que a etapa histórica do imperialismo foi superada ou substituída. Para isso, destacam-se características fundamentais do imperialismo: o comportamento do capital monopolista e a exploração de países dominados por países dominantes.

Entre os mais destacados pensadores marxistas, que refletiram sobre as relações imperialistas no pós-guerra, estão de um lado Baran e Sweezy, com a *Monthly Review*, enfocando o monopólio e o excedente produtivo; e de outro lado, Ernest Mandel, com sua qualificação sobre o capitalismo tardio.

Após a II Guerra Mundial, no encalço da nova configuração internacional, surgiu uma onda de cientistas políticos e sociais que passou a ver o fenômeno imperialista com novos olhos, apontando novos atores e sua nova configuração. Trata-se de uma geração de formuladores que, à luz do pensamento da escola marxista, analisou a conjuntura mundial de sua época. Foi o caso de Paul Sweezy (1910-2004), Paul Baran (1910-1964), Harry Magdoff (1913-2006) e Ernest Mandel (1923-1995), entre outros, que vislumbraram, nas ações dos EUA, o anúncio de uma nova “era do imperialismo”, advertindo para o papel de liderança desse país no processo (Almeida, 2009, p. 114).

Um dos pontos cruciais do debate cercava-se entre Baran e Sweezy que defendiam uma ruptura com as interpretações marxistas de mais valia e sua substituição pelo excedente produtivo. Suas leituras tratavam o excedente realizado – como consumo ou como investimento e o seu diferencial para o excedente potencial, que poderia se efetivar dada uma tecnologia se o consumo fosse reduzido e não houvesse ociosidade. Como na sociedade capitalista imperialista, a forma monopolista consolidou-se absolutamente, a produção tende a criar excedente cada vez maior, mas não consegue proporcionar consumo ou investimento para absorver esse excedente, isto é, existe um subconsumo. Para contornar essa situação o excedente é consumido de forma improdutivo, especialmente através do Estado, mas também de outras formas, como a igreja. O militarismo e as próprias relações imperialistas cumprem um papel fundamental na absorção desse excedente.

Para Mandel, o capitalismo é compreendido através de suas ondas longas, interpretadas pela mais valia e pela taxa de lucro. Se o capitalismo até o final do século XIX era marcado pela livre concorrência, o capitalismo no século XX ingressa na etapa monopolista do imperialismo (chamado de imperialismo clássico) e, após a Segunda Guerra, esse capitalismo imperialista entra numa etapa de senilidade – o capitalismo tardio. Embora seja importante notar que isso não é uma ruptura com a essência do imperialismo, mas uma etapa interna do próprio imperialismo:

A única explicação fundamental do imperialismo deve, portanto, ser a tese de Hilferding-Lenin de que o imperialismo é uma forma específica de organização da produção, reprodução e expansão capitalista, tanto no âmbito da infraestrutura social quanto no da superestrutura, que deriva de uma concentração e centralização de capital, e exerce o controle monopolista ou oligopolista dos preços dos mercados em vez da livre concorrência, introduzindo assim, inevitavelmente, poderosos estímulos a um controle autoritário e agressivo em todas as esferas da vida social (Mandel, 1972 p. 90, tradução própria¹).

¹ No original: The only fundamental explanation of imperialism must therefore be the Hilferding-Lenin thesis that Imperialism is a specific form of organisation of capitalist production, reproduction and expansion, both in the realm of social infrastructure and that of superstructure, which derives from a concentration and centralisation of capital, and exercises monopolistic or oligopolistic price control of markets instead of free competition, thereby inevitably introducing powerful stimuli to an authoritarian and aggressive control in all spheres of social life.

Nas palavras de Mandel, no capitalismo tardio, o capital excedente ocioso precisou buscar expansão do setor de serviços, para absorver parcela da mais valia do setor produtivo. Além disso, objetivou-se transformar esse setor de serviços em produtivo também, isto é, gerar mais valia através dele. A característica de internacionalização da produção, através das multinacionais, é um dos grandes diferenciais para o imperialismo clássico. Mandel investiga que as relações entre países imperialistas e dominados estão imbuídas de trocas desiguais, o que denota como os países dominantes obtém parcela da mais valia produzida nos países dominados.

Nesse capítulo, analisamos a compreensão da categoria do imperialismo após seu estabelecimento e da partilha do mundo concretizada em áreas de influência. É notável que grandes transformações nas disputas imperialistas ocorreram após o período das guerras mundiais e da definição dos blocos imperialistas de poder, com os Estados Unidos a frente do processo se instituindo como hegemonia imperialista. O capítulo traz, portanto, as discussões sobre o imperialismo em duas vertentes principais do período: a visão de Paul Sweezy e dos teóricos da *Monthly Review*, na subseção seguinte; e posteriormente a visão de Mandel sobre o imperialismo no período que denominou de capitalismo tardio.

3.1 SWEEZY E OS ECONOMISTAS DA *MONTHLY REVIEW*: O FOCO NO MONOPÓLIO E NO EXCEDENTE PRODUTIVO

O periódico *Monthly Review* foi fundado em 1949 por Paul Sweezy, economista marxista estadunidense. Além de Sweezy, a *Monthly Review* contou com colaborações de Paul Baran e Harry Magdoff, e tornou-se nas décadas de 1950 e 1960 uma revista de grande relevância para as discussões marxistas. O enfoque central da revista estava na formulação de novas hipóteses sobre os fenômenos da economia capitalista mundial, em especial sobre a categoria do imperialismo, após os eventos da II Guerra Mundial (Almeida, 2009).

Segundo Almeida (2009), a primeira obra de impacto de Sweezy (1983) foi *Teoria do Desenvolvimento Capitalista*, em uma conjuntura de auge do keynesianismo. Do ponto de vista macroeconômico, a presença dos monopólios já era algo muito

comum, isto é, os monopólios já estavam consolidados, tanto em sociedades capitalistas desenvolvidas, quanto naquelas em que dominavam relações pré-capitalistas.

Sweezy (1983) observa esses fenômenos e procura atualizar os conceitos construídos por Lenin e Rosa Luxemburgo para analisar os novos antagonismos e contradições que transformaram qualitativamente o capitalismo no pós-guerra. Com a consolidação de um mercado monopolista mundial, o centro do argumento deixa de ser as disputas de livre concorrência e os antagonismos centrais são o da rivalidade das classes capitalistas nacionais. Internacionalmente, os interesses dos capitais nacionais estão diretamente relacionados com a política estatal – os antagonismos se tornam disputas entre Estados nacionais.

Os antagonismos internacionais o imperialismo são fundamentalmente os antagonismos das classes capitalistas nacionais rivais. Como na esfera internacional os interesses do capital são direta e rapidamente traduzidos em termos de política estatal, segue-se que tais antagonismos assumem a forma de conflitos entre Estados e, portanto, indiretamente, entre as nações como um todo. (Sweezy, 1983 p. 235).

Sweezy (1983) revela como as transformações provocadas pela existência e consolidação dos monopólios transforma as leis de funcionamento do próprio capitalismo, categorizadas por Marx. O capitalismo de livre concorrência, competitivo, é transformado em concorrência monopolista, mas tal qual apontava Lenin (2011), a concorrência não era eliminada nessa nova etapa do capitalismo, mas mudava sua forma.

Almeida (2009, p. 116) aponta quatro destaques da formação e desenvolvimento histórico desse capitalismo monopolista a partir de Sweezy:

a) num primeiro momento, marcado por uma concentração/centralização do capital; b) depois, num aumento de escala tanto do tamanho médio da unidade produtiva quanto da produção; c) no surgimento dos grandes conglomerados: corporações, cartéis, trustes, assim como da fusão destes; d) e na expansão do sistema creditício, que veio acelerar o processo acumulativo capitalista.

Sweezy tem três fontes de estudo do fenômeno imperialista: capital monopolizador (com sociedades anônimas, cartéis, trustes), capital financeiro e a forma de governo. E conclui delas:

O Imperialismo pode ser definido como um estágio no desenvolvimento da economia mundial em que: a) vários países capitalistas adiantados se encontram em condições de concorrência quanto ao mercado mundial dos produtos industriais; b) o capital monopolista é a forma predominante do capital; e c) as contradições do processo de acumulação atingiram tal maturidade que a exportação de capital é uma característica destacada das relações econômicas mundiais. Como consequência dessas condições econômicas básicas, temos duas outras características: d) severa rivalidade no mercado mundial levando alternadamente a uma competição mortal e a associações monopolistas internacionais; e e) a divisão não-territorial das partes “não ocupadas” do mundo entre as principais potências capitalistas (e seus satélites) (Sweezy, 1983 p. 235).

Szmrecsányi (1984) aponta que Baran, em 1950, introduziu a noção de excedente econômico – categoria de importância central na sua obra *A Economia Política do Desenvolvimento*, e posteriormente agregada nas obras que elaborou com Sweezy, em especial no *Capitalismo Monopolista: Ensaio Sobre a Ordem Econômica e Social Americana*.

Para Baran (1964), o excedente econômico relaciona, em primeiro lugar a função econômica de um bem produzido socialmente, se como consumo ou como investimento, para refletir a diferença entre o produto social efetivo de uma comunidade e seu efetivo consumo. O excedente potencial, por sua vez, é o produto que poderia ser obtido em dado meio natural tecnológico – dados os recursos disponíveis e o consumo indispensável².

A transformação do produto potencial em efetivo pressupõe a organização produtiva e sua distribuição, o que implica a própria estrutura de como a sociedade se organiza. Essa relação aparece em quatro formas distintas que podem desacelerar a produção de excedente: 1) o supérfluo de consumo da sociedade (predominantemente realizado pelos grupos dominantes); 2) a produção que deixa de ser realizada pelo trabalho improdutivo social; 3) a produção que se perde motivada pela organização irracional – com resultados de desperdícios; 4) a produção que não se obtém por causa do desemprego originado pela anarquia de mercado e pela deficiência de demanda efetiva.

Essa relação é ahistórica, todas as sociedades produziram excedentes, embora em magnitudes distintas. Baran (1964), em seu ensaio sobre a história dos modos de

² Há, ainda, uma variante de excedente planejado, diferenciado para economia socialista.

produção, concluiu que a magnitude e o modo de apropriação do excedente econômico são determinados e determinam o grau de desenvolvimento das forças produtivas e sua correspondente estrutura de relações socioeconômicas e o sistema de apropriação desse excedente econômico. Essa relação de produção do excedente que transcende os períodos históricos pode ser observada nas relações do excedente produtivo formado na reprodução ampliada do capital, descritas por Luxemburgo (1970) – que definia que esse excedente era produzido em todas as sociedades e todos os tempos e inclusive deveria ser no socialismo.

Com essa categoria de excedente, Baran e Sweezy (1966) vão deslocar toda a sua análise marxista da mais valia para a categoria de excedente econômico. Esse seria o conceito chave da formulação de suas ideias sobre desenvolvimento econômico no capitalismo.

Ao observar o impacto das grandes corporações – apresentadas enquanto instituição central do capitalismo monopolista – no funcionamento da economia mundial, Sweezy desloca o conceito marxiano de mais-valia, substituindo-o pela categoria excedente econômico e suas formas de assimilação: o consumo capitalista e o investimento; o esforço de vendas nos momentos de crises e depressões; os gastos estatais; e o imperialismo, com todas as suas nuances (nacionalismo, militarismo e racismo). Este é o eixo sobre o qual gira a centralidade da obra, o que, para muitos críticos, empobrece sua análise, já que esta categoria deixa ausente o elemento fundamental da sociedade capitalista (Almeida, 2009 p. 116).

A categoria de excedente torna-se o foco elementar do imperialismo. Almeida (2009) aponta que, para Baran, o volume do excedente econômico, em valores absolutos é maior na economia monopolizada do que sob a concorrencial. O excedente potencial³, por outro lado, poderia ser ainda maior se pudessem alcançar apenas os níveis fisiológicos de subsistência e pleno emprego – e essa é a contradição central para Baran. Existe um consumo supérfluo, trabalho produtivo e improdutivo e condições de Bem-Estar social.

Luxemburgo (1970) apontou que, ao poupar instalações e instrumentos, ao usar meios de produção de maior rendimento, substituir o trabalho manual por máquinas, aproveitar oportunidade de mercado para adquirir matérias-primas mais baratas; a grande empresa teria vantagem sobre a pequena. Essa conclusão é similar aos

³ Para Baran (1964), o excedente potencial é maior do que a mais valia, porque agrega produção que deixa de se efetivar.

apontamentos de Baran (1964) para refletir que o excedente absoluto era maior em uma economia concentrada, isto é, em uma economia de monopólios.

Historicamente, Baran (1964) compara a produção e distribuição social do excedente – que aumentou expressivamente na transição feudalismo-capitalismo, mas, ao mesmo tempo, se concentrou nas mãos de um pequeno grupo. O mesmo ocorreu na transição do capitalismo concorrencial para o monopolista. Após a crise de 1930 e a Segunda Guerra, encontrava-se consolidada a economia baseada em monopólios.

A história não deixa de lembrar o fato de que a depressão de 1930 comprometeu, irremediavelmente, a concepção de automaticidade do mercado, ao mesmo tempo em que reabriu possibilidades à intervenção do Estado, quando a burguesia julgou necessário na tentativa de evitar que a depressão levasse à derrocada a ordem capitalista. A grande empresa o percebera, mesmo assim continuou a difundir os valores tanto da automaticidade do mercado como da neutralidade do Estado, por perceber, também, que a cortina de fumaça que se espalhava dali, trazia em si a utilidade prática do ofuscamento do crescente domínio do aparelho estatal pelos grupos monopolistas. Este projeto foi estabelecido durante a Segunda Guerra Mundial, período em que se consolidara, efetivamente, o domínio do capital monopolista no seio dos países centrais do capitalismo (Almeida, 2009 p. 127).

Baran e Sweezy (1966) trabalham com as categorias de capital monopolista de Hilferding e Lenin para identificar as “leis de movimento” da etapa imperialista, para construção do seu “modelo da economia do capitalismo monopolista” (p. 25). A esta etapa histórica, os autores consideram mais realista a ideia de que os monopólios haviam modificado substancialmente as relações capitalistas e suas leis em comparação àquelas que foram observadas por Marx. Ao mesmo tempo, apontam que seus novos pressupostos mantêm a essência e evoluem o pensamento marxista e leninista. Por isso, insistem que as formulações marxistas precisavam evoluir nesse sentido:

Com demasiada frequência, os marxistas se satisfizeram com a repetição de formulações familiares, como se nada realmente novo tivesse acontecido desde os dias de Marx e Engels – ou de Lenin, pelo menos. Em consequência, os marxistas não puderam explicar as evoluções importantes, e por vezes nem mesmo reconhecer-lhes a existência (Baran; Sweezy; 1966, p. 13).

E prosseguem:

Também não contribuíram os marxistas, de forma significativa, para a nossa compreensão de algumas das principais características da sociedade da abundância – particularmente sua colossal capacidade de provocar desperdício público e privado, e as profundas consequências econômicas, políticas e culturais que decorreram dessa característica do sistema. (Baran; Sweezy; 1966, p. 13).

Baran e Sweezy (1966) apontam que as análises de Marx se baseavam no capitalismo em um regime de concorrência perfeita, sem tratar os monopólios como elemento basilar do capitalismo – esses seriam remanescentes do passado feudal e tenderiam a ser extintos no capitalismo. Em outras palavras, Marx investigou o capitalismo de seu período, mas não imaginou um sistema hipotético predominado por monopólios em grande escala.

Após a Segunda Guerra, afirmam Baran e Sweezy (1966), a unidade econômica típica da sociedade deixou de ser a pequena firma, com produção homogênea e tomadora de preços, e tornou-se a grande empresa monopolista – essas são capazes de controlar preços, volume da produção e os tipos e volumes de investimento.

Baran e Sweezy (1966) apontam, em uma das diferenciações com as leis de funcionamento do capitalismo de livre concorrência, por exemplo, a distinção dos interesses dos novos administradores profissionais contra os interesses dos acionistas da empresa. E o que esperar da nova grande empresa? A empresa não age como um empresário individual em busca de maximização de lucros, mas tem liberdades de escolher uma variedade de objetivos que, quantitativamente podem ser menos preciosos, mas qualitativamente são mais valiosos, como a dominação de um mercado. Esses administradores tampouco estão atuando sob racionalidade perfeita, mas há uma imprecisão de informações que atuam sobre suas tomadas de decisão.

A questão central de Baran e Sweezy (1966) é a percepção da centralidade da atuação das grandes empresas. A concentração do capital nessas firmas monopolistas convive com a concorrência de pequenas empresas, mas essas devem ser percebidas de forma distinta qualitativamente. Os diretores e as grandes empresas olham para o cenário futuro e calculam suas decisões e colocam “a economia em movimento, seu poder que a mantém em atividade, suas políticas que criam dificuldades e crises” (Baran; Sweezy, 1966, p. 60).

Como as empresas monopólicas e oligopólicas controlam enorme massa de riquezas, além de realizar parte importante da parcela da produção no sistema, elas influenciam muito nas esferas política e econômica, tanto interna quanto externa, no âmbito do sistema como um todo. Por resultado, essa influência se estende à esfera do Estado, determinando governos e políticas tanto nacionais quanto internacionais (Almeida, 2009 pp. 127-128).

É preciso notar, que para o sistema como um todo, nem a maior das grandes empresas tem capacidade de gerenciar toda a economia, pois seu capital ainda representa parcela pequena da totalidade – mas são capazes de determinar políticas de preços e se unir para atingir os próprios interesses, ainda que dentro de certos limites.

Assim como Baran (1964) havia feito, Baran e Sweezy (1966) construíam suas abordagens sob a ótica do excedente (e não da “mais valia”); excedente que era usado para consumo ou acumulação capitalista – se esse excedente crescente não puder ser absorvido deste modo, então outras formas de utilização do excedente assumem importância crucial. A definição desse excedente é aquilo que a sociedade produz e os custos da produção, seu volume é um índice de produtividade da riqueza e dá margem a liberdade para que a sociedade atinja objetivos a que se proponha chegar. As formas de utilização do excedente apontam os graus de liberdade e como ele será usado.

Esse excedente liga a base econômica da sociedade com a superestrutura política, ideológica e cultural. Se em uma sociedade feudal, o excedente era extraído e consumido de forma simples por meio da força, pelos senhores feudais dos servos, e essa relação determina o volume do excedente produzido, a forma como é usado e sua relação com a política e a cultura; em outras sociedades como a capitalista, esses mecanismos são mais complexos e sofisticados (Baran; Sweezy, 1966).

E como esse excedente é absorvido socialmente é a questão que detém toda análise de Baran e Sweezy (1966). Existem três formas de absorção do excedente: consumo, investimento ou desperdício. O aumento no excedente, em geral, é convertido em aumento proporcionalmente maior do investimento e redução do consumo proporcional pelos capitalistas. A elevação desse investimento, entretanto, significa dizer que a capacidade produtiva da sociedade cresce mais rápido do que o produto. Por suposto, isso gera um elemento autolimitante para o crescimento do investimento. Mas isso vale para o que os autores chamam de investimento endógeno, isto é, cujas suas oportunidades encontram-se em mecanismos internos ao sistema.

Baran e Sweezy (1966) apontam três tipos de investimento exógeno: 1) investimento que atende as necessidades de crescimento da população; 2) investimento em novos métodos de produção e novos produtos; 3) investimento no exterior. Em sua conclusão, o progresso tecnológico e o crescimento demográfico não são suficientes para a solução do problema da absorção do excedente. O exterior serviria, portanto, como escoadouro do excedente possível de ser investido, mas isso tampouco acontece. Em geral o exterior envia seu excedente para os países desenvolvidos e não o inverso. Mesmo em casos em que o investimento se direcione ao exterior, no período subsequente o investimento volta com fluxo de juros e dividendos, ou remessas em forma de pagamento de serviços. Dessa forma, o investimento no exterior é mais uma forma de transferência de excedente do exterior de volta à origem.

Assim, Baran e Sweezy (1966 p. 113) concluem que

Por mais que se procure, é impossível evitar a conclusão de que o capitalismo monopolista é um sistema autocontraditório, que tende a criar um excedente cada vez maior, embora não consiga proporcionar o consumo e o investimento exigidos para a absorção do excedente crescente e, portanto, para o funcionamento tranquilo do sistema. Como o excedente que não pode ser absorvido não será produzido, segue-se que o estado normal da economia capitalista é a estagnação

Mas, ao mesmo tempo assume que essas forças existem, caso contrário o sistema como um todo teria caído. E a saída encontrada para absorção do excedente encontra-se no desperdício improdutivo. Há sempre excesso superabundante e não falta. O Estado e a Igreja são os primeiros reconhecidos como consumidores desse excedente, mas também entram aqui uma categoria importante de trabalhadores improdutivos.

Ao resumir as contradições e irracionalidades do capitalismo monopolistas já descritas por Baran, Almeida (2009) aponta: 1) existência contínua de capacidade física ociosa que absorve parcela do investimento; 2) perda de produção por subutilização de economias de escala; 3) multiplicação contínua de unidades produtivas sem considerar minimização de custos ou maximização de lucros; 4) vinculação da pesquisa científica e seu investimento à controle privados ou de governos que associam seus resultados ao lucro e a programas bélicos; 5) existência do desemprego – ainda que haja aumento da parcela do produto social, sob o capital monopolista, não há possibilidade de pleno emprego.

Uma das categorias fundamentais para absorção desse excedente é, portanto, a questão do investimento militar e o imperialismo. Desde a formação do imperialismo, Sweezy defende que o militarismo é parte integrante da lógica produtiva do capital.

Para Sweezy, o nacionalismo e o militarismo tiveram, no período formativo do capital monopolista, um papel indispensável, quando o primeiro teria sido “a expressão da aspiração, na nascente classe média, de unidade econômica e liberdade cultural, contra o separatismo e obscurantismo da sociedade feudal; o militarismo foi o meio inevitável de atingir esse fim” (1983:236). (Almeida, 2009 p. 118).

No período monopolista consolidado do capital, Baran e Sweezy (1966) questionam os motivos de os Estados Unidos precisarem manter um grande aparato militar pós-guerra, uma vez que antes do estabelecimento do imperialismo e de sua consolidação, uma estrutura militar muito menor satisfazia os interesses do capital. A máquina militar não serve apenas para reprimir e controlar a força de trabalho, mas há uma absorção do excedente produtivo pelo aparato militar importante, especialmente nos Estados Unidos.

Baran e Sweezy (1966) adotam a nomenclatura de metrópole, para países localizados na cúpula dos exploradores e colônia os países da base, ou próximo dela, dos explorados. A esfera de exportação de uma metrópole, a qual seus rivais capitalistas estão em maior ou menor grau excluídos, chamam de império. Existem casos intermediários, a exemplo de Portugal, que inserem seu próprio império subordinado a um império maior, como o britânico; outros países intermediários mantêm relações independentes, como ocorreu com os Estados Unidos durante seu primeiro século e meio.

Na história do capitalismo, os Estados Unidos sempre foram expansionistas e imperialistas desde antes de alcançarem a independência, mas nem os seus primeiros líderes tinham ilusões de desafiar exitosamente as potências imperialistas mais antigas pelo papel de liderança na cúpula. Por isso, adotaram uma postura de alianças e negociações para tirar proveito dos conflitos de outras nações. Durante o século XIX, os Estados Unidos construíram grande império, mas sem necessidade de aparato militar correspondente.

Ao longo da Segunda Guerra, entretanto, os Estados Unidos, já estabelecido como potência, precisou fazer frente à outras potências nascentes, Japão e Alemanha, e,

portanto, precisava estabelecer um exército forte com alianças militares com outros países europeus. Ao término da guerra, os Estados Unidos se consolidam como a grande potência imperial e, com a Guerra Fria, precisaram manter um exército robusto contra as ameaças socialistas.

O Estado, especialmente nos Estados Unidos, cria uma aliança com oligarquias que se envolvem na produção de armas. Essa classe de oligarcas consegue lucros acima da média social porque negocia com um comprador praticamente isento de riscos que gasta bilhões de dólares com frequência. A militarização social estimula ainda forças ideológicas reacionárias e irracionais, junto com respeito cego pela autoridade (Baran; Sweezy, 1966).

A questão central dos investimentos em armas, entretanto, ainda se volta à absorção do excedente: “O capitalismo monopolista parecia ter encontrado finalmente, com isso, a resposta à questão do “em que”: em que poderia o governo gastar o suficiente para impedir que o sistema se afundasse na estagnação? Em armas e ainda mais armas.” (Baran; Sweezy, 1966 p. 213).

A guerra em Baran faz parte do *modus operandi* do capital monopolista, é um dos instrumentos do imperialismo. Isso acontece pela capacidade de aplicar parte significativa do excedente econômico, em benefício de empresas monopolistas, com demanda adicional para sua produção, aumento da lucratividade e dos níveis de emprego. A indústria de armamentos também dinamiza o setor industrial com rápido incremento da tecnologia, com riscos assumidos pelo Estado. As guerras também possibilitam controlar as crises sistêmicas, pelo controle da área em mercados internacionais e pelo aumento da produção e vendas – de mercadorias bélicas e infraestrutura logística – que dinamizam a economia em momentos de crise (Almeida, 2009).

Como é bem sabido, os Estados Unidos, durante os anos de guerra, foram não somente capazes de manter 12 milhões de pessoas ligadas diretamente à guerra, de produzir fantástica quantidade de armamentos, de suprir seus aliados com enormes quantidades de gêneros alimentícios e outros bens, mas ainda de aumentar o consumo da população civil. Em outras palavras: todo o esforço bélico americano – durante a maior e mais custosa guerra que sua História registra – foi financiado pelos Estados Unidos mediante a mobilização de parte do seu excedente econômico potencial. (Baran, 1964 p. 95).

Entretanto, a eficiência dos gastos em armas é limitada pela tecnologia, isto é, os gastos militares cada vez mais se voltam à ciência e tecnologia e mobilizam cada vez menos massas de força de trabalho e armas. A proporção dos gastos militares se aplica mais para engenharia, pesquisa e desenvolvimento e menos é destinado a equipamentos militares produzidos em massa (tanques, aviões, navios), logo, esse tipo de gasto emprega menor quantidade de pessoas – o que significa que impactam menos investimento e emprego. E, uma segunda limitação, é que o aprimoramento de armamentos não gera seu consumo, uma vez que uma guerra entre potências tem potencial de destruir os próprios países, o que para Baran e Sweezy (1966) torna esse um tipo de gasto irracional.

Para Baran e Sweezy (1966), dois mecanismos são fundamentais na construção histórica dos ciclos de crescimento e estagnação do capital: 1) inovação que marcaram época; e 2) guerras e suas repercussões são os mecanismos. Para Almeida (2009), Sweezy vislumbrava o fim decisivo do capitalismo, sem aludir a uma escatologia, mas apontando para as resistências que se elevavam a partir das contradições internas-externas dos países imperialistas. As contradições classistas são aprofundadas no imperialismo que promove guerras e levariam a classe trabalhadora para uma ação anticapitalista.

Nas relações imperialistas, ao entrar em outros mercados, o país imperialista introduz de elementos alienígenas à tradição econômica e impõe mudanças que transformam a cultura e a relação produtiva (o fazer produtivo). A introdução industrial traz consigo novas necessidades e hábitos além de mudanças na estrutura social – as indústrias nativas precisam se adaptar ou sucumbem. (Almeida 2009).

A introdução de mercadorias manufaturadas de baixo preço e a importação de capital pela economia colonial revolucionam o modo de produção antes existente. As indústrias artesanais recebem um golpe de morte; os meios modernos de transporte pré-capitalista; as antigas relações sociais se dissolvem; surge uma burguesia nativa que começa a liderar a promoção de um espírito de nacionalismo idêntico ao que caracterizou o desenvolvimento inicial do capitalismo nas nações hoje industrialmente adiantadas. Ao mesmo tempo, porém, o desenvolvimento da economia colonial não é equilibrado. Sob o domínio do imperialismo, a industrialização avança muito lentamente, incapaz de absorver por isso o fluxo crescente dos artesãos arruinados pela concorrência dos produtos feitos à máquina nas fábricas das regiões adiantadas. A consequência é o aumento das fileiras do campesinato, aumentando a pressão sobre a terra, e uma deterioração da produtividade e dos padrões de vida das massas agrícolas que constituem, de longe, a maior

camada das populações coloniais. O imperialismo cria, assim, problemas que não pode resolver (Sweezy, 1983 p. 247).

Almeida (2009, p. 128) aponta que o imperialismo em Baran já apresentava diferenciações com o imperialismo nascente do final do século XIX:

Como se percebe, ao ressaltar o tipo de imperialismo vigente em seu tempo, Baran o diferencia do modo tradicional, quando a ação imperialista se fazia através da coação e do enquadramento militar diretamente ao mercado desejado. Para ele, o que caracteriza a ação do capital monopólico de seu tempo, nos limites econômicos, era a concessão de grandes empréstimos, donativos e 'assistência técnica' aos países que interessavam ao processo de acumulação.

Baran (1964) analisa que as condições do subdesenvolvimento pioraram nos países periféricos, com a renda per capita de populações que era equivalente a 50-60 dólares, em paralelo ao desenvolvimento dos países centrais. Nessas regiões a estrutura produtiva agrária é parte substancial do emprego e do produto nacional, o que marca sua produção de excedente.

Como as condições da produção, da circulação e dos preços dos produtos agrários no mercado internacional pautam-se no âmbito da excessiva intermediação comercial de seus produtos e no lento crescimento do seu setor industrial, a posição ocupada pelos mercados internos das regiões periféricas do sistema é a de apêndice dos das nações centrais (Almeida 2009 p. 131).

Magdoff (1978) também estuda as condições do imperialismo pós-guerra, especialmente a partir da década de 1960, quando havia se estabelecido a liderança imperialista dos Estados Unidos. Sua investigação apontou disparidade crescente de poder concentrado em poucas nações em contraste com uma maioria de nações permanentemente pobres. Há uma unidade interna nas nações imperialistas, em harmônica relação das esferas política, econômica e militar, para conservação e reprodução das relações imperialistas. A posição hegemônica dos Estados Unidos no pós-guerra e sua liderança sobre as demais potências imperialistas, assim como sua capacidade de criar impérios multinacionais e da imposição do dólar como moeda mundial, garantiam essa manutenção da reprodução do imperialismo.

Na interpretação de Magdoff do fenômeno do imperialismo, a preocupação dos países imperialistas não era apenas econômico-contábil, mas uma manutenção de controle sobre países periféricos, em disputa com outras nações.

[...] certos países pequenos da América Latina, produtores de lucros relativamente baixos, são importantes na elaboração de políticas dos EUA, porque o essencial é o controle sobre toda a América Latina. Nesse contexto, o controle e a influência são necessários não só para prevenir a expropriação do capital dos Estados Unidos e imunizar o país contra a revolução social, mas até porque seu voto nas Nações Unidas ou na OEA é relevante para o esquema geral de dominação norte-americana (Magdoff, 1978 p. 9).

Magdoff (1978) indica que a influência dos Estados Unidos sobre o mundo a partir dos elementos: 1) presença política e militar em todo o mundo (via empréstimos financeiros, guerras, suporte e bases militares); 2) país dominante na criação de impérios multinacionais; 3) o dólar como moeda mundial – para meio de pagamentos, crédito e reserva; 4) crescimento dos seus bancos multinacionais.

Nesse período do imperialismo, os blocos de países industrializados se alinharam, sob liderança dos Estados Unidos, através da criação de instituições internacionais que passaram a controlar a dinâmica capitalista mundial, como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Fundo Monetário Internacional (FMI), ou o Banco Mundial (BM). Assim como em Baran e Sweezy (1966), a questão militar ganha destaque em Magdoff (1978) através da análise da expansão das forças armadas dos Estados Unidos em posições estratégicas – o número de países com a presença militar dos EUA subiu de 39 durante a 2ª Guerra, para 64 em 1950.

Foster e Magdoff (2009), em estudo mais recente, tentaram entender a crise de 2007, baseados nas construções teóricas de Baran e Sweezy. Nessa perspectiva, o capitalismo monopolista, com preços fixados pelas principais empresas, apresenta tendência de geração de um excedente que não é absorvido por consumo, investimento e nem por gastos civis do governo (Mello Filho, 2020). O sistema só se mantém por artifícios de gastos militares altos e especulação financeira.

O notável dos teóricos da Monthly Review em suas análises sobre o imperialismo é, em primeiro lugar, a supressão da análise da mais valia, substituída pelo excedente e o estudo de seu comportamento. A questão da não absorção do excedente, que se assemelha a análise dos problemas de realização da mais valia de Rosa

Luxemburgo, é o ponto chave das buscas do capitalismo de novos investimentos que possam suprir esse excedente e manter a reprodução ampliada do capital. Os gastos militares se tornam um ponto chave dessa absorção. As mudanças no imperialismo se voltam mais a manter áreas de influência e a nova hegemonia dos Estados Unidos do que de um ponto de absorção desse excedente em si.

3.2 MANDEL E O CAPITALISMO TARDIO

Segundo Teixeira (1982), Ernest Mandel foi um dos críticos que rechaçou a teoria do capitalismo monopolista, porque sua proposta expunha que as contradições internas do capitalismo teriam diminuído. Mandel descartava a ideia de que intervenção do Estado poderia suspender ou eliminar as contradições internas do modo de produção capitalista e considerava a base da teoria de Baran e Sweezy como fundamentada na ação ideológica, com interesse em defender a tese dos partidos comunistas (PC's) de que a contradição não era mais entre capital e trabalho, mas entre os defensores do capitalismo e do socialismo.

Baran e Sweezy abandonam a lei da queda tendencial da taxa de lucro e explicam os movimentos do capital pelo subconsumo, uma vez que, em sua visão a primeira diria respeito à um sistema competitivo enquanto a segunda apresenta uma substituição da concorrência entre capitais industriais pelos monopólios. Isso mudaria as interpretações sobre as crises, progresso técnico e intervenção estatal na economia com as quais Mandel discordava (Silva, 2012).

Para Mandel (1982; 1990), as mudanças no capitalismo pós-guerra (e pós-grande depressão de 1929) foram significativas. O período conhecido como “Capitalismo Tardio”, refere-se ao período posterior à Segunda Guerra, no qual houve forte expansão da acumulação de capital, com elevação da taxa de lucro, conciliadas com contradições internas profundas. Silva (2012) aponta que as características dessa nova etapa do “Capitalismo Tardio” eram marcadas pela “aceleração da inovação tecnológica, economia de guerra permanente e revolução colonial em expansão” (p. 18), o que tenciona os superlucros a se deslocarem das colônias para os países imperialistas.

Mandel tenta apontar que o sistema econômico do pós-guerra entrou numa fase de senilidade, uma decadência do sistema capitalista, que coexiste e tem os germes da

nova sociedade, em fase embrionária. Neste ponto, Mandel defendia o método marxista adotado para estudar o próprio capitalismo:

Em outras palavras, não deve partir de um ideal último ou objetivo normativo a ser alcançado, mas sim dos elementos da nova sociedade que já estão crescendo no ventre da velha – das leis do movimento e das contradições internas do modo de produção capitalista e da sociedade burguesa existente. (Mandel, 1986 p. 5, tradução própria⁴).

Silva (2012) aponta que a defesa de Mandel desta nova etapa não implicava novas leis da acumulação capitalista divergentes d'*O capital*, de Marx ou de *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, de Lenin. Era um desdobramento da época imperialista do capital. Mandel (1972) defende que a substituição do imperialismo emergiria apenas de uma transformação profunda baseada na propriedade social dos meios de produção, na transformação da força de trabalho – de *commodity* para mestre da produção; da generalização da centralização democrática e planejada autoadministrada de todas as esferas da vida social. Sem essas transformações profundas, nenhuma outra forma de economia, sociedade ou política era possível fora do imperialismo – dentro do modo de produção capitalista.

Enquanto compreensão do imperialismo como etapa do capitalismo, Mandel busca explicar que as etapas de transformação do modo de produção capitalista se justificam pelas ondas longas do capital. Na interpretação de Mandel, a dinâmica do capitalismo no longo prazo funciona por meio de ondas, isto é, sem representar um ciclo com características plenamente endógenas. Os grandes momentos de declínio ou ascensão têm características multicausais, que incorporam os movimentos políticos, sociais, de luta de classes para além de uma leitura puramente mecânica do processo.

Na análise das ondas longas do capital, Mandel aponta que o imperialismo das leituras clássicas de Lenin, inicia seu movimento ascendente em 1894/1913, substituindo o capitalismo de livre concorrência. Em meados da Primeira Guerra, entrou em um período de declínio até a Segunda Guerra, quando foi substituído por uma etapa de capitalismo tardio. Entretanto, não há, em Mandel, ruptura com a categoria do imperialismo e suas implicações. O capitalismo tardio seria um desdobramento do

⁴ No original: In other words, it should not start from an ultimate ideal or normative goal to be achieved, but rather from the elements of the new society which are already growing within the womb of the old – from the laws of motion and inner contradictions of the capitalist mode of production and of existent bourgeois society.

período imperialista; isso é, como uma subetapa interna, destacado como um período de senilidade do próprio imperialismo em crise buscando formas de sobrevivência através de características novas: exploração internacional através das trocas desiguais, instituição de empresas multinacionais como a nova forma capitalista de acumulação, fortalecimento do terceiro setor, tentativa de aumentar a circulação de mercadorias e, portanto, a rotação do capital.

3.2.1 Ciclos longos do capital

A hipótese de ciclos longos do capital é, em geral, creditada a Kondratieff por suas pioneiras contribuições e sistematizações sobre o tema. Doravante, diversos debates sobre a relevância de ciclos longos influenciaram não somente correntes marxistas, mas também, as ideias de Schumpeter e dos neo-schumpeterianos. Para Marx, as crises eram estabelecidas por fenômeno cíclico, decisivos no ciclo industrial, entre 7 e 10 anos, quando o capital fixo era renovado (Marx, 2014). Outros teóricos encontram regularidades cíclicas similares para estabelecer temporalidades de recessões capitalistas.

Kondratieff e Stolper (1935) ao procurarem as bases estatísticas da produção na Inglaterra, Estados Unidos e França, julgaram que os mecanismos de flutuações também se repetiam em movimentos de longo prazo – períodos de 50 anos, nos quais a primeira metade apresenta um caráter ascendente e a segunda metade crises (Silva, 2012).

Nos ciclos de Kondratieff o que definem as ondas de ascensão do capital são o aumento do fundo de bens de capital básicos, enquanto os períodos de queda ocorrem quando há uma queda desses fundos (Magnani, 2018). Segundo Tarascio (1988), Kondratieff observou em seus ciclos que os períodos de expansão eram acometidos por guerras e tensões sociais, que emergem motivados pelo aumento da competitividade de novos mercados e matérias-primas; enquanto nos períodos de recessão, as firmas reduzem os custos – essa redução normalmente emerge das inovações tecnológicas. Embora essas inovações apareçam na recessão, somente na fase de ascensão seguinte são aplicadas em grande escala.

Segundo Magnani (2018), Schumpeter adota uma base de ciclos longos similar a Kondratieff, quando considera os períodos de 50 anos, aproximadamente, intercalados de ciclos de prosperidade e depressão. A questão para as reversões dos ciclos, entretanto, para Schumpeter está na centralidade da “inovação” e da “tecnologia”.

No início do século XX, Schumpeter destacava o papel central nas inovações no processo de desenvolvimento das economias capitalistas. Na interpretação de Schumpeter, o capitalismo é um processo evolutivo, caracterizado pela mudança, isto é, não permanece em estado estacionário. O impulso deste movimento é decorrido dos “bens de consumo, novos métodos de produção ou transporte, novos mercados, das novas formas de organização industrial que a empresa capitalista cria.” (Schumpeter, 1984. p.112).

O processo de avanço tecnológico e inovação tem suas forças motrizes dentro da economia, e não fora dela. O mais importante do processo é entender como o capitalismo cria e destrói essas estruturas tecnológicas, o que Schumpeter (1984) nomeia de destruição criativa. As firmas buscam aproveitar as oportunidades competitivas através da criação e adoção de inovações que tornem suas rivais obsoletas (Conner, 1991). Essa concorrência não é apenas de preço, mas de qualidade, a concorrência de novas mercadorias, novas tecnologias, novos tipos de organização, novas fontes de oferta.

Os empresários cumprem papel fundamental nesse processo. Schumpeter não pensou em um agente racional que calculava os retornos dos investimentos futuros, mas dividiu a economia em dois tipos de agentes: empresário, excepcionais, que não são capazes de prever o futuro, mas estão inclinados a encarar os perigos e dificuldades da inovação como ato de vontade. E os imitadores, que simplesmente gerenciam a rotina e seguem o acorlar heroico do primeiro grupo.

Além disso, para Schumpeter (1984), os monopólios (e oligopólios) não se caracterizavam por reduzir o Bem-Estar social, mas como um incentivo aos empresários para realizarem investimentos em inovações que lhes permitisse expectar alcançar posição dominante no mercado. O investimento em inovação radical requer um risco inerente, comparável a atirar em um alvo que se move no escuro, dados os compromissos financeiros e os riscos competitivos que a firma deve encarar. O poder de monopólio é um incentivo às inovações revolucionárias.

Para Schumpeter (1997), a teoria econômica era capaz de explicar os mecanismos do “fluxo circular”, quando a economia estava em uma forma de “paradigma normal”, em equilíbrio, com concorrência perfeita, situação na qual cada bem produzido encontra seu mercado e há apenas incrementos na produtividade de forma contínua. Entretanto, quando ocorre uma mudança descontínua, uma revolução produtiva, a teoria econômica não conseguia explicar o período.

3.2.2 Ondas longas de Mandel

Mandel (1992) apresenta sete questionamentos importantes sobre os ciclos longos de Kondratieff. 1) a estrutura temporal da hipótese: os ciclos podem ser estatisticamente verificados em áreas geográficas significantes? 2) faz parte da dinâmica do crescimento do capitalismo, ou depende de indivíduos inovativos? 3) qual a correlação precisa dos altos e baixos dos movimentos de capital de longo prazo com a inovação tecnológica? 4) Qual a regularidade verificável no longo prazo do desenvolvimento capitalista (controvérsia de Trotsky com Kondratieff)? 5) O movimento dos “ciclos” de longo prazo é endógeno ou exógeno? 6) É monocausal ou pluricausal? 7) Quais forças determinam as mudanças básicas nas condições gerais de acumulação capitalista, e as mudanças nos Estados hegemônicos no mercado mundial?

A controvérsia entre Trotsky e Kondratieff é fundamental para a formação do pensamento de Mandel, enquanto dirigente de organização trotskista. Garvy (1943) aponta que Trotsky reconhecia os movimentos de longo prazo na vida econômica, mas se recusava a ceder em reconhecer seu movimento cíclico. Segundo Plys (2012), Trotsky concentrava sua análise na dinâmica dos eventos políticos, nesse sentido, haviam motivações endógenas e exógenas que influenciavam a dinâmica capitalista. Em Kondratieff, por sua vez, o sistema capitalista era composto por uma lógica endógena subjacente e, portanto, admite-se possibilidades de crise final do capitalismo no ciclo longo, a qual o capitalismo não poderia recuperar-se, ou a continuidade cíclica de ondas longas com recuperações. Isso implica que eventos políticos de grande magnitude, como a própria Revolução Russa, são incapazes de afetar o capitalismo, uma vez que é impossível romper com sua lógica endógena cíclica. A resposta de Kondratieff para as

críticas de Trotsky, segundo Plys (2012), foi apontar que os fatores políticos estavam inseridos na lógica endógena dos ciclos longos.

Trotsky reconheceu a existência de longas oscilações na vida econômica, mas se recusou a reconhecer o seu carácter cíclico. Ele considerou que as longas oscilações se deviam a circunstâncias políticas e econômicas concretas e únicas. "Quanto às grandes fases da tendência da evolução capitalista (de 50 anos) para as quais o Professor Kondratieff sugere incautamente o uso do termo 'ciclos', devemos sublinhar que o seu carácter e duração são determinados não pela dinâmica interna da economia capitalista, mas sim pelas condições externas que constituem o quadro da evolução capitalista" [...]. Trotsky sustentava que o conceito de ciclos longos não era frutífero. "A nossa principal tarefa é estabelecer a curva da evolução capitalista, incorporando tanto os seus elementos não periódicos (tendências básicas) como os seus elementos periódicos (recorrentes). Devemos fazer isto para os países nos quais estamos interessados e para o mercado mundial como um todo." Ele ilustrou sua ideia com um gráfico no qual ciclos longos são substituídos por uma sucessão de tendências lineares descendentes e ascendentes de duração desigual e inclinação diferente (Garvy, 1943, p. 213, tradução própria⁵).

Mandel (1992) assume posição semelhante a Trotsky e substitui a ideia de "ciclos" longos por "ondas" longas do capital. Essa observação reconhece que o capital, historicamente, apresentou momentos de maior e menor crescimento na acumulação que precisam ser explicados, mas não há uma base temporal precisa para qualificar como ciclo. Entende-se por onda períodos históricos que sucedem maior ou menor crescimento da acumulação capitalista; por ciclos entendem-se ondas que se propagam em intervalos de tempo regulares.

Por outro lado, existe um efeito cumulativo de uma sucessão de movimentos de longo prazo com duração diferente de 25 anos. A última onda expansiva nos EUA não é um 'boom pós-Segunda Guerra Mundial' como na Europa Ocidental e no Japão; durou de 1940 até o início dos anos 1970, ou seja, por 33 anos. Da mesma forma, a 'longa onda depressiva', iniciada por volta de 1973, já dura quase 20 anos, e estou convencido de que durará ainda muitos anos. Portanto, mesmo que se tome novamente uma duração de 30 a 35 anos,

⁵ No original: Trotsky recognized the existence of long swings in economic life, but refused to concede their cyclical character. He took the view that long swings were due to concrete, unique, political and economic circumstances. "As for those large phases of the trend of the capitalist evolution (of 50 years) for which Professor Kondratieff incautiously suggests use of the term 'cycles,' we must stress that their character and duration are determined not by the internal dynamics of the capitalist economy, but by the external conditions which constitute the framework of capitalist evolution" [...]. Trotsky held that the concept of long cycles was not fruitful. "Our main task is to establish the curve of capitalist evolution, embodying both its non-periodic (basic trends) and its periodic (recurring) elements. We must do this for the countries in which we are interested and for the world market as a whole." He illustrated his idea by a chart in which long cycles are replaced by a succession of linear downward and upward trends of unequal duration and different slope.

isso resultaria em duas ondas Kondratieff sucessivas durando juntas pelo menos 63 anos, se não 68 a 70 anos ou mais, o que está substancialmente acima de um ciclo duplo de 50 anos. (Mandel, 1992 p. 326).

A base dessa compreensão, que emerge da controvérsia entre Trotsky e Kondratieff, permite a Mandel elaborar suas análises sobre as ondas longas do capital. Nos ciclos curtos há uma objetividade de substituição de capital fixo, de queda na taxa de lucro, de subconsumo ou de outros fatores supracitados que apontam para uma constância regular nos ciclos. Em outras palavras, a diferença das ondas longas e dos ciclos curtos de Mandel se caracterizam por automaticidade da reversão, do ponto de virada. Nos ciclos curtos essa virada independe das relações internacionais, da luta de classes, da ideologia, da forma de governo – crise de superprodução de capital é inevitavelmente sucedida por ressurreição do investimento, produto, emprego e renda; nos ciclos longos, por sua vez, o mecanismo de reversão é parcialmente automático – quando há reversão expansiva para depressiva – e definitivamente não é automático quando ocorre reversão depressiva para expansiva (Mandel, 1992).

Quanto à questão se o crescimento é uma dinâmica inerente ao modo de produção capitalista ou se há dependência do papel autônomo da personalidade inovativa que desencadeia o processo de mudança tecnológica radical; Mandel (1992) se aproxima da primeira hipótese e ressalta duas considerações importantes acerca das características do modo de produção capitalista – a concorrência e a luta de classes (separação dos produtores dos meios de produção). Essas duas características obrigam os capitalistas a acumular cada vez mais capital e a reduzir os custos de produção com a inovação tecnológica.

Mandel (1986) aponta que as ondas longas do capital não poderiam ser explicadas somente por mecanismos puramente endógenos da economia capitalista. Baseado nas concepções de Trotsky, fatores como o descobrimento de novos recursos naturais, novos países e continentes ingressantes no modo de produção capitalista, guerras, revoluções podem determinar épocas declinantes, estagnadas ou novas etapas de crescimento do capitalismo.

As ondas longas são descritas em Mandel (1982) em: 1) ascendente, quando ocorre acréscimo de massa e taxa de lucro, volume e ritmo de acumulação e; 2) na crise (e depressão subsequente) a massa e taxa de lucro declinam bem como o volume e ritmo de acumulação. No auge dos períodos ascendentes ocorrem processos de

superprodução, quando parcela do capital acumulado só pode ser investida a uma taxa de lucros inadequada e crescentemente declinante de juros. A superacumulação resultante é relativa – nunca se tem capital em excesso absoluto, mas existe excesso de capital disponível para que se atinja taxa média de lucros esperada. Esse capital excedente é desvalorizado e parcialmente destruído em valor e, então, ocorre um processo de retração dos investimentos.

Mandel (1982) aponta que, em Marx, o ciclo curto é determinado pelo tempo de rotação necessário a reconstrução da totalidade do capital fixo. Esse momento de renovação do capital fixo explica a extensão do ciclo econômico e sua oscilação ascendente e de aceleração de acumulação de capital (momento decisivo da a reprodução ampliada). Portanto, nesse momento, a atividade de investimento dos empresários é principal estímulo para movimento ascendente do ciclo - para reorganizar completamente processo técnico precisa novas máquinas que devem ser projetadas anteriormente.

Mandel (1982) divide a mais valia em: gasto improdutivo; compra de maquinaria mais cara e moderna ou ampliação do capital fixo; e capital circulante adicional (capital variável e matéria-prima adicional) – o resultado é uma taxa de crescimento do capital fixo dada pelo montante de mais valia usada na compra de maquinaria sobre o capital fixo já existente; essa taxa é nomeada estoque social de maquinaria. O nível dessa taxa de expansão define períodos de lenta ou rápida renovação tecnológica.

Em momentos de ascensão, o capital adicional despendido maciçamente que havia ficado, até então, ocioso é justificado pelo aumento repentino da taxa de lucro. Mandel (1982) justifica que esse aumento repentino pode ser causado por 1) queda na composição orgânica do capital súbita, o que pode ser resultado de penetração de capital em esferas ou países com composição orgânica baixa; 2) aumento repentino da taxa de mais valia, que pode vir de uma derrota radical da classe trabalhadora (o que pode obriga-la à vender-se abaixo do valor mesmo havendo prosperidade econômica); 3) queda súbita no preço dos componentes do capital constante, especialmente da matéria-prima; 4) diminuição repentina no tempo de rotação do capital circulante, com novos sistemas de transporte e comunicação.

Uma ascensão econômica só possível quando a taxa de lucros está em elevação, o que por sua vez cria as condições de uma nova expansão do mercado e uma nova ênfase da ascensão. Mas, em certo ponto desse processo, a maior composição orgânica de capital e o limite do número de mercadorias que pode ser vendido aos "consumidores finais" reduzem a taxa de lucro e também provocam uma contração relativa do mercado. Essas contradições desagüam então numa crise de superprodução. A taxa decrescente de lucros leva a uma redução dos investimentos, que transforma essa queda geral em depressão. A desvalorização do capital e a racionalização e desemprego crescentes (que elevam a taxa de mais valia) permitem que a taxa de lucros suba de novo. A diminuição da produção e o consumo do estoque permitem uma nova expansão do mercado, que se combina com a recuperação da taxa de lucros para reestimar os investimentos empresariais e assim iniciar um novo aumento de produção (Mandel, 1982, p. 309).

Para Mandel, um dos pontos determinantes das ondas longas são as revoluções tecnológicas, que ocorrem em fases de reingresso do capital ocioso no processo de valorização, determinado por aumento súbito na taxa média de lucro. Entretanto, Mandel rejeita a ideia monocausal de crises.

Partindo do princípio de um suposto estado de equilíbrio no sistema de reprodução capitalista, Mandel (1982:18-28) teceu críticas às leituras que Hilferding, Rosa Luxemburgo, Bauer e Bukharin, assim como às de Sweezy, Kalecki, Kidron, entre outros, fizeram de Marx, acusando-os de transmitirem o vírus da 'doença' monocausal das contradições inerentes ao desenvolvimento do sistema capitalista. Afirmava ele que, ao atribuírem o desenvolvimento do capitalismo à elevação – ou não – da composição orgânica do capital, tais autores teriam invalidado todas as demais variáveis que constituem o processo (Almeida, 2009 p. 144).

As ondas longas não são mecânicas, operam através dos ciclos curtos e denotam que na expansão longa, os períodos de prosperidade serão mais longos e intensos, e as crises cíclicas mais curtas e superficiais; o inverso ocorre em momentos de crise das ondas longas. Para Parvus (primeiro marxista a identificar as ondas longas segundo Mandel) o determinante nessa ondulação era ampliação do mercado mundial com mudanças em todas as áreas da economia - tecnologia, mercado financeiro, comércio e colônias (Mandel, 1982).

Nas palavras de Almeida (2009, p. 145), Mandel: "tentava combinar, numa única análise, a evolução no plano tecnológico, as transformações no plano econômico e os eventos no plano político." Isso vem de sua interpretação de Marx: "Marx rejeita explicitamente qualquer explicação monocausal das crises, insistindo em que são uma combinação de todas as contradições do modo de produção capitalista." (Mandel, 1982

p. 309). Mas também emerge das críticas de Trotsky ao modelo de Kondratieff: 1) ondas longas e ciclos curtos são uma analogia falsa, não são dotados da mesma “necessidade natural”; 2) ciclos curtos podem ser explicados em termos de dinâmica interna do modo de produção capitalista; ondas longas requerem estudo mais concreto da curva, interrelação entre ela e todos os aspectos da vida social - Trotsky rejeita, então, teoria monocausal das ondas longas.

Mandel (1982) aponta que ainda que não tenha periodicidade dos ciclos clássicos, não há razões para negar que as ondas longas tenham íntima relação com um mecanismo central das decisões de investimentos do capital: flutuações na taxa de lucro. Mandel tenta analisar o problema das ondas longas com relação a diversas combinações de fatores que influenciam a taxa de lucros – queda radical do custo das matérias-primas; súbita expansão do mercado mundial ou novos campos de investimento pelo capital, rápido aumento ou rápido declínio na taxa de mais valia, guerras e revoluções.

3.2.3 A fase do Capitalismo Tardio

A partir da análise das ondas longas, Mandel (1982), qualifica os períodos históricos do capitalismo e identifica três momentos – o capitalismo de livre concorrência, o imperialismo clássico e o capitalismo tardio, isto é, a fase de maturidade do capitalismo. Essas ondas seriam subdivididas, cronologicamente, da seguinte forma: 1) o período até 1823 de crescimento acelerado, e de crescimento desacelerado entre 1824/1847; 2) crescimento acelerado entre 1848/1873 e desacelerado entre 1874/1893; 3) crescimento acelerado entre 1894/1913 e desacelerado entre 1914/1939; 4) crescimento acelerado entre 1940/1966 e chega ao desacelerado de 1967 em diante. O período do início do capitalismo até 1893, compreendendo duas ondas longas, é o período do capitalismo de livre concorrência, o período de 1894 a 1939 é o imperialismo clássico e, por fim, de 1940 em diante é o período do capitalismo tardio.

Almeida (2009, p. 144) aponta uma subdivisão distinta, mas com as mesmas características essenciais:

uma tentativa de definição do capitalismo, assim por ele [Mandel] periodizado: a) capitalismo concorrencial, que se dividiu em duas subfases; b) capitalismo monopolista – também dividido em duas subfases: capitalismo

clássico e capitalismo tardio, sendo este último surgido a partir da III Revolução Tecnológica (doravante III RT156), entre os anos 1940-45.

No capitalismo de livre concorrência, Mandel (1982) aponta algumas características substanciais do período: a fonte da reprodução ampliada do capital parece ter sido o desenvolvimento desigual e combinado de regiões no interior dos países capitalistas mais importantes, isto é, a combinação dialética entre formas de produção pré-capitalistas e a crescente industrialização. Isso engendrava liberação de capital-dinheiro através de penetração progressiva da circulação mercantil na agricultura e separação em relação a terra; além do fluxo desse capital-dinheiro para mais importantes distritos industriais.

As transições tecnológicas, que trazem avanços revolucionários na produção, são um dos destaques centrais para as transformações das ondas longas. Nesse aspecto, Mandel (1982) aponta duas fases intermediárias no capitalismo de livre concorrência: 1) início da produção em base artesanal de máquinas motrizes e máquinas que produziam essas máquinas. Nesse período, uma considerável parcela da produção no Departamento I não era trocada pelas mercadorias do Departamento II e não servia a produção mecanizada de bens de consumo. Além disso, a produção de matérias-primas era substancialmente realizada pela indústria rural, apenas o ferro e carvão estavam mais mecanizados. 2) Na segunda etapa, a produção mecânica ingressou na esfera das forças motrizes, motores a vapor, as máquinas produziam máquinas para construir outras máquinas. Apesar disso, as matérias-primas ainda estavam em produção artesanal. A grande indústria estava vinculada apenas nos bens de consumo, especialmente na indústria têxtil – até as ferrovias aparecem somente na segunda fase desse período em 1848-1873.

Então, a composição orgânica do capital do Departamento II era maior que Departamento I no primeiro século pós-revolução industrial. Mandel (1982) descreve como produção mecânico-industrial de bens de consumo por meio de máquinas feitas artesanalmente. Isso explica porque nesse período a forma internacional de penetração da produção mercantil capitalista em regiões não industrializadas assumiu a forma de exportação de mercadorias, o setor dominava a economia capitalista. As superproduções cíclicas eram especialmente de bens industriais e de consumo. Além disso, no capitalismo de livre concorrência como havia volume pequeno mínimo de capital para

ingressar no setor de bens de consumo, isso dificultava o aparecimento de monopólios e oligopólios de grandes proporções.

O ponto de virada do início do período imperialista, segundo Mandel (1982), foi marcado pela substituição no Departamento I de sua produção mecânica de motores a vapor pela de motores elétricos. Isso resultou transformação em todo processo de produção do Departamento I e causou aumento da composição orgânica do capital na parcela produtora de capital constante fixo, do próprio Departamento I. Esse aumento significativo da composição orgânica do capital no Departamento I não foi seguido em escala pelo Departamento II, em outras palavras a transferência de mais valia passou a ocorrer do Departamento II para o Departamento I.

Além disso, a natureza específica do Departamento I é caracterizada pela produção sob encomenda, e não venda para mercado anônimo. Isso significa que a produção pode se ajustar ao máximo de encomendas e rapidamente conseguiu suprir os mais importantes ramos industriais nos países capitalistas com maquinaria a vapor.

Assim que a instalação de máquinas a vapor se completou em 1870, a capacidade de produção do Departamento I não foi mais utilizada a pleno volume. Isso causou a estagnação de 1873-1893, o que implicou que uma parcela importante da mais valia do Departamento I e, uma pequena do Departamento II que era apropriada pelo Departamento I (através do nivelamento de lucros), não pode mais ser valorizada.

O resultado desse processo foram limitações à produção capitalista marcadas por supercapitalização do Departamento I – o que gerou impulso não a exportação de bens de consumo, mas à exportação de capitais, especialmente linhas férreas, locomotivas e instalações portuárias. A penetração de capital no Departamento I também criou locais de produção que necessitavam de um grande volume de capital mínimo, cada vez mais a concorrência conduziu à concentração: “Juntamente com a concentração cada vez maior do capital, essa foi a razão decisiva para o aparecimento da nova estrutura da economia capitalista mundial – a estrutura imperialista.” (MANDEL, 1982 p. 131).

Nesse período, entre 1873-1893, ocorre a chamada segunda revolução tecnológica, com a introdução de motores elétricos, essa foi a razão imperiosa, aponta Mandel (1982), para formação de trustes e de monopolizações mais consolidadas. Rapidamente emergiram setores novos, como aço, máquinas elétricas, e petróleo e em novas nações industriais EUA e Alemanha.

Na fase de desenvolvimento imperialista e monopolista do modo de produção capitalista, acrescentou-se uma nova dimensão tanto a relação entre expansão nacional e expansão internacional, quanto a relação entre as leis de desenvolvimento capitalista e o uso deliberado da coerção estatal para fins econômicos. A concentração de capital a nível nacional – acelerada pela segunda revolução tecnológica e pelo conseqüente aumento da acumulação do capital necessário a concorrência efetiva dos setores em crescimento na época – levou cada vez mais a centralização do capital. Isso significou uma redução drástica no número dos “diferentes capitais” em concorrência até que setores inteiros da indústria foram dominados por um punhado de trustes, empresas e monopólios, e os acordos de preços alteraram o comportamento econômico desses monopólios. A tendência resultante da concorrência e, portanto, também a tendência à restrição da expansão do mercado interno levou então a uma supercapitalização geral, a uma exportação crescente de capital e a um interesse capitalista cada vez maior não apenas em expedições militares periódicas para assegurar a livre exportação de mercadorias, mas em ocupação e controle militares permanentes para garantir novos campos de investimento para as exportações de capital. A divisão completa do mundo, efetivada pelas grandes forças imperialistas, resultantes elas mesmas da contração da concorrência capitalista no mercado interno, levou a uma intensificação da concorrência capitalista internacional no mercado mundial, a rivalidade interimperialista e a tendência a redistribuição periódica do mercado mundial, inclusive por meio das forças armadas – em síntese, por meio de guerras imperialistas (Mandel, 1982 p.220).

A estagnação que ocorre após a Primeira Guerra foi motivada pelo aumento da composição orgânica do capital, resultado da eletrificação generalizada com tendência a queda da taxa média de lucros. Esse processo impôs a necessidade de aumento da taxa de mais valia, entretanto haviam fortes dificuldades motivadas por concessões que a burguesia precisava realizar por causa da pressão revolucionária que o surgimento da URSS⁶ causava no mundo – isso estabilizava e até reduzia a taxa de mais valia. A burguesia conseguiria recuperar o aumento da taxa de mais valia apenas com a vitória dos movimentos fascistas em países como Alemanha e Itália, assim foi possível aumentar temporariamente a taxa de lucros ainda que a composição orgânica do capital fosse mais alta (Mandel, 1982).

Nessa época, um novo setor de “bens de consumo duráveis” no Departamento II (automóveis, eletrodomésticos) começa a ganhar força, especialmente nos Estados Unidos. Isso resultou no aumento da composição orgânica do capital no Departamento II e começou a diminuir a vantagem do Departamento I na redistribuição da mais valia entre os dois departamentos. Mandel (1982) aponta que esse processo tomou quatro

⁶ O próprio surgimento da URSS causou, pela primeira vez desde o surgimento do capitalismo, uma retração no mercado mundial capitalista ao invés da costumeira expansão. Isso porque a URSS encontrou-se isolada em um boicote no comércio externo.

formas de pressão a partir de então: 1) aumento da taxa de mais valia (com as pressões fascistas); 2) pressão pela valorização do capital excedente com indústria armamentista; 3) tentativa de diminuir custo do capital constante com investimentos em tecnologia para produção de matéria-prima; 4) redução radical dos custos salariais no preço de custo das mercadorias, com automação.

Quando taxa de lucro começa a se elevar novamente, a expansão de capital estava apta a subir, com a utilização do capital acumulado, mas não valorizado, do período 1929-1939. O resultado seria uma nova onda longa expansionista de 1945-1965, ou para Mandel (1982), o início do capitalismo tardio. Nesse período, junto com consumo industrial, feito por máquinas, até a matéria-prima e os alimentos começam a ser produzidos por máquinas. Pela primeira vez todos os ramos da economia encontram-se plenamente industrializados.

Em primeiro lugar, as derrotas históricas da classe operária possibilitaram que o fascismo e a guerra elevassem a taxa de mais valia. Em segundo lugar, o aumento resultante da acumulação de capital (investimentos), somado ao ritmo acelerado da inovação tecnológica e a redução do tempo de giro do capital fixo, levou, na terceira revolução tecnológica, a uma expansão de longo prazo do mercado, permitindo o aumento da reprodução de capital em escala internacional, a despeito da limitação geográfica (Mandel, 1982 p. 311).

Nas palavras de Almeida (2009, p. 148):

Em sua abordagem, Mandel se preocupa, essencialmente, com a compreensão e definição do “capitalismo tardio”, entendido como a fase do desenvolvimento capitalista iniciada pelo aumento significativo da taxa de mais-valia gerada por uma produção substancial de elementos importantes do capital constante, pelo nazifascismo e pela II Guerra Mundial. Trata-se de um período distinguido por uma acelerada acumulação de capital (favorecida posteriormente pela economia armamentista permanente), que acabou sendo investida nas descobertas e inovações da década anterior, desencadeando nesse processo o que se convencionou denominar III RT [Terceira Revolução Tecnológica], numa operação em que o capital acabou por superar o declínio de longo prazo que pressionava para baixo a taxa média de lucros. Isso nas circunstâncias de grande repressão e de economia de guerra, particularidade desse período.

No capitalismo tardio, há uma crescente equalização da produtividade média do trabalho, semelhante ao que havia no século XIX. Mandel (1982) propõe algumas conclusões desse processo: em primeiro lugar, as diferenças regionais e internacionais

em níveis de produtividade deixam de representar fonte principal para realização de superlucros – passa a ser desempenhado por diferenças entre setores e empresas. No período histórico anterior, havia grande necessidade de os capitais evadirem-se para colônias por causa da diminuição das diferenças de produtividade entre os departamentos no interior dos países imperialistas, mas isso é limitado no capitalismo tardio, uma vez que a partilha do mundo já está efetivada e a produção em geral já está mecanizada nos países dominados. Em segundo lugar, há pressão permanente por aceleração de inovação tecnológica. A redução de outras fontes de mais valia resulta busca contínua por rendas tecnológicas, que só podem ser obtidas por incessante renovação tecnológica. No capitalismo de livre concorrência, havia superprodução de bens de consumo; na etapa imperialista clássica, a questão passa a ser capital excedente latente; no capitalismo tardio, a superprodução latente de meios de produção é predominante das contradições econômicas.

É importante ressaltar que, para Mandel (1982), em essência o capitalismo tardio não é diferente do imperialismo. E, em seu conjunto, não é qualitativamente distinto do capitalismo monopolista clássico – capitalismo definido por concorrência intensificada entre grandes empresas e entre essas e setores não monopolistas. Mantém-se a questão da busca dos excedentes do capital pela obtenção da mais valia externa.

Assim, ele explica a expansão geográfica e a articulação do imperialismo como ação que, diante da queda da taxa de mais-valia e da demanda insatisfeita por matérias-primas nos países centrais do capitalismo, impulsiona o capital excedente à busca de oportunidades de investimentos nos países periféricos. Esses capitais, graças à sua composição orgânica e maior taxa de mais valia (fruto de uma produção com menor escala de equipamentos e com salários baixos) alcançam aí os superlucros, contribuindo, assim, no incremento das taxas de lucro no centro (Almeida, 2009 p. 145).

Uma das principais características de Mandel (1982) sobre o capitalismo tardio é a internacionalização do capital. No capitalismo de livre concorrência, havia pouca mobilidade internacional de capital, porque não havia limite crítico de acumulação interna e de investimentos internos e era mais seguro investir internamente. Nesse período, o peso das diferenças entre as taxas de lucro internas era anulado pelas incertezas de se realizar investimentos no exterior. “A era capitalista inicial, de livre concorrência, caracterizou-se por uma imobilidade internacional relativa do capital. A

concentração do capital era predominantemente nacional; a centralização, exclusivamente nacional.” (Mandel, 1982, p. 220).

No imperialismo, a concentração de capital colocou os monopólios a competirem no mercado mundial por mercadorias, matérias-primas e capital. Quase nunca havia fusão internacional do capital, o que era a regra nos mercados nacionais, o máximo que se atingia internacionalmente eram acordos temporários. A concentração nacional era acentuada por crises e recessões que eliminavam empresas mais fracas enquanto a intervenção Estatal era cada vez mais usada para garantir superlucros dos monopólios.

No período clássico do imperialismo, o caráter da concentração do capital tornou-se cada vez mais internacional. Os investimentos de capital em países coloniais e semicoloniais tomaram-se parte importante do processo de acumulação, e houve um aumento constante nas contribuições feitas pelos superlucros coloniais. (Mandel, 1982, p.221)

A importância de organizações internacionais (empresas multinacionais) não era tão grande antes da Segunda Guerra, salvo algumas poucas exceções como a Nestlé, a Unilever e a Shell (Mandel, 1982). No período imperialista clássico, o mais importante eram os grupos financeiros e o Estado – nacionais, em disputa com outros grupos financeiros e Estados – nacionais. No capitalismo tardio, impôs-se a empresa multinacional como a forma organizativa determinante do grande capital.

Mandel (1982) aponta as seguintes forças para a formação de empresas multinacionais e para a centralização do capital internacional, que modificaram o imperialismo clássico para o capitalismo tardio: em primeiro lugar, a terceira revolução tecnológica atingiu o ponto em que um número cada vez maior de setores não consegue produzir mais em escala nacional – não só motivado por limites do mercado interno, como também pelo volume de capital necessário à produção. Mandel (1982) percebeu que as forças produtivas nesse período rompiam os limites de seu Estado Nacional e a lucratividade mínima já envolvia mercados de outros países. Mesmo se consideramos a utilização da capacidade mínima ótima. “A internacionalização das forças produtivas cria a infraestrutura para a internacionalização do capital.” (MANDEL, 1982 p. 223). Parcela crescente do comércio internacional encontra-se no interior da mesma empresa

internacional. Além disso, os próprios custos de projetos de pesquisa forçam a coordenação internacional e a divisão internacional do trabalho.

Em segundo lugar, a concentração coloca quantidade cada vez maior de capital à disposição de grandes empresas multinacionais através de seu superlucro realizado. Como os monopólios procuram eliminar concorrência por preço, o crescimento das vendas é limitado no país. O resultado é a necessidade de expandir para o mercado mundial para assegurar saída dos produtos.

Em terceiro lugar, a criação de produto e especialização produtiva internacional. “No capitalismo tardio, superlucros normalmente assumem a forma de superlucros tecnológicos” (Mandel, 1982 p. 224). A busca é pelo menor tempo de rotação do capital fixo e aceleração tecnológica e isso é o determinante da criação de novos produtos e processos produtivos, que ao envolverem grandes riscos e enormes despesas de pesquisa, exigem o máximo possível em produção e vendas – é necessário descobrir continuamente novos produtos que possam proporcionar grandes margens de lucros, enquanto os outros produtos mais antigos voltam a ter margens de lucros menores. As empresas multinacionais do capitalismo tardio procuram especializar-se em produtos através da divisão internacional do trabalho, mas não abandonam outras formas de obter superlucros: diferença de preços em matéria-prima, equipamentos e de força de trabalho.

Em quarto lugar, as forças sociopolíticas e econômicas provocam declínio relativo da exportação de capital para países subdesenvolvidos – o que gera excesso de capital nas metrópoles imperialistas e promove ascensão da empresa multinacional. Em quinto lugar, o desenvolvimento desigual dos países imperialistas e as políticas protecionistas reforçam a necessidade de exportar capital ao invés de mercadorias, para garantir fatias importantes de mercados. Em sexto lugar, especialização e racionalização do controle do capital, motivados pela centralização de capital nacional, induzem investimentos diretos no exterior – porque permite que capitalistas se especializem mais na sua atividade reprodutiva e permite que o critério de novos investimentos independa do caráter nacional.

Assim como Lenin defendia que uma quantidade menor de capital permite controle e centralização sobre quantidades maiores de capital via sociedades anônimas, Mandel (1982) traz essa mesma observação para as empresas multinacionais. A centralização internacional ocorre das seguintes formas: quando grandes empresas com

diferentes proprietários nacionais podem ser controladas por uma única classe imperialista; ou quando há entrelaçamento da empresa nacional e internacional sem cair nas mãos de um poder isolado. Se no passado a manufatura pouco dependia da internacionalização, fora do setor de matérias-primas, no capitalismo tardio a maioria das grandes empresas depende de capital constante e variável de muitos países – seja em sucursais ou em acordos com outras companhias, ou ainda em multinacionais.

Assim como emergem empresas multinacionais, portanto a mais valia é internacionalizada, a compra da força de trabalho também sofre processo de internacionalização. Entretanto, a produção no exterior pode ocorrer sem muita força de trabalho estrangeira, especialmente em empresas industriais altamente mecanizadas e automatizadas. Por outro lado, pode haver movimentos massivos da força de trabalho em busca de emprego, sem mudança nas relações de propriedade da indústria, de regiões pouco produtivas para as mais produtivas. Mandel (1982) aponta que a mobilidade de capital e da força de trabalho não são paralelos e nem complementares no capitalismo tardio, mas se opõem um ao outro. A força de trabalho vai de áreas menos desenvolvidas para as mais desenvolvidas porque o capital não sai dessas áreas.

A formação das multinacionais não reduz a função e o papel do Estado. Mandel (1982) aponta três tipos de relação entre Estado nacional burguês e centralização internacional do capital: 1) expansão internacional do poder de um único Estado: característica de hegemonia político e militar (como no exemplo dos EUA), e combina normalmente com uma única classe nacional de capitalistas – os capitalistas estrangeiros são apenas sócios minoritários; 2) Desmantelamento de Estados nacionais e surgimento de Estado supranacional: variante que não tolera hegemonia, mas uma fusão de capitais internacionais e formação de empresas multinacionais; 3) Indiferença relativa do capital para com o Estado: empresas que internacionalizaram tanto suas atividades e produzem mais valia em tantos países, que se tornam indiferentes à conjuntura econômica e política de sua pátria.

Na verdade, única previsão correta que se pode fazer agora é que as empresas multinacionais não só precisam de um Estado, como de um Estado realmente mais forte que o Estado nacional “clássico” que as capacite, ao menos em parte, a superar as contradições econômicas e sociais que periodicamente ameaçam seus gigantescos capitais (Mandel, 1982 p. 232).

Uma segunda característica central do capitalismo tardio, defendida por Mandel (1982), é a expansão do setor de serviços. O modo de produção capitalista, no período da livre concorrência, engendrou uma divisão social do trabalho que causou a cisão da produção agrícola e industrial manufatureira, entre campo e cidade, e penetrou em diversos setores de produção pré-capitalista. Em geral, a indústria se beneficiou mais rápido dos aumentos tecnológicos no ganho de produtividade, contudo, no capitalismo tardio, em sua primeira onda expansionista o crescimento da produtividade foi mais rápido na agricultura do que na indústria, especialmente entre 1950 e 1970.

Isso joga a agricultura na lógica industrial de concorrência, inovação tecnológica e divisão do trabalho, com substituição de trabalho vivo por trabalho morto, de trabalhadores por máquinas. Há uma queda nos preços relativos dos produtos agrícolas, com acelerado aumento da produtividade e lento aumento no consumo.

Mesmo a divisão entre agricultura e indústria gera um cenário que o trabalhador agrícola, que antes produzia suas próprias ferramentas de trabalho, agora estará em vínculo dependente da indústria, e o antigo artesão que produzia seu consumo de alimentos depende da agricultura. Nesse cenário, há necessidade crescente de comércio independente. É o que Mandel (1982) chama de processo de penetração do capital em setores intermediários da circulação – o capital comercial, financeiro e de transporte facilitando a circulação cada vez maior e mais rápido de mercadorias entre os Departamentos I e II.

Na época do capitalismo tardio, a divisão do trabalho adquire nova dimensão no comércio, também. Mandel (1982) observa como o trabalho no setor de serviços é substituído por máquinas, computadores e sistemas de informação, como aqueles utilizados para substituir o trabalho de contadores, por exemplo, ou então por unidade de escala de uma categoria prestadora de serviços, que substitui os profissionais liberais, como no caso de médicos e advogados. A sociedade do capitalismo tardio não é pós-industrial, mas de industrialização generalizada universal – a agricultura, a circulação e o próprio lazer tornam-se tão industrializadas quanto a própria indústria.

Os computadores calculam o pacote de ações “ideal” para o acionista particular e a localização “ideal” para a nova fábrica da grande empresa. A televisão mecaniza a escola, isto é, a reprodução da mercadoria força de trabalho. Filmes e documentários de televisão tomam o lugar dos livros e dos jornais. A “lucratividade” das universidades, academias de música e museus

começa a ser calculada da mesma forma que a das fábricas de tijolos ou de parafusos (Mandel, 1982 p. 272).

A centralização é fundamental para esse processo de separação das formas produtivas antes unificadas, e para a ampliação das funções intermediárias do capital. Motivado pela centralização do capital, Mandel (1982 p. 269) expõe as duas formas, técnica e econômica, pelas quais houve ampliação do setor de serviços no capitalismo tardio:

Sob crescente socialização objetiva do trabalho, mesmo com a produção generalizada de mercadorias, uma divisão cada vez maior de trabalho só pode ser efetivada se as tendências à centralização predominarem sobre as tendências a atomização. No capitalismo, esse processo de centralização tem caráter duplo: é técnico e é econômico. Tecnicamente, uma divisão crescente do trabalho só pode combinar-se com uma socialização crescente e objetiva do trabalho por meio de uma ampliação das funções intermediárias: daí a expansão sem precedentes dos setores de comércio, transporte e serviços em geral. Economicamente, o processo de centralização só pode manifestar-se por meio de uma centralização crescente de capital, entre outras, sob a forma de uma integração vertical de grandes empresas, firmas multinacionais e conglomerados.

Para Mandel (1982) essas tendências de expansão dos setores intermediários e de sua correspondente “industrialização generalizada” são um fenômeno proveniente da supercapitalização – capitais excedentes não investidos. Enquanto o capital era escasso estava concentrado normalmente na produção direta de mais valia, na produção. Quando o capital passa a se acumular de forma crescente uma parcela considerável já não consegue valorização, então as novas massas de capital tentam penetrar áreas não produtivas – tomando o lugar do trabalho privado ou da pequena empresa.

Esses novos investimentos do capital inseridos nas esferas da circulação, dos serviços e da reprodução podem aumentar a massa de mais valia através de: 1) assumir parcialmente funções do capital industrial – como o setor de transportes; 2) acelerar o tempo de rotação do capital produtivo, como é o caso do comércio e do crédito; 3) reduzir os custos indiretos da produção, como é o caso da infraestrutura; 4) ampliação dos limites da produção de mercadorias. Mandel (1982) exemplifica esse movimento quando aponta que um trabalhador da faxina, cozinheiro ou alfaiate por si só não geram mais valia, mas a produção de aspiradores de pó, sistemas de aquecimento central, eletricidade para consumo privado ou comidas pré-preparadas geram. E o capital

monopolista não se opõe a entrada de novos capitais nesses setores de serviços – ainda que isso resulte em redução da taxa média de lucro, porque a massa maior de mais valia se insere no capital social investido – além disso, o próprio capital monopolista também participa desse processo.

No capitalismo tardio, o capital se vê obrigado a reduzir o valor das mercadorias individuais por causa da expansão das mercadorias e sua mecanização – que exige produção em massa e venda dessas mercadorias e, portanto, estimula necessidades de consumo sempre novas na população, inclusive entre o operariado. Por outro lado, como a produção de mais valia, realização de lucros e acumulação de capital acelerada continuam sendo os esforços centrais do capital, há a necessidade de comprimir salários e mantê-los abaixo do necessário para satisfação das novas necessidades de consumo geradas pela própria produção capitalistas (isso impôs uma crescente necessidade de inserção das mulheres no mercado de trabalho).

Nesse período de maturidade do capital, as necessidades fisiológicas do trabalhador ocupam cada vez menor parcela de seu salário e vão sendo substituídas por novas necessidades criadas pelas novas mercadorias produzidas. Há, portanto, uma redução relativa na demanda de produtos agrícolas. Ao mesmo tempo, a relação do proletariado com a cultura perde o caráter de atividade voluntária e autônoma, até lúdica, com relação ao processo capitalista. Os livros começam a ser publicados por grandes produtoras, a imprensa é tomada pela burguesia, os esportes passam a ser comercializados como negócios. É a privatização absoluta da esfera do lazer – o que difere da época da livre concorrência e do imperialismo clássico.

Nesse período, também há uma necessidade de compulsão econômica, os trabalhadores precisam consumir uma certa cesta de mercadorias sem as quais não é possível vender sua força de trabalho. Mandel (1982) cita o transporte público (rodoviário ou ferroviário), uma vez que o trabalhador médio já não pode ir trabalhar a pé, o plano de seguro de saúde entre outros.

O aumento do consumo dos trabalhadores pode ser reflexo do aumento genuíno das necessidades, do padrão de vida, do assalariado na elevação do nível cultural e civilizatório. Esse aumento genuíno pode ser tanto quantitativamente (aumento do tempo disponível, redução da jornada, antecipação da aposentadoria ou tempo maior de idade educacional), quanto qualitativamente (ampliação das necessidades culturais, à medida que o comércio capitalista não banalize ou prive do conteúdo humano).

Entretanto, esse aumento do consumo também reflete profundamente o resultado de pressão social – a publicidade. Uma parcela considerável dessas mercadorias é inútil ou até prejudicial à saúde. As necessidades de realização da mais valia e suas dificuldades impelem os monopólios de alterar as formas das mercadorias até fora de uma ideia de consumo racional.

Mandel (1982 p. 277) não faz uma crítica à “sociedade de consumo” capitalista, mas à forma de consumo que restringe o desenvolvimento humano:

Para os socialistas, a rejeição da “sociedade de consumo” capitalista nunca pode implicar, portanto, a rejeição da ampliação e diferenciação das necessidades como um todo, ou uma volta ao estado natural primitivo dessas necessidades; seu alvo é, necessariamente, o desenvolvimento de uma “individualidade rica” para toda a humanidade. Nesse sentido marxista racional, a rejeição da “sociedade de consumo” capitalista só pode significar rejeição de todas as formas de consumo e de produção que continuem restringindo o desenvolvimento do homem, tornando-o mesquinho e unilateral.

Em suma, Mandel (1982) aponta que o setor de serviços, que no século XIX era realizado em trocas entre vendedores privados de uma força de trabalho especializada, não fazia diferença na massa total de mais valia, pois tudo o que ocorria nesse espaço era troca de valores já criados anteriormente. No século XX, o setor de serviços na circulação consiste na troca entre possuidor de determinada parcela do capital social, gasto de maneira improdutiva, e o possuidor de rendimentos (capitalista ou assalariado) – essa troca não participa da determinação da massa total de mais valia, mas tem importância para essa mais valia, pois auxilia no seu aumento através da redução do tempo de giro do capital circulante, com efeito na liberação de capital ocioso para participar da distribuição da mais valia social agregada.

No capitalismo tardio, o setor de serviços se expande e absorve parte considerável do capital social agregado. Se no capitalismo tardio há uma massa considerável de capital excedente ocioso, esse entra na esfera de serviços e na circulação, mas uma vez nela, apenas podem contribuir com a massa de mais valia com a redução do tempo de rotação do capital. A lógica no capitalismo tardio consiste, para Mandel (1982), em converter esse capital ocioso em capital de serviços, mas ao mesmo tempo tentar substituí-lo pelo capital produtivo com a troca de serviços por mercadorias

– serviços de transporte público por automóveis particulares, serviços de teatro ou cinema por aparelhos de televisão e etc.

Um outro aspecto importante do capitalismo tardio, tratado por Mandel (1982), é sua questão militar – que se diferencia de Baran e Sweezy. Observa-se que, desde o final da década de 1930 e mesmo com o fim da 2ª Guerra, a produção armamentista não se reduziu, pelo contrário, mostrou tendências de ampliação.

Devemos investigar particularmente em que medida certos traços econômicos específicos do capitalismo tardio, que o distinguem das fases anteriores da sociedade burguesa, estão ligados ao fenômeno das despesas permanentes com armas e se esses traços também continuarão a condicionar todo o período histórico do capitalismo tardio, caso persista esse fenômeno (Mandel, 1982 p. 193).

Para analisar se a produção de armamentos absorve o excedente produtivo, como propõem Baran e Sweezy, Mandel (1982) sugere a existência de um Departamento III, dentro da lógica de divisão de departamentos marxista. Enquanto os Departamentos I e II representam a produção de bens de produção e bens de consumo, respectivamente, o Departamento III representa a produção de mercadorias que não entram no processo de reprodução dos elementos materiais da produção. Para tanto, amplia-se os meios de produção e força de trabalho consumidos para produzir armas que não são intercambiáveis com força de trabalho e meios de produção, como acontece com mercadorias de consumo absorvidas improdutivamente entre capitalistas e trabalhadores.

Um aumento de composição orgânica de capital nos Departamentos I e II leva a dificuldade de realização, o poder de compra gerado pelo Departamento I não é suficiente para realizar o valor total das mercadorias geradas no Departamento II e que circulam fora dele. Em outras palavras, precisaria existir uma transferência de mais valia do Departamento II para Departamento I (ou a mais valia precisa ser redistribuída), caso contrário, haveria um resíduo de bens de consumo.

Se inserido o Departamento III, aponta Mandel (1982), há a necessidade de se comprar armas tirando da mais valia total, mas deixando salários intactos. Mandel critica essa ideia como impensável porque: 1) o Departamento III teria que ter composição orgânica do capital em queda – na mesma proporção que aumenta a composição orgânica do capital do Departamento II. Isso não se realiza na prática, a

indústria armamentista, tal qual as outras, apresenta crescente composição orgânica do capital; 2) Precisaria que os capitalistas organizassem a produção de armamentos para aumentar a soma social dos salários ao invés de reduzir. A indústria armamentista é incapaz de solucionar o problema da realização inerente ao modo de produção capitalista se o progresso técnico estiver aumentando.

Para Mandel (1982) a saída central ainda parece ser a atuação dos países imperialistas sobre os países dominados. Mandel aponta que no período do imperialismo clássico, os países que se industrializavam primeiro possuíam reservas significativas de matéria-prima e força de trabalho e, como possuíam também grande disponibilidade de excedente de capital, criaram exportações crescentes de capital das metrópoles para as colônias – a principal forma de superlucros estava ligada às diferenças nas taxas de lucro da metrópole e das colônias.

As fontes dessas diferenças foram resumidas por Mandel (1982) em: 1) composição orgânica média do capital nos países coloniais – com produção de matérias-primas, gêneros alimentícios e artigos de luxo – era bem menor do que das indústrias dos países imperialistas; 2) taxa média de mais valia era maior nas colônias, especialmente por causa da mais valia absoluta, que nesses países poderia continuar além dos níveis das metrópoles (ainda que a mais valia relativa fosse maior nas metrópoles), isto é, o valor da força de trabalho era baixo; 3) presença de grande exército industrial de reserva permite que o preço da força de trabalho caísse ainda mais abaixo do valor. Salários tinham comportamento crescente nas metrópoles em períodos de prosperidade e, durante as crises, não caíam abaixo do nível da crise anterior ou do crescimento anterior. Nas colônias, os salários caíam na crise e não recuperavam seu nível anterior no crescimento, e por vezes sequer cresciam.

No período do imperialismo clássico, uma parcela dos superlucros era drenada para as metrópoles – usada para impulsionar a acumulação nos países imperialistas ou distribuída na forma de renda excedente. A troca desigual tornou-se uma regra de mecanismo de superexploração do trabalho nos países dominados. Mandel (1982, p.244) define a troca desigual como: “Troca desigual significa que as colônias e as semicolônias tendiam a trocar quantidades cada vez maiores de trabalho nativo (ou produtos do trabalho) por uma quantidade constante de trabalho metropolitano (ou produtos do trabalho).” Essa troca desigual se deu especialmente pelo desenvolvimento de longo prazo dos “termos de troca”, mas não somente, também havia formas de

controles da metrópole do mercado de matérias-primas e produtos coloniais efetivados por grandes empresas imperialistas.

Antes da Primeira Guerra, a troca desigual é uma forma secundária de obtenção de lucros dos países dominados, mas depois se torna a principal forma de exploração – especialmente no capitalismo tardio, quando a exploração via superlucros se torna secundária nesses países. Nos países dominados, por sua vez, a ênfase mudou de produção de matérias-primas para fabricação de bens de consumo, enquanto os países imperialistas focavam sua produção no desenvolvimento das multinacionais e na exportação de máquinas, equipamentos e veículos. Essa transição mudou as características de controle direto do capitalismo na relação metrópole-colônia para uma dominação indireta com a “independência política”. Isso foi, para Mandel (1982) resultado orgânico do desenvolvimento do capitalismo tardio.

Além disso, há uma estratégia de aliança de classe entre a burguesia nacional dos países dominados e o capital imperialista. O foco dos países imperialistas está no desenvolvimento das multinacionais e essas, por sua vez, têm o interesse de dominar mercados nacionais de países dominados, ainda que seu crescimento seja lento, para assegurar o controle futuro. A burguesia nacional é privada de ter o protagonismo no desenvolvimento da indústria nacional, que é feito somente com a combinação de capital nativo e estrangeiro, privado e público.

Mandel (1982) apresenta três hipóteses sobre os cenários que o capitalismo tardio, enquanto processo do imperialismo, poderia apresentar, tal qual nos debates entre Lenin, Hilferding e Kautsky: 1) superimperialismo: apenas um único poder imperialista exerce hegemonia de tal forma que as outras potências imperialistas perdem sua independência e se tornam semicolônias; 2) ultra-imperialismo: hipótese semelhante ao Kautsky no começo do século XX – o Estado imperialista perde o seu papel e o próprio capital se torna independente das peculiaridades nacionais com a internacionalização completa – o que também desaparece com os ciclos econômicos; 3) modelo de concorrência interimperialista contínua: embora haja fusões internacionais de capital e que substituam certas forças imperialistas independentes; essas não são suficientes para a formação de uma comunidade global de interesses capitalistas. Nesse modelo, há blocos imperialistas com interesses que disputam mais intensamente no mercado mundial: seria o caso dos EUA, Japão e Europa no período que Mandel escreve.

Em suma, o capitalismo tardio de Mandel apresenta uma etapa interna do imperialismo, ou do capitalismo monopolista, marcado pela grande internacionalização da produção, através das multinacionais, da expansão do setor de serviços para absorver o capital excedente ocioso e, especialmente, da manutenção das relações de exploração imperialistas entre metrópoles e colônias. Todo esse processo se materializa motivado pelas ondas longas do capital, nas quais há a pluricausalidade (política, luta de classes, revoluções tecnológicas e etc.), que justificam variações no ritmo de crescimento da taxa de lucro dos ciclos industriais, ou ciclos curtos. Através das ondas longas, Mandel aponta que o capitalismo entrou em sua etapa de maturidade ou senilidade, e utiliza argumentos baseados na taxa de lucro e na mais valia, diferente de Baran e Sweezy que buscavam justificativa pelo excedente produtivo e, por isso, Mandel é compreendido como um retorno às categorias marxistas de análise.

4 JOHN SMITH E O IMPERIALISMO NA ETAPA NEOLIBERAL

Na década de 1970, grandes crises sofridas pelo capital engendraram necessidades de mudanças no interior do modo de produção capitalista. Os anos de regulação macroeconômica com enfoque no desenvolvimento, que haviam se estabelecido entre o final da década de 1930 e o pós-guerra, foram substituídos por um novo arcabouço ideológico, com inspirações liberais. Para isso, seria necessário reconhecer as novas instituições do capital que se estabeleceram nas décadas de 1970 e 1980, e como essas instituições modificaram, qualitativamente, a própria forma e ritmo de acumulação de capital. Além disso, é destacável o papel da tecnologia na extração de mais valia externa pelos países imperialistas; a relação de transferência de valor e seu sentido em direção aos países imperialistas não se modificou, mas parece ter se aprofundado no período após a década de 1970, que ficou conhecido como neoliberalismo.

Através da análise das ondas longas do capital, e das etapas internas do modo de produção capitalista, emergiram hipóteses de interpretação das transformações no capitalismo após as crises do petróleo da década de 1970. Era preciso explicar se havia uma nova etapa do capitalismo e os motivos que justificavam essa etapa merecer uma nova caracterização que a qualifique de maneira distinta da onda de acumulação anterior e que características são essas que transformaram o capitalismo qualitativamente.

A partir da Segunda Guerra Mundial, o pensamento keynesiano havia se tornado dominante na teoria e na política econômica, ainda que sob formas que tentavam adaptá-lo às antigas correntes tradicionais da economia. Esse período do pós-guerra foi consagrado como os Anos Dourados do Capitalismo e entrou em declínio a partir das crises da década de 1970, o que deu origem a um movimento de retorno a ideias de inspiração liberal, chamado de neoliberalismo.

As características marcantes do período neoliberal foram a desregulamentação de mercados, a privatização de inúmeras empresas públicas e ativos do Estado e a estabilização da economia, especialmente através de políticas restritivas monetária e fiscal. O Estado mudava as formas de intervenção na economia na medida em que o setor privado era desregulamentado e em que se reduzia seus gastos sociais. A globalização e financeirização da economia foram duas características marcantes, mas

não determinaram a totalidade do período. Enquanto a globalização pode ser vista como fenômeno de abertura comercial global, com facilidade de transações do capital e redução de barreiras nacionais; a financeirização emerge como central na acumulação de capital – o setor financeiro ganha destaque enquanto o Estado, especialmente dos EUA, passa a reduzir regulações e legislação. Em outras palavras, o setor financeiro poderia se expandir para a especulação, em busca de lucros maiores e não apenas onde houvesse demanda produtiva.

Fine e Saad-Filho (2017) apontam que, em análises marxistas, o neoliberalismo tem sido apresentado em quatro formas distintas:

(a) como um conjunto de ideias econômicas e políticas inspiradas, de forma desigual e muitas vezes inconsistente, pela Escola (neo-) austríaca e pelo monetarismo (Dardot e Laval, 2013; Mirowski e Plehwe, 2009; Stedman Jones, 2012); (b) como um conjunto de políticas, instituições e práticas inspiradas e/ou validadas por essas ideias; (c) como uma ofensiva de classe contra os trabalhadores e os pobres liderada pelo Estado em nome do capital em geral e das finanças em particular (este ataque é normalmente justificado pelo recurso às ideias neoliberais e levado a cabo através do chamado 'ajuste' econômico, especialmente nos países em desenvolvimento, mas cada vez mais nos países desenvolvidos em crise) e (d) como estrutura material de reprodução social, econômica e política sustentado pela financeirização, caso em que o neoliberalismo é a atual fase, estágio ou modo de existência do capitalismo. (Fine; Saad Filho, 2017, p. 686, tradução própria¹).

Fine e Saad Filho (2017) apontam o neoliberalismo como um estágio do capitalismo, mas reforçam que neoliberalismo não tem coerência teórica e política total. Houve um desenvolvimento desigual do neoliberalismo nos países, em alguns a privatização foi mais marcante, em outros foi substituído por formas modernas de Parceria Público-Privado. O Estado em alguns casos precisou agir de maneira mais firme para garantir, com coerção e com conjunto de instituições, a lei e a ordem dos direitos de propriedade e por vezes usar de política fiscal e monetária para garantir essa estabilidade, inclusive com robustos investimentos militares. Dardot e Laval (2013)

¹ No original: (a) as a set of economic and political ideas inspired, unevenly and often inconsistently, by the (neo-) Austrian School and monetarism (Dardot and Laval, 2013; Mirowski and Plehwe, 2009; Stedman Jones, 2012); (b) as a set of policies, institutions and practices inspired and/or validated by those ideas; (c) as a class offensive against the workers and the poor led by the state on behalf of capital in general and finance in particular (this attack is normally justified by recourse to neoliberal ideas and carried out through so-called economic 'adjustment', especially in developing but increasingly in developed countries in crisis), and (d) as a material structure of social, economic and political reproduction underpinned by financialization, in which case neoliberalism is the current phase, stage, or mode of existence of capitalism.

apontam que a originalidade do neoliberalismo é a criação de uma gama nova de regras definindo não só um regime de acumulação diferente, mas uma "sociedade diferente".

Das características marcantes gerais do período neoliberal podemos destacar: 1) as transformações no papel do Estado e a limitação dos déficits em gastos sociais; 2) a ofensiva contra a classe trabalhadora – com aumento das taxas de exploração, por meio da redução de salários, aumentos expressivos na desigualdade social, aumento da jornada de trabalho, da disciplina do trabalho e etc.; 3) a financeirização da economia, com redução nas regulações financeiras, aumento expressivo da dominação do setor financeiro sobre o restante da economia; 4) a globalização, com formação de multinacionais e a internacionalização do capital que buscará diversas formas de autovalorização maior em outros países.

O Estado no neoliberalismo passou a ser visto como vilão intervencionista. As ideias keynesianas implementadas haviam modificado o papel do Estado no pós-guerra: o capitalismo liberal, do início do século XX, fora substituído por uma “economia mista”, na qual o Estado cumpria um papel intervencionista e regulador e o Estado tornou-se um ator importante na economia para, em momentos de crise, financiar o investimento, ainda que incorrendo em *déficits*, até que a economia se recuperasse (Kotz, 2015).

Kotz (2015) aponta que nessa era pós-1980, neoliberal, as relações de mercado começam a ser marcadas por conceitos de “financeirização” e “globalização” – mas não encerram as características do período. O Estado intervencionista e regulador passa a ser visto como inimigo da liberdade econômica. A literatura econômica que defende as ideias neoliberais, emerge com nomes variados com significado semelhante: aumento das escolhas dos indivíduos numa economia regulada pelo mercado, no qual o Estado cumpriria papel de ineficiência, de perda de atividade, ou seja, esse Estado seria descartável.

A intervenção Estatal, no entanto, não foi simplesmente reduzida sob o neoliberalismo, mas transformada. Em geral as novas políticas passaram a favorecer ainda mais ao capital e em particular o setor financeiro. O Estado tornou-se uma espécie de segurador do sistema financeiro para evitar o colapso de grandes empresas consideradas muito grandes para falir, o que poderia impactar negativamente toda a economia; enquanto por outro lado o setor financeiro viu-se cada vez mais livre (com as

reduções na regulação) para fazer investimentos arriscados e formar volume cada vez maior de capital fictício e alavancado.

Uma questão a ser levantada é se essa etapa neoliberal do capitalismo, com suas novas características e particularidades – como a financeirização e a globalização, teria encerrado o período imperialista. Nas análises de Smith (2016), dos autores da *Monthly Review* como Foster (2019) e Magdoff (1969), e de Mandel (1982) o imperialismo não apenas não foi superado como o neoliberalismo é a intensificação do próprio imperialismo, ou um imperialismo tardio – cujas características centrais de formação de monopólios da economia, da oligarquia financeira, da partilha do mundo em áreas de domínio pelos países imperialistas estão consolidadas.

Enquanto a representação esquemática das ideias que sustentam o neoliberalismo pode plausivelmente evitar o domínio “internacional”, as experiências neoliberais são completamente inseparáveis de processos globais de complexidade similar, especialmente o imperialismo e a globalização. Também por esse ângulo o neoliberalismo não pode ser encapsulado em uma frase de efeito: ele não pode nem ser definido de maneira puramente conceptual, nem capturado indutivamente através da simples descrição de experiências históricas (Saad-Filho, 2015 p. 60).

O objetivo desse capítulo é tratar as características principais do neoliberalismo nas abordagens marxistas utilizadas por Smith para interpretar o período contemporâneo do imperialismo. Na primeira seção deste capítulo analisam-se as transformações do capitalismo no período neoliberal sob três principais perspectivas: 1) transformação do papel do Estado; 2) globalização e financeirização; 3) tecnologia e ideologia na ofensiva contra o trabalhador. Smith utiliza dessas caracterizações sobre o neoliberalismo para tratar como as relações do imperialismo se intensificam com a globalização, desregulação e ofensiva contra os trabalhadores. Na primeira subseção investiga-se a transformação do papel do Estado, isto é, como esse passa a ser observado como vilão a ser combatido com redução de políticas econômicas sociais; na segunda subseção da primeira seção são analisadas duas características centrais do neoliberalismo: a financeirização e a globalização do capital; na terceira subseção observa-se o neoliberalismo como uma ofensiva contra o trabalhador, através de sua autorresponsabilização em sua produtividade, da redução de direitos, do uso da tecnologia na exploração da força de trabalho.

A segunda seção analisa a como os categoria do imperialismo é tratada no interior do marxismo no período neoliberal. Para Smith, o imperialismo se mantém como categoria central para compreender a etapa atual de exploração e transferência de valor internacional; a ideia de Smith é formular uma lei do valor para o imperialismo. Para outros marxistas, entretanto, o imperialismo se tornou apenas uma categoria assessória ou com outras características que excluem transferência de valor dos países dominados.

A seção final busca, em investigações recentes de autores marxistas, analisar se o imperialismo ainda é o estágio atual do capitalismo e como as transformações do neoliberalismo podem ser interpretadas como processos internos do imperialismo como um aprofundamento dessa etapa do capitalismo, isto é, um “imperialismo tardio”.

4.1 JOHN SMITH E AS CARACTERÍSTICAS GERAIS DA ETAPA NEOLIBERAL DO CAPITALISMO

Smith (2016) inicia sua obra com a comparação dos processos produtivos de três mercadorias: a camiseta, o Iphone e a xícara de café. O começo dessa explanação é organizado para apontar que a própria saúde do capitalismo moderno ainda depende muito da taxa de exploração extrema de trabalhadores nos países pobres, onde produção de bens de consumo e renda intermediários são realocados. A cadeia industrial dirigida pelo comprador (pelos países imperialistas) decide o que é produzido, onde e por quem e a que preço.

A interpretação das disputas do capitalismo imperialista, isto é, a relação capital-trabalho se tornou uma relação do capital do Norte Global contra o trabalho do Sul Global. Os países de baixa renda tornaram-se produtores de roupas, mas os lucros ainda são dos imperialistas. Quem continua a lucrar são as grandes corporações de lojas dos EUA, as agências de propaganda, as de segurança e outros serviços e o governo dos EUA que coleta impostos.

Essas observações levam Smith (2016) a refletir que as condições imperialistas se mantiveram e aprofundaram no chamado período neoliberal, a partir da década de 1970. O esforço de Smith é trazer a importância da categoria do imperialismo para o presente e formular uma teoria econômica que dê conta de explicar essa categoria a

partir da teoria do Valor de Marx. Para Smith o imperialismo clássico e o atual são diferentes pois o atual está completamente baseado nas leis do valor do capitalismo:

O capitalismo e sua lei do valor suprimiram totalmente a velha divisão colonial do mundo, que descartou tudo o que era hostil a ele, preservando e fazendo seu tudo o que é útil para seu domínio continuado. A tarefa seria, portanto, analisar a massa de dados empíricos relativos a essa transformação, submetendo os fatos à crítica de conceitos e os conceitos à crítica de fatos, a fim de aprender como, em sua fase imperialista de desenvolvimento, a natureza essencial do capitalismo sofreu uma evolução qualitativa. Em outras palavras, para o autor “a tarefa é desenvolver uma teoria da forma imperialista da relação de valor” (Fernandes, 2021 p. 81).

Essa seção deste capítulo procura abordar as características gerais do neoliberalismo, subdivididos em três pontos: 1) transformações do Estado, onde compreenderemos como ocorreram as transformações do papel do Estado – essa discussão auxilia a compreender como Smith trabalha posteriormente as ideias do Estado no imperialismo; 2) financeirização e globalização, onde exploramos como as oligarquias financeiras se organizam hoje e, principalmente, como o capital no neoliberalismo engendrou uma abertura comercial – nessa seção podemos observar como o capital financeiro se torna a própria dinâmica do capitalismo, desregulado, mas seguro de riscos; além disso, a globalização realizou uma derrubada de fronteiras nacionais o que intensificou a relação dependente dos países dominados e intensificou a concorrência mundial entre trabalhadores; 3) tecnologia e ideologia do trabalhador-empresa, esse item apresenta as relações de trabalho no neoliberalismo e como a tecnologia e a ideologia intensificaram a exploração do trabalho nos países imperialistas e, principalmente, nas economias dominadas.

A questão central de Smith (2016) está em dois pontos, que serão aprofundados no próximo capítulo: a arbitragem global do trabalho e a mundialização da superexploração do trabalho. Como aponta Fernandes (2021), essas duas questões estão intimamente relacionadas com a falta de mobilidade do trabalhador internacionalmente, com base no racismo, na opressão nacional, humilhação cultural, militarismo e violência estatal impostas aos países dominados pelas nações do Norte.

Smith (2016) busca traçar as questões que norteiam suas hipóteses sobre essas relações do imperialismo com base em sete pontos: 1) mudança da produção que ocorreu no período para países de baixo salário; 2) condições do mercado de trabalho

tão importantes quanto condições de mercado de produtos e capitais; 3) diferenciais de salários globais e mito da convergência; 4) os problemas de salários e produtividade – paradoxos que a teoria econômica dominante e heterodoxa não explicam 5) diferenciais salariais e taxa de exploração para aumento de lucro; 6) como a exploração imperialista é obscurecida pela interpretação convencional de dados econômicos 7) origem natureza e trajetória da crise econômica global.

4.1.1 O Estágio Neoliberal e a transformação do papel do Estado

Para Bresser-Pereira (2018), a nova corrente de pensamento neoliberal começa nas universidades e depois se apropria dos governos e das elites econômicas, dando início aos Anos de Neoliberalismo do Capitalismo. Essa interpretação sugere uma aproximação com Paulani (2008), que afirma que o neoliberalismo pode ser caracterizado como uma doutrina e uma gama de práticas de políticas econômicas. Essa doutrina não se iguala ao liberalismo clássico pois se restringe ao aspecto econômico da sociedade e é menos iluminista – depende mais da crença do que da razão. A origem doutrinária remete à Escola Austríaca que, desde o fim da Segunda Guerra, procura estabelecer um contraponto às propostas keynesianas.

Logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, numa reunião convocada por Friedrich Hayek, um grupo de intelectuais conservadores (entre eles Karl Popper, Milton Friedman, Ludwig von Mises, Lionel Robbins etc.), percebendo a avalanche keynesiana que se aproximava, da qual o New Deal, de forma involuntária, tinha sido uma boa amostra, resolve partir para a ofensiva, visto que o ambiente que, a largos passos, ia se desenhando no mundo ocidental era completamente hostil (na visão deles) ao desenvolvimento de uma sociedade inteiramente organizada pelo mercado (Paulani, 2008 p. 67).

Essa concepção sugere que o neoliberalismo surge como um conjunto de ideias *a priori* e posteriormente influencia transformações no Estado e nas políticas públicas. Para Fine e Saad-Filho (2017), o neoliberalismo é antes de tudo uma fase ou etapa de desenvolvimento do capitalismo, manifestada a partir das crises da década de 1970, como uma nova necessidade para a acumulação de capital. Isso não limita a etapa neoliberal a uma reação ao keynesianismo ou apenas como um grupo de políticas econômicas com caráter de reduzir o Estado. Em sua forma, o neoliberalismo pode ser

observado a partir de suas perspectivas econômicas, políticas, sociais e ideológicas, que não podem ser facilmente separadas.

Fine e Saad-Filho (2017), à semelhança de Lenin e às análises de Mandel sobre ondas longas, também trabalham com a ideia de estágios ou etapas do capitalismo que são impostas por transformações materiais e abrem espaço para que novas concepções ideológicas se estabeleçam. Isso emerge de uma perspectiva marxista que considera a materialidade antes do idealismo: “Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram.” (Marx, 2011 p. 25); não se trata de uma negação da atividade humana nos processos de transformação social, mas o conjunto de ideias está ligado às necessidades materiais *a priori*. Para Fine e Saad-Filho (2017), para ser caracterizado como um estágio do capitalismo, é preciso observar as formas distintas que as reproduções econômicas são organizadas e reorganizadas – e suas implicações para a reprodução social – estruturas, relações, processos e agentes políticos e ideológicos inclusive.

Assim, o neoliberalismo torna-se um novo estágio na acumulação de capital a partir da seguinte trajetória:

Presume-se que algum tipo de período de *laissez-faire* no século XIX dê lugar a um estágio mais monopolista na primeira metade do século XX, que então passa para um estágio em que a intervenção do Estado é significativa, convencionalmente denominada período keynesiano ou fordista (Fine; Saad-Filho, 2017 p. 686, tradução própria²).

Após a década de 1970 e 1980, o ferramental teórico keynesiano é colocado em dúvida, diante das crises da década de 1970. As classes superiores iniciam uma nova estrutura de acumulação na qual as finanças ganham centralidade na dominação do capital. Nesse período, as ideias liberais e a redução do Estado retomam a centralidade do debate econômico. O liberalismo volta com uma roupagem mais extrema: o neoliberalismo. Palludeto e Andrade (2017) apontam que, com a crise na década de 1970, o capitalismo keynesiano entrou em colapso e, em seu lugar, o neoliberalismo se tornou a ordem vigente.

² No original: Some sort of *laissez-faire* period in the 19th century is presumed to give way to a more monopolistic stage in the first half of the 20th century which then passes to a stage in which state intervention is significant, conventionally termed the Keynesian or Fordist period.

Os teóricos que dão suporte ao neoliberalismo se posicionam contrários ao keynesianismo, considerado intervencionista por parte do Estado e a coletivização da economia. A nova teoria econômica, que embasou o neoliberalismo, sustenta: “que uma economia capitalista naturalmente mantém o pleno emprego e uma taxa ótima de crescimento econômico, e quaisquer intervenções estatais destinadas a promover esses objetivos não são apenas desnecessárias, mas piorarão o desempenho econômico.” (Kotz, 2015 p. 12, tradução própria³).

Fine e Saad-Filho (2017) ressaltam que embora o keynesianismo seja associado mais ou menos ao progressismo, ao desenvolvimentismo e até à uma forma de caminho ao socialismo, o *boom* do pós-guerra não foi impulsionado por um socialismo incremental, mas pela reestruturação econômica e social com a internacionalização de todas as formas de capital, especialmente o capital produtivo, apoiado nas finanças com grande peso do Estado em promover a reconstrução capitalista com grandes corporações nacionais e internacionais. O que ocorre posteriormente é um colapso do keynesianismo por causa da conjuntura econômica e social que ele mesmo engendrou e apoiou e as contradições de suas próprias políticas.

Em outras palavras, Fine e Saad-Filho (2017) defendem que o neoliberalismo engendrou mudanças na forma acumulação de capital, dadas pelas próprias condições e necessidades de sua reprodução. O keynesianismo, por sua vez, não representou uma ruptura no capitalismo, mas uma forma de manutenção da reprodução. Se no pós-guerra havia necessidade de se impulsionar e fortalecer corporações, no neoliberalismo o setor financeiro tornou-se o centro da acumulação.

A ilusão antitética, associada à socialdemocracia, é que um retorno ao keynesianismo pode restaurar condições econômicas e sociais mais favoráveis hoje. Mesmo que impostos mais altos, controles sobre comércio, finanças domésticas e fluxos de capital, provisão social ampliada e o ajuste fino da demanda agregada possam ajudar a abordar objetivos macroeconômicos concorrentes de curto prazo e promover melhorias de curto prazo no desempenho econômico e no bem-estar social, essas políticas teriam apenas uma influência limitada no desempenho de longo prazo e na dinâmica subjacente da economia global e, mesmo que alcançáveis hoje, permaneceriam reféns dos imperativos neoliberais. Destacar as contradições do neoliberalismo em contraste com (as forças e virtudes) do que existia antes é uma tarefa analítica importante por si só, mas não revelará alternativas ao neoliberalismo nem fará com que as limitações do

³ No original: This theory claims that a capitalist economy naturally maintains full employment and an optimal rate of economic growth, and any state interventions aimed at promoting those goals are not just unnecessary but will worsen economic performance.

keynesianismo desapareçam na prática (Fine; Saad-Filho, 2017 p. 689, tradução própria⁴).

Na formação ideológica que dá suporte ao neoliberalismo, Fine e Saad-Filho (2017) identificam a mesma gama de origens destacada por Paulani (2008), mas apontam uma verdadeira mistura de concepções que dão origem a um vago e populista conceito de competitividade, liberdade individual e democracia, que validou as reformas nas políticas de Estado e reprimiram a oposição em cada país; a teoria neoliberal permanece muito fragmentada para produzir uma representação coerente da sociedade. A ideologia oferece “uma ideia individualista, de formalidade igualitária, meliorista e uma compreensão universalista de si mesmo e da sociedade.” (Fine; Saad-Filho, 2017 p. 688, tradução própria⁵). Essas ideias justificam que o Estado adote de políticas favoráveis ao setor financeiro frouxamente regulado.

A formação teórica econômica neoliberal, segundo Kotz (2015), surgiu com nomes diversos: monetarismo, expectativas racionais, economia da oferta, ciclo real de negócios; todas essas nomenclaturas possuíam o mesmo intuito de justificar a redução das atividades e do papel do Estado, em nome do “aumento da escolha do indivíduo”. Só a teoria não basta para justificar as mudanças institucionais no período neoliberal, mas essa providenciou uma justificativa para a intervenção do Estado passar a ser considerada como ineficaz, com perda de atividade, ou seja, descartável.

Entretanto, é importante ressaltar que não houve redução do Estado em si no período neoliberal. Os gastos militares e a renda do Estado para o capital, sejam na forma de juros, isenções ou com injeção de capital para salvar os setores financeiros, foram mantidos e até ampliados. As reduções do Estado se manifestam especificamente nas políticas de Bem-Estar social (*welfare state*) e no que é conhecido como “salário

⁴ No original: The antithetical illusion, associated with social democracy, is that a return to Keynesianism can restore more favourable economic and social conditions today. Even though higher taxes, controls on trade, domestic finance and capital flows, expanded social provision and the finetuning of aggregate demand can help to address competing short-term macroeconomic objectives and promote short-term improvements in economic performance and social welfare, these policies would have only limited bearing on the long-term performance and underlying dynamics of the global economy and, even if achievable today, would remain hostages to neoliberal imperatives. Highlighting the contradictions of neoliberalism by contrast with (the strengths and virtues of) what existed before is an important analytical task in its own right, but it will neither reveal alternatives to neoliberalism nor make the limitations of Keynesianism disappear in practice.

⁵ No original: It offers, instead, an individualist, formally egalitarian, meliorist and universalist conception of self and society.

social”, isto é, a parcela da renda do Estado que retorna em benefícios para a classe trabalhadora e compõe a remuneração de sua força de trabalho.

Sob o neoliberalismo, as instituições estatais intervêm sobre e através dos mercados e outras instituições de maneiras específicas que tendem a estender e/ou reproduzir o próprio neoliberalismo. Exatamente o mesmo é verdade para outros sistemas de acumulação, não menos aqueles ligados aos estados keynesianos, desenvolvimentistas ou de tipo soviético, que se presume terem sido mais intervencionistas (Fine; Saad-Filho, 2017 p. 690, tradução própria⁶).

O Estado não é repellido e tampouco reduzido, mas desviado para outras funções. Isso torna-se claro diante das reformas especialmente após o Consenso de Washington. Kotz (2015) argumenta que o Estado mudou o caráter da intervenção e não se retirou completamente do cenário econômico – as relações de mercado se expandiram às custas de redução na regulação econômica por entidades não-mercantis (Estado, sindicatos e burocracia). Fine e Saad-Filho (2017) apontam que as reformas neoliberais, observadas no governo de Ronald Reagan, nos EUA, e Margaret Thatcher, no Reino Unido, ambos ao longo da década de 1980, denotam: 1) a ideia de dicotomia entre Estado e mercados, apontadas como instituições rivais e excludentes; 2) uma suposição de eficiência de mercado e a intervenção do Estado como um desperdício – com distorção de preços e má alocação de recursos, além de induzir ao comportamento de busca de renda e atraso tecnológico; 3) uma crença de que o progresso tecnológico, a liberalização financeira, a busca por geração de valor para os acionistas e as transições ao neoliberalismo criaram uma economia global, com rápida mobilidade de capital interna e externa aos países – definida como “globalização”. Onde essa globalização chegasse, haveria rápido crescimento e prosperidade local, com atração de capital estrangeiro – em contraste com a intervenção estatal; 4) uma presunção de que eficiência alocativa, estabilidade macroeconômica e crescimento do produto estão condicionados a inflação baixa – que precisa ser garantida em detrimento de instrumentos de política fiscal, cambial e industrial; 5) a ideia de que o Estado precisa dar garantias ilimitadas ao sistema financeiro e que, portanto, as políticas macroeconômicas neoliberais precisam estar submetidas a este, inclusive o comércio liberalizado internacionalmente, mercado de

⁶ No original: Under neoliberalism state institutions intervene upon and through markets and other institutions in specific ways that tend to extend and/or reproduce neoliberalism itself. Exactly the same is true of other systems of accumulation, not least those attached to the Keynesian, developmental or Soviet-type states that are presumed to have been more interventionist.

trabalho, metas de inflação, independência do banco central, taxas de câmbio flutuantes e regras fiscais rígidas.

Normalmente, o neoliberalismo é visto com o tripé: liberalização, privatização e estabilização. Kotz (2015) aponta que o neoliberalismo é melhor compreendido se observa-se essas políticas inseridas na transformação das instituições de capitalismo regulado em instituições neoliberais, cujos moldes se enquadram nas categorias de globalização do capital, mudanças no papel do Estado na economia, relação capital-trabalho e setor corporativo.

Kotz (2015) elenca mudanças no papel do Estado nos EUA a partir da década de 1980: 1) renúncia do governo inspirado no keynesianismo; 2) desregulação básica industrial; 3) desregulação financeira; 4) enfraquecimento de políticas ambientais, de defesa do consumidor e do emprego. Se os governos do pós-guerra buscavam usar gastos, taxação e política monetária para contrabalancear a demanda e estabilizar o ciclo de negócios com manutenção do emprego alto e promoção do crescimento de longo prazo; os economistas neoliberais acreditam que as intervenções do Estado são desnecessárias e até causam problemas.

Depois da década de 1980 houve uma desregulamentação generalizada, restando apenas elementos de regulação em nível local – como energia elétrica e sistemas de cabos, em geral quando sistema de monopólio era inevitável. Em outros setores, que Kotz (2015) chamou de “regulação social”, o Estado deixou de intervir na manutenção da qualidade de vida da população, isto é, de trabalhadores, de consumidores ou de moradores de uma comunidade.

Ao longo do pós-guerra até 1980, o Estado dos EUA havia criado uma série de regulações que: 1) garantiam a segurança dos produtos consumidos, como o *Consumer Product Safety Act* (1972) e a criação da Trade Commission (1970), para proteção do consumidor; 2) leis de proteção ambiental como o *Clean Air Act* (1963) e o *National Environmental Policy Act* (1969); 3) leis de segurança do trabalho como o *Occupational Safety and Health Act* (1970). Essas leis de regulação social e ambiental, que eram vistas como falhas de mercado até a década de 1970, foram enfraquecidas a partir do governo Reagan nos anos 1981, quando passaram a ser vistas como obstáculo para crescimento econômico. Kotz (2015) aponta que de 1980 a 1984, houve redução no pessoal permanente da Agência de Proteção Ambiental, em 21%; na Administração de Saúde e Segurança Ocupacional, a redução foi de 22%; e na Comissão de Segurança de

Produtos de Consumo foi de 38%. As teorias neoliberais da época davam suporte para a desregulação social, uma vez que se argumentava que ações individuais como ações judiciais eram mais eficazes do que regulação governamental para resolver esses problemas.

As políticas de regulação industriais e algumas medidas tomadas pelo Estado no sentido antitrustes e antimonopólios foram substituídas uma vez que essa regulação passou a ser vista como desnecessária e prejudicial, porque atrapalhava eficiência e inovação tecnológica.

A quinta mudança no papel do governo foi um retrocesso significativo na aplicação das leis antitruste. As principais leis antimonopólio da América foram aprovadas em duas ondas, a Lei Antitruste Sherman em 1890, quando as grandes corporações surgiram, e a Lei Antitruste Clayton e a Lei da Comissão Federal de Comércio em 1914, aprovadas na Era Progressista após grandes corporações e bancos tornaram-se bem estabelecidos. Há uma controvérsia histórica sobre a origem política do antitruste, que emergiu de um processo político complexo envolvendo um movimento de massa de pequenos agricultores e pequenas empresas, reformadores sociais da classe média recentemente ativos, um Partido Socialista em crescimento e representantes das novas grandes empresas em disputa política (Kotz, 2015 p. 20, tradução própria⁷).

Depois de 1981 as leis antitruste foram enfraquecidas, o que resultou em ondas de fusões entre os anos 1980 e 1990, com aumento de cerca de cinco vezes entre 1981 e 1999. Essas foram amparadas pela teoria dos *contestable markets*, que aponta que mercado pode ser competitivo mesmo com só uma firma, desde que se depare com potenciais entrantes (Kotz, 2015).

Além das desregulações, os países passaram por uma onda de privatizações em diferentes níveis e intensidades. Enquanto ao longo do pós-guerra até a década de 1980, as empresas estatais passaram a compor grande parte da indústria, em especial na Europa, o neoliberalismo reverteu essa tendência com a privatização massiva de empresas públicas. Esse processo se deu de diferentes formas e em diferentes níveis. Nos países emergentes, onde empresas públicas normalmente estavam voltadas para

⁷ No original: The fifth change in the role of government was a significant pull-back from enforcement of anti-trust laws. America's major anti-monopoly laws were passed in two waves, the Sherman Anti-Trust Act in 1890, when large corporations were first arising, and the Clayton Anti-Trust Act and Federal Trade Commission Act in 1914, passed in the Progressive Era after big corporations and banks had become well established. There is historical controversy about the political origin of anti-trust, which emerged from a complex political process involving a mass movement of small farmers and small businesses, newly active middle class social reformers, a growing Socialist Party, and representatives of the new big businesses, a political battle.

mineração e petróleo, esses foram os alvos das privatizações ou de vendas para investidores dos países desenvolvidos. Os EUA nunca desenvolveram um grande setor de empresas estatais comparado com a Europa, ao invés disso os serviços eram contratados pelo Estado para serem realizados por empresas privadas como serviços sociais, habitação aos pobres, escolas e prisões, até prestação de serviços aos militares. Em 2000, chegou-se a cogitar realização de cobrança de impostos por meio de empresas privadas (Kotz, 2015).

Os Estados Unidos realizaram um grande corte e eliminação de programas de bem-estar social (*welfare state*) com redução em programas de pagamentos para pessoas de baixa renda, pensões de aposentadoria e seguridade social, seguro-desemprego, leis de salário mínimo. Para os economistas neoliberais esses programas interferiam nos incentivos ao trabalho e criavam população dependente do Estado enquanto absorviam recursos da poupança e investimento privado. Mesmo na Seguridade Social dos Estados Unidos sofreu grandes cortes, ainda que houvesse grande dificuldade de se eliminar ou se privatizar por causa da impopularidade de tais medidas (Kotz, 2015).

Quanto aos impostos, a taxação era mais progressiva durante o pós-guerra até o neoliberalismo, quando essa situação mudou e os impostos passaram a incidir mais sobre uma faixa de renda média da população e desonerou as faixas mais altas:

Na primeira parte da era capitalista regulamentada, o sistema tributário dos EUA era relativamente progressivo, com altas taxas de imposto sobre as rendas familiares mais altas e uma taxa de imposto de 50% sobre os lucros corporativos, embora houvesse alguns elementos regressivos no sistema tributário. [...] na década de 1950 a alíquota marginal de imposto sobre as rendas mais altas era de 91%. A taxa de imposto de renda pessoal marginal mais alta caiu para 70% na década de 1960. Então, depois de 1981, caiu abruptamente, atingindo um mínimo de 28% em 1988, antes de subir um pouco na década de 1990. A alíquota do imposto de renda corporativo permaneceu próxima a 50% até 1988, quando caiu para 34%. A alíquota de imposto sobre ganhos de capital, quase toda recaindo sobre os ricos, caiu para 15% em 2003. Na era neoliberal, a incidência tributária deslocou-se significativamente dos negócios e dos ricos para aqueles na metade da distribuição de renda (Kotz, 2015 p. 24).

Na América Latina, o neoliberalismo teve seu importante berço no Chile, a partir do golpe de Estado de 11 de setembro de 1973, quando Salvador Allende foi demovido do cargo de presidente, substituído pela ditadura de Pinochet. Nesse período, o Chile foi tomado pelo ideário dos Chicago Boys e das elites neoliberais, fundamentado em Hayek

e Mises. Essa experiência no Chile se expande posteriormente à América Latina e ao próprio Reino Unido (Puello-Socarrás, 2015).

Para Elias (2015), na primeira fase dos anos 1970, tentou-se desenvolver um novo modelo de acumulação de capital que destruía ou reduzia ao mínimo políticas de Bem-Estar social na América do Sul. Isso implicava em abandonar paradigma capitalista pós-guerra que pensava no Estado com a obrigação de ajudar indivíduos em privação, nacionalizar indústrias estratégicas e uma política macroeconômica coordenada, haja visto que o mercado não lograva resultados de crescimento estável.

Em uma segunda etapa, Elias (2015) aponta que esses governos ditatoriais foram substituídos por democracias, mas agora baseadas no Consenso de Washington, com modelos econômicos neoclássicos, orientação para a abertura de mercado externa com a ideia de que isso levaria à convergência de desenvolvimento global. A única forma de crescimento aceitável no período era o crescimento para fora, com crescimento das exportações e taxas de câmbio únicas; enquanto, por outro lado, incentivou-se as importações de forma liberalizada e o investimento estrangeiro direto.

Elias (2015) aponta que quase todos os países da América Latina seguiram essa postura liberalizante da abertura comercial internacional e isso se deu mediante ao estabelecimento de um regionalismo aberto. A criação do Mercosul em 1991 e a reativação do Pacto Andino (Chile, Colômbia, Perú, Equador e Venezuela) seguiram a serviço do neoliberalismo com acordos de livre comércio, não somente internos como da região para fora. Em outras palavras, formou-se um bloco na região que atuava para aumentar exportação, especialmente primária, para os países ricos, enquanto incentivava a importação de industrializados e de investimento estrangeiro direto.

No Brasil, o início do período neoliberal mudou a configuração daquilo que se entendia por política econômica para esta ideia tecnocrata de política econômica – Qualquer outra forma de atuação do Estado na base da política econômica era populismo. Paulani (2008) destaca que macroeconomicamente, o Brasil adotou a política *TINA* (*There is no alternative*), para essas transformações no papel do Estado, que deveria doravante ser tratado apenas como uma ideia de neutralidade da política econômica “correta” a ser adotada, não importa o caráter do governo, qualquer alternativa é considerada utópica, errada e irresponsável. Essa política está baseada em um tripé de: política monetária concentrada em metas inflacionárias, política fiscal superavitária e política cambial controlada pelo mercado. Em outras palavras,

restringiu-se o papel dos gastos do Estado à geração de estabilidade econômica e liberdade do mercado.

O importante, na etapa neoliberal do imperialismo, é que as políticas sejam reformadas estruturalmente, cujos núcleos são as privatizações, as aberturas comercial e financeira, os processos de desregulamentação dos mercados, especialmente para países periféricos, que ainda precisam garantir a manutenção e aprofundamento da transferência de valor para economias de centro do capitalismo mundial. Os resultados dessas políticas, especialmente em países periféricos, apontam Fine e Saad-Filho (2017), foi criar um movimento de falta de coordenação da atividade econômica com concentração de renda, padrão de emprego com altas taxas de exploração, políticas industriais enfraquecidas e que impôs ao balanço de pagamentos depender estruturalmente dos fluxos internacionais de capital.

Smith (2016) assume as transformações do papel do Estado na etapa neoliberal, mas não é o objeto central de sua análise. Para o autor, não há redução do Estado nesse período, mas uma defesa pela desregulamentação no que diz respeito a legislação trabalhista, o que leva a concluir a ofensiva contra os trabalhadores nesse período, a tomada de uma regulação frouxa para o sistema financeiro e uma luta contra o protecionismo pela livre circulação de mercadorias e capital.

O crescimento da economia informal não coincidiu apenas com o início da globalização neoliberal, foi produzido por ela. Recebeu um grande impulso com a dolorosa transição da protecção das importações e da regulação estatal para o novo regime neoliberal laissez-faire orientado para as exportações (Smith, 2016, p. 120, tradução própria⁸).

Em discussão com Leo Panitch e Sam Gindin, Smith (2016) aponta que esses acertaram ao demonstrar que a doutrina neoliberal defende o Estado mínimo interventor, enquanto intervém ativamente na economia dos Estados Unidos. Essa observação considera especialmente a intervenção para salvar o setor financeiro e garantir a segurança a esse capital específico. É observável que outros setores como o militar também tiveram aumentos de gastos durante o período neoliberal. Em suma,

⁸ No original: The growth of the informal economy did not merely coincide with the onset of neoliberal globalization, it was produced by it. it was given a mighty boost by the wrenching transition from import protection and state regulation to the new neoliberal laissez-faire export-oriented regime.

essa defesa a “não intervenção” trata-se especificamente de desregular o capital e flexibilizar leis trabalhistas, uma verdadeira ofensiva contra o trabalhador.

4.1.2 Globalização e financeirização do capital

O tema da globalização é um dos mais importantes nas interpretações de Smith sobre o imperialismo no período neoliberal. Smith (2016) aponta que uma das ideologias centrais para o capitalismo neoliberal é a ideia de convergência da renda entre os países do Norte e do Sul Global. A ideia é que os países do Sul, em desenvolvimento, passariam pelos mesmos estágios de desenvolvimento dos países do Norte – das sociedades agrárias para sociedades industrializadas.

Desde a formação do capitalismo europeu, Smith (2016) lembra que havia forte dependência da mão de obra escrava do “novo mundo” e da pilhagem dos tesouros, transformados em capital. Os economistas do desenvolvimento defendiam o paradigma da modernização tecnocrática do Estado como caminho para a convergência da renda entre países do Sul e do Norte; Smith (2016) defende que foi realizado um aprofundamento das condições de subdesenvolvimento embasado na teoria marxista da dependência – que aprofundaremos no próximo capítulo.

Para Fernandes (2021), a globalização produtiva e financeira impõe mercados de trabalho não limitados pela ação Estatal; isso levou Smith (2016) a estudar a arbitragem global do trabalho que regula salários dos países mais ricos através daqueles que pagam salários mais baixos e impõem-se taxas de exploração de trabalho diferentes nos países. Isso seria a base socioeconômica do imperialismo tardio (em sua maturidade), que se efetiva na produção mundial de mercadorias e na divisão dos países imperialistas e dominados, ou no Norte e Sul globais.

Kotz (2015), ao observar as transformações do período neoliberal nos EUA, aponta transformações da década de 1970 caminharam para uma economia globalizada – a partir dos acordos de Breton Woods, da formação do FMI e do Banco Mundial. Nesses processos, o dólar emerge como moeda mundial e flutuante, em um sistema que dá ênfase à livre circulação de bens, serviços e capital, além das fronteiras nacionais. Nessa etapa do capitalismo há contornos importantes da internacionalização do capital que precisam ser qualificados.

A mundialização é um processo muito antigo que Marx havia identificado como uma grande tendência do capitalismo (a construção do mercado mundial). A progressão das trocas, o fluxo dos capitais e a exploração global (do mundo) não são invenções do neoliberalismo. A etapa atual caracteriza-se pelo crescimento das operações de troca e dos fluxos internacionais de capitais, a expansão das sociedades multinacionais e um novo papel das instituições financeiras internacionais (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, etc.). (Duménil; Lévy, 2003, p. 28-29 apud Prado, 2005b p. 117).

A globalização pode ser vista como fenômeno de abertura comercial global, com facilidade de transição do capital e redução de barreiras nacionais. Nas palavras de Kotz (2015, p. 35, tradução própria⁹): “Por globalização entende-se um aumento significativo no movimento de bens, serviços, capital e dinheiro para além das fronteiras nacionais, o que resulta em um capitalismo mais integrado globalmente do que nunca.”. A ideia que sustenta a liberalização, no arcabouço liberal, propõe que as nações tendem a desenvolver-se de maneira a equalizar a situação econômica dos países mundialmente, se esses tivessem livre concorrência no mercado global.

Para Smith (2016), a questão da globalização expõe a importância da externalização (ou terceirização)¹⁰ produtiva para as economias imperialistas no período neoliberal. Os capitalistas trazem trabalhadores de fora ou mandam a fábrica para o exterior, a ideia é buscar força de trabalho mais barata e explorável prontamente.

Isso não é necessariamente específico do período neoliberal, ao longo da história da fabricação da juta, os capitalistas modificaram suas máquinas em 1860 para produzir em Dundee (Reino Unido) com 50 mil de trabalhadores, em sua maioria mulheres e irlandeses imigrantes. Ainda assim, Smith (2016) aponta que produzir em Dundee era mais caro que impor aos indianos a realizarem o trabalho o que levou a transferir as fábricas para Bengala (Índia). Smith (2016) aponta que para Aviva Chomsky, a externalização de hoje continua o mesmo padrão da externalização começada com a indústria têxtil (em 1800s); muda-se o centro do trabalho para onde a mão de obra é barata e de países que possuem fortes sindicatos para aqueles em que os sindicatos são

⁹ No original: By globalization is meant a significant increase in the movement of goods, services, capital, and money across national boundaries, resulting in a capitalism that is more globally integrated than before.

¹⁰ O autor usa o termo *Outsourcing*, aqui usamos os termos terceirização e externalização como sinônimos: a firma transfere parte de suas atividades para outros produtores não somente além dos limites da própria empresa, mas além dos limites nacionais, isso é, a terceirização para outros países.

fracos ou inexistentes. Hoje, as indústrias saem do EUA para países abundantes recursos naturais e mão de obra barata e com dificuldades de sindicalização. A produção se deslocou do Reino Unido para os EUA e depois para o Sul Global (Smith, 2016).

Segundo Smith (2016), por séculos a manufatura esteve no centro da economia, na produção e na distribuição; hoje o varejo (*retailers*) estão no ápice da cadeia de oferta enquanto as fabricas foram para Tigres Asiáticos, especialmente a China. O capital industrial não consegue mais ditar os preços dos distribuidores e o poder do capital comercial aumenta a pressão sobre produtores monopolistas para encerrar acordos com sindicatos e flexibilizar a força de trabalho com externalização de processos de produção em países de baixo salário. Como a indústria se moveu para países de baixos salários, nesse momento o capital comercial acaba com a ideia de preço recomendado do fabricante e estabelece supremacia nos bens de consumo.

A externalização global da produção manufatureira começou para valer nas décadas de 1960 e 1970, com o êxodo de empregos na produção de calçados, roupas, brinquedos e montagem eletrônica para países de baixos salários, proporcionando uma nova geração de capitalistas comerciais como Tesco, Walmart e O Carrefour [...] que ajudaram a acabar com o reinado do “preço de varejo recomendado pelo fabricante” e estabeleceram a supremacia do capital comercial nos mercados de bens de consumo (Smith, 2016 p. 41, tradução própria¹¹).

Houve redistribuição de lucro industrial para o capital comercial. Smith (2016) aponta que a eletrônica esteve na vanguarda da externalização, mas os países do Sul não absorvem e incorporam a tecnologia, o envolvimento deles normalmente se limita a etapas intensivas de mão de obra. A cada ano entre 1992 a 2001, entre 70 e 100 mil de empregos na manufatura industrial de ponta eletrônica saíram dos EUA rumo a países de baixo salário do México e China.

Smith (2016) destaca que, a medida em que a indústria se moveu para o Sul, os países imperialistas colocaram seus trabalhadores para competir com trabalhadores dos países dominados, com salários mais baixos e o valor de seus bens de consumo cai nos

¹¹ No original: Global outsourcing of manufacturing production began in earnest in the 1960s and 1970s, with the exodus of production jobs in shoes, clothing, toys, and electronic assembly to low-wage countries, providing a new generation of commercial capitalists such as Tesco, walmart, and Carrefour with the battering rams and trebuchets that helped them to end the reign of the “manufacturer’s recommended retail price” and established the supremacy of commercial capital in consumer goods markets.

países do Norte o que impõe "queda salarial". Duménil e Lévy (2014) analisaram o mesmo movimento que Smith nesse caso, sua exposição com enfoque nos Estados Unidos aponta que os salários reais no país caíram porque, diante da globalização, a concorrência entre os trabalhadores dos países avançados com os periféricos impôs redução no poder de barganha.

O fenômeno da globalização fortalece o capital, na medida em que enfraquece o poder de barganha dos trabalhadores. Duménil e Lévy (2014) apontam que esse fenômeno foi um dos pilares para recuperação da renda das camadas superiores dos países mais ricos após as crises do petróleo na década de 1970. Esse aspecto foi possível uma vez que expôs os trabalhadores dos países avançados à concorrência com os países periféricos – os investimentos foram buscar uma base mais lucrativa nas altas taxas de retorno desses países – e isso arruinou o poder de barganha desses trabalhadores.

Para Duménil e Lévy (2014) a abertura comercial e o livre comércio, típicos da globalização, aumentaram a pressão sobre os trabalhadores, através da competição com países onde custo da mão de obra são baixos. Isso ajudou a reerguer os lucros dos baixos níveis dos anos 1970, a globalização colocou trabalhadores dos países avançados para competir com a periferia.

Em outras palavras, os salários caem nos países centrais, mas as mercadorias ficam mais baratas importadas de países de baixos salários. Para Smith (2016), é esse movimento que permite manter a paz de classe e o crescimento doméstico. Se os salários reais caíssem nos países imperialistas, teríamos uma recessão por conta da redução da demanda; o efeito de queda salarial é mais que compensado pela queda dos preços nos bens de consumo dos importados pelo Norte.

O World Economic Outlook 2007, do FMI, tentou ponderar esses dois efeitos, concluindo: “embora a participação da mão-de-obra [do PIB] tenha diminuído, a globalização da mão-de-obra, manifestada em importações mais baratas nas economias avançadas, aumentou o 'tamanho do bolo' a ser compartilhado entre todos os cidadãos, resultando em um ganho líquido na remuneração total dos trabalhadores em termos reais” (Smith, 2016 p. 45, tradução própria¹²).

¹² No original: The IMF's World Economic Outlook 2007 attempted to weigh these two effects, concluding: “although the labor share [of GDP] went down, globalization of labor as manifested in cheaper imports in advanced economies has increased the ‘size of the pie’ to be shared among all citizens, resulting in a net gain in total workers’ compensation in real terms.”

O começo da industrialização no capitalismo foi verticalizado, com processos cada vez mais concentrados em uma única fábrica, cuja mecanização promovia mais concentração e especialização e possibilitava o crescimento de redes de produção mais complexas, nacionalmente. Havia, no plano internacional, uma dicotomia entre bens finais e matérias-primas. A globalização neoliberal mudou esse quadro quando estendeu elos da produção além do nacional. Hoje, segundo Smith (2016), com o *offshoring* há importação de produtos intermediários no Sul para montagem, além dos produtos acabados que servem de insumos para empresas do Norte e dos bens de consumo para os trabalhadores.

O Japão, por exemplo, produz alta tecnologia nacional, manda peças para montagem em países de baixo salário e intensivos em mão de obra do leste asiático; esses países realizam apenas o processo de montagem para o Japão e para outros mercados ocidentais. Smith (2016) destaca dados da OCDE que mostram que a indústria automobilística dos EUA importava 25% mais produtos de maior valor agregado do Canadá do que do México em 1995. Isso mudou para 10% em 2005; em 2009, após a crise, o México superava o Canadá em 48%; isso denota o deslocamento de fábricas para o Sul.

Smith (2016) ressalva que os dados de *offshoring* são subavaliados porque se analisam apenas insumos, mas não bens acabados. Em primeiro lugar, nem toda importação é *offshoring*; ainda existem importação tradicional de bens primários e isso não corresponde a terceirização internacional que procura trabalho barato. Em segundo, uma parte pequena, mas importante, dos países em desenvolvimento têm indústrias locais como a aero brasileira (Embraer) e a Chinesa de painel solar e turbinas eólicas. Cabe um destaque nessa consideração de Smith, se essas empresas não seriam também apenas montadoras que reúnem peças de alta tecnologia produzidas por empresas do Norte; o autor considera essas indústrias fora dessa relação.

Ainda existem os países que não compõem a relação de exploração Norte-Sul, e estão excluídos do processo. Smith (2016) define esse padrão Norte-Sul em uma relação entre países imperialistas e um grupo de 24 países em desenvolvimento no qual os países do Norte buscam implementar seu capital e indústrias nos países do Sul atrás de mão de obra barata. O resto do mundo em desenvolvimento continua a ser dependente de exportação primária de *commodities*, isto é, encontra-se na margem do próprio modelo de exploração imperialista global. Smith (2016) assinala que esses 24 países são

responsáveis por 76% da população do Sul global – das dez nações mais populosas, só a Nigéria continua a ser exportadora primária.

Smith (2016) argumenta que existem duas formas de terceirização do trabalho: através do Investimento Estrangeiro Direto (IED), quando o processo produtivo é movido para o exterior, mas mantido internamente; e através do *Arm's-Lenght*, quando a empresa transfere parte ou todo o processo de produção para fornecedor independente de forma a liberar a "empresa líder", sem perder o controle. Smith (2016) lembra ainda que esse processo deve ser pensado em toda a cadeia produtiva; entretanto, na definição tradicional, a empresa transnacional é apenas aquela que usa do IED, ou seja, Tesco e Walmart só são transnacionais na medida em que operam lojas no exterior, mas exclui de pensar todos os trabalhadores que produzem as mercadorias que essas vendem.

Smith (2016) anota quatro tipos de IED, de acordo com motivo do investidor: 1) em busca de eficiência – é a forma paradigmática do neoliberalismo, eficiência no sentido de corte de custos especialmente custos de trabalho; 2) procura de mercado – foi o dominante antes do período de globalização neoliberal, as barreiras protecionistas obrigavam transnacionais a mover produções (ainda é uma forma importante de IED); 3) busca de recursos – investimento estrangeiro nas indústrias extrativas, isso inclui também alimentos e etc. (nesse caso é diferente do primeiro; enquanto o primeiro procura *pools* de mão de obra barata, nesse último, a mão de obra barata é um bônus); 4) buscador de tecnologia – busca acesso a conhecimento científico ou tecnológico local, esse caso raramente é motivo nos países pobres.

Até os anos 2000 a maioria dos IED se moviam apenas entre nações desenvolvidas e tinham pouca importância para as transnacionais na periferia; em 2013 os fluxos do Norte para o Sul ultrapassaram os fluxos dos países do Norte entre si. Smith (2016) anota alguns problemas relacionados com a contabilização do IED no Sul: 1) os investimentos são inflados pelo capital financeiro improdutivo e serviços empresariais investido entre países desenvolvidos; 2) fusões e aquisições, a empresa que transfere um capital já existente não está criando novo capital; 3) muito do que é considerado fluxo de IED entre países imperialistas é, na verdade, fluxo de IED para empresas que realocam parte ou todas as suas produções para países de baixos salários - foi o exemplo da Shell, que trouxe 100 bi de IED para o Reino Unido em 2005 quando fez a reestruturação, mas a maior parte das atividades da Shell está na América Latina, África, Ásia e Oriente Médio.

Entre 2001 e 2012, as economias em desenvolvimento receberam US\$ 464 bilhões em tais fluxos, em comparação com US\$ 609 bilhões fluindo para os países desenvolvidos, e nos anos mais recentes, de 2010 a 2012, os fluxos de IED da manufatura para os países em desenvolvimento atingiram US\$ 151 bilhões, superando os US\$ 145 bilhões recebidos pelos países desenvolvidos. Por outro lado, entre 2001 e 2012, a entrada de IED em “finanças” e “atividades de negócios” nos países imperialistas totalizou US\$ 1,37 trilhão nesses anos, mais que o dobro do fluxo de entrada de IED industrial nesses países, em comparação com US\$ 509 bilhões em “finanças” e “atividades empresariais” IED nos países em desenvolvimento. (Smith, 2016 p. 72, tradução própria¹³).

Smith (2016) defende que existem diferenças qualitativas entre IED Norte-Norte e Norte-Sul. Os fluxos de lucros, quando há IED EUA-Europa-Japão, são simétricos entre si. Por sua vez, os fluxos de investimento do Sul-Norte são insignificantes comparados com os Norte-Sul. Esse último tem três componentes característicos que transferem renda do Sul para o Norte: 1) lucro repatriado; 2) lucro retido; 3) pagamento de juros sobre empréstimos concedidos a afiliada da empresa-mãe; 4) ainda têm royalties, taxas de licença e outros serviços.

A CNUCED¹⁴ relatou em 2008 que “a grande lacuna entre transnacionais dos grupos desenvolvidos e em desenvolvimento permanece. Por exemplo, o total de ativos estrangeiros das 50 maiores transnacionais de economias em desenvolvimento em 2005 equivalia aproximadamente ao montante de ativos estrangeiros da General Electric, a maior transnacional do mundo”. Em consequência, o investimento direto e os lucros fluem em ambas as direções entre os Estados Unidos, a Europa e o Japão, mas entre estas nações e o Sul Global o fluxo tem sido e continua a ser esmagadoramente unidirecional. [...] de acordo com o Relatório de Investimento Mundial de 2008 da CNUCED, as transnacionais do mundo ganharam \$ 1,130 bilhões em 2007 em lucros de suas subsidiárias estrangeiras, 406.967 das quais estão localizadas em economias em desenvolvimento e 259.942 em economias desenvolvidas (Smith, 2016 p. 76, tradução própria¹⁵).

¹³ No original: Between 2001 and 2012 inward Fdi in “Finance” and “Business activities” in imperialist countries totalled \$1.37 trillion in these years, more than twice the inward flow of manufacturing Fdi into these countries, compared to \$509bn in “Finance” and “Business activities” Fdi into developing countries.

¹⁴ Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, no inglês UNCTAD.

¹⁵ No original: UNCTAD reported in 2008 that “the large gap between TnCs from the developed and developing groups remains. For instance, the total foreign assets of the top 50 TnCs from developing economies in 2005 amounted roughly to the amount of foreign assets of General electric, the largest TnC in the world.” in consequence, direct investment and profits flow in both directions between the united States, europe, and Japan, but between these nations and the Global South the flow has been and continues to be overwhelmingly one-way. [...] according to UNCTAD’s 2008 World Investment Report, the world’s TnCs earned \$1,130bn in 2007 in profits from their foreign subsidiaries, 406,967 of which are located in developing economies and 259,942 in developed economies.

O maior problema de focar no IED é que a terceirização pelo *Arm's Lenght* fica invisível. Essa segunda forma de terceirização, segundo Smith (2016), torna as empresas terceirizadas independentes, enquanto a empresa líder cobra a produção em padrão de qualidade e quantidade. Isso faz com que invisibilizem-se as transferências de lucro dos países do Sul para o Norte, tudo aparece como parte do valor agregado pela empresa líder ainda que ela esteja usando superexploração do trabalho no Sul. O *Arm's Lenght* é:

Um modo transfronteiriço de operação de transnacional sem capital, no qual uma transnacional externaliza parte de suas operações para uma empresa parceira baseada no país anfitrião na qual não tem participação acionária, enquanto mantém um nível de controle sobre a operação especificando contratualmente a forma como deve ser conduzida [...] a característica definidora dos NEMs¹⁶ transfronteiriços, como uma forma de governança da cadeia de valor global de uma transnacional, é o controle sobre uma entidade comercial do país anfitrião por outros meios que não participações acionárias (Smith, 2016 p. 69, tradução própria¹⁷).

Na externalização via *Arm's Lenght* não importa se empresa abre subsidiária em país estrangeiro e emprega trabalhadores ou se os terceiriza sob forma de contratação de fornecedor estrangeiro, o resultado é similar. As rendas acumuladas no exterior aparecem, nas contas empresariais e nacionais, como provindas das atividades domésticas de design, branding e marketing da empresa líder. Na IED, as transnacionais costumam tratar melhor seus trabalhadores do que empresas locais, costumam pagar salários 80% maiores e ser em média duas vezes o tamanho das empresas locais; além disso destacam-se na contratação de mão de obra com níveis educacionais superiores, tamanho da fábrica, localização e intensidade de uso de capital e energia. Na *Arm's Lenght*, empresas locais ficam responsáveis pelos baixos salários, pelos problemas ambientais supressão sindical e etc. enquanto a empresa mãe fica com a mão limpa (Smith, 2016). Assim, mesmo que IED gere fluxo de lucros repatriados, empresas preferem cada vez mais a externalização via *Arm's Lenght*.

¹⁶ Non-equity Modes: trocas intra-firmas que incluem contratos de manufatura, licenças e franqueamento.

¹⁷ No original: A cross-border nonequity mode of TNC operation [in which] a TNC externalizes part of its operations to a host-country-based partner firm in which it has no ownership stake, while maintaining a level of control over the operation by contractually specifying the way it is to be conducted. [...] the defining feature of cross-border NEMs, as a form of governance of a TnC's global value chain, is control over a host-country business entity by means other than equity holdings

Em suma, é possível identificar quatro razões principais pelas quais as firmas de *Arm's Length* podem favorecer um relacionamento distante com seus fornecedores de baixos salários: 1) os investidores estrangeiros acham necessário pagar salários mais altos do que os empregadores domésticos, limitando a desejada redução de custos; 2) *Arm's Length* significa mãos limpas; 3) transferência de risco; 4) evitar o IED em favor do que a CNUCED chama de “modo não patrimonial” libera recursos para investimento nos mercados financeiros ou para financiar aquisições e recompras de ações (duas formas pelas quais a fragmentação da produção pode acelerar a concentração de capital) (Smith, 2016 p. 82, tradução própria¹⁸).

Smith (2016) ressalta que as empresas do Norte não competem com empresas do Sul, mas competem com outras empresas do Norte, inclusive para conseguir externalização nos países de baixos salários, como uma partilha do mundo moderna. As empresas do Sul competem para oferecer mão de obra mais barata para as líderes do Norte, a única competição entre Norte e Sul é no mercado de trabalho. A relação das empresas nacionais do Sul com as empresas líderes do Norte não é competitiva, mas de cooperação. A exceção é de alguns países em desenvolvimento que possuem empresas que competem com as do Norte, como a farmacêutica na Índia ou a aeronáutica no Brasil.

Smith (2016) conclui que para cada vencedor necessariamente precisa haver muitos perdedores. As empresas no elo mais baixo da cadeia só podem escapar da corrida para o fundo se erguerem alguma forma de barreira para a concorrência, ou seja, ter algum grau de monopólio, e quando essas barreiras são erodidas, o melhor é abandonar o mercado completamente. A intensa competição no Sul e o oligopsonio no Norte de compradores globais drena a riqueza dos produtores do sul e sustenta lucros e ativos das empresas em países imperialistas.

As ideias de Smith para o imperialismo no período neoliberal estão cercadas pelas relações das empresas transnacionais dos países imperialistas e como elas se inserem nos países dominados. A globalização da produção é a característica marcante destacada, a liberalização promovida no período permitiu à essas empresas a entrada quase irrestrita nos países do Sul. Esse primeiro destaque sobre as empresas

¹⁸ No original: in sum, it is possible to identify four major reasons why outsourcing firms might favor an arm's-length relationship with their low-wage suppliers: 1) foreign investors find it necessary to pay higher wages than domestic employers, limiting the desired reduction in costs; 2) arm's-length means hands clean; 3) transference of risk; 4) avoidance of Fdi in favor of what unCTad calls a “non-equity mode” releases funds for investment in financial markets or to finance acquisitions and share buybacks (two ways in which the fragmentation of production can accelerate the concentration of capital).

transnacionais foi observado também por Mandel no período pós-guerra, mas houve uma consolidação desse movimento no imperialismo tardio. O ponto fundamental de intersecção no pensamento dos dois autores sobre o imperialismo encontra-se na transferência de valor, na superexploração e nas trocas desiguais que serão exploradas no capítulo subsequente.

Para Kotz (2015), o fenômeno da globalização é uma das características mais importantes do período neoliberal, mas não é o único definidor do período. A globalização não explica o crescimento do papel da financeirização e sua via especulativa como chaves do capitalismo contemporâneo. Apesar de ser um dos traços marcantes do neoliberalismo, Kotz (2015) aponta que o capitalismo vinha se globalizando antes da Primeira Guerra, esse processo retrocedeu quando surgiram movimentos nacionalistas no período pós-guerra até 1970. A financeirização, por sua vez, é um fenômeno tipicamente do neoliberalismo.

O período neoliberal significou uma expansão significativa do setor financeiro sobre a economia. Para Smith (2016) é inegável o aumento do peso do setor financeiro nos países imperialistas a partir do período neoliberal. Entre 1982 e 2007, houve um aumento na participação do setor financeiro na economia dos EUA na proporção de seis vezes enquanto realizava-se a alavancagem da dívida.

Fine e Saad-Filho (2017) definem a financeirização desse período como o movimento em que o capital financeiro drena o capital produtivo enquanto favorece grandes capitais em detrimento dos pequenos. O resultado desse processo é a formação de bolhas com potencial destrutivo da economia que exigem grande dispêndio do Estado.

Para Kotz (2015), houve uma importante desregulamentação do setor financeiro por parte do Estado no período neoliberal. Após a crise de 1930, tornou-se vital para a economia assegurar a estabilidade dos bancos, prevenir falências e promover o papel produtivo do setor financeiro enquanto desencorajava a especulação. Por isso, no pós-guerra criaram-se diversas agências reguladoras para definir tetos de taxa de juros para alguns tipos de empréstimos; em outras palavras, para controlar e impor limites ao setor financeiro.

Após os anos 1970, o sistema regulatório financeiro sofre pressões para liberalização, fundos começavam a entrar no território dos bancos oferecendo dinheiro

pagando altas taxas de juros. Kotz (2015) aponta que o termo financeirização passou a ser usado como sinônimo do crescente papel dos atores, instituições e mercados financeiros, nacionais e internacionais. Para Kotz (2015), alguns autores consideram, inclusive, a financeirização como a mudança fulcral do capitalismo nas décadas recentes; para esses, capitalismo recente seria melhor interpretado como numa forma financeirizada a partir da década de 1980 e não neoliberal.

Evidências desta evolução podem ser encontradas no aumento da atividade nos mercados financeiros, na valorização dos ativos financeiros, no aumento das transações cambiais em relação ao volume do comércio internacional e em outros indicadores da atividade financeira. (Kotz, 2015 p. 33, tradução própria¹⁹).

A financeirização da economia é, em primeiro lugar, o aumento da presença do capital portador de juros. Duménil e Lévy (2014) destacam a hegemonia das finanças, com a financeirização da economia. Isto significou crescimento acelerado dos ativos financeiros e, também, criação de novos instrumentos financeiros. Duménil e Lévy (2014) enumeram três ordens sociais no capitalismo moderno: 1) do início do século XX ao New Deal; 2) Do New Deal até o início da década de 1980; 3) a partir do início da década de 1980. A primeira e a terceira ordem são denominadas de primeira e segunda hegemonia financeira²⁰, nas quais as classes capitalistas através das instituições financeiras “se beneficiaram de uma capacidade ilimitada de comandar a economia e a sociedade em geral, de acordo com interesses próprios ou o que percebiam como tal.” (Duménil; Lévy, 2014, p. 24).

O fato é que o arranjo social estabelecido a partir das décadas de 1970 e 1980, implicou tanto na expansão financeira como impulsionou grandes corporações dos países centrais aos países dependentes. Ao mesmo tempo, as medidas de liberalização e desregulamentação da economia também serviram para reduzir a capacidade de intervenção dos Estados para determinar o ritmo de crescimento do emprego e da renda.

Para Smith (2016), algo mudou na natureza do capitalismo no final do século XX, no qual a acumulação, a formação real de capital no reino dos bens e serviços, se

¹⁹ No original: Evidence of this development can be found in the increase in activity in financial markets, a rise in the value of financial assets, an increase in foreign exchange transactions compared to the volume of international trade, and other indicators of financial activity.

²⁰ A fase entre a primeira e a segunda hegemonias financeiras é chamada de compromisso keynesiano, ou compromisso pós-guerra.

tornou cada vez mais subordinada as finanças. O temor expresso por Keynes na década de 1930 da especulação tomar conta da produção parece ter se materializado.

As primeiras grandes leis de desregulamentação financeira nos Estados Unidos, segundo Kotz (2015), aparecem na década de 1980 e aumentam gradativamente o valor agregado bruto de corporações financeiras comparado com o de todas as corporações dos EUA de 7,8%, em 1981, para 13,8% em 2006; em 1948, esse valor era de 4,2%. O lucro, por sua vez, das corporações financeiras em meio a todas as corporações cresceu de forma muito mais intensa: de 10% em 1948, para 20% em 1970 e depois para 40% em 2001-2003. Para Kotz (2015) isso representa que a estrutura neoliberal insitucional permitiu instituições financeiras a se apropriarem de aumento crescente da parcela dos lucros.

Um dos destaques centrais na desregulação do Estado foi sobre o setor financeiro. No período neoliberal, as empresas financeiras deixam de servir às não-financeiras e passam a buscar a expectativa de maior lucro: devido à regulação anterior, as empresas financeiras estavam restritas a ofertar serviços apenas permitidos para cada tipo de instituição, sem essa regulação, as empresas financeiras ficam livres para ofertar qualquer serviço para onde o potencial de lucratividade fosse maior – o que aumenta consideravelmente os riscos e atividades especulativas.

Mazzucatto (2014) mostra que, na crise de 2008, o setor financeiro dos EUA representou um dreno dos recursos do Estado. O governo americano realizou grandes resgates financeiros aos bancos sem nenhuma regulação, isto é, possibilitou ganhos mesmo diante de ações imprudentes de investimentos especulativos. Isso representava o paradigma de socializar os riscos e privatizar as recompensas.

Para Fine e Saad-Filho (2017), é importante entender essas finanças como capital portador de juros e não somente relações financeiras ou de crédito; tampouco se trata de falar que, no neoliberalismo, o setor financeiro tomou grandes proporções, mas compreender os motores e contradições que a financeirização engendra no capitalismo neoliberal.

Nossa visão mais específica da financeirização concentra-se, em vez disso, no papel das finanças como capital (que rende juros) e não apenas como relações financeiras ou de crédito em geral. É justamente nesse aspecto que a financeirização marca um afastamento do passado tanto na escala quanto no âmbito da atividade financeira em busca do retorno financeiro em detrimento

da produção. Nesse sentido, uma hipoteca, por exemplo, continua sendo uma relação de crédito simples (transhistórica) entre mutuário e credor. No entanto, ela se envolve na financeirização uma vez que essa obrigação hipotecária é vendida como parte de algum outro ativo, que se torna rotineiro apenas sob o neoliberalismo. Com essa financeirização se espalhando de forma mais geral, também cresce a influência das finanças sobre o controle da alocação de recursos – incluindo os fluxos de dinheiro, crédito e divisas e, correspondentemente, o nível e a composição da produção, emprego, investimento e comércio, e o financiamento do estado – por capital monetário incorporado em uma série de ativos financeiros (mais ou menos esotéricos). Esses ativos são criados, mantidos, negociados e regulados por instituições especializadas que, sob o neoliberalismo, estão integradas em distinto sistema financeiro EUA-global (Fine; Saad-Filho, 2017 p. 691, tradução própria²¹).

A criação e circulação dos ativos financeiros torna-se atividade puramente especulativa que tenta se desprender e se autonomizar da produção, apesar de nunca conseguir isso completamente. Fine e Saad-Filho (2017) caracterizam que essa forma de financeirização da economia cria algumas características específicas observadas no período neoliberal: 1) as decisões econômicas são tomadas em dimensão de curto prazo – busca de rentabilidade imediata em detrimento de crescimento da produtividade; 2) imperativo na geração e apropriação de excedente das finanças; 3) crescimento explosivo de recompensas aos capitalistas de alto escalão e gestores – o que alimenta concentração de renda.

O capital portador de juros é descrito por Marx (2017) como o capital que se torna mercadoria, mas uma mercadoria *sui generis*; os juros são uma parcela do lucro que remunera o proprietário desse capital adiantado pelo seu uso. Sob a ótica do dono do capital que iniciará o processo como portador de juros, ele empresta o dinheiro que ingressará no circuito produtivo do capital e receberá uma parcela da mais valia produzida no processo; ou seja, $D_1-D-M-D'-D'_1$ onde o circuito $D-M-D'$ é acrescido do empréstimo e do lucro do capital portador de juros $D_1-D'_1$.

²¹ No original: Our more specific view of financialization focuses, instead, on the role of finance as (interestbearing) capital and not just as financial or credit relations in general. It is precisely in this respect that financialization marks a departure from the past both in the scale and in the scope of financial activity in pursuit of financial returns at the expense of production. In this sense, a mortgage, for example, remains a simple (transhistoric) credit relation between borrower and lender. However, it becomes embroiled in financialization once that mortgage obligation is sold on as part of some other asset, which becomes routinized only under neoliberalism. With such financialization spread more generally, so grows the influence of finance over the control of resource allocation – including the flows of money, credit and foreign exchange and, correspondingly, the level and composition of output, employment, investment and trade, and the financing of the state – by money-capital embodied in an array of (more or less esoteric) financial assets.²¹ Those assets are created, held, traded and regulated by specialist institutions that, under neoliberalism, are integrated in a distinctly US-led global financial system.

A partir dos anos 1980, a difusão das características do capital portador de juros foi marcante para o sistema capitalista: “o capital portador de juros ressurgiu no início dos anos 80” (Chesnais, 2005 p.36).

A principal tese de Chesnais é que a financeirização é a disseminação profunda e difundida das características do capital portador de juros (como identificado por Marx no volume 3 do Capital) em todo o sistema capitalista, através do qual sua atividade se torna “organicamente embutida no tecido”. A onipresença do capital portador de juros - a forma mais flagrante da mistificação do capital, na visão de Marx - não pode ser dissociada da consideração do grau extremo de concentração e centralização do capital que agora caracteriza o processo de acumulação. (Paulani, 2018 p. 50, tradução própria²²).

A questão, portanto, é compreender o quanto o capital portador de juros transformou a economia capitalista a partir do neoliberalismo. Lapavistas e Mendieta (2016) oferecem três pressupostos que aproximam dessa ideia: 1) empresas não financeiras tornam-se financeirizadas – se afastam de bancos, mas obtêm lucros de operações financeiras; 2) bancos deslocam as fontes de lucro para mercados financeiros e empréstimos a famílias, ao invés de atuar com empresas não-financeiras; 3) famílias se tornam financeirizadas, para empréstimos e para poupança, de maneira sem precedentes.

Para Lapavistas e Mendieta-Muñoz (2016), enquanto o capitalismo mercantil nos séculos XVII e XVIII foi marcado pelos lucros auferidos pelas grandes empresas mercantis; o capitalismo industrial, nos séculos XIX e XX, foi marcado por lucros auferidos por empresas industriais que empregam mão-de-obra assalariada; e o capitalismo financeirizado, emergindo em países industriais maduros no final do século XX, é marcado pela característica lucrativa da esfera da circulação e finanças.

François Chesnais caracteriza a mudança estrutural dos anos 1980 como passagem para um regime de acumulação com dominância financeira, abertura para uma nova etapa no evoluir do imperialismo - o qual é compreendido como dominação interna e internacional do capital financeiro.

²² No original: Chesnais’s main thesis is that financialization is the profound, widespread dissemination of the characteristics of interest-bearing capital (as identified by Marx in volume 3 of Capital) throughout the capitalist system as a whole, through which its activity becomes “organically embedded in the fabric of social life.” The omnipresence of interest-bearing capital—the most flagrant form of the mystification of capital, in Marx’s view—thus cannot be dissociated from a consideration of the extreme degree of the concentration and centralization of capital that now characterizes the accumulation process.

Essa etapa é marcada pela retomada do modo de acumulação do primeiro terço do século XX, após um hiato de cerca de quatro décadas no qual o poder das finanças foi contido na Europa e nos Estados Unidos. Durante esse período, as burguesias buscaram sustentar o movimento de reprodução do capital por meio do chamado "consenso fordista e keynesiano". Com o esgotamento desse modo de acumulação e o fracasso do socialismo real, as burguesias mudam a sua estratégia de dominação; passam então a impor uma reorganização do mundo com base na ditadura dos credores, nas novas finanças corporativas, na mundialização das finanças, da concorrência e das tecnologias de informação e comunicação, assim como por meio da flexibilização do uso da força de trabalho e dos salários. A dominância financeira se explica porque ela visa garantir, sobretudo, a apropriação das rendas financeiras, ou seja, juros e dividendos, numa escala mundial (Prado, 2005a p. 48).

Braga et al.(2017) apontam que, no capitalismo contemporâneo, parte maior dos ativos são ativos financeiros, isto é, parte crescente dos ativos tem se tornado capital fictício. As relações financeiras se tornaram cada vez mais complexas. A riqueza ficou abstrata, puramente financeira, na interação entre as moedas, crédito e ativos reais. Esse processo sugere que riqueza de ganhos não operacionais se tornou mais importante nas decisões de gasto e empréstimo. A riqueza, cada vez mais flexível, assume a forma de ativos financeiros e as inovações financeiras permitiram mais indivíduos investirem em ativos de risco. A financeirização enquanto padrão de sistema de riqueza, estabelece novas formas de definir, administrar e realizar a riqueza: que afeta as decisões de gastos dos principais agentes econômicos. Isso impacta as políticas econômicas e modifica para cima e para baixo os ciclos de negócios – levando às crises (Braga et al., 2017).

Paulani (2018) aponta que a apropriação de mais valia tornou-se cada vez mais distante da sua fonte, o capital industrial, nesse período histórico. Isso acontece tanto pela concentração e poder de mercado, que apropria de maneira predatória a mais valia de empresas mais fracas que sobrevivem apenas da exploração direta do trabalho, quanto pela busca de valorização em bens fictícios²³ – sem conexão com a produção de mais valia. A tendência desse capital é tornar-se artificialmente mais autônomo de suporte material.

Cabe pensar, portanto, se esse processo de financeirização é histórico e se caracteriza como nova etapa, ou se essas transformações não poderiam qualificar mudança histórica na acumulação de capital. Para Chesnais (2005), esse processo é

²³ Palludeto e Rossi (2016) lembram que há uma diferença entre o capital portador de juros e o capital fictício. Enquanto o primeiro implica a renúncia de uma renda em troca de fluxos futuros, o segundo é a conversão de fluxos futuros em valor-dinheiro no presente. Isto representa a capitalização de um fluxo esperado de rendimento, ou seja, é a transformação de fluxos de renda futuros em mercadoria.

histórico e se qualifica como ponto fundamental do neoliberalismo apoiado em três formas: 1) criação das políticas liberalização e desregulamentação das finanças, comércio e investimento estrangeiro; 2) apoio à entrada da China no sistema capitalista; 3) massificação da criação de crédito por meio de crescimento liderado pela dívida pública, após 1990. Lapavistas e Mendieta-Muños (2016) apontam que esse processo teve importante estímulo do Estado para liberalização da esfera financeira.

Fine e Saad-Filho (2017) concluem que a financeirização é definidora da economia, política e ideologia; e dirige a economia global desde 1970, tanto para a acumulação econômica quanto para a reprodução social. Essa financeirização tem sido apoiada por mudanças institucionais que apoiam sua expansão e domínio, derivadas do colapso dos anos 1970 com a estagflação. Além disso, suas consequências se estendem intimamente com a especulação por meio da privatização do setor público, das concessões públicas e mais recentemente das parcerias público-privadas.

Smith (2016) não tinha pretensão de explorar profundamente o tema da financeirização e seus aspectos no neoliberalismo, apesar de reconhecê-los. O central em sua análise sobre esse tema é o estabelecimento de uma relação entre financeirização e terceirização na definição das transformações da globalização neoliberal. Essa é a chave para entender a origem e evolução das próprias crises do capitalismo – elas não surgem das finanças, mas do capital produtivo. Nessa evolução, o capital financeiro utiliza mecanismos para ampliar fluxo de lucro e inflar valores de ativos, desconectados da realidade. E, além dessa criação fictícia de valor, o setor financeiro também captura valor criado em outros setores produtivos, o que inclui aquele valor que toma das economias de baixos salários.

Smith (2016) reconhece essas transformações que a financeirização traz para o capitalismo neoliberal, mas destaca que, ainda que haja esse papel de agência das finanças no capitalismo pós-1970, ainda há uma ligação direta entre o setor financeiro com a criação da mais valia na produção. Ou seja, existe a autonomização financeira, mas não pode haver o deslocamento daquilo que de fato cria valor, a esfera da produção de mercadorias. Para Smith (2016, p. 300, tradução própria²⁴), o erro seria considerar a financeirização como “um padrão de acumulação em que os lucros são acumulados principalmente através de canais financeiros e não através do comércio e da produção

²⁴ No original: a pattern of accumulation in which profits accrue primarily through financial channels rather than through trade and commodity production.

de mercadorias”, as finanças precisam se apropriar do valor criado na produção e na terceirização.

4.1.3 Tecnologia e ideologia do trabalhador-empresa na ofensiva contra o trabalhador

No modo de produção capitalista, o trabalhador não é dono do seu trabalho, possui apenas sua capacidade de trabalhar e precisa vender essa capacidade ao capitalista na troca de um salário para manter sua subsistência. Enquanto os trabalhadores ofertam sua força de trabalho, os capitalistas remuneram-nos de acordo com o valor dessa força de trabalho, para manter a reprodução dos trabalhadores enquanto classe social, isto é, contempla necessidades básicas, fisiológicas, mas também culturais daquela sociedade; necessárias para a reprodução desse trabalhador. Nessa relação, o capitalista paga ao trabalhador, aponta Marx (2012), segundo a jornada de trabalho, pelo trabalho necessário à reprodução dessa força de trabalho. O trabalho excedente, que o trabalhador produz além do necessário à sua reprodução social, é acumulado pelo capitalista na forma de mais valia.

A concorrência entre os capitalistas pressiona para a busca da redução de custos da produção. As inovações tecnológicas procuram modificar processos produtivos através do aumento da produtividade ou da produção de mercadorias em menor tempo de trabalho. Com isso, é possível reduzir o custo unitário das mercadorias e absorver um lucro extraordinário, dado que o valor da mercadoria continua contabilizado pelo trabalho socialmente necessário, se um capitalista individual reduz o valor unitário de sua mercadoria, pode vendê-la abaixo do valor social, mas acima de seu valor individual. Em outras palavras, um ganho de produtividade causa uma redistribuição social dos lucros, dos capitalistas menos produtivos em direção aos capitalistas mais produtivos (Marx, 2012).

Esse processo não termina com o lucro extraordinário, uma vez que a concorrência impõe que outros capitalistas sigam com imitações de técnicas e tecnologias e consigam atingir os mesmos ganhos de produtividade. É quando a nova produtividade se torna hegemônica na produção social que a exploração da mais valia pode encontrar sua forma relativa. Isso irá ocorrer se essa produtividade reduzir o valor

das mercadorias que compõem a cesta de consumo do trabalhador e, nesse caso, o trabalhador recebe um valor menor pela mesma quantidade de trabalho, porque seu trabalho ficou mais produtivo (Marx, 2012).

Em essência, as transformações tecnológicas não se processam com a intenção de melhorar as condições de vida do trabalhador ou poupar trabalho que liberte a humanidade da necessidade do trabalho – ainda que os ganhos de produtividade tornassem possível essa emancipação. A ideia central é reduzir custos na forma relativa dos salários com relação ao capital, isto é, expropriar parcela maior de trabalho não-pago e aumentar a acumulação de capital.

Enquanto manifestação de fenômenos político-econômicos e culturais, os modelos de organização do trabalho [no capitalismo] se transmutam continuamente para dar conta das mudanças que ocorrem no “sistema de sociometabolismo do capital”, cuja tendência é sempre de expansão [...]. Nesse sentido, as estratégias de controle do trabalho, para além das inovações tecnológicas, invariavelmente abarcam diferentes formas para a exploração da força de trabalho (FRANCO e FERRAZ, 2019 p. 845).

Se por um lado a tecnologia é utilizada no capitalismo como forma de expansão da mais valia e da exploração do trabalho, cabe qualificar o que são as relações de trabalho no capitalismo. Vaclavik, Sastre e Oltramari (2019) caracterizam diferenças entre trabalho e emprego. No âmbito do Direito, o “emprego” é uma relação específica do gênero de trabalho. O emprego caracteriza-se como relação laboral que está inserida em condições de assalariamento, com contratos formais, com regulação e amparo do Estado. Portanto, é uma forma de relação de trabalho típica do modo de produção capitalista, desenvolvida a partir da revolução industrial. Três elementos são essenciais para caracterizar o trabalho: 1) produz algo, não é um fim em si mesmo; 2) envolve certo grau de obrigação, independente de quem define a tarefa; e 3) envolve esforço e persistência (Vaclavik; Sastre; Oltramari, 2019).

Quando Marx (2012) elabora ainda em seu primeiro capítulo sobre a categoria fundamental primeira do capitalismo, a mercadoria, sua ideia sobre a categoria do trabalho humano, enquanto dispêndio produtivo de cérebro, músculos, nervos, mãos e etc., é uma atividade pensada, planejada, com objetivo determinado. Essa categoria de trabalho humano torna possível a comparação posterior entre duas mercadorias com valores de uso distintos.

O caráter místico da mercadoria não resulta, portanto, de seu valor de uso. Tampouco resulta do conteúdo das determinações de valor, pois, em primeiro lugar, por mais distintos que possam ser os trabalhos úteis ou as atividades produtivas, é uma verdade fisiológica que eles constituem funções do organismo humano e que cada uma dessas funções, seja qual for seu conteúdo e sua forma, é essencialmente dispêndio de cérebro, nervos, músculos e órgãos sensoriais humanos etc. (Marx, 2012, p. 205)

Esse trabalho, entretanto, não se desenvolveu da mesma forma em diferentes períodos históricos, com modos de produção distintos; nem mesmo no próprio capitalismo, o trabalho manteve suas relações intactas em uma forma única ao longo do tempo. Vaclavik, Sastre e Oltramari (2019) apontam que se no século XIX e XX as relações de trabalho dominantes eram caracterizadas pelo assalariamento como na sociedade industrial, as mudanças tecnológicas provocaram transformações nas relações de trabalho. O emprego formal não se manteve como a única forma de relação de trabalho no capitalismo contemporâneo.

Para Marx (2012), o trabalho, quando em contato com o meio, a natureza, é capaz de produzir valor. No capitalismo, o trabalhador não mais é dono do seu trabalho, mas apenas da sua capacidade de trabalhar, da sua força de trabalho. O capitalista remunera essa capacidade do trabalhador enquanto lhe extraí uma parcela de trabalho não remunerada, em sua jornada.

Enquanto o processo de trabalho permanece puramente individual, o mesmo trabalhador reúne em si todas as funções que mais tarde se apartam umas das outras. Em seu ato individual de apropriação de objetos da natureza para suas finalidades vitais, ele controla a si mesmo. Mais tarde, ele é que será controlado. O homem isolado não pode atuar sobre a natureza sem o emprego de seus próprios músculos, sob o controle de seu próprio cérebro (Marx, 2012, p. 705).

O mercado de trabalho constituiu, portanto, o espaço pelo qual os trabalhadores ofertam sua força de trabalho e os capitalistas remuneram-nos de acordo com o valor dessa força de trabalho. Marx (2012) chama atenção para as flutuações nos salários com base na oferta dessa força de trabalho mediadas pelo exército industrial de reserva (a força de trabalho potencial que não está devidamente empregada no processo produtivo) – quando esse exército se aproxima do nível de pleno emprego, o poder de barganha dos trabalhadores aumenta, o que lhes possibilita pleitear salários maiores.

Vaclavik, Sastre e Oltramari (2019) chamam atenção que essa relação de trabalho – que constitui a forma como os indivíduos se relacionam para poder executar o trabalho em si – com a exploração do capital, não ficou isenta de transformações no período do capitalismo. As tecnologias impulsionaram a uma flexibilização recente nas relações de trabalho – não se trata de uma novidade no modo de produção capitalista, formas de trabalho por peça ou com condições de trabalho piores são comuns ao longo de sua história – mas as tecnologias têm impulsionado crescente número de trabalhadores a abandonarem as relações de trabalho com vínculo de emprego, e aderirem a um trabalho sem garantias.

Uma das transformações mais importantes do capitalismo em sua etapa neoliberal, destacam Fine e Saad-Filho (2017), são a forte ofensiva contra os trabalhadores – com redução de salários, direitos trabalhistas e previdenciários, políticas de enfraquecimento sindical. Houve o grande enfoque na liberdade do mercado e em políticas que impunham a redução do papel do Estado e seu desmantelamento no que diz respeito aos gastos que compõem uma parcela do que pode se chamar “salário social” (educação, saúde, previdência social e etc.).

As características marcantes dessa etapa do capitalismo são a corrosão das condições de subsistência da classe trabalhadora com a redução de gastos sociais do Estado, redução e desregulamentação de direitos trabalhistas, flexibilização do trabalho; por outro lado houve forte desregulamentação do mercado, especialmente do setor financeiro, privatizações, redução de impostos (Duménil; Lévy, 2014). Em suma, houve um aumento na transferência de valor do trabalho para o capital.

Para Smith (2016) um dos pontos fulcrais do imperialismo no período neoliberal é a busca, especialmente por parte das empresas transnacionais, por baixos salários em trabalhos informais, flexíveis e precarizados nos países do Sul. O processo de globalização abriu mercados do Sul para circulação de capital e mercadorias com origem nos países imperialistas; mas ao mesmo tempo reprime fortemente a livre circulação de trabalhadores o que impõe a manutenção do trabalho em seu país de origem.

A ofensiva contra os trabalhadores e seus sindicatos e a tentativa de flexibilizar leis trabalhistas recebeu impulso no neoliberalismo, segundo Smith (2016). O ideal de *laissez-faire* substituiu progressivamente o protecionismo às importações e a regulamentação estatal. O resultado desse processo nos países do Sul é a manutenção de

grandes taxas de trabalho informal (e flexível). Smith (2016) aponta que o trabalho formal na América Latina caiu de 69,2% em 1950 para 42,1% em 1998. Esses trabalhadores informais são facilmente substituídos de acordo com as necessidades produtivas e possuem poucos direitos assegurados.

Além dessa ofensiva contra os trabalhadores, seus direitos e organizações, Fine e Saad Filho (2017), destacam ainda que a ideologia estabelecida no período neoliberal oferece os valores de individualismo, de formalidade igualitária, e uma compreensão universalista de si mesmo e da sociedade. Dardot e Laval (2016) apontam que essa ideologia gera a autorresponsabilização do trabalhador por sua própria produtividade, isto é, o mecanismo de coerção ideológica para que o indivíduo trabalhe mais, de forma mais eficiente, recebendo um salário menor.

Além da realocação dos recursos do Estado para o capital, o caráter ideológico que se assume nesse período é de individualismo, responsabilização e culpabilização dos trabalhadores pelas suas condições de vida, de jornada de trabalho, de qualificação profissional e de desemprego. Essa idealização passa por uma convicção de que cada indivíduo é, ou deve buscar ser, uma empresa ou um empreendedor de sua própria força de trabalho.

Essas ideias servem para justificar um conjunto de políticas de Estado favoráveis a finanças frouxamente reguladas, com um Estado pouco atuante nas áreas sociais e a constituição de uma classe trabalhadora resiliente e dócil com a exploração mais acentuada do capital. Assim, o resultado prático dessa doutrina é:

A ideologia da autorresponsabilidade tem sido especialmente significativa, uma vez que priva os cidadãos de suas capacidades coletivas, agência e cultura, parece valorizar o consumo acima de tudo, coloca o mérito do sucesso e o peso do fracasso em indivíduos isolados e sugere que a resolução de todo problema social requer uma maior individualização e financeirização da provisão social. (Fine; Saad-Filho, 2017 p. 697, tradução própria²⁵).

O que a proposta neoliberal defende é um governo que acabasse com o “grande Estado keynesiano” e substituísse o *welfare state* por um ágil e enxuto *workfare state*.

²⁵ The ideology of selfresponsibility has been especially significant since it deprives the citizens of their collective capacities, agency and culture, appears to value consumption above all else, places the merit of success and the burden of failure on isolated individuals, and suggests that the resolution of every social problem requires the further individualization and financialization of social provision and intercourse.

Isso significava na prática que o Estado que não deveria gerar benefícios aos desempregados, compor um sistema de seguridade social, que gere renda aos trabalhadores; o Estado deve alocar a massa de desempregados em subempregos indesejados ou em um eterno estágio de treinamento dessa mão de obra.

Dardot e Laval (2016) concluem que o Estado assumiu práticas de busca da eficiência de mercado, enquanto renunciou ao caráter social. Por outro lado, o neoliberalismo modifica a subjetividade humana quando transforma os trabalhadores em “indivíduos-empresa”, universais, embasados no “espírito do empreendedorismo”. Para esse indivíduo-empresa, o trabalhador tem obrigação motivacional e responsabilidade sobre a própria valorização do trabalho. Em outras palavras, os interesses de trabalhadores e capitalistas se confundem, no qual o primeiro deve: “transformar-se continuamente, aprimorar-se, tornar-se sempre mais eficaz” (Dardot e Laval, 2016 p. 333).

A partir da consolidação do modelo de capitalismo neoliberal, Costa (2005) aponta que houve uma reestruturação produtiva no período com fechamento de fábricas, renovação tecnológica, terceirização, subcontratação, reorganização dos processos produtivos, enxugamento de quadros. Houve uma redução de custos, em especial de custos do trabalho, em ambiente recessivo na economia, o que impulsionou ainda mais as reformas liberais.

Antunes (2018) afirma que a difusão tecnológica e a automação industrial, tipicamente utilizadas para exploração no modo de produção capitalista, além do período de financeirização e globalização neoliberal, engendraram, no século XXI, uma empregabilidade precarizada que se desenvolvem no capitalismo recente, cujas características são sazonalidade, trabalho em período parcial, temporário, informal ou *freelance* – com poucos ou nenhum benefício.

A *uberização* é um dos termos marcantes desse período. Uma forma de relação de trabalho sem vínculo trabalhista algum, no qual o trabalhador é responsável pelo próprio carro, sua ferramenta de trabalho, incluindo os gastos com manutenção, consertos, seguros e combustível. A *uberização* do trabalho (termo que surge motivado pelo pioneirismo do tipo de trabalho desenvolvido pela empresa transnacional Uber²⁶) emerge como uma das principais ofensivas contra os trabalhadores no neoliberalismo

²⁶ A Uber é uma empresa transnacional que presta serviços eletrônicos na área de transporte semelhante aos taxis. Foi fundada em 2009 nos Estados Unidos.

recente, com traços marcantes do uso de ferramentas de tecnologia da informação e ideologia do individualismo e da autorresponsabilização dos trabalhadores por sua produtividade.

Nesse novo modelo de trabalho, o trabalhador é mascarado como autônomo ou empresário que se apropria de uma parcela dos ganhos. Assim, a *uberização* do trabalho é uma nova forma empresarial que visa gerar mais lucro e aumentar o valor absorvido pelo capital por meio de formas de trabalho precário (Antunes, 2018). Franco e Ferraz (2019) apontam que a empresa, nesses casos, se abstém de manter o trabalhador como contratado. O trabalhador passa a ser apresentado como autônomo ou empreendedor, e passa a investir nas próprias ferramentas para trabalhar (isto é, o capital constante); assim é possível maximizar a mais valia apropriada pelo capitalista de forma muito mais elevada comparada com outras empresas que contratam mão de obra no modelo convencional, o que faz com que essas comecem a adotar modelos de negócios *uberizados*.

Franco e Ferraz (2019) expõem como a evolução tecnológica permitiu os processos de *uberização* que servem para ampliação da acumulação de capital. A evolução da internet e o acesso a smartphones aprofundou relações de trabalho que não se formaram a partir da recente *uberização*, mas já existiam em medidas e formas um pouco distintas. É o caso da *crowdwork* da empresa *Amazon* em 2005, que procurava pessoas conectadas à internet para execução de tarefas virtuais, profundamente mal remuneradas, que os computadores ainda não podiam executar satisfatoriamente como identificação de fotografia, análise de documentos, transcrições de áudios.

Essas relações de trabalho “*uberizadas*” se desenvolvem em cenários de redução de postos de trabalho, ou de atividades produtivas que não garantem remuneração adequada – o trabalhador precisa realizar a venda de sua força de trabalho para esses aplicativos ou plataformas virtuais. Além disso, o trabalhador ainda precisa investir nos seus equipamentos de trabalho para tornar sua força de trabalho vendável.

Marx (2012) trabalha com a categoria de subsunção do trabalhador ao capital, na qual o trabalhador é inserido e subordinado ao capital em sua forma de trabalho – as ferramentas, o tempo, a forma de realização do trabalho, tudo isso passou a ser controlado pelo capital. Se a Uber coloca o controle da forma, da ferramenta e do tempo nas mãos do trabalhador, esse não passaria a ser menos subsumido ao trabalho, como um empreendedor? Para Franco e Ferraz (2019) as relações de alto desemprego,

ausência de perspectivas melhores torna em primeiro lugar esse tipo de venda de força de trabalho como uma única escolha ao trabalhador. E, “Nessa relação de trabalho, os meios de produção do trabalhador não o tornam menos subsumido, podendo, aliás, significar o contrário: uma subsunção ainda maior, em um cenário de subordinação estrutural.” (p. 851).

Franco e Ferraz (2019, p. 846) apontam que: “A uberização do trabalho representa um modo particular de acumulação capitalista, ao produzir uma nova forma de mediação da subsunção do trabalhador, o qual assume a responsabilidade pelos principais meios de produção da atividade produtiva”. A Uber realizou essa subsunção do trabalhador a partir de uma tática de, em primeiro lugar, para se estabelecer em um mercado, oferecer descontos aos clientes e diversas vantagens aos motoristas com boas tarifas. Depois de estabelecida, a empresa reduz a remuneração dos motoristas. Além disso, a Uber também detém o controle do algoritmo da plataforma, o qual os motoristas não possuem acesso, e dessa forma consegue controlar alocação de sua mão de obra nos horários e locais onde for mais lucrativo.

O que podemos concluir dessas análises é que a uberização do trabalho, ou o trabalho *crowdwork*, ou a plataformização do trabalho, não são especificamente novidades, apesar de ganharem novos contornos com a expansão tecnológica. Não se tratam de uma forma de empreendedorismo ou de libertação do trabalhador de ter um “chefe”, mas a sua maior subordinação do trabalho e a um trabalho precarizado, muito calcado na ideologia neoliberal da autorresponsabilização da produtividade. Mantiveram-se as condições de exploração da mais valia expandindo-a tanto de forma absoluta, com extensão da jornada de trabalho, quanto de forma relativa com redução do valor da força de trabalho.

Um último aspecto importante do período neoliberal a se destacar é o enfraquecimento dos sindicatos e das representações dos trabalhadores. Fine e Saad-Filho (2017) chamam atenção para uma mudança nas relações de poder que caracterizam o período que incluem o declínio secular do movimento sindical, dos movimentos camponeses, dos partidos de esquerda e movimentos sociais que em parte podem ser justificados mediante a vitória do capitalismo na Guerra Fria, e, portanto, a vitória de um capitalismo de livre mercado ideologicamente hegemônico.

Boito Júnior e Marcelino (2010) identificam um refluxo na ação sindical em 1980 e 1990, tanto no Brasil, quanto na Europa e nos EUA. Houve uma queda

significativa na quantidade de greves, uma redução na taxa de sindicalização, fragmentação de negociações. Esses resultados levam ao questionamento se o sindicalismo estaria passando por uma crise geral ou declínio histórico cíclico, uma vez que os dados apontam para um refluxo do movimento sindical. Uma hipótese explicativa dos autores seria a mudanças tecnológicas, que engendram novas formas de contratação, ou fatores econômicos dados por crises e desemprego – o que daria resultado a uma nova ordem social e, nessa nova ordem, o sindicalismo estaria enfraquecido.

Smith (2016) não aprofunda a questão dos processos específicos de flexibilização do trabalho no período neoliberal, mas traz esse mecanismo como um dos principais para aprofundar a exploração dos países do Sul pelo Norte. O aumento da informalidade nos países do Sul denota que o avanço do capitalismo não foi capaz de absorver a mão de obra e reduzir a pobreza nesses países. Pelo contrário, no período neoliberal houve a substituição de uma ideia fordista de produção para um modelo flexível. Esses são dois resultados conjecturados por Smith (2016), uma vez que, o capitalismo utiliza essa mão de obra excedente mundial para controlar a própria acumulação capitalista e os salários no Norte enquanto explora mão de obra barata no Sul.

4.2 O IMPERIALISMO E O NEOLIBERALISMO: VISÕES MARXISTAS

Particularmente após a década de 1970, as discussões sobre imperialismo perderam força nas temáticas centrais sobre o capitalismo. As querelas sobre o papel dos países nas relações de poder internacionais, a oligarquia financeira, as formações monopolísticas mundiais foram substituídas por conceitos de financeirização e globalização. Essas categorias não são contraditórias, mas complementares. A evolução do imperialismo engendrou sua própria etapa senil ou sua etapa neoliberal; isto é, não se extinguiu o imperialismo clássico, mas foram potencializadas suas características.

O termo “Imperialismo”, embora ainda amplamente usado em países do terceiro mundo, tornou-se bastante raro mesmo no discurso radical em países capitalistas avançados. Termos como “império” o substituíram cada vez mais; e mesmo quando “imperialismo” é usado ocasionalmente, geralmente é considerado apenas para descrever a tendência por parte da principal potência

capitalista, os Estados Unidos, isoladamente ou com o apoio de outras potências capitalistas, para exercer a hegemonia político-militar sobre os países do terceiro mundo, sem referência a qualquer compulsão econômica para isso. De fato, muitos escritores marxistas conhecidos hoje rejeitam explicitamente o termo “imperialismo” na medida em que é entendido como qualquer tendência sistêmica para o capital metropolitano dominar as regiões periféricas em particular (Patnaik; Patnaik, 2017 p. 1, tradução própria²⁷)

Para Amin (2005) o imperialismo não é um estágio (nem mesmo estágio superior do capitalismo); mas foi originado simultaneamente ao capitalismo, como uma conquista do mundo pelos Europeus e pelos EUA. Assim, o imperialismo possui três momentos históricos: o primeiro na conquista das Américas – com o mercantilismo europeu; o segundo com base na revolução industrial com a submissão da África e da Ásia na abertura de mercados; e o terceiro encorajado pela derrotada do sistema soviético e dos nacionalismos populistas do terceiro mundo; marcado pela pilhagem dos recursos naturais e pela superexploração da mão de obra da periferia.

É importante notar que Amin, enquanto teórico do Sistema-Mundo, observa o imperialismo desde a concepção ou anterior ao próprio capitalismo. Autores marxistas como Lenin, consideram o imperialismo um estágio superior do capitalismo por analisarem a mudança qualitativa dos sistemas coloniais do período mercantilista para o imperialismo do século XX. Entrementes, Amin (2005) qualifica que a exportação, a concentração e a centralização de capital definem os movimentos da globalização e o domínio hegemônico do capital financeiro. Houve uma continuidade da expansão dos poderes dos monopólios na economia mundial. Portanto, o capitalismo contemporâneo ainda está embasado, e é um aprofundamento, das relações imperialistas, com os seguintes elementos:

A exportação, a concentração e a centralização de capitais ainda são a tônica num capitalismo realmente “globalizado”. O segundo se refere ao capital financeiro e o fenômeno da financeirização, cuja expansão e domínio na atualidade vão além do predomínio das instituições bancárias. Sendo assim, a aceleração da mundialização financeira nas últimas décadas do século XX, ao invés de diminuir as assimetrias entre os países centrais e periféricos, só as fez aumentar. O terceiro elemento é o papel hegemônico da oligarquia financeira através dos detentores de capitais portadores de juros e fictícios

²⁷ No original: The term “imperialism” though still widely used in third world countries, has become rather rare even in radical discourse in advanced capitalist countries. Terms like “empire” have increasingly replaced it; and even when “imperialism” is occasionally used, it is usually taken to merely describe the tendency on the part of the leading capitalist power, the United States, either singly or with the support of other capitalist powers, to exercise political-military hegemony over countries of the third world, without reference to any economic compulsion for doing so. In fact, many well-known Marxist writers today explicitly reject the term “imperialism” insofar as it is taken to mean any systemic tendency for metropolitan capital to dominate the outlying regions in particular.

como a fração dirigente da classe capitalista internacional (Fernandes, 2021 p. 75).

Foster (2019) destaca ainda a posição de Hardt e Negri, em *Império*, como uma ruptura importante com a categoria do imperialismo dentro da própria literatura marxista. Para eles, o imperialismo tornou-se coisa do passado desde o fim da Guerra do Vietnã e agora estava substituído por uma ordem constitucional global e de mercado mundial modelados nas relações político-econômicas dos EUA. Os próprios autores das teorias sistema-mundo, como Arrighi, substituíram a categoria imperialismo paulatinamente por lutas pela hegemonia – e as disputas imperialistas ou uma teoria econômica do imperialismo consolidada nos termos do valor de Marx e de concentração e centralização de capital de Lenin seriam ultrapassadas.

Foster (2019) caracteriza que após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos tornaram-se a hegemonia mundial capitalista, em um contexto de disputa com os países de orientação socialista. Os Estados Unidos, nesse cenário, promovem uma ideologia de livre comércio e desenvolvimento, por um lado, enquanto por outro colocaram em prática um sistema de neocolonialismo, imposto por corporações multinacionais, hegemonia do dólar e uma série de bases militares ao redor do globo; incluiu-se nesse sistema diversas intervenções militares e guerras regionais.

Fernandes (2021) destaca que existe uma disputa teórico-política: a primeira sobre a validade do imperialismo para compreender as desigualdades econômicas das nações e a segunda a tentativa de atualização da categoria do imperialismo para o século XXI. Enquanto na primeira pode-se destacar as elaborações mais recentes de David Harvey sobre o tema, na segunda encontram-se autores como John Smith, John Bellamy Foster, Fred Magdoff, Samir Amin, Prabhat e Ustra Patnaik, Michael Roberts, Leo Panitch e Martijn Konings, Gérard Duménil e Dominique Lévy entre outros. Eventualmente essas teorias se chocam, mas em outros casos os autores seguem caminhos distintos de enfoque que poderiam ser complementares.

No período neoliberal, as transformações qualitativas reverberaram em transformações na acumulação capitalista. Essas transformações precisam ser explicadas e incorporadas pelas teorias imperialistas contemporâneas. As crises de 1970 exigiram uma reestruturação global produtiva o que apontou para características distintas para apreender o imperialismo.

Para Panitch e Konings (2008), as finanças se tornaram centrais para compreensão do imperialismo após 1970. O Sistema de Bretton Woods, firmado em 1944, instituiu uma série de relações monetárias entre os países membros, Estados Unidos, Europa Ocidental, Austrália, Japão e Canadá, que garantia um sistema de câmbio fixo, com o dólar conversível em ouro. A ideia era que isso restaurasse a estabilidade para que o comércio internacional pudesse se reestabelecer pós-guerra.

Panitch e Konings (2008) apontam que na escola da Economia Política Internacional, a crise e o fim de Bretton Woods e a globalização financeira, no período neoliberal, representavam uma ruptura com o modelo antigo que priorizava agora as finanças e um crescimento de curto prazo e, além disso, estavam enfraquecendo o poder dos Estados Unidos. Por outro lado, os autores defendem que não houve ruptura pós-guerra com o crescimento das finanças na economia, mas uma continuidade: Bretton Woods deve ser considerado o berço da ordem financeira neoliberal.

A instituição dos acordos de Bretton Woods deve ser entendida a partir de um novo tipo de ordem imperial que emergiu da Segunda Guerra. Diferente do imperialismo na Primeira Guerra, agora os Estados Unidos centralizam e estabelecem as relações nos países capitalistas avançados. O estabelecimento do capitalismo liberal global, que estava interrompido desde Primeira Guerra, após a Segunda Guerra dependia somente dos EUA e sua capacidade de reviver e se expandir; o Estado dos EUA tinha a capacidade e autonomia para assumir a tarefa de administrar o sistema em sua totalidade (Panitch; Konings, 2008).

A globalização neoliberal minou os acordos Bretton Woods e também foi força motriz para criação de relações de poder estruturais mais indiretas. Hoje o imperialismo liderado pelos Estados Unidos é diferente, se antes era mais óbvio, agora tornou-se mais sutil. O dólar passou a ser aceito no mundo, mesmo em áreas subdesenvolvidas, o que forçou todas as relações comerciais internacionais a usarem a moeda dos Estados Unidos como padrão.

Da perspectiva oferecida aqui, a morte de Bretton Woods aparece sob uma nova luz. A crise de Bretton Woods coincidiu com a rápida expansão das finanças americanas, tanto doméstica quanto internacionalmente. Quando a barragem finalmente se rompeu, as instituições econômicas e políticas dos Estados Unidos mostraram-se eminentemente capazes de explorar as oportunidades. Os problemas e as contradições regulatórias das décadas de 1960 e 1970 podem ser vistos sob essa ótica como representando não o

declínio e o mau funcionamento das finanças americanas, mas sim a dificuldade de controlar e dirigir um sistema financeiro que estava explodindo pelas costuras. E a adoção do neoliberalismo e do monetarismo em resposta a isso é menos frutífera vista como uma reversão perversa a ideologias equivocadas do que como um ponto de virada política que reconfigurou a relação dos Estados Unidos com o mundo e deu ao capitalismo americano um novo sopro de vida (Panitch; Konings, 2008 p.3, tradução própria²⁸).

Para Panitch e Konings (2008), os autores críticos da globalização neoliberal e do imperialismo têm o objetivo de olhar por trás da neutralidade das aparências, ou seja, decodificar as instituições e conceituar os padrões de poder econômico e dominação imperial moldados por meio delas. O neoliberalismo foi uma reconfiguração na política econômica que serviu de manutenção do imperialismo dos Estados Unidos após a crise do petróleo de 1970. O sistema financeiro dos EUA retoma o crescimento e atrai fluxos de capital – os danos causados pela crise foram contornados, o país foi o mais ativo na abertura de sistemas econômicos e financeiros mundialmente e o que mais se beneficiou dessas aberturas.

Panitch e Konings (2008) afirmam que Nova Iorque concentrava-se em ser a capital das finanças desde 1930, mas a crise e os acordos de Bretton Woods forçaram uma desaceleração nos planos. As transformações neoliberais trouxeram de volta as finanças e Wall Street virou o centro da economia mundial. O excesso de dólares na economia provocado pelos investimentos na reconstrução pós-guerra dos Estados Unidos na Europa facilitou o fim de Bretton Woods. Na década de 1960, houve o declínio da ajuda externa dos Estados Unidos a esses países que forçou uma onda de privatizações na década de 1980 – haviam pressões para que se encontrassem maneiras de acesso ao crédito privado facilmente.

As finanças foram colocadas no centro da acumulação a partir da década de 1970, o dinheiro se tornou mercadoria comercializada como crédito de forma jamais observada e isso significou uma mudança institucional poderosa do papel das finanças

²⁸ No original: From the perspective offered here, the demise of Bretton Woods appears in a new light. The crisis of Bretton Woods coincided with the rapid expansion of American finance, both domestically and internationally. When the dam finally broke, US economic and political institutions proved eminently capable of exploiting the opportunities. The problems and regulatory contradictions of the 1960s and 1970s can be seen in this light as representing not the decline and malfunctioning of American finance but rather the difficulty of controlling and steering a financial system that was bursting at the seams. And the embrace of neoliberalism and monetarism in response to this is less fruitfully seen as a perverse reversion to misguided ideologies than as a political turning point that reconfigured America's relation to the world and gave American capitalism a new lease of life.

(Panitch; Konings, 2008). Em geral, houve sobrestimação de como o capital financeiro poderia dinamizar a economia em mercado de capitais, pressões competitivas e a mobilidade possibilitada. A financeirização disciplinou o Estado e as empresas, mas também realocou capital e apoiou disseminação tecnológica entre empresas e setores (o capital financeiro proporcionou saída mais rápida de empresas ineficientes, apoiou *start-ups* arriscadas).

Embora os mercados financeiros no antigo imperialismo pré-Primeira Guerra Mundial fossem bastante desenvolvidos em termos do tamanho dos fluxos de capital, eles geralmente tomavam a forma de investimento de portfólio de longo prazo, muitos deles movendo-se apenas em um sentido, dos centros imperiais para os periferia. Hoje, os mercados de títulos de curto prazo são enormes e como não existe padrão-ouro, os títulos do tesouro americano são reservas monetárias do mundo.

O velho imperialismo, apontam Panitch e Konings (2008), limitava a manufatura nos países de terceiro mundo; no novo imperialismo há expansão dessa manufatura. Os Estados Unidos, em sua balança de pagamentos, entraram em ciclos deficitários e viram países superavitários de terceiro mundo tornarem-se seus credores. Por outro lado, a industrialização e a dolarização do terceiro mundo também facilitaram o acesso a bens mais baratos e ajudaram os EUA a terem acesso a poupança mundial.

Em suma, Os EUA souberam explorar o status do dólar para gastos militares e ajuda externa. Em 1960 a escassez de dólar se tornou excesso de dólar, alimentando *pool offshore* de dólares (o mercado eurodólar). O Tesouro dos EUA, cuja função central é financiar o Estado dos EUA, deve-se manter e administrar posição do dólar internacionalmente, em outras palavras, houve uma internacionalização do tesouro dos EUA e de seus mercados financeiros, uma americanização das finanças globais.

Foster (2019), por outro lado, defende que Panitch e Konings rompem com a categoria do imperialismo em sentido semelhante ao de Hardt e Negri, ou seja, procura-se substituir o imperialismo por um sistema global de mercado mundial, com ênfase nos Estados Unidos e em seu Departamento do Tesouro que criam um mundo subordinado a eles; as ações do Federal Reserve criam um mundo a sua própria imagem e subordinam o capital europeu à sua influência. Assim, considera-se o caráter exclusivamente político e minimiza a dimensão econômica do próprio imperialismo; incluindo papel do capital financeiro, as corporações multinacionais, a contínua rivalidade internacional e as condições de deterioração do mundo subdesenvolvido.

Existe uma crítica importante ao abandono de Panitch e Konings dessas considerações, mas não do imperialismo em si. Está claro que na mudança de enfoque, o destaque para finanças transforma qualitativamente sua análise, mas os temas sobre o imperialismo a partir da importância que as finanças assumem sobre o capital produtivo, com a dominância do dólar e do poder hegemônico que os Estados Unidos assumem no pós-guerra também é encontrado em análises de diversos autores, inclusive da *Monthly Review*. Portanto, a crítica apresentada por Foster pode representar o excesso de importância que Panitch e Konings dão para as relações políticas do Federal Reserve, mas não se trata de um abandono do imperialismo.

A relação de dominação no imperialismo atual, para Magdoff (1969), se apresenta em três aspectos: estrutura industrial, relações comerciais mundiais e grau de independência ou força financeira. Também há, assim como em Panitch e Konings (2008), a identificação com relação a importância do dólar como principal reserva internacional e meio de pagamento – isso garante aos Estados Unidos uma liderança porque lhe é permitido financiar déficits na balança de pagamentos com poupança de países dominados e de outros países imperialistas.

4.3 DAS TRANSFORMAÇÕES DO IMPERIALISMO AO NEOLIBERALISMO

Fine e Saad-Filho (2017) dividem o neoliberalismo em duas fases: nascimento, que requereu grande intervenção Estatal para conter os trabalhadores, desorganizar a esquerda, promover transição do capital doméstico e das finanças para novo quadro institucional; e uma segunda fase de maturidade, onde há uma reação a primeira fase, especialmente no enfraquecimento do *welfare state*.

Por sua vez, a financeirização apoiou a reestruturação global da produção, que ficou conhecida como 'globalização', e a reconstituição do imperialismo estadunidense após o colapso do Sistema Bretton Woods, a derrota dos Estados Unidos na Guerra do Vietnã e a revolução iraniana. (Fine; Saad-Filho, 2017, p. 691)

Foster (2015) destaca ainda que o fim da União Soviética (URSS) transcorreu junto com o fim das lutas nacionais contra a dominação imperialista, isto é, a

competição interimperialista parece ter se tornado coisa do passado e, portanto, a nova realidade emergia globalizada e “transnacional”. Novas teorias do “império” manifestaram linha argumentativa semelhante a de Kautsky sobre a passividade diante do capital e da classe capitalista transnacionais.

Os enfoques sobre o que é central no imperialismo ao longo do neoliberalismo variam, mas as condições gerais costumam ser assumidas pelos autores que trabalham a temática – a globalização, através de empresas multinacionais e domínio político-econômico em blocos de influência, e a financeirização da economia são constantes nesses trabalhos, mas não necessariamente formam a essência da teoria imperialista. O próprio neoliberalismo compartilha características semelhantes, mas apresentou especificidades em cada país:

Em primeiro lugar, todas as experiências neoliberais compartilham traços importantes. Alguns são relativamente abstratos e universais, como o poder crescente das finanças e as limitações cumulativas da democracia política, enquanto outros são relativamente concretos e específicos a cada país, como as privatizações e a disseminação de organizações não-governamentais em áreas que, anteriormente, pertenciam ao domínio do Estado. (Saad-Filho, 2015 p. 59).

As linhas teóricas que trabalham o imperialismo do ponto de vista marxista em alguns momentos serão excludentes, mas em alguns pontos podem representar alguma complementariedade. A questão central que as teorias do imperialismo procuram responder é como o valor que é produzido na esfera das empresas individuais, é distribuído socialmente e apropriado – inclusive internacionalmente. Carchedi e Roberts (2021) argumentam que há quatro formas de fluir a renda de países dominados para os imperialistas: 1) senhoriagem da moeda; 2) fluxos de renda do investimento de capital; 3) termos de troca desiguais; 4) mudanças na taxa de câmbio. Esses processos de circulação e transferência de valor, no período atual, estão centrados principalmente na relação entre a diferenciação tecnológica de países imperialistas para países dominados.

Trata-se da apropriação pelos capitais dos países imperialistas da mais-valia produzida pelos capitais das colônias através da troca das mercadorias de alto conteúdo tecnológico produzidas nos países imperialistas por matérias-primas produzidas capitalistamente ou bens industriais produzidos com menor conteúdo tecnológico em os países dominados. [...] Sob o

imperialismo moderno, a tecnologia tornou-se o novo campo de batalha. (Carchedi; Roberts, 2021 p. 24, tradução própria²⁹).

Marx (2017) trabalhou no terceiro volume d'*O Capital* o modo como a mais valia, na forma de lucros, se distribui na sociedade capitalista. Para Marx, os capitalistas mais produtivos se apropriam de parcela maior da mais valia produzida socialmente através de mecanismos de lucro extraordinário. Além disso, os processos da tendência de queda da taxa de lucros que ocorrem mediante ao aumento da composição orgânica do capital, dados pela pressão competitiva, engendram uma disputa do capital pela busca de contratendências; uma delas, a busca na exploração internacional.

Carchedi e Roberts (2021) utilizam essas interpretações de Marx para analisar a composição orgânica do capital e a taxa de exploração e tentar quantificar o sentido das trocas desiguais internacionais. Ao observar a hipótese de tendência da queda da taxa de lucro de Marx e os dados sobre a lucratividade, a conclusão foi que há um abrandamento dos ciclos de crise do capital através da absorção da renda dos países dominados pelos países imperialistas.

Há uma queda dos lucros nos dois blocos, nos países imperialistas e nos países dominados; nesse segundo a taxa de lucro se mantém mais alta, mesmo nas quedas, dada a baixa composição orgânica do capital. Entretanto, a queda de lucro nesses países é acentuada porque uma parcela da mais valia é apropriada pelos países imperialistas. O resultado é uma tendência à equalização das taxas de lucro, não na alta, mas na baixa. Ou seja, o influxo de mais valia dos países dominados para os países imperialistas ajudou historicamente a abrandar a situação das crises, mas não reverteu a queda tendencial da taxa de lucros.

Para chegar a essas conclusões é necessário estabelecer que no mercado global, as unidades individuais são os países. Cada país tem sua própria intensidade média de trabalho que compõe a média de unidade de trabalho global. Essa premissa é factível porque existem barreiras à liberdade de movimentação do trabalho internacional que vão desde regulações sindicais até políticas de migração. Portanto, não existe para

²⁹ No original: This is the appropriation by capitals in the imperialist countries of the surplus value produced by capitals in the colonies through the trade of the commodities with high technological content produced in the imperialist countries for the capitalistically produced raw materials or industrial goods produced with lower technological content in the dominated countries. [...]. Under modern imperialism, technology has become the new battlefield.

Carchedi e Roberts (2021) uma equalização tendencial da taxa de mais valia na economia global.

Na interpretação de Carchedi e Roberts (2021), a tecnologia, portanto, é a chave. Os diferenciais tecnológicos de longo prazo explicitam quais países com alta produtividade e com alta composição orgânica do capital capturam a mais valia produzida em países de baixa produtividade. Esses líderes tecnológicos vão impor sua política, ideologia, seus interesses econômicos tanto em países dominados quanto em outros países imperialistas menores, que aceitam as condições porque seus interesses hegemônicos também são atendidos, ainda que de forma contraditória. Esses países podem se tornar poderes regionais e ganhar esfera política de influência.

Enquanto no colonialismo antigo a apropriação era feita de recursos naturais, com ocupação militar, com o controle direto do Estado e o roubo pelo país imperialista das commodities não produzidas capitalistamente; o imperialismo moderno passou a ser a apropriação através da troca de alta tecnologia produzida nos países imperialistas pelas *commodities* ou bens industriais sem tecnologia produzidas nos países dominados, como resultado das trocas desiguais.

Para Carchedi e Roberts (2021), há persistente apropriação líquida de mais valia originada nos países dominados, com indústrias de baixa tecnologia, pelas potências imperialistas, que possuem indústrias de alta tecnologia. E como o valor flui? 1) entre países hegemônicos e não-hegemônicos imperialistas; 2) de dominados para imperialistas; 3) entre dominados. Um país pode, historicamente, passar a ser imperialista, como no caso do Japão, mas essa mudança ainda não muda o fluxo unidirecional de mais valia entre os blocos.

Os países imperialistas são aqueles com persistentemente maior número de companhias de alta tecnologia e conseqüentemente com maior média nacional de composição orgânica do capital. O imperialismo econômico é um sistema internacional de relações fundadas em diferenciais tecnológicos de longo prazo: países com alta produtividade com composição orgânica do capital maior se apropriam da mais valia gerada nos países de baixa tecnologia. A tecnologia é condição necessária, mas é o diferencial da composição orgânica que determina que os países imperialistas se apropriem da mais valia gerada por países dominados.

Além disso, os líderes tecnológicos impõem suas políticas – tanto em outros países imperialistas, quanto em países dominados, de acordo com seus interesses. Os outros países imperialistas aceitam porque seus interesses hegemônicos também são atendidos, ainda que de forma contraditória. Nesse aspecto, Carchedi e Roberts (2021) concordam com Panitch e Konings (2008), quando apontam que há um certo acordo em seguir as políticas dos Estados Unidos, enquanto potência hegemônica, por parte da Europa e Japão; uma vez que seus interesses acabam por serem atendidos.

Borón (2005) qualifica que, nesse período ainda mais que anteriormente, há o predomínio de monopólios, papel central do capital financeiro, exportação de capitais e divisão do mundo em esferas de influência – tais características observadas desde o imperialismo clássico em Lenin, agora são reforçadas. A globalização reforçou as estruturas imperialistas da economia mundial; os países imperialistas aumentaram sua capacidade de controlar, ao menos parcialmente, os processos produtivos globalmente, a financeirização da economia internacional e crescente circulação de bens e serviços; enquanto isso a maioria dos países dominados somente assistiu ao crescimento de sua própria dependência externa e ao aumento da distância entre eles e os países imperialistas. Em suma, a globalização consolidou a dominação imperialista e aprofundou submissão dos países dominados.

Foster (2019) aponta que desde a década de 1980 e 1990, a economia experimentou forte crescimento de países asiáticos em contraponto com certa estagnação do centro do capitalismo, Estados Unidos, Europa e Japão. Isso se expressou em negação do imperialismo ou no mínimo da sua transformação, inclusive em círculos marxistas. Para os teóricos da *Monthly Review*, o imperialismo havia passado por sua era de ouro e hoje o capitalismo observa sua fase de maturação, o imperialismo tardio.

No imperialismo tardio, o capital monopolista financeiro é generalizado, há globalização da produção, novas formas de extração de excedentes dos países dominados para os países imperialistas são engendradas. As 500 maiores corporações do mundo concentram 40% da receita mundial e as outras estão envolvidas na teia dessas gigantes como subcontratantes. A produção e circulação estão organizadas em cadeias globais de mercadorias destacando os papéis do centro e da periferia (Foster, 2019).

Fernandes (2021) aponta que a obra de Smith tem o objetivo de unificar a crítica da economia política marxiana e a teoria do imperialismo de Lenin e interpretar os

processos de liberalização e internacionalização da produção típicos da época neoliberal. A globalização é um último estágio do imperialismo e como resultado produz um *apartheid* global em que as nações do Sul se tornaram reservas de trabalho superexplorado para as nações do Norte.

Smith (2016), ao analisar o imperialismo no período recente do neoliberalismo, conclui que compreender a relação do imperialismo, e a diferente atuação do capital no Norte e no Sul, levou ao crescimento da acumulação no Norte através da absorção de valor produzido pelo Sul. Essa relação se mediu especialmente pelos baixos salários que são impostos aos trabalhadores do Sul e pela alta taxa de exploração. Como veremos no capítulo seguinte, a relação para Smith não foi motivada especialmente pelos diferenciais de produtividade, mas pela alta taxa de exploração e rebaixamento salarial. Isso é o que caracteriza esse imperialismo no neoliberalismo em Smith.

5 ERNEST MANDEL E JOHN SMITH E NA QUESTÃO APROPRIAÇÃO INTERNACIONAL DO VALOR

Os trabalhos de Smith e Mandel utilizam de uma mesma base leninista para elaborar as ideias sobre as formas de atuação do imperialismo e sua manutenção, como categoria central do capitalismo, mesmo após a Segunda Guerra e a partilha do mundo estabelecida. De um lado, Mandel (1982) expõe um novo período que emerge nesse momento, o capitalismo tardio, um período que atingiu a maturidade e busca formas de industrializar todos os setores e acelerar processos de acumulação e, utiliza-se das trocas desiguais internacionais para absorver parte do valor criado nos países dominados. De outro lado, Smith (2016) expõe a questão a partir da Arbitragem Global do Trabalho e da busca de apropriação do valor dos países dominados através do pagamento de baixos salários.

Neste capítulo discutimos algumas das conclusões centrais de John Smith que são indissociáveis do restante de sua obra. Esse também é um dos pontos centrais que aparecem as principais divergências entre Mandel e Smith. Em caráter organizativo, esse capítulo aprofunda ideias centrais de Smith e as contrapõem com as do Mandel ao apresentar a forma de apropriação desse valor do trabalho internacional.

Para atingir esses objetivos, a primeira seção deste capítulo aborda a discussão do que é trabalho produtivo, para refletir, através de uma base marxista, o que de fato é capaz de gerar valor e como ele se distribui. A segunda seção discute como se processam as transferências internacionais de valor entre os países, especialmente com base na Teoria Marxista da Dependência. A terceira seção traz a comparação em si nessa questão sobre a transferência de valor entre os dois autores, e na sua subseção realiza-se a análise comparativa com um quadro sobre os principais temas que aproximam ou distanciam as obras dos dois autores.

5.1 APROPRIAÇÃO DO VALOR E TRABALHO PRODUTIVO

A temática do trabalho produtivo e improdutivo engendra uma série de questões levantadas pela literatura marxista, uma vez que o trabalho é uma categoria central na

análise de Marx. Para compreender como o próprio processo de produção, submetido ao controle do capital, é capaz de gerar valor e se reproduzir é preciso observar em seu germe quais categorias lhe dão origem. Para Marx, o valor é uma relação social que se origina no trabalho e em sua exploração, mas não qualquer trabalho. Essa discussão levou a inúmeras controversas que fogem do escopo deste trabalho, entretanto, é importante mapear essa questão tanto para Ernest Mandel quanto para John Smith, uma vez que compõem as compreensões desses autores de como o valor vai ser apropriado internacionalmente.

A literatura dominante da economia desde a escola neoclássica até os dias de hoje não diferencia trabalho produtivo de improdutivo. Considera-se tudo como trabalho produtivo desde que se possa estabelecer relações com o mercado, tenha-se estabelecido um preço e seja possível gerar utilidade. Essa discussão provoca distorções na contabilidade nacional que impedem a observação de relações de exploração imperialistas e converge para uma harmonia produtiva internacional, na qual cada país deve concentrar-se na sua produção e realizar trocas livres no mercado global.

Para Marx (2013), o trabalho produtivo precisa gerar valor e, no capitalismo, isso significa produção de mercadorias, através do circuito D-M-D'. Portanto, a discussão prévia de valor é a discussão do que é a mercadoria. E Marx descreveu da seguinte forma:

A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer. A natureza dessas necessidades – se, por exemplo, elas provêm do estômago ou da imaginação – não altera em nada a questão. Tampouco se trata aqui de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência [Lebensmittel], isto é, como objeto de fruição, ou indiretamente, como meio de produção (Marx, 2013 p. 157).

Se a mercadoria é um objeto externo, isso denota um teor físico, externo ao ser humano, produto que compõe o corpóreo e o concreto. Esse produto físico, com suas propriedades é capaz de satisfazer as necessidades humanas e não importa para Marx quais as características dessa propriedade – o que exclui, *a priori*, manifestações morais acerca do consumo humano, isto é, nesse ponto Marx não está preocupado com o tipo de consumo dessa mercadoria para constituição do valor, não importa os valores morais desse consumo.

Essa primeira passagem d'*O Capital* de Marx provocou discussões sobre as características desse objeto externo ser físico ou a possibilidade de ser imaterial. Shaikh e Tonak (2007) defendem que é uma coisa ou algo que possui efeito material, que satisfaz desejos humanos “estomago ou fantasia” – e nesse aspecto se afastam da fisicalidade do objeto. Quanto ao valor de uso da mercadoria, se a produção é o ato simples do trabalho de transformar com uso de ferramentas de trabalho uma mercadoria, então tanto trabalhadores que produzem carros quanto barbeiros que usam tesouras para transformar o formato do cabelo produzem valor – isto é, produz um efeito material sobre objeto de consumo pessoal. Um artista poderia ser criador de valor ao transformar objetos úteis, com propriedades de satisfazer necessidades humanas e, portanto, estariam criando valor? Ou mesmo quando pensamos a produção de um carro, do formato, engenharia do motor, design ou cor – quais dessas atividades realmente criam valor para a mercadoria carro?

Marx (1987) esboçou apresentar algumas dessas discussões sobre como classificar o trabalho útil, todavia a incompletude de sua obra deixou margens para intermináveis discussões – que são de importância colossal para classificar o que é capaz de criar valor na sociedade capitalista.

Para Mandel (1976), o estudo de Marx revela que as diferenças entre o trabalhador individual – operário – e o trabalhador científico – engenheiro, administrador e etc. – dentro de uma fábrica não podem se esquivar do fato de que essa produção acontece somente na medida em que esse trabalho só pode ser analisado em sua totalidade, em equipe, ou coletivamente. Não se pode considerar o trabalho individual em função de seus tipos específicos de trabalho concreto sem analisar o trabalho dos outros membros dessa equipe. O alto nível de cooperação amplia o esforço e a capacidade humana de produção e, quanto mais o capital se centraliza, se monopoliza, mais avança a integração técnica e econômica com vínculos mais estreitos de cooperação – e isso se expande para integração internacional do trabalho, através do imperialismo.

[Marx] Destaca o fato de que, sob o capitalismo, o trabalho não deve ser visto apenas como trabalho manual, mas como potencial trabalho combinado ou coletivo (*kombiniertes Arbeitsvermögen, Gesamtarbeitsvermögen*) de todos aqueles cujo trabalho é indispensável para a produção do produto final. Ele até utiliza o conceito de “trabalhador coletivo”, “trabalhador global” (*Gesamtarbeiter*.) a este respeito. O processo de produção de valor é a

manifestação do tempo de trabalho despendido por todos aqueles que cooperam na produção, vendendo a sua força de trabalho ao capitalista. Este “trabalhador global” incluía explicitamente, para Marx, engenheiros, técnicos e até administradores (Mandel, 1976 p. 67, tradução própria¹).

Mandel (1976) reconhece o valor como categoria eminentemente social, que se refere a relações entre homens e não a “atributos físicos” que os objetos possam adquirir de uma vez por todas. O valor de uma mercadoria é a encarnação do trabalho humano investido na sua produção e contabilizado por tempo de trabalho socialmente necessário, isto é, dado pelo tempo médio socialmente necessário para produzir dada mercadoria e pela necessidade média socialmente reconhecida. No agregado, as somas dos trabalhos médios devem estabelecer um valor global, de determinada produção.

E por que essa questão é importante? No terceiro volume d’*O Capital*, Marx (2017) discute como acontece a distribuição da mais valia socialmente. Ocorre uma equalização da mais valia através das taxas de lucro, na qual os capitais com maior produtividade (ou nos termos marxistas, com maior composição orgânica do capital) conseguem obter uma parcela da mais valia dos capitais menos produtivos. No limite, uma dada atividade econômica perde atratividade devido aos baixos lucros, absorvidos por outros capitais mais produtivos; nesse caso, o capitalista abandona esse setor.

Apesar da incompletude desse volume d’*O Capital*, Marx (2017) esboça algumas ideias sobre dois setores que obtêm seus lucros sem gerar mais valia: o lucro comercial e o lucro do capital portador de juros. O setor comercial não apresenta geração de mais valia, mas sua função no capitalismo, para Marx (2014), é acelerar o processo de rotação do capital; isto é, é um setor especializado em vender as mercadorias e realizar o valor gerado na produção. Se o setor comercial não gera valor qual a origem de seu lucro? O lucro comercial, e aqui é possível incluir uma parte do setor de serviços, é remunerado com uma parcela do valor gerado na produção e possui importância na aceleração da circulação do capital, isto é, aceleração do circuito D-M-D’, o que permite aumentos de rentabilidade. Esse setor é fundamental para a própria reprodução do sistema, uma vez que ao acelerar a circulação do capital reproduz a mais

¹ No original: Destaca el hecho de que, bajo el capitalismo, el trabajo no sólo debe ser visto como trabajo manual, sino como trabajo potencial combinado o colectivo (kombiniertes Arbeitsvermögen, Gesamtarbeitsvermögen) de todos aquellos cuyo trabajo es indispensable para producir el producto final. Incluso utiliza el concepto de «trabajador colectivo», «trabajador global» (Gesamtarbeiter,) a este respecto. El proceso productor de valor es la manifestación del tiempo de trabajo gastado por todos aquéllos que cooperan en la producción al vender su fuerza de trabajo al capitalista. Este «trabajador global» incluía explícitamente, para Marx, a los ingenieros, técnicos e incluso a los administradores.

valia em tempo inferior. O capital portador de juros, por sua vez, também recebe remuneração gerada na produção pelo empréstimo de recursos ao capital. Está claro nesse ponto que esses dois setores não produzem valor, o que não descarta sua importância para a circulação e reprodução do capital.

Dias (2002) resume a questão com a chave da compreensão: se só são produtivas as atividades que geram valor então as atividades que não geram valor são improdutivas, o problema está claro – elencar as atividades que geram valor. Do ponto de vista do capital global, somente é trabalho produtivo aquele que possa aumentar a massa global de mais valia, aquele que se apropria de uma fração dessa massa é improdutivo seja ele “comercial, financeiro ou do setor de serviços [porque] não aumenta o tamanho do bolo.” (Mandel, 1976 p. 93, tradução própria²). A dificuldade é apontar essas atividades, uma vez que o próprio Marx dificultou essa tarefa. Mandel (1976, p. 329, tradução própria³) reconhece essa contradição em Marx:

Mesmo no volume I das Teorias da Mais-Valia existem contradições notáveis relativamente a este problema. Assim, na pág. 142 Marx escreve: “Por exemplo, um ator teatral, mesmo um palhaço, é, de acordo com isso, um trabalhador produtivo, desde que trabalhe a serviço de um capitalista”. E na pág. 156 escreve: “E no que diz respeito aos empregos que são produtivos para o seu comprador ou para o próprio empregador, como ocorre por exemplo com o trabalho dos atores para os empregadores do teatro, seriam revelados como improdutivos devido ao fato de os seus compradores não poderem vendê-los ao público na forma de mercadoria, mas sim na forma da própria atividade”.

Dias (2002) aponta que somente o trabalho que se troca por capital é produtivo, o trabalho que se troca por renda não o é e, dessa forma, o trabalho contratado pela empresa capitalista é produtivo enquanto o trabalho que responde às necessidades de consumo é improdutivo. Desse ponto de vista, para o capitalista individual qualquer trabalho que lhe permita apropriar-se de uma parcela da massa global de capital é produtivo; entretanto, isso não encerra a questão – para o capital global, esse capitalista

² No original: comercial, financiero o del sector servicios al cual permite participar en el reparto general del pastel.

³ No original: Incluso en el tomo i de las Teorías sobre la plusvalía hay notables contradicciones acerca de este problema. Así, en la p. 142 escribe Marx: “Por ejemplo, un actor teatral, incluso un clown, es, según esto, un trabajador productivo, siempre y cuando que trabaje al servicio de un capitalista». Y en la p. 156 escribe: «Y por lo que se refiere a los trabajos que son productivos para su comprador o para el patrono mismo, como ocurre por ejemplo con el trabajo de los actores para los empresarios teatrales, se revelarían como improdutivos por el hecho de que sus compradores no pueden venderlos al público en forma de mercancía, sino bajo la forma de la actividad misma”.

pode estar apenas se apropriando de uma fração sem produzir valor. Para que sejam atividades produtivas no capitalismo, precisam produzir mercadorias; somente a produção de mercadorias cria valor e mais valia.

Shaikh e Tonak (2007) apontam que atividades de produção são prioridades na literatura marxista, enquanto criadoras de valor (e mais valia), e devem, portanto, separar-se na contabilização do consumo. Na Contabilidade Nacional, algumas atividades são inseridas como produção enquanto deveriam ser classificadas como uma forma de consumo social, importante para a reprodução da estrutura do modo de produção capitalista, tais como: militar, policial, judiciário e etc.

O conceito de produção, segundo Shaikh e Tonak (2007), reflete a atividade que usa riqueza para criar nova riqueza, para atingir a materialização de um produto, enquanto o consumo pessoal usa riqueza para manter e reproduzir o indivíduo, isto é, o seu resultado é não-produtivo. Toda a atividade de trabalho gera um resultado, entretanto esse resultado nem sempre é adicionado diretamente à riqueza social, mas pode servir para preservar e auxiliar na circulação dessa riqueza, ou ainda auxiliar na manutenção da estrutura social. É importante ressaltar que essa discussão é entre atividades produtivas e improdutivoas e não entre bens e serviços.

Shaikh e Tonak (2007) propõem quatro atividades básicas de reprodução social: 1) produção; 2) distribuição; 3) manutenção e reprodução social; 4) consumo pessoal. Na produção, há o uso de objetos de valor de uso para criação de novos objetos de valor de uso distintos; na distribuição, os objetos de uso social são usados para transferir objetos de um agente possuidor para os agentes que querem usá-lo; na manutenção e reprodução social, o valor é usado para administração pública e privada, manutenção e reprodução da ordem social pelo governo, sistema legal, militar e etc.; e, no consumo pessoal, os objetos de uso social consumidos diretamente por consumidores individuais. Nesse caso, somente a primeira atividade é produtiva, ainda que as três primeiras componham trabalho humano.

Na contabilidade nacional, entretanto, todas essas atividades aparecem como fruto de trabalho produtivo e aumentam a proporção das riquezas nacionais calculadas. Essas contas nacionais distorcem os níveis e tendências do produto nacional, produto excedente, produtividade e outros agregados economia (Shaikh; Tonak, 2007). Essa questão envolve uma série de complexidades contábeis: os serviços, por exemplo, podem ser improdutivoas como os serviços bancários; ou os serviços públicos como

educação, segurança, administração; mas o transporte é produtivo – se transporta uma mercadoria produzida em um local que vai ser consumida em outro lugar – ou improdutivo – se há um intermediário para estocar essa mercadoria.

Essa análise do trabalho produtivo e improdutivo é fundamental para compreensão da atividade que gera valor e da atividade que se apropria do valor, nacional e internacionalmente na obra de Smith (2016). Em sua interpretação marxista, a indústria seria aplicação de trabalho humano para aproveitar ou alterar forças naturais e recursos para satisfazer necessidades humanas e, nessa concepção, a própria agricultura e muitos dos serviços são atividades de indústria.

Smith (2016) analisa as movimentações internacionais do valor a partir da crítica à contabilidade nacional tradicional e a forma como se comportam moedas e trocas internacionais. Entrementes, os economistas utilizam-se das definições da OIT para indústria, o que mistura serviços improdutivos. Os serviços financeiros, improdutivos, têm papel muito mais importante para a contabilidade do Norte do que o Sul Global, que é dominado pelos bancos dos países imperialistas. Em geral, os serviços costumam contribuir pouco para as exportações do PIB do Sul em comparação com países do Norte (com exceção do turismo).

Outra observação importante que Smith (2016) traz para o Sul é que existe uma forte economia informal que oferece serviços extremamente baratos para a economia formal. Existe um grande problema na contabilização de serviços externalizados, isto é, os serviços que o Norte pode apropriar-se através da *Arm's Length*:

Finalmente, os dados sobre o comércio de serviços são muito menos confiáveis do que os dados sobre o comércio de minerais e produtos agrícolas e manufaturados. Em contraste com o comércio de mercadorias, a maior parte do comércio de serviços não passa pela alfândega e não está sujeita a tarifas de importação. Por esse e outros motivos, os dados sobre a terceirização de serviços são viciados pela subnotificação e por práticas contábeis duvidosas. (Smith, 2016 p. 62, tradução própria⁴).

As discussões econômicas da literatura tradicional, e mesmo aquelas sob orientação marxista, argumentam que as diferenças nas rendas dos trabalhadores dos

⁴ No original: Finally, data on services trade are much less reliable than data on trade in minerals and agricultural and manufactured goods. in contrast to merchandise trade, most services trade does not pass through customs and is not subject to import tariffs. For this and other reasons, data on the outsourcing of services is vitiated by under-reporting and dubious accounting practices.

diferentes países estão relacionadas com a produtividade desse trabalho, e realizam a medição desse diferencial através da Paridade do Poder de Compra (PPC). O PPC tornou-se a medida mundialmente aceita quando se discutem diferenciações de renda entre os países. Smith (2016), entretanto, defende que essa não pode ser uma discussão encerrada e que o PPC mascara importantes relações nas trocas internacionais para justificar salários baixos nos países dominados.

Smith (2016) questiona-se sobre a diferença no próprio poder de compra que diferencia moedas fortes e fracas, a origem dessa anomalia poderia ser justificada apenas pelo diferencial de produtividade dos trabalhadores? A literatura tradicional aponta uma relação entre taxa de câmbio e nível de preços para se estabelecer um equilíbrio global de mercados. Para Smith essa hipótese tenta apenas apontar ideologicamente para eficiência do mercado, o que não se confirma na prática; a causa desse diferencial, no entanto, está nas estruturas de como as nações do Sul se inserem na economia global.

Por que existem as anomalias do PPC? Enquanto a teoria econômica tradicional justifica no diferencial de produtividade entre países ricos e pobres ou na abundância de capital nesses países; para Smith (2016) os fatores chave estão na restrição a livre circulação de mão de obra pelas fronteiras e as amplas variações na taxa de exploração entre países, dada pelo alto grau de autonomia dos salários em relação à produtividade, isto é, a Arbitragem Trabalhista Global. Os salários são baixos em países pobres nos serviços porque os salários dos bens comercializáveis são baixos e os trabalhadores têm mobilidade intersetorial, mas não internacional.

Marx (2013) aponta que no modo de produção capitalista, a expansão do capital e a concorrência impõem o aumento da composição orgânica do capital, isto é, substituição de trabalho vivo, de capital variável, por trabalho morto. Como apenas o capital variável é capaz de gerar valor e mais valia, através da exploração do trabalho excedente, uma variação nessa composição orgânica do capital implica uma queda na taxa de lucros. Além da pressão que o aumento da composição orgânica do trabalho causa na queda dos lucros, o emprego improdutivo do trabalho tampouco é capaz de gerar valor (e, portanto, mais valia).

Quanto mais o trabalho social é empregado de forma não produtiva, no comércio, finanças, segurança, serviços jurídicos, etc. – exatamente o que

vem acontecendo em escala acelerada nas economias imperialistas durante a era neoliberal – maior é a pressão para baixo sobre os lucros e tanto maior é o imperativo de compensar isso intensificando a exploração dos trabalhadores empregados produtivamente. O peso crescente dos serviços nas economias imperialistas é, portanto, tanto a causa da pressão de terceirização quanto sua consequência (Smith, 2016 p. 64, tradução própria⁵).

A saída encontrada pelo capital foi da terceirização (ou externalização do trabalho) como uma estratégia consciente dos capitalistas, que se torna uma arma poderosa contra a organização sindical, reprime os salários e intensifica a exploração dos trabalhadores nos países imperialistas, e leva acima tudo para uma enorme expansão do emprego de trabalhadores em países de baixos salários.

Além disso, Smith (2016) destaca ainda que o gradiente salarial entre nações imperialistas e em desenvolvimento também gera migração de trabalhadores de baixos salários na direção oposta. A externalização do trabalho e migração devem, portanto, ser vistos como aspectos do mesmo processo, isto é, um impulso dos capitalistas para lucrar com as divisões entre os trabalhadores e com os enormes diferenciais salariais que essas divisões dão origem. Ideologicamente, apresenta-se que se grandes partes do Sul Global permanecem atoladas na pobreza extrema, é por causa do fracasso próprio desses países do Sul: são economias que precisam se integrar com sucesso nos mercados mundiais, se não tiverem recursos naturais, devem exportar mais bens manufaturados.

5.2 TRANSFERÊNCIA DE VALOR INTERNACIONAIS E PAÍSES DOMINADOS

As transferências de valor entre países não emergiram no período imperialista. Desde a acumulação primitiva, Marx (2013) já apontava como o capitalismo se consolidou na Europa a partir da exploração colonial. Algumas mudanças importantes na forma e nas finalidades dessa transferência são notáveis. Se anteriormente, os países europeus exploravam diretamente suas colônias, seja através de taxaço ou de

⁵ No original: The more that social labor is employed non-productively, in commerce, finance, security, legal services, etc.— exactly what has been happening on an accelerated scale in the imperialist economies during the neoliberal era—the greater the downward pressure on profits and the greater the imperative to compensate for this by intensifying the exploitation of productively employed workers. The growing weight of services in imperialist economies is therefore as much the cause of the outsourcing pressure as it is the consequence of it.

monopólio comercial e pilhagem, no período imperialista, os países dominantes estabelecidos usam-se de outros mecanismos para se apropriar desse valor.

Ainda em Marx (2017), é importante lembrar que para evitar que a queda tendencial da taxa de lucros desacelerasse a acumulação de capital, um dos mecanismos utilizados pelos países dominantes é a exploração da mais valia de países economicamente atrasados, cujas formas de acumulação capitalistas não estão plenamente desenvolvidas. Como a produtividade dos países centrais é muito mais elevada, há ganhos de mais valia extraordinária; isto é, os capitais imperialistas mais produtivos entram nessas economias e a os capitais locais são incapazes de concorrer, isso posto, uma parte da mais valia gerada por esses capitais locais é absorvida pelos capitais dos imperialistas, que podem vender suas mercadorias acima do seu valor individual e abaixo do valor social.

Conforme discutido nos capítulos anteriores, as crises do capitalismo engendraram diversas discussões sobre suas causas e origens nos círculos marxistas. Essas causas foram observadas como motivadas pelo subconsumo ou pela anarquia do mercado, pela queda da taxa de lucro, pelo tempo de rotação ou a combinação de motivações; o fato é que as contradições do capitalismo levam, para os marxistas, inexoravelmente, a períodos de crise. Na etapa imperialista do capitalismo, a concorrência de capitais e a necessidade crescente de acumulação e de superação dessas crises impôs a expansão para países com menor produtividade do capital.

Na década de 1960 a América Latina é palco de discussões que inserem as elaborações imperialistas com as discussões sobre o comportamento da teoria do valor de Marx nos países dominados. Essas proposições ficaram conhecidas como Teoria Marxista da Dependência e apresentava-se uma concepção contrária às principais ideias e propostas desenvolvimentistas da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe)⁶, de Celso Furtado e Prebisch. Para os dependentistas, o atraso da América Latina não estava ligado à uma possível atuação do Estado para industrialização, mas havia:

⁶ As teorias da CEPAL apresentavam uma ruptura importante com as teorias clássicas de comércio internacional, baseadas na lei das vantagens comparativas ricardiana, e expuseram uma ideia nova nas deteriorações dos termos de troca, mas suas conclusões aludiam à uma ruptura industrializante. O Estado brasileiro poderia deliberadamente romper com o imperialismo mundial através de um projeto de industrialização nacional.

Uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida (Marini, 2005 p.8).

A categoria de trocas desiguais foi desenvolvida para justificar o atraso e o subdesenvolvimento latino americano diante das principais potências industriais. Prebisch e os cepalinos desenvolveram uma sofisticada teoria que aponta que países exportadores de produtos primários tendiam a sofrer com quedas relativas nos preços dada a lentidão do aumento da demanda nesses produtos. Tanto os cepalinos quanto os dependentistas trabalham com essa ideia de trocas desiguais que remete às próprias origens teóricas do imperialismo e suas relações no comércio exterior.

Emmanuel (1990) tentou adequar e inserir a ideia da deterioração dos termos de troca de Prebisch à teoria do valor de Marx e concluiu que, nas trocas desiguais, o intercâmbio internacional leva os termos de troca a se deteriorarem nos países que conservam mais baixos salários – a troca desigual ocorre em uma transferência de mais-valia entre nações que mantém o caráter de subdesenvolvimento dos países.

Essa subordinação implica transferência de valor, por meio do comércio, dos países dependentes às economias centrais, compensado pelo aumento a exploração sobre o trabalhador. Marini (2005) aponta três formas de como é aplicado na prática: 1) prorrogação da jornada de trabalho, como forma de aumento da mais-valia absoluta; 2) aumento da intensidade (pela via da produtividade) do trabalho, como forma de aumento da mais-valia relativa; 3) reduzir o consumo do operário além do seu limite normal, isto é, reduzindo o necessário à reprodução daquela força de trabalho, isto garante que haja um aumento do trabalho excedente.

Santos (2011), por sua vez, traz o enfoque dessa dominação através do controle comercial dos monopólios e não nas taxas de exploração dos países. Em suma, os autores discutem as causas da transferência de valor:

[...] o menor desenvolvimento das forças produtivas na periferia; os menores salários nessas regiões e, conseqüentemente, o maior grau de exploração de sua força de trabalho; as relações de monopólios que os países centrais impõem aos países periféricos; e, ainda, fatores extraeconômicos, como a coerção e a pilhagem (Rodrigues, 2017 p.156).

As teorias da dependência estão em consonância com os teóricos clássicos do imperialismo. Na essência das elaborações apresentadas, estes últimos já haviam abordado a questão de como o capitalistas dos países centrais buscavam exportar seus capitais afim de obter lucros extraordinários onde ainda havia predominância de acumulação primitiva de capital. Os teóricos da dependência, entretanto, apresentam as formas de transferência desse valor dos países periféricos para os países centrais através da superexploração do trabalho, ou seja, pelo pagamento da força de trabalho abaixo do valor.

Fernandes (2008) defende que o subdesenvolvimento e a dependência não são um estágio sobre o qual o Estado precisaria atuar para superá-lo, mas eles convivem e são integrados à própria lógica de acumulação capitalista global. Assim, a economia subdesenvolvida ou dependente trata-se:

[...] de uma economia de mercado capitalista constituída para operar, estrutural e dinamicamente: como uma entidade especializada, no nível da integração do mercado capitalista mundial; como uma entidade subsidiária e dependente, no nível das aplicações reprodutivas do excedente econômico das sociedades desenvolvidas; e como uma entidade tributária no nível do ciclo de apropriação capitalista internacional, no qual ela aparece como uma fonte de incrementação ou de multiplicação do excedente econômico das economias capitalistas hegemônicas (Fernandes, 2008 pp. 36-37).

A economia dependente é caracterizada em Fernandes (2008, p. 59) por: “[...] grande parte do excedente econômico é gerada pela exportação de produtos primários, e a organização da produção, nesse setor, dificilmente poderia evoluir para formas especificamente capitalistas, sem elevar os custos a níveis demasiado altos.”. Essa característica resulta num padrão de crescimento econômico pouco flexível. Diante do esgotamento do período de prosperidade, nos ciclos econômicos, impõe-se que essas economias dependentes mantenham enquanto possível essa produção primária.

A relação de dependência e subdesenvolvimento, para Florestan Fernandes, é tanto de fora para dentro, isto é, dos centros capitalistas hegemônicos para as economias dependentes quanto de dentro para fora, da periferia para os centros hegemônicos. Um não opera sem o outro. Em outras palavras, a burguesia local cumpre um papel fundamental na articulação, sem a qual, a articulação da dependência não se realizaria.

A burguesia local é, portanto, uma parceira da burguesia hegemônica, dos países centrais e, ao mesmo tempo, essa relação torna a primeira mais dependente do domínio externo.

O modelo dependente alimenta os núcleos hegemônicos externos, e conseqüentemente a burguesia hegemônica, numa relação que se reproduz graças a burguesia local, parceira e subordinada à burguesia hegemônica. Essa relação é marcada pela sobre-exploração do trabalho e da massa da população, em que o excedente é repartido de forma desigual entre as burguesias local e hegemônica.

Muitas críticas foram elaboradas para a interpretação das trocas desiguais, da superexploração e das conclusões dos dependentistas. Dentre as quais, destacam-se as elaborações de José Serra, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, Shaikh, Carchedi, Guerrero, Saad-Filho; cada qual com um enfoque e um ponto crítico diferente.

Cardoso e Faletto (1975) aproximam-se de Florestan Fernandes quando apontam que a burguesia nacional se desenvolve em parceria e em consonância com a burguesia internacional, mas suas conclusões não indicam para necessidade de ruptura socialista como vinham argumentando os teóricos da dependência até então. Ao refletir os motores que poderiam gerar o crescimento econômico e quais conjunturas poderiam favorecer esse crescimento, mantiveram as críticas à Cepal sobre a necessidade do mercado interno como dinamizador do sistema produtivo.

Para qualificar a relação de dependência, Cardoso e Faletto (1975) apreciam uma nova situação do desenvolvimento, cujo caráter, nas relações com mercado internacional, tem significados diferentes na interação entre economias industrial-periféricas. Se antes a relação era apenas com importações-exportações, aqui se caracterizam por investimentos industriais diretos feitos pelas economias centrais nos mercados nacionais. Portanto, a relação da industrialização latino-americana fica ligada à expansão dessas economias centrais.

A ideia central de Cardoso e Faletto (1975) está na articulação fundamental do capitalismo brasileiro: a formação da tríade inseparável do capital nacional com o capital internacional e o Estado. Não haveria conseqüências negativas na internacionalização do parque industrial, uma vez que a manutenção de um desenvolvimento com a dependência seria plenamente possível, desde que o Estado

nacional seja o instrumento de patrocínio desse crescimento. No entanto, os países latino-americanos, cujos governos são formados por amplas alianças entre setor agrário, industrial e burocrático, não são capazes de criar uma alternativa própria de desenvolvimento. A única solução seria a abertura do mercado, através do desenvolvimento dependente-associado. As concepções apresentadas por Cardoso e Faletto eram um contraponto aos conceitos dos dependentistas da teoria marxista da dependência e às suas conclusões, mas serviriam de base para os governos brasileiros, em especial a partir da década de 1990.

Serra e Cardoso (1979) trazem uma série de críticas às elaborações dos teóricos marxistas da dependência. Destacam a ideia de Marini sobre a superexploração nos países periféricos – em tentativa de explicar o diferencial de salários dos trabalhadores na periferia – equivocam-se ao não compreender o complexo processo da luta de classes. Sobre a transferência de valor especificamente, Serra e Cardoso (1979) apontam que Marini deu por encerrada uma questão que não era simples e argumentam que o conceito de tempo de trabalho socialmente necessário (crucial para a lei do valor) não é, ou dificilmente seja, estabelecido em escala internacional – dada a ausência da mobilidade do trabalho.

Saad-Filho (2005) destaca pontos importantes de crítica à teoria da dependência. Em primeiro lugar, o autor critica a abordagem da teoria marxista da dependência quando essa aponta que os impactos da exportação tecnológica dos centros são maléficis para a periferia, que o investimento estrangeiro é negativo, que as burguesias nacionais são parasitárias ligadas ao capital externo, e que o comércio internacional perpetua o subdesenvolvimento. Para ele, os teóricos marxistas da dependência minimizam a agência humana no capitalismo e apontam a única solução na ruptura com o capitalismo mundial. Além disso, há uma tendência dos marxistas dependentistas de exagerar a importância do tamanho da firma (os monopólios) para a determinação dos preços, das trocas internacionais, das crises. Raramente abordam-se as relações domésticas de exploração e a conclusão geral é a ruptura com o capitalismo para o socialismo – o que Saad-Filho (2005) conclui das abordagens dos marxistas dependentistas é que não se justificaria o socialismo, mas no máximo um nacionalismo.

Shaikh (1990) critica categoricamente a interpretação das trocas desiguais, baseada nos trabalhos de Emmanuel, através do pretense contraste que se faz entre os custos comparativos ricardianos e a lei do valor. Para Shaikh não há rejeição da lei de

Ricardo, mas uma modificação dela para inserir na análise do capitalismo – deixa-se a lei intacta para o capitalismo competitivo. Shaikh (1990) observa a relação de como o desenvolvimento desigual se aprofunda diante da livre concorrência – como consequência direta – assim, as transferências de valor e as trocas desiguais são fenômenos secundários do subdesenvolvimento; e mesmo a direção dessas transferências de valor não são estabelecidas necessariamente da periferia para o centro.

Leite (2019), com base nas contribuições de Shaikh, afirma que Emmanuel não compreendeu a lei do valor, uma vez que ignora a transferência de valor de setores com maior composição orgânica do capital para aqueles com menor – já que seu referencial trabalha com preços e não valores. Assim, inexistente mecanismo que diferencia produção de apropriação de valor. Em outras palavras, as mercadorias não são vendidas pelo seu valor – se o fossem, as taxas de lucro seriam diferentes a depender a composição orgânica do capital. Então, nas elaborações de Emmanuel ou é preciso desconsiderar a mobilidade de capitais entre os ramos produtivos, que permita a equalização dos lucros; ou considerar que haja uma perfeita mobilidade do trabalho, que permita níveis de salário e taxa de mais-valia nos setores.

Carchedi (1991) e Guerrero (1995) seguem em uma linha similar a adotada por Shaikh e analisam (através das vantagens absolutas e da teoria clássica-marxista da concorrência – que descreve a tendência a equalização das taxas de lucro) que as transferências de valor ocorrem primeiramente entre os diferentes capitais e depois entre as nações. As questões, então, remontam para entender o valor em Marx.

Marx (2013), ao elaborar sua teoria do valor, observa uma forma específica de relação social do modo de produção capitalista que aponta como as mercadorias são intercambiadas, nesse caso, através do mercado. Em sua forma interna, o valor é mensurado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de determinada mercadoria. Por outro lado, na forma externa, as mercadorias só podem ser intercambiadas por meio de uma mercadoria equivalente, dotada de valor de uso distinto, que reflete esse valor.

No livro d'O Capital, Marx (2013) quer demonstrar a origem da exploração do capital, do valor e da mais valia, tomando como base um princípio fundamental: que a força de trabalho é remunerada pelo seu valor. O que isso quer dizer? Significa que o pagamento salarial da força de trabalho remunera a capacidade humana de trabalhar, suficiente para reproduzir essa mercadoria socialmente. Em outras palavras, o

trabalhador recebe o necessário para sobreviver e reproduzir-se física e socialmente – e isso integra uma cesta de consumo que engloba fatores morais, culturais, legais, de conquistas obtidas pelo trabalhador em meio a luta de classes; não é somente um salário de subsistência física do trabalhador.

O que Marx (2013) quer demonstrar é que mesmo com essa remuneração equivalente ao valor da força de trabalho, a exploração ainda é presente no capitalismo através da extração da mais valia – do tempo de trabalho não remunerado da jornada de trabalho, que é acumulado pelo capital. Em outras palavras, não é uma injustiça moral ou uma remuneração abaixo do valor, mas um mecanismo de exploração complexo.

Smith (2016) lembra que para fins de cálculo, o salário nominal é a expressão monetária do valor da força de trabalho, o salário real é a expressão de poder de compra em relação a determinada cesta de consumo. A taxa de mais valia, ou taxa de exploração, é dada pela relação entre o tempo necessário, que um trabalhador dedica em sua jornada para remunerar a própria força de trabalho, e o tempo excedente, acumulado pelo capital. Essa relação pode ser descrita na divisão Mv/Kv – onde Mv é a massa de mais valia e Kv é o capital variável adiantado na produção. Assim, quanto maior o valor da força de trabalho menor a taxa de exploração e vice versa.

Marx (2013) aponta os mecanismos de aumentar essa exploração: através do aumento da jornada e intensificação do trabalho (mais valia absoluta), ou com a redução do valor da força de trabalho, em geral com melhorias tecnológicas e aumento da produtividade (mais valia relativa). O que não se discute, entretanto, é que Marx (2013) apesar de procurar demonstrar que a força de trabalho poderia ser remunerada pelo seu valor, nunca afirmou que essa remuneração também pode se dar abaixo do seu valor, ou que as taxas de exploração da mais valia internacionalmente não podem ser diferentes nos países. É com essa ideia que os dependentistas, Mandel e Smith vão se concentrar.

Borges Neto (2011) aponta que no interior de um país há tendência a homogeneização da intensidade do trabalho, na forma de uma intensidade-padrão. O mesmo não acontece no plano internacional; há apenas uma escala de intensidades nacionais médias. Portanto, em produtividades nacionais desiguais, na escala internacional:

Se “no mercado mundial o trabalho mais produtivo conta também como mais intensivo”, estabelece-se também, para trabalhos em países de produtividades

nacionais desiguais, uma escala internacional, em que o trabalho do país mais produtivo produzirá mais valor internacional “sempre que a nação mais produtiva não seja obrigada pela concorrência a reduzir o preço da mercadoria a seu valor” (nesse último caso, o contexto indica que Marx se refere à redução do preço a seu valor individual) (Borges Neto, 2011, p. 93).

A conclusão de Borges Neto (2011) é que as perdas no comércio internacional existem, o que justificaria falar em trocas desiguais; entretanto, esse processo não ocorre especificamente no momento da troca, mas da produção. Não é possível falar em transferência de valor dos países – os ganhos e perdas de uns não compensam os ganhos e perdas dos outros – e o valor social de um país não é composto pela média dos valores individuais; no limite, o valor social (e internacional) pode coincidir com o maior valor individual, ou com o menor – no caso da primeira hipótese todos ganhariam, no caso da segunda, ninguém ganharia e todos que não estivessem na melhor posição perderiam.

Leite (2019) propõe que a descrição do processo das trocas desiguais precisa ter seu enfoque no valor – quando o valor recebido por uma das partes é diferente do valor cedido por ela. Em outras palavras, quando uma mercadoria A, com a quantidade de valor cristalizado de X, for trocada por uma mercadoria B, com a quantidade de valor cristalizado de Y. O preço define a proporção que mercadorias particulares são trocadas pela mercadoria-dinheiro, nada garante que haja a troca de valores equivalentes. Quando esse processo ocorre internacionalmente, define-se essa característica do imperialismo. Em outras palavras, há ganhos e perdas apesar de não haver necessariamente uma transferência direta de valor – e do ponto de vista dos países dependentes o que há são perdas.

5.3 ERNEST MANDEL E JOHN SMITH E A TRANSFERÊNCIA DE VALOR

Tanto Ernest Mandel quanto John Smith têm, em sua base argumentativa, o estudo dos mecanismos de transferências de valor internacionais após a etapa imperialista do capitalismo; suas divergências aparecem com relação ao peso e a centralidade da categoria que permeia essa transferência (se são as trocas desiguais, a superexploração do capital, com pagamento de salários baixos, das obtenções de superlucros, através de diferenciais tecnológicos), especialmente a partir da consolidação dessa etapa após as décadas de 1950 e 1960. Além disso, Mandel não trata

especificamente sobre o neoliberalismo e nomeia a etapa pós-guerra de capitalismo tardio; Smith, por sua vez, não aborda o capitalismo tardio, mas aplica a nomenclatura de neoliberalismo para tratar o capitalismo após a década de 1970.

Mandel (1993) em um manifesto de defesa do socialismo – o *Socialismo ou neoliberalismo?* – assume o neoliberalismo como uma ofensiva do capital a partir da década de 1970, na qual há um período de aumento da pobreza no terceiro mundo, das desigualdades crescentes, dos impactos ambientais, todos problemas causados por políticas econômicas pseudoliberais representadas por Thatcher, no Reino Unido, e Reagan nos Estados Unidos. Ainda que Mandel possua esse manifesto com algumas características mais gerais sobre o neoliberalismo, nunca houve aprofundamento sobre as características desse capitalismo pós 1970; e sua principal obra continua a abordar o capitalismo tardio, pós 1945.

Para Mandel (1982), a economia capitalista mundial não consegue apresentar crescimento rápido com pleno emprego, ainda que com intervenção técnica do Estado, de monopólios, com planejamento público ou privado com as propostas do keynesianismo; nada disso é capaz de neutralizar e cancelar as ondas longas. Para Mandel, o capitalismo funciona através de ondas longas que combinam fatores econômicos, políticos, de luta de classes, ideológicos, que configuram as características específicas do período histórico dessas ondas longas.

Deveria ser claro, para um marxista, que a luta de classes entre o capital e o trabalho, o papel do Estado burguês e da ideologia do capitalismo tardio, a estrutura concreta e mutável do comércio mundial e as formas predominantes de superlucros – todos esses elementos precisariam ser incorporados a qualquer exposição das sucessivas fases históricas do desenvolvimento do capitalismo, e mesmo da fase contemporânea, de capitalismo tardio (Mandel, 1982 p. 4).

Para compreender o pensamento de Mandel, é preciso recordar que a interpretação do capitalismo em ondas longas se dá em uma multiplicidade de dimensões e fatores que se combinam para descrever os centros dinâmicos do capital. Como vimos no capítulo 3, Mandel (1982) divide as ondas do capitalismo: o capitalismo de livre concorrência, o imperialismo clássico e o capitalismo tardio. No capitalismo de livre concorrência, a produção de mais valia era direta pela grande indústria limitada à Europa e aos Estados Unidos. Simultaneamente, em outras partes do

mundo, formas pré-capitalistas de acumulação primitiva eram articuladas com a produção capitalista nesses países. O capital, ainda nesse período, começa a fluir para países que começavam a se industrializar fora desses centros, mas sem dominar a acumulação nesses países. A princípio o investimento era realizado na construção de redes ferroviárias, fundamentais para estabelecer a expansão capitalista nessas regiões.

Enquanto se desenvolvia o capitalismo nessas regiões, de forma desigual e combinada com as economias capitalistas mais avançadas, forma-se uma dupla articulação entre esses países atrasados e o mercado mundial: 1) importação de artigos baratos produzidos por máquinas no exterior, destruindo a tradicional produção doméstica; 2) rápida especialização no comércio exterior na produção de produtos agrícolas, matérias-primas e, depois, especialmente o petróleo.

Mandel (1982) aponta que nesse período já é possível observar as relações desiguais de termos de troca: troca de menos trabalho por mais trabalho, escoamento para fora de valor e capital desses países em benefício da Europa ocidental. A existência de grandes reservas de trabalho barato e terra nesses países logicamente resultou numa acumulação de capital com composição orgânica de capital mais baixa do que nos primeiros países a se industrializarem.

Na era do imperialismo clássico isso muda e toda a estrutura e processo de acumulação do capital nas economias não capitalizadas passou a subordinar-se à reprodução do grande capital do ocidente. A exportação do capital imperialista e não a acumulação interna tornou-se o determinante do desenvolvimento econômico nos países imperialistas; isto é, o capitalismo nesses países se viu forçado a complementar as necessidades da própria acumulação capitalista (Mandel, 1982).

No imperialismo clássico, era intensa a coexistência entre a produção capitalista e formas pré-capitalistas de produção, ou de acumulação primitiva; Mandel (1982) aponta que nos países desenvolvidos essa segunda forma pouco se observa nas relações de produção, mas nos países atrasados, coloniais ou semicoloniais, tem caráter mais importante que a própria criação da mais valia. O que o capitalismo imperialista fez foi estender a forma de produção capitalista, destruir antigas relações de produção, e explorar essas regiões.

Mandel (1982) defende que, na necessidade de expansão do capital a novos domínios, no imperialismo clássico, converteu-se setores de reprodução simples em

esferas da produção capitalista, articularam-se internacionalmente relações desiguais de produção capitalista, semi-capitalista e pré-capitalista. Os países mais atrasados na produção capitalista tendem a importar artigos de baixo custo – produzidos de maneira altamente produtiva pelo maquinário – e isso corrói a produção doméstica (além de especializar essas economias na produção de *commodities*). Para Mandel, essa é a origem das trocas desiguais e do escoamento de valor para fora dessas economias dominadas. Também é destacável que as grandes reservas de trabalho barato e terra resultaram em baixa composição orgânica do capital nesses países.

Para Mandel (1982), a forma de acumulação primitiva tem coexistido com a forma predominante de capitalismo; especialmente nos países coloniais ou semicoloniais. Esses países ainda criam valor para o processo de produção que será absorvido nos centros imperialistas. Dessa forma, o capitalismo contemporâneo é a combinação em unidade dialética de 1) acumulação de capital em andamento no processo de produção capitalista; 2) acumulação primitiva de capital, fora do âmbito de processos de produção capitalistas; 3) determinação e limitação desse segundo item pelo primeiro – com a luta e competição entre eles. O capital tenta estender-se continuamente a novos domínios, converter setores de reprodução simples de mercadoria em esferas de produção capitalista, suplantando setores que produziam valores de uso.

No imperialismo, Mandel (1982) aponta duas condições fundamentais a serem cumpridas: 1) o modo de produção deve ser competitivo, no qual o preço de venda de um bem deve ser menor do que o preço de custo teria na esfera de produção simples ou familiar 2) deve ter disponibilidade de capital excedente cujo investimento produzirá taxa de lucro mais alta do que o investimento em domínios existentes (ao menos na margem). Quando essas duas condições não são realizadas completamente (ou são muito onerosas de serem realizadas), abre-se espaço para que os pequenos e médios capitais possam entrar e atuar e destroem relações nativas de produção antigas e, posteriormente, isso vai preparar o terreno para a entrada do grande capital. Assim, Mandel define que a economia capitalista mundial como um sistema articulado de produção capitalista, pré-capitalista e semicapitalista, ligadas pela troca e pelo mercado mundial.

Um dos argumentos de Mandel (1982) que divide os países na etapa imperialista entre os países imperialistas e dominados são as trocas desiguais. Essa relação de trocas desiguais dá origem aos países dependentes que realimentam sua própria dependência

ao reproduzir essas trocas desiguais. Mandel (1982, p. 40), descreve a formação da dependência dos países diante da atuação do imperialismo:

Com a exportação em massa de capital para os países subdesenvolvidos, para a organização, nessas áreas, da produção capitalista de matérias-primas, a diferença quantitativa na acumulação de capital e no nível de produtividade entre os países metropolitanos e os economicamente atrasados foi subitamente transformada numa diferença qualitativa. Esses países tomaram-se dependentes, além de atrasados. A dominação do capital estrangeiro sobre a acumulação de capital sufocou o processo de acumulação primitiva de capital, e a defasagem industrial em relação as áreas metropolitanas alargou-se regularmente. Além disso, como a produção de matérias-primas ainda era pré-industrial ou apenas rudimentarmente industrial, visto que os baixos custos da força de trabalho desestimulavam a constante modernização da maquinaria, essa defasagem industrial deu origem a um abismo crescente nos respectivos níveis de produtividade, que tanto expressava quanto perpetuava o real subdesenvolvimento.

Mandel (1982) categoriza essa relação de trocas desiguais como origem dos superlucros no capitalismo tardio, isto é, lucros acima da média obtidos pelos países imperialistas na transferência de valor dos países dominados. A origem das diferenças nas taxas de lucro nos países imperialistas e nas “colônias” podem ser resumidas, historicamente, em quatro pontos: 1) composição orgânica média do capital nas colônias que produzem matérias-primas, gêneros alimentícios, mineração é muito inferior ao das potências imperialistas; 2) taxa média de mais valia nas colônias é superior ao das potências imperialistas porque nesses países era possível explorar mais valia absoluta além dos limites das metrópoles; 3) presença de enorme exército industrial de reserva que permitiu que o valor da força de trabalho caísse ainda mais nas colônias; 4) os custos de infraestrutura capitalista nesses locais em geral foi constituído não com a mais valia da indústria, mas com impostos sobre as formas pré-capitalistas (camponeses, proprietários de terra, artesãos e etc.).

O que podemos concluir, portanto, é que no imperialismo clássico a forma dominante de drenagem de valor, para Mandel (1982), é uma categoria próxima à superexploração do trabalho dos marxistas dependentistas. No imperialismo clássico, essas relações foram importantes porque as diferenças de taxas de lucro impunham a transferência de valor enquanto desaceleravam a acumulação de capital interna nas colônias – o valor era drenado pelas metrópoles imperialistas. Entretanto, no capitalismo tardio, isto é, depois da Segunda Guerra, Mandel (1982) aponta que esse tipo de drenagem de valor foi substituído pelas trocas desiguais, que no imperialismo

clássico eram secundárias. A superexploração não deixou de existir, mas deixou de ser a força motriz do imperialismo.

Mandel (1982) aponta que as trocas desiguais são troca de menos trabalho por mais trabalho, um escoamento para fora de valor e capital dos países dominados em benefício da Europa ocidental. As trocas desiguais são motivadas pelo fato de os países imperialistas possuírem composição orgânica do capital superior e ao fato de não haver equalização mundial da taxa de lucro.

O crescimento do modo de produção capitalista conduz ao desequilíbrio – a expansão do capital para novas esferas de produção é ditada pela diferença no nível de lucros, isto é, precisa haver: excesso de capital, uma relativa imobilidade de capital e limites relativos para igualização de diferentes taxas de lucro estabelecidas pelo monopólio. O processo de crescimento real do modo de produção capitalista não é acompanhado pela equalização das taxas de lucro. Como não existe um nivelamento mundial das taxas de lucro para Mandel e como os trabalhadores dos países imperialistas produzem, isso implica que: “No modo de produção capitalista, condições desiguais de desenvolvimento determinam tamanhos diferentes de mercados internos e ritmos irregulares de acumulação de capital.” (Mandel, 1982 p. 249).

Mandel (1982) aponta cinco formas de obtenção de superlucros pelos capitalistas: 1) Quando a composição orgânica de um capital específico é menor do que a média social e, simultaneamente, a estrutura ou as instituições sociais impedem a equalização das taxas dos lucros. Esse capitalista individual possui mais capital variável e, portanto, produz uma massa maior de mais valia e poderá se apropriar dela, uma vez que, não será distribuída para os outros capitalistas. De maneira geral, essa é a fonte dos superlucros dos monopólios; 2) Composição orgânica se encontra acima da média social – um capital pode explorar vantagem de produtividade em um setor e apropriar-se da parcela da mais valia produzida pelas outras firmas; 3) Pressionando o preço da força de trabalho abaixo do nível do valor social, ou abaixo do nível médio social – nesse caso a mercadoria é produzida em um país com valor da força de trabalho inferior ao país onde é vendida; 4) Pressionando o preço do capital constante e seus componentes a um nível abaixo da média social – isso só é possível para as matérias-primas e não para o capital constante fixo; 5) Acelerando a reprodução do capital circulante (e portanto do capital variável) – o tempo de circulação do capital é menor do que a média social sem que haja generalização a médio prazo desse capital.

O que Mandel (1982) está descrevendo, portanto, são formas de obtenção de mais valia extraordinária diante da concorrência capitalista, isto é, formas de obter mais valia produzida por outras firmas ou de se reduzir o valor da força de trabalho com aumento da exploração. Essas são as formas de obtenção dos superlucros capitalistas – é importante notar que essas formas não participam do nivelamento da taxa de lucro média a curto prazo.

No imperialismo clássico, a constituição dos monopólios protegeu as formas de superlucros. Nesse período, os capitais monopolistas encontraram esgotamento do espaço de expansão da exploração no interior dos países imperialistas, como exército industrial de reserva formado, fraqueza sindical, uso da produção agrícola para expansão industrial, abundância de áreas de investimento e etc. Esse esgotamento obrigou os capitais, já ociosos nos países imperialistas, a buscarem países onde a composição orgânica média do capital era muito inferior às dos países imperialistas, onde o preço da força de trabalho era inferior, onde havia vasta capacidade de produção de matérias-primas.

Quando houve um esgotamento da partilha do mundo, os capitais precisaram encontrar formas de recuperar a acumulação de capital. No capitalismo tardio, Mandel (1982) aponta que os seguintes fenômenos ajudaram a recompor as taxas de lucro e recuperar a acumulação capitalista em um novo ciclo de crescimento: as derrotas da classe trabalhadora, diante do fascismo e a guerra; os investimentos permanentes armamentistas e as inovações militares; a mecanização generalizada da economia, isto é, não apenas o Departamento I era produzido industrialmente, agora todo o Departamento II, inclusive na produção de matérias-primas e alimentos, era feito por máquinas.

Mandel (1982) caracteriza que no capitalismo tardio houve uma equalização da produtividade média, o que contraditoriamente reduz diferenças internacionais e, assim, os superlucros deixam de vir de diferencial internacional de produtividade, e passam a vir de diferenciais entre setores – no período anterior ainda havia possibilidade de expansão colonial. Por outro lado, há um aumento da pressão por uma corrida tecnológica que impõe uma superprodução latente de meios de produção, ou seja, do Departamento I.

Outro ponto importante do capitalismo tardio é o aumento expressivo das multinacionais, essa se tornou a nova forma organizativa da economia internacional. Os

monopólios nacionais deixam de ser a centralidade para se reorganizarem como multinacionais que concorrem por mercados, por exploração de mais valia e por matérias-primas. As multinacionais nesse período concentram a acumulação dos superlucros com expansão para mercado mundial para que esses lucros sejam realizados no menor tempo de rotação de capital possível. Por sua vez, a concentração de capital continua nos países mais avançados, o que faz com que a força de trabalho tente se deslocar para esses centros.

Um terceiro aspecto crucial do capitalismo tardio é a expansão do setor de serviços, ou a grande penetração do capital nesses setores, como aponta Mandel (1982). Com a mecanização agrícola, há a substituição de trabalhadores por máquinas: “a agricultura é jogada no redemoinho da inovação acelerada e do menor tempo de giro do capital fixo despedindo na máquina agrícola.” (Mandel, 1982 p. 267). O rápido crescimento da produtividade agrícola e o aumento lento desse consumo levou a queda dos preços dos produtos agrícolas. Houve uma queda na renda do pequeno agricultor e uma separação via divisão do trabalho entre as formas e ferramentas de produção no campo e o produtor em si, o que tornou indispensável a expansão de um setor intermediário para absorver essa mão de obra – de comércio, transporte, capital financeiro e etc.

Essa super industrialização crescente força o capital a reduzir o valor individual das mercadorias – o que exige produção e venda em massa delas e estimula necessidades de consumo sempre novas na população; ao mesmo tempo em que os esforços centrais do capital continuam sendo a redução dos salários com sua manutenção abaixo do necessário do consumo dessas novas necessidades.

Se para Mandel o neoliberalismo está menos presente enquanto categoria de período capitalista, substituído pelo capitalismo tardio, para Smith (2016) o neoliberalismo é central para sua análise. Em primeiro lugar, esse período é marcado pela maior restrição à mobilidade dos trabalhadores – os trabalhadores do Sul Global não têm livre mobilidade para se deslocarem para regiões de melhores salários, o que impõe a inércia de sua condição e que reproduz o capitalismo imperialista nesse período.

Para embasar suas elaborações, Smith (2016), relembra que a teoria marxista traz consigo a possibilidade de níveis de exploração diferentes nas regiões, isto é, não existe a necessidade de uma equalização global da exploração da força de trabalho;

especialmente se consideramos o imobilismo dessa mão de obra. Além disso, ainda existe a possibilidade de remuneração dessa mão de obra abaixo do valor em países mais pobres. Não é condição necessária para o capitalismo que a exploração da força de trabalho se realize através da remuneração abaixo do valor, a exploração existe apesar do trabalhador ser remunerado de acordo com sua força de trabalho, mas há a possibilidade de remunerar esse trabalhador abaixo do valor – e essa é a característica da superexploração do trabalho nos países do Sul Global.

Para Smith (2016) o central da análise imperialista moderna está nas relações de exploração dos países do Norte com relação aos países do Sul, uma exploração em que há uma transferência de valor para alimentar o capitalismo e sua reprodução nos países centrais. Essa relação é perceptível em Mandel, mas esse está menos preocupado em elaborar uma teoria do valor que englobe as relações imperialistas.

Na década de 1970, Smith (2016), assim como Mandel (1982), aponta que o poder das transnacionais aumentaram muito sobre os países de baixos salários ao mesmo tempo que houve crescente dependência da mais valia extraída dos trabalhadores desses países. Esse novo tipo de organização das firmas na produção capitalista responde por 80% do comércio global: “As corporações transnacionais, a maioria das quais sediadas em países imperialistas e propriedade de capitalistas residentes nesses países, são os motores supremos da globalização da produção.” (Smith, 2016 pp. 49-50, tradução própria⁷).

Para Smith a interpretação da teoria do valor e, portanto, do capitalismo contemporâneo está intimamente ligada à forma como esse valor é produzido e acumulado internacionalmente. Para isso, como vimos no capítulo anterior, Smith (2016) anota duas formas de terceirização do trabalho dos países do Norte para o Sul: o IED e o *Arm's-Length*. Quando se discute o período neoliberal, Smith (2016 p. 98, tradução própria⁸) observou que:

⁷ Transnational corporations, the majority of which are headquartered in imperialist countries and owned by capitalists resident in those countries, are the supreme drivers of the globalization of production.

⁸ the transition to neoliberalism was marked by an astonishing increase in Southern manufactured exports, with major but much slower growth in MVa, signifying that more and more of the value of the South's exports are made up of imported inputs. The consequence, that “developing countries have greatly expanded their share of global manufacturers' exports while seeing their share of global value added in manufacturing rise by proportionally much less,” dashed hopes that export-oriented manufacturing provides the path to prosperity.

a transição para o neoliberalismo foi marcada por um aumento surpreendente nas exportações de produtos manufaturados do Sul, com um crescimento importante, mas muito mais lento, em MVA ^[9], significando que cada vez mais o valor das exportações do Sul é composto por insumos importados. A consequência de que “os países em desenvolvimento expandiram enormemente a sua quota nas exportações globais de manufaturados, ao mesmo tempo que viram a sua quota de valor agregado global na indústria aumentar proporcionalmente muito menos” frustrou as esperanças de que a indústria transformadora orientada para a exportação proporcionasse o caminho para a prosperidade.

Em outras palavras, Smith (2016) observou que houve um deslocamento industrial para o Sul, mas apenas para montagem dos produtos industriais de ponta produzidos ainda no Norte – isto é, uma terceirização que utiliza a mão de obra barata do Sul. Isso responde à motivação das próprias economias avançadas buscarem o Sul para terceirizar sua produção. Para Smith, a resposta para isso não está no comércio internacional ou em vantagens comparativas, mas na produção internacional. No valor criado pela superexploração dos trabalhadores em países de baixos salários e na forma como as nações imperialistas capturam esse valor com suas firmas, Estado e consumidores.

Smith (2016) reconhece que o baixo custo da força de trabalho não é o único fator que favorece a terceirização, outros elementos redutores de custos como terra e recursos energéticos também influenciam a decisão dos capitalistas de levar a produção para o Sul. Entretanto, a exploração de uma força de trabalho mal remunerada constitui o principal estímulo para essa movimentação, especialmente das transnacionais no período neoliberal.

Smith (2016) aponta que a oposição Norte-Sul molda a classe trabalhadora global, através da repressão violenta a mobilidade internacional, negação sistemática a cidadania e a direitos humanos – condições necessárias para manutenção da superexploração. Em outro lado, a dinâmica desse processo de formação de classe revela exploração através de três dimensões distintas: peso relativo do trabalho assalariado em relação ao autoemprego, emprego formal em relação ao emprego na economia informal e questões de gênero na exploração de mulheres. O acesso a saúde, educação, alimentação, transporte, moradia, previdência e etc., que fazem parte do valor da força de trabalho especialmente em países imperialistas, nos quais houve conquistas

⁹ Manufacturing value added (MVA) é uma estimativa da United Nations Industrial Development Organization que calcula a produção líquida das unidades industriais de um país com a soma da produção e a subtração do consumo intermediário.

das lutas sociais (lideradas por sindicatos), que obriga as classes dominantes a fazerem concessões e evita que se unam a luta revolucionária, são menos observados no Sul.

Os determinantes locais e especialmente nacionais continuam a predominar sobre a dimensão global, mas os desejos e necessidades dos trabalhadores estão a ser transformados a um ritmo acelerado por uma maior interação econômica, política, social e cultural através das fronteiras de todos os tipos. O acesso a cuidados de saúde, educação, alimentação nutritiva, transporte, abrigo e rendimentos de reforma fazem parte do valor da força de trabalho nos países imperialistas – mas estas concessões, forçadas das classes dominantes imperialistas por poderosos movimentos sociais liderados por sindicatos, tinham a intenção consciente de pacificar os trabalhadores e impedi-los de se ligarem às lutas revolucionárias nas nações oprimidas. São, portanto, fruto de lutas revolucionárias no exterior, tanto quanto da luta de classes no interior do país. [...] uma parte significativa das receitas utilizadas pelos Estados nos países imperialistas para custear os custos do salário social derivava de trabalhadores superexplorados em nações oprimidas. O acesso à saúde, à educação, etc., foi alcançado, até certo ponto, nos países imperialistas, mas a luta por um salário digno suficiente para satisfazer estas necessidades básicas é internacional; onde estes direitos básicos foram conquistados, só poderão ser defendidos generalizando-os, em primeiro lugar para os trabalhadores migrantes (Smith, 2016 pp. 197-198, tradução própria¹⁰).

Como apontado na seção anterior, em Marx (2013) o valor da força de trabalho não é um mínimo para sua sobrevivência, mas também depende de fatores da luta de classes, culturais, sociais e etc. Smith (2016, p.197, tradução própria¹¹) identifica isso em sua análise:

¹⁰ No original: The local and especially national determinants of this continues to predominate over the global dimension, yet workers' desires and needs are being transformed at an accelerating pace by heightened economic, political, social and cultural interaction across borders of all kinds. access to health care, education, nutritious food, transport, shelter, and retirement income are part of the value of labor-power in imperialist countries—but these concessions, forced from the imperialist ruling classes by powerful trade union-led social movements, were consciously intended to pacify workers and prevent them from linking up with revolutionary struggles in oppressed nations. They are thus the fruit of revolutionary struggles abroad as much as of class struggle at home. [...] a significant part of the revenues used by states in imperialist countries to defray the costs of the social wage derives from super-exploited workers in oppressed nations. Access to health, education, etc., has been achieved, to a degree, in imperialist countries, but the fight for a living wage sufficient to provide for these basic needs is international; where these basic rights have been won they can only be defended by generalizing them, in the first place to migrant workers.

¹¹ exploitation, surplus-value, the real wage—all of these hinge on and are deducible from the concept of the value of labor-power, for which we need much more than a pat definition. labor-power itself is a commodity, indeed this is the defining feature of capitalism. as we have seen, its value is the combined value of the commodities consumed by the worker and her/his family. This basket of goods, what is in it and what workers think should be in it, is the product of a complex process of social evolution and class struggle, and can be thought of as comprising two elements: the minimum quantity of values needed to allow the subsistence of the worker and her/his family, and what Marx called the historical and moral element of the value of labor-power.

A exploração, a mais-valia, o salário real – todos estes dependem e são dedutíveis do conceito de valor da força de trabalho, para o qual precisamos de muito mais do que uma definição adequada. A própria força de trabalho é uma mercadoria; na verdade, esta é a característica definidora do capitalismo. Como vimos, o seu valor é o valor combinado das mercadorias consumidas pelo trabalhador e pela sua família. Esta cesta de bens, o que contém e o que os trabalhadores pensam que deveria conter, é produto de um processo complexo de evolução social e de luta de classes, e pode ser pensada como compreendendo dois elementos: a quantidade mínima de valores necessários para permitir a subsistência do trabalhador e de sua família, e o que Marx chamou de elemento histórico e moral do valor da força de trabalho.

Por esse caminho que a superexploração no Sul pode ser processada, é possível pagar baixos salários comparados com o Norte e, inclusive, remunerar parte significativa dessa força de trabalho abaixo do seu valor, através da repressão à sua reprodução cultural, social, reprimindo seus direitos conquistados através da luta de classes.

A mensuração desses efeitos nem sempre é clara, segundo Smith (2016), os dados de salários costumam afixar-se em trabalho formal, além disso governos costumam maquiar os dados; outro problema é a diferença cambial, uma vez que para as transnacionais o que importa é a redução de custos salariais em dólar e, se converter tudo em dólar, a cesta de consumo pode não representar o país em si. Como apontamos na primeira seção desse capítulo, Smith (2016) tece críticas à metodologia da Paridade de Poder de Compra para esse tipo de análise. Ciente desse problema, o autor apresenta a Tabela 1:

Tabela 1 - Salários por Hora, Trabalhadores da Produção Têxtil, 2008

	Salário por hora em dólares	Proporção entre o salário dos EUA e o salário nacional (Forex)	Salário por hora em dólares em PPC	Proporção entre o salário dos EUA e o salário nacional (PPC)
Bangladesh	0,31	56,2	1,08	16,2
Paquistão	0,56	31,1	2,21	7,9
Vietnã	0,57	30,5	1,92	9,1
Indonésia	0,83	21	2,72	6,4
Índia	0,85	20,5	3,12	5,6
Egito	1,12	15,5	4,98	3,5
China (Interior)	1,44	12,1	3,14	5,6
Malásia	1,57	11,1	3,56	4,9
Tailândia	1,8	9,7	5,13	3,4
Bulgária	1,85	9,4	3,79	4,6

China Costa	1,88	9,3	4,09	4,3
Tunísia	2,12	8,2	4,84	3,6
México	2,17	8	3,24	5,4
Colômbia	2,45	7,1	4,58	3,8
Peru	2,45	7,1	5,07	3,4
África do Sul	2,58	6,7	5,29	3,3
Marrocos	2,89	6	5,94	2,9
Brasil	3,41	5,1	5,07	3,4
Turquia	4,27	4,1	6,24	2,8
Lituânia	4,28	4,1	5,95	2,9
Argentina	4,48	3,9	6,75	2,6
Polônia	4,81	3,6	6,24	2,8
Coreia do Sul	6,31	2,8	8,85	2
Taiwan	7,89	2,2	8,66	2
Portugal	9,45	1,8	9,94	1,8
Israel	11,31	1,5	10,49	1,7
EUA	17,41	1	17,41	1
RU	17,7	1	14,79	1,2
Espanha	18,39	0,9	17,43	1
Itália	22,31	0,8	19,31	0,9
Alemanha	25,42	0,7	21,38	0,8
França	30,39	0,6	23,52	0,7
Japão	30,81	0,6	27,25	0,6

Fonte: Smith (2016, p. 161).

Na Tabela 1, Smith (2016) traz dados dos trabalhadores da indústria têxtil, pela farta disponibilidade, e generaliza com apontamento de que isso pode ser expandido para os setores industriais como um todo. É possível analisar a discrepância salarial entre trabalhadores do Norte e do Sul na indústria têxtil que, nos EUA, paga cerca de metade da média salarial da indústria segundo Smith (2016). Essa imagem da disparidade salarial de 2008 apresentou tendência de aumento nos anos subsequentes.

Global Wage Trends for Apparel Workers, um relatório do Worker Rights Consortium, que concluiu que “na última década [...] a produção de vestuário na maioria dos principais países exportadores de vestuário proporcionou retornos decrescentes aos seus trabalhadores. Pesquisa realizada [...] em 15 dos principais países exportadores de vestuário do mundo descobriram que, entre 2001 e 2011, os salários dos trabalhadores do setor do vestuário na maioria destes países caíram em termos reais (Smith, 2016 p. 158, tradução própria¹²).

¹² No original: Global Wage Trends for Apparel Workers, a report by the worker rights Consortium, which found that “over the past decade [...] apparel manufacturing in most leading garment-exporting nations has delivered diminishing returns for its workers. research conducted [...] on 15 of the world’s

Smith (2016) aponta, ainda, que no neoliberalismo, tanto no Norte como no Sul, a parcela dos salários na renda tem diminuído - e esse declínio se acelerou pós-2000 e diminuiu mais rapidamente no Sul que no Norte. Além disso, a desigualdade salarial cresce no Norte e mais ainda no Sul, o que obscurece que salários baixos e médios estão estagnados ou em queda. Na proporção da divisão da participação do salário na renda nacional a queda é marcante no neoliberalismo tanto no Norte quanto no Sul.

Essa mudança na parcela do trabalho na renda na era neoliberal reflete mudança no balanço de força das classes no período, Smith (2016) caracteriza como uma contrarrevolução que matou os sindicatos, impulsionou informalidade e flexibilização do trabalho ao mesmo tempo que mobilizou forças armadas contra mobilidade internacional de trabalhadores.

Smith (2016) demonstra que a participação do trabalho na renda cai, mas também aponta que está sendo distribuída de forma mais desigual. Em outras palavras, a diferença salarial entre nações no neoliberalismo aumentou e essa diferença é notória ainda que se exclua supersalários de alguns grupos de trabalhadores. Além disso, enquanto os salários de trabalhadores qualificados subiram, os salários dos trabalhadores de pouca qualificação caíram, estagnaram ou cresceram pouco; e esse problema é maior em países com PIB per capita menor, isto é, é maior no Sul Global.

Enquanto economistas burgueses apontam que a tecnologia que reduziu demanda por mão de obra o que a tornou mais barata; Smith (2016) defende que a globalização também teve importante papel e não só tecnologia: a intensificação da concorrência usou-se de baixos salários em mercados intensivos em mão de obra para moderação salarial. O avanço tecnológico é poupador de mão de obra e facilita integração de mercados com fragmentação da produção e transferência de polos produtivos para vários lugares do mundo.

Se o enfoque todo de Smith (2016) é no objetivo último das transnacionais de reduzir custos salariais em dólar, e se há uma substituição de trabalhadores do Norte por trabalhadores do Sul com o deslocamento industrial, seria necessário desenvolver uma categoria de valor no interior do capitalismo imperialista e é neste ponto que Smith se

leading apparel-exporting countries found that between 2001 and 2011, wages for garment workers in the majority of these countries fell in real terms.”

aproxima de Mandel com o mesmo ponto base de partida: os marxistas da dependência latino-americanos.

Smith (2016) apresenta a categoria de arbitragem global do trabalho como uma tática de sobrevivência do capitalismo no período neoliberal. Na medida em que o capitalismo neoliberal removeu barreiras ao capital externo de ingressar nos países, derruba legislações, desprotege trabalhadores operários e demove camponeses de suas terras nos países do Sul, aumentou o espaço de superexploração na classe trabalhadora desses países (aumentou o *pool* global de trabalho); isso junto com o impedimento da livre migração aumenta o diferencial salarial Norte-Sul.

O que o FMI chama de acesso ao *pool* global de trabalho, outros apelidaram de arbitragem trabalhista global (às vezes arbitragem salarial global), cuja característica essencial, de acordo com Stephen Roach, o economista mais associado a este termo, é a substituição de “trabalhadores com altos salários aqui por trabalhadores de qualidade semelhante e com baixos salários no estrangeiro.” Roach, então economista sênior da Morgan Stanley responsável pelas suas operações na Ásia, argumentou que “uma confluência única e poderosa de três megatendências está impulsionando a arbitragem global”. Estas são “a maturação das plataformas de terceirização *offshore*... baseada em conectividade... e os novos imperativos do controle de custos.” Destes, o controle de custos – pelo qual Roach significa salários – é o mais importante, “o catalisador que dá vida à arbitragem laboral global” (Smith, 2016 p. 189, tradução própria¹³).

Na disputa pela redução dos salários, o excesso de oferta de mão de obra reduz o poder de barganha dos trabalhadores do Norte na medida em que se incorpora superexploração do Sul. Nos países do Sul, como Índia e China, os salários representam apenas 10 a 20% daqueles pagos nos Estados Unidos para trabalhadores da mesma qualificação. Essa é, para Smith (2016), a principal motivação do *Offshoring*, isto é, da transferência da atividade produtiva para outro país: uma redução salarial significativa, uma vez que, enquanto nos EUA se paga 21 dólares a hora de trabalho, na China paga-se 64 centavos pelo mesmo trabalhador. Essa é a Arbitragem Global De Trabalho. A

¹³ No original: what the IMF calls accessing the global labor pool others have dubbed global labor arbitrage (sometimes global wage arbitrage), whose essential feature, according to Stephen roach, the economist most associated with this term, is the substitution of “high-wage workers here with like-quality, low-wage workers abroad.” roach, then a senior economist at Morgan Stanley responsible for its asian operations, argued that “a unique and powerful confluence of three mega-trends is driving the global arbitrage.” These are “the maturation of offshore outsourcing platforms . . . e-based connectivity . . . [and] the new imperatives of cost control.” of these, cost control—by which roach means wages—is the most important, “the catalyst that brings the global labor arbitrage to life.”

mão de obra barata não é o único fator que move multinacionais para o Sul, mas é central porque é nela que há a geração de valor.

Como salienta Anwar Shaikh, “a mão-de-obra barata não é a única fonte de atração para o investimento estrangeiro. Tudo mais constante, matérias-primas baratas, um bom clima e uma boa localização [...] também são importantes [...]. Mas estes fatores são específicos apenas de determinados ramos; o trabalho assalariado barato, por outro lado, é uma característica social geral dos países capitalistas subdesenvolvidos, cujas implicações se estendem a todas as áreas de produção, mesmo aquelas que ainda não foram criadas.” Isto realça a diferença qualitativa entre trabalho e outros custos de produção: o custo da força de trabalho e o valor do seu produto fazem parte de uma relação social, uma relação entre pessoas e entre classes, em contraste com outros fatores como o clima e a disponibilidade de matérias-primas. O custo do trabalho vivo é central não só porque constitui uma parte importante dos custos totais de produção, mas também, e especialmente, porque o trabalho vivo é a fonte de todo o valor. (Smith, 2016 p. 193, tradução própria¹⁴).

Então, o que motiva as empresas das economias avançadas a buscarem a terceirização da produção, ou de parte dela, em economias em desenvolvimento não é o comércio internacional, mas a própria produção internacional. Smith (2016) propõe uma teoria que explique como o valor é criado pela superexploração dos trabalhadores em países de baixos salários e como as nações imperialistas capturam esse valor com suas firmas, Estado e consumidores.

Smith (2016) busca a origem dessas motivações na crítica ao modelo de comércio internacional das vantagens comparativas ricardianas (e no mais elaborado modelo Heckscher–Ohlin) que apontam que o comércio internacional se desenvolve com especialização produtiva e maximização de recursos, além da hipótese de equilíbrio global de oferta e demanda (o que inclui equalização de salários) – nesse caso cada país recebe justamente o que produz e não há exploração mundial.

Smith (2016) observa nas trocas desiguais de Prebisch a explicação da queda dos preços agrícolas mundiais diante dos preços industriais. Há uma volatilidade maior nos

¹⁴ No original: as Anwar Shaikh points out, “Cheap labor is not the only source of attraction for foreign investment. other things being equal, cheap raw materials, a good climate, and a good location ... are also importante ... But these factors are specific to certain branches only; cheap wage-labor, on the other hand, is a general social characteristic of underdeveloped capitalist countries, one whose implications extend to all areas of production, even those yet to be created.” This highlights the qualitative difference between labor and other costs of production: the cost of labor power and the value of its product are part of a social relation, a relation between people and between classes, in contrast to other factors such as climate and availability of raw materials. The cost of living labor is central not only because it forms a major share of total production costs but also, and especially, because living labor is the source of all value.

preços das matérias-primas do que nos manufaturados. Para desenvolver o capitalismo era preciso abandonar a dependência da produção primária e substituí-la pela indústria moderna, o que só poderia se realizar se a indústria nacional fosse protegida. Prebisch defende a intervenção do Estado, mas assume que o único desenvolvimento possível era o desenvolvimento do capitalismo. Essa perspectiva aponta para interesses burgueses locais que buscariam enriquecer se tornando os principais agentes da mudança e do progresso.

Este argumentou que há uma tendência a longo prazo para os exportadores de produtos primários sofrerem a deterioração dos termos de comércio com os países ricos exportadores de produtos manufaturados, e que isso reduz severamente ou cancela completamente os benefícios da vantagem comparativa para os países exportadores de produtos primários, perpetuando o seu subdesenvolvimento e aumentando o fosso em relação aos países desenvolvidos. Este fato muito contestado, mas agora bem estabelecido, fornece uma base empírica incontestável para teorias de trocas desiguais, um componente central da teoria da dependência (Smith, 2016 p. 208-209, tradução própria¹⁵).

Smith (2016) aponta que os debates dos marxistas da dependência foram atropelados na esquerda pela influência stalinista e maoísta que cortaram os dependentistas dos debates centrais. A teoria marxista da dependência foi uma primeira tentativa de elaboração de lei do valor diante dos impérios formados no século XX.

O debate nas décadas de 1960 e 1970 desencadeado pela ascensão da teoria da dependência, que procurava explicar a persistência da exploração imperialista após o dismantelamento dos impérios territoriais, foi a primeira e última tentativa sustentada de fundamentar a teoria do imperialismo na teoria do valor de Marx, uma das razões pelas quais continua a ser um ponto de referência crucial para o estudo contemporâneo do imperialismo. (Smith, 2016 p. 206, tradução própria¹⁶).

Smith (2016) aponta que a teoria da dependência teve problemas no período que emergiu na década de 1970: no início do neoliberalismo, nações como Coreia do Sul,

¹⁵ No original: This argued that there is a long-run tendency for primary commodity exporters to suffer deteriorating terms of trade with manufactured goods-exporting rich nations, and that this severely reduces or cancels altogether the benefits of comparative advantage for primary commodity-exporting countries, perpetuating their underdevelopment and widening the gap with developed countries. This much-disputed but now well-established fact provides an unassailable empirical basis for theories of unequal exchange, a core component of dependency theory.

¹⁶ No original: The debate in the 1960s and 1970s sparked by the rise of dependency theory, which sought to explain the persistence of imperialist exploitation following the dismantling of territorial empires, was the first and last sustained attempt to found the theory of imperialism on Marx's theory of value, one reason why it remains a crucial reference point for contemporary study of imperialism.

Taiwan e Cingapura estavam em decolagem industrial o que contraria suas ideias de que a industrialização do Sul Global é barrada pela dominação imperialista. Apesar desses problemas, algumas de suas contribuições são fundamentais para Smith como as questões de superexploração global das nações do Sul pelas nações do Norte. Os países do Sul mantiveram-se como neocolônias, isto é, independentes formalmente, mas ainda subjugados pelo Norte.

Quanto às posições críticas de outros grupos marxistas, descritos na seção anterior, Smith (2016) aponta que os marxistas europeus, em geral, consideram que não há superexploração internacional e que nos países mais desenvolvidos os salários são maiores, mas a exploração também é maior – dada a maior produtividade dos trabalhadores. Em outras palavras, como a tecnologia produtiva é maior, o aumento da mais valia relativa promove uma exploração maior no Norte do que no Sul, o que justifica a renda maior nos países desenvolvidos, inclusive os salários maiores.

Para Smith (2016), a exploração das economias dominadas pelo imperialismo via transferência de valor é a causa do próprio subdesenvolvimento desses países. Smith defende que a ideia de Arbitragem Global De Trabalho é mais importante do que qualquer outro conceito desenvolvido por heterodoxos, como as cadeias globais de valor, ou neomarxistas de "neoimperialismo" e o capitalismo transnacional. Na arbitragem o capitalismo encontrou formas de extrair mais valia das nações emergentes.

Para um dos autores marxistas da dependência, Samir Amin, renda significa qualquer lucro acima da média de lucros proveniente de algum tipo de monopólio, a renda é, portanto, uma violação da lei do valor porque representa um impedimento à livre concorrência e mercados eficientes. Amin (2010) propõe que a renda imperialista vem da dominação e implica violação sistemática da lei do valor. Smith (2016) propõe ao contrário, não é uma violação, mas quer construir uma categoria de capitalismo moderno imperialista que em seu estágio evoluiu para essa forma de lei do valor imperialista nova: “A abordagem aqui adotada, em contraste, é explicar o imperialismo capitalista moderno não como um afastamento da lei do valor, mas como uma etapa na sua evolução” (Smith, 2016, p. 206, tradução própria¹⁷).

Para simplificar a questão salarial global, Amin (2010) assume um valor da força de trabalho global em que todos os trabalhadores pagos abaixo desse são

¹⁷ No original: The approach adopted here, in contrast, is to explain modern capitalist imperialism not as a departure from the law of value but as a stage in its evolution.

superexplorados: “a força de trabalho tem apenas um valor único, aquele que está associado ao nível de desenvolvimento das forças produtivas tomadas globalmente” (Amin, 2010 p. 84, tradução própria¹⁸). Essa premissa de Amin gerou fortes críticas dos marxistas europeus que apontam que a ideia de valor global único da força de trabalho é idealista, dada as diferenças de produtividades dos países.

Smith (2016) argumenta que a teoria da superexploração não se baseia na suposição de um único valor da força de trabalho global, mas também questiona o fato de haverem tantos valores de força de trabalho quanto existem nações, uma vez que o diferencial do valor da força de trabalho nesse caso seria apenas uma taxa nacional de exploração superior à média global. Em qualquer sentido, as empresas transnacionais transferem suas produções de países com taxa de exploração menores para países com maiores taxas de exploração e então obtêm maiores lucros.

Além disso, a própria superexploração ajuda a financiar salários melhores no Norte:

Além disso, como revelou a análise no capítulo 1 das mercadorias globais icônicas, uma parte significativa das receitas utilizadas pelos Estados nos países imperialistas para custear os custos do salário social deriva de trabalhadores superexplorados em nações oprimidas (Smith, 2016 p. 198, tradução própria¹⁹).

Mas sua conclusão admite que essas lutas por melhores condições precisam unificar os trabalhadores do mundo e se estender aos migrantes. Enquanto Amin (2010) aponta que as principais lutas seriam entre a socialdemocracia dos imperialistas e as lutas de libertação nacional dos oprimidos do Sul; para Smith (2016) a classe trabalhadora nos países imperialistas são dominados pela hegemonia da ideologia do imperialismo, isto é, em geral eles se mantêm ao lado das burguesias nacionais e, como tem salários e melhores condições de vida, tornam-se difíceis de se disputar – condição que muda em períodos de crise.

Para Smith (2016), Amin quer destruir as relações entre trabalhadores e capitalistas nos países imperialistas, mas quer manter essa aliança nas nações oprimidas pelas lutas de libertação nacional, isto é, Amin defende a aliança entre trabalhadores,

¹⁸ No original: labor-power has but a single value, that which is associated with the level of development of the productive forces taken globally.

¹⁹ No original: what's more, as the analysis in chapter 1 of iconic global commodities revealed, a significant part of the revenues used by states in imperialist countries to defray the costs of the social wage derives from super-exploited workers in oppressed nations.

camponeses e setores da burguesia nacional contra o imperialismo. Smith (2016) por sua vez aponta que a maior luta da classe trabalhadora hoje é nos países do Sul, contra a burguesia dos países imperialistas que a superexploram e, portanto, marxistas e trabalhadores do Norte deveriam aderir a essa luta. Euromarxistas, por sua vez, são criticados por Smith por negarem que exista aliança entre trabalhadores do Norte e a burguesia imperialista, porque não entendem haver superexploração no Sul.

Nesse aspecto, Smith se aproxima de Marini nas compreensões da superexploração do trabalho do Sul. Para Smith (2016), Marini operacionalizou a lei do valor nos termos da dependência. Marini observou em Marx a mais valia absoluta e relativa – enquanto a mais valia absoluta aumenta jornada de trabalho e reduz consumo até limite físico humano, a mais valia relativa aumenta produtividade através da maquinaria. A mais valia relativa tornou-se usual no Norte para acabar com as limitações físicas impostas pela mais valia absoluta. No Sul, por sua vez, enquanto se produziu os alimentos para o Norte (e o Norte passava da exploração da mais valia absoluta para a relativa) impediu-se que o Sul obtivesse avanços produtivos de maquinaria e tecnologia (para mudar para o foco na mais valia relativa) porque uma parte de seu excedente era apropriado pelo Norte, devido à superexploração.

Para Smith (2016) compreender a economia capitalista global é compreender a centralidade da arbitragem laboral global; reconhecer que a superexploração é fundamental para isso; uma vez que isso gera enormes rendas imperialistas para as corporações multinacionais e para o capital no centro do sistema. O modo de produção capitalista desenvolve suas formas específicas de exploração – de mais valia absoluta ou relativa – de forma combinada no mundo imperialista.

A produção capitalista, ao desenvolver a produtividade da força de trabalho, não suprime, mas acentua, a maior exploração do trabalhador e, em segundo lugar, as formas de exploração capitalista são combinadas de diferentes maneiras em todo o sistema, gerando formações sociais distintas de acordo com qual destas formas predomina (Smith 2016, p. 217, tradução própria²⁰).

Nessa discussão, Smith (2016) reforça a superexploração do capital na relação Norte e Sul, enquanto os Euromarxistas negam essa relação e apontam que

²⁰ No original: Capitalist production, by developing the productivity of laborpower, does not suppress but accentuates the greater exploitation of the worker, and second, forms of capitalist exploitation are combined in different ways throughout the system as a whole, generating distinct social formations according to which of these forms predominates.

trabalhadores do Norte estão distantes das suas burguesias e sofrem mais exploração que no Sul, motivado pela alta produtividade. Enquanto em Mandel (1982), é nítido que o autor tentou unificar tanto Euromarxistas quanto as ideias de superexploração vindas dos teóricos da dependência, mas fica mais ao lado dos primeiros, quando enfraquece a importância da superexploração imperialista.

Finalmente, para concluir esta breve análise, consideremos os esforços do influente marxista belga Ernest Mandel para reconciliar a teoria da dependência com os seus críticos euro-marxistas. Na sua principal obra econômica, *Capitalismo Tardio*, Mandel reconhece a importância central do intercâmbio desigual para o imperialismo moderno: “Não há dúvida de que o volume total do excedente-lucro colonial diretamente produzido é hoje menos significativo como forma de exploração imperialista do Terceiro mundo do que a troca desigual”, e dedica um capítulo ao neocolonialismo e à troca desigual, no qual tenta alcançar uma síntese, uma teoria da troca desigual que não resulta de taxas mais elevadas de exploração em nações dependentes e semicoloniais. Logo no início do seu livro, Mandel reconhece que “surgem lucros excedentários [...] quando for possível forçar a descida do preço pago pela força de trabalho para um nível abaixo do seu valor social [...] ou, o que dá no mesmo, quando é possível comprar força de trabalho em países onde o seu valor (preço médio) é inferior ao seu valor (preço médio) no país onde as mercadorias são vendidas. (Smith, 2016 p. 221, tradução própria²¹).

Eis, então, a principal diferença entre as elaborações de Mandel e Smith, as ideias do primeiro de tentar unificar as hipóteses dos diferentes marxistas, que já é observável na sua multicausalidade das crises, tenta agregar todas as variáveis; mas acaba por reduzir a importância da superexploração e até nega-la no capitalismo recente. Smith (2016) por sua vez é bastante firme na sua posição de que o imperialismo é marcado pela superexploração.

Smith (2016) ressalva que Mandel ainda assim apontou algumas vezes que países subdesenvolvidos tinham mais valia mais baixa. Mas para ele, Mandel queria mostrar que as transferências de valor associadas à troca desigual resultam somente de

²¹ No original: Finally, to conclude this brief survey, let us consider the efforts of the influential Belgian Marxist Ernest Mandel to reconcile dependency theory with its euro-Marxist critics. In his major economic work, *Late Capitalism*, Mandel acknowledges the central importance of unequal exchange to modern imperialism: “There is no doubt that the total volume of directly produced colonial surplus-profit is today less significant as a form of imperialist exploitation of the Third world than unequal exchange,” and devotes a chapter to neo-colonialism and unequal exchange, in which he attempts to achieve a synthesis, a theory of unequal exchange that does not result from higher rates of exploitation in dependent, semi-colonial nations. Early on in his tome, Mandel acknowledges that “surplus-profits arise . . . when it is possible to force down the price paid for labor-power to a level below its social value . . . or what is the same thing, when it is possible to buy labor-power in countries where its value (average price) is lower than its value (average price) in the country where the commodities are sold.

diferenças na composição orgânica do capital, assim como diferentes ramos de produção dentro dos países. Para Mandel, a transferência ocorre entre empresas mais e menos produtivas como transferência de lucros. Smith (2016) aponta que Mandel reconhece e depois nega a prevalência da superexploração (coloca isso como base da troca desigual e depois descarta e define as trocas desiguais como consequência das diferenças de composição orgânica do capital).

Smith (2016), ao interpretar o imperialismo, argumenta que Marx não poderia analisar o capitalismo antes deste estar plenamente estabelecido pós revolução industrial. Também não se poderia esperar analisar todos os aspectos de um capitalismo universal antes que isso houvesse acontecido. Por sua vez, Lenin observa somente o nascimento do processo – quando o imperialismo e a pilhagem foram condições necessárias para ascensão do capitalismo inglês; quando havia violação da homogeneidade de proletários enquanto classe mundial (característica importante em Marx), e essa violação leva a desigualdade entre nações. Essas foram preocupações centrais na obra de Lenin e ressaltadas por Smith (2016).

Para Lenin a divisão de nações opressoras e oprimidas e a manutenção constante da guerra como natureza do capitalismo são traços centrais. Smith (2016) aponta que a teoria de Lenin fez o que era possível: reconheceu ascensão do capital financeiro, opressão e predação das nações fracas e militarismo. Lenin, entretanto, não viu como o valor é produzido em processos de produção globalizados porque o fenômeno só emerge em fase posterior do capitalismo, quando o imperialismo atinge uma maturidade. Os teóricos do imperialismo, destaca Smith (2016), se distanciam de Lenin.

Tornou-se comum dizer que o capitalismo entrou na fase monopolística e agora as leis de formação de preços devem ser abandonadas, portanto, nesse caso, o foco deve mudar para rivalidades domésticas e internacionais de monopólios gigantes. A própria lei do valor desaparece em meio a essas disputas entre países. Smith (2016) aponta que quando Lenin não teoriza sobre composição orgânica do capital e tendência a queda da taxa de lucro no imperialismo, trata-se de uma incompletude de sua obra.

Os monopólios de mercado são imperfeições nos mercados que geram preços de equilíbrio que não igualam taxa de lucro fazendo alguns capitalistas reivindicarem superlucros às custas de outros. Uma forma que o monopólio se manifesta é sobre técnicas de produção avançadas, o que também resulta em lucros acima da média para as empresas inovadoras. Essas formas são constantemente criadas e destruídas pela

competição, mas só podem ser chamadas de monopólios quando barreiras intransponíveis são levantadas no caminho de outros capitais. Outra forma de monopólio vem do tamanho enorme de investimentos de capital necessários para que novas empresas entrem em mercados de alta tecnologia (Smith, 2016).

Smith (2016) conclui que alguns pontos centrais emergem da categoria monopólio: 1) monopólio é categoria complexa e precisa ser definida de forma precisa para ter poder explicativo 2) distinguir inovação tecnológica do monopólio permite que a renda geral e a renda imperialista sejam vistas como fenômeno essencialmente distributivo – a forma como a mais valia é distribuída entre proprietários de capital – e remonta ao próprio processo de produção.

Smith (2016, p. 228, tradução própria²²) retoma a discussão do período de Lenin sobre o monopólio e o imperialismo:

Kautsky e outros líderes centristas não contestaram os fatos básicos apresentados por Lenin sobre a crescente dominação dos monopólios, do capital financeiro. Pelo contrário, negaram que estas tendências aumentassem a violência do capitalismo à escala mundial e criassem condições para a sua derrocada pelos trabalhadores liderados por uma vanguarda proletária. Na verdade, diziam os centristas, estas tendências promoveram as condições para o desenvolvimento de uma ordem estável, baseada numa convergência de interesses das maiores potências capitalistas, que transcenderia as contradições e os conflitos e poderia estabelecer as bases, ao longo do tempo, para a paz no mundo.

E continua sobre os marxistas posteriores:

A maioria das vertentes do marxismo ocidental, incluindo muitas que afirmam adesão ao legado de Lenin, desconsideraram a insistência de Lenin na centralidade econômica e política da divisão do mundo em nações oprimidas e opressoras, concentrando-se, em vez disso, no argumento de Lenin de que, na sua essência econômica, o imperialismo é capitalismo monopolista. (Smith, 2016 p. 228, tradução própria²³).

²² No original: Kautsky and other centrist leaders did not challenge the basic facts presented by Lenin about the growing domination of monopolies, of finance capital. rather, they denied that these tendencies increased the violence of capitalism on a world scale and created conditions for its overthrow by the toilers led by a proletarian vanguard. in fact, the centrists said, these trends fostered the conditions for the development of a stable order, based on a convergence of interests of the largest capitalist powers, that would transcend contradictions and conflicts and could lay the basis, over time, for peace on earth.

²³ No original: Most strands of western Marxism, including many claiming adherence to Lenin's legacy, have disregarded Lenin's insistence on the economic and political centrality of the division of the world

Smith (2016) aponta ainda que Lenin vê o monopólio como a concentração de capital em corporações gigantes, a fusão de capital financeiro e industrial e desses dois com o Estado. Entretanto, diferente de Lenin, Smith (2016) aponta que não há no capitalismo de hoje exportação de grande massa de capital para países explorados (ainda que haja IED), investimentos em carteira e capital de empréstimo. O importante, hoje, é o *Arm-Lenght* na exploração entre Norte e Sul em uma nova forma de organização produtiva: as transnacionais.

O que deve ser acrescentado é que a evolução do capitalismo, especialmente desde 1980, proporcionou às empresas transnacionais formas de capturar a mais-valia extraída dos trabalhadores em países de baixos salários sem terem de exportar o seu capital para esses países, razão pela qual a terceirização em regime de plena concorrência é agora uma fonte de lucros mais importante do que o IED, os investimentos de carteira e a dívida (os três componentes da exportação de capital). (Smith, 2016 p. 233, tradução própria²⁴).

A essência do imperialismo de Lenin, para Smith (2016), não é que a exploração no interior dos países imperialistas tenha cessado e que não haja mais classe trabalhadora nesses países, ainda que exista uma parcela aristocrática dos trabalhadores dos países imperialistas recebam muito mais do que produzem. A questão é que a massa de mais valia necessária para reproduzir a acumulação de capital supera muito a mais valia que pode ser extraída domesticamente. Isso obrigou os capitalistas imperialistas a exportar o capital para explorar trabalho em outros países.

Smith (2016) assume, a partir da teoria da dependência, que há transferência de valor dos países do Sul ao Norte e aponta que os críticos dos dependentistas até podem concordar que haja transferência de valor entre produtores com composição orgânica diferente de capital dentro do país, mas negam que haja qualquer coisa qualitativamente nova ou diferente quando esses produtores estão em outros países com níveis de desenvolvimento econômico e social muito diferentes. Entretanto, a equalização de salários na economia só poderia ser vista se houvesse mobilização livre do trabalho,

into oppressed and oppressor nations, dwelling instead on lenin's argument that in its economic essence imperialism is monopoly capitalism.

²⁴ No original: What must be added is that capitalism's evolution, especially since 1980, has provided TnCs with ways to capture surplus-value extracted from workers in low-wage countries without having to export their capital to those countries, which is why arm's-length outsourcing is now a more important source of profits than Fdi, portfolio investments, and debt (the three components of capital export).

para que os trabalhadores pudessem se vender ao maior lance. Internacionalmente isso é reduzido pelo controle de migração e pelo próprio racismo.

Um último ponto a ser abordado pelos estudos de Smith (2016) é o papel das crises do capital, especialmente a crise de 2008 do neoliberalismo e suas particularidades. Economistas burgueses focaram muito no aumento das finanças no peso do PIB e na economia real prejudicada por regulação frouxa, excesso de endividamento e tomada de risco imprudente. Para Smith (2016), isso deve ser visto como efeito colateral e não como causa, isto é, um efeito colateral da produção e, especialmente, da mudança desta para os baixos salários do Sul.

As baixas taxas de juro incentivaram as famílias e as empresas a contrair mais dívidas e, ao mesmo tempo, levaram os bancos e outros investidores privados a fazerem apostas mais arriscadas na sua procura de rendimento. As taxas de juros foram mantidas baixas em grande parte porque a China e outros países exportadores de manufaturados, compelidos pelo que Lawrence Summers chamou de “equilíbrio financeiro do terror”, reciclaram suas receitas de exportação para o governo dos EUA como empréstimos a uma taxa de juros real zero ou negativa – um Plano Marshall ao contrário, no qual os países pobres emprestam aos mais ricos o dinheiro de que necessitavam para comprar o produto das suas fábricas (Smith, 2016, p. 282, tradução própria²⁵).

As baixas de juros, baixa inflação e baixa volatilidade foram consideradas receita para crescimento sustentável. A inflação, para Smith (2016), também foi mantida baixa porque o preço dos bens intermediários e de consumo tiveram produção transferida para países de baixos salários.

Para Smith (2016), os analistas da crise vão por dois campos: ou observam como o colapso financeiro é apenas uma manifestação da crise de lucratividade iniciada nos anos 1970; ou observam a crise essencialmente pelo aumento da financeirização e da desregulação dos mercados financeiros nos últimos 25 anos – esse grupo de financeirização acabam enxergando a crise como motivada apenas pelo neoliberalismo (e defendem uma volta ao keynesianismo). Nem os marxistas identificaram causas da

²⁵ No original: Low interest rates encouraged households and corporations to take on more debt and at the same time pushed banks and other private investors to make riskier bets in their hunt for yield. interest rates were kept low in large measure because China and other manufactures-exporting countries, compelled by what Lawrence Summers called the “financial balance of terror,” recycled their export earnings to the u.S. government as loans at zero or negative real rate of interest—a Marshall Plan in reverse, in which poor countries lend the richest the money they needed to purchase the product of their factories.

crise de 2007, porque não observaram o aumento de fluxos de nações de salários baixos para as imperialistas durante o período neoliberal.

[...] nos leva a concluir que o peso crescente dos ativos financeiros e seus fluxos de receita associados no PIB, um fator-chave característico da financeirização, não é só efervescência, espuma e capital fictício, mas é, em grande medida, uma materialização da mais-valia extraída de trabalhadores superexplorados em países de baixos salários. Há uma conexão muito real, portanto, entre o crescimento vertiginoso da riqueza financeira dos “indivíduos de alto patrimônio líquido” do mundo ([...] aqueles com mais de US\$ 1 milhão em ativos financeiros), que passou de US\$ 32,8 trilhões em 2008 para US\$ 56,4 trilhões em 2014, um aumento de 72% em apenas seis anos, e o trabalho desumano e as condições de vida dos trabalhadores de Bangladesh e da China (Smith, 2016, p. 299, tradução própria²⁶).

Assim, para Smith (2016), o capital financeiro se entregou a alquimia usando débito para ampliar fluxos de lucro e inflar valor de ativos, despojado da realidade. Mas além de criar valor do nada o setor financeiro também captura valor criado em setores produtivos da economia, inclusive aqueles que capturou das economias de baixos salários.

Smith (2016) aponta que alguns economistas e Euromarxistas abordam os desequilíbrios globais da perspectiva que países com superávit estão "emprestando" poupança aos deficitários, como na relação China e EUA. Só o déficit dos EUA absorveu 60% do superávit dos países de rápido crescimento em 2006. Esse dado também é exposto nas elaborações teóricas de Panitch e Konings (2008). Smith (2016) aponta que isso também é sintoma da mudança produtiva.

Para Smith (2016), Panitch aponta corretamente uma crítica a discrepância da doutrina neoliberal que defende Estado mínimo interventor, mas ao mesmo tempo intervêm ativamente nos EUA. Quando se trata da relação da evolução das finanças e da transformação da produção, Panitch reconhece como o acesso a poupança global de Nova Iorque e Londres ficou dependente do excedente extraído de maiores taxas de exploração dos trabalhadores nos países emergentes; mas ignora aumento da

²⁶ No original: [...] leads us to conclude that the rising weight of financial assets and their associated revenue streams in GDP, a key characteristic of financialization, is not all fizz, froth, and fictitious capital but is to a significant extent a materialization of surplus-value extracted from superexploited workers in low-wage countries. There is a very real connection, therefore, between the vertiginous growth of the financial wealth of the world's “high net-worth individuals” ([...] those with more than \$1 million in financial assets), which has grown from \$32.8 trillion in 2008 to \$56.4 trillion in 2014, a 72 percent increase in just six years, and the inhuman work and living conditions of the Bangladeshi and Chinese workers.

dependência de transnacionais não financeiras sediadas no Norte desse valor extraído do Sul. Mesmo a China não escapa a essa relação:

Há muitos capitalistas na China, e o seu número e riqueza estão a aumentar rapidamente, e há de fato uma grande acumulação capitalista a ter lugar na China hoje, mas uma grande parte deste capital é acumulada pelas empresas transnacionais do Japão, pelos Estados Unidos, países Europeus e outras nações ricas – cujas subsidiárias estrangeiras produzem hoje cerca de metade das exportações chinesas, e também por empresas líderes como o Walmart e a Apple, cuja relação com os trabalhadores chineses é mediada através de fornecedores independentes como a Foxconn e a Huawei²⁷. apesar das suas árduas tentativas de alcançar o desenvolvimento, a China ainda se caracteriza pela dependência das exportações de bens de baixo valor acrescentado para as economias imperialistas ou, no caso das suas exportações de alta tecnologia, pela montagem de fatores de produção importados de baixo valor acrescentado (Smith, 2016, p. 296, tradução própria²⁸).

Nas elaborações sobre a crise do capitalismo, Smith (2016) estabelece uma relação entre financeirização e terceirização na definição das transformações da globalização neoliberal, contudo a raiz está não na finança, mas na produção. Por isso as reversões dos ciclos são dadas pela manutenção da superexploração. A terceirização ao Sul é impulsionada pelo desejo de mão de obra mais barata do Sul, através da redução dos salários abaixo do valor e da Arbitragem Global Do Trabalho. Essa terceirização ao Sul não se explica por um método de mais valia absoluta, ainda que no Sul se tenha jornadas de trabalho maiores, nem pela mais valia relativa, uma vez que, não é pelo aumento tecnológico; mas uma outra forma de aumentar a mais valia, além da absoluta ou da relativa, isto é, através da superexploração.

²⁷ Desde 2019 a Huawei vem enfrentando duras críticas dos governos imperialistas acusando-a de realizar atos de espionagem através de dados de mídias sociais e celulares. Em 2020, o governo do Reino Unido baniu a utilização de equipamentos com rede 5G produzidos pela empresa. Isso denota que alguns casos ainda há contradições no processo de disputa imperialista e que, ao menos na China, a ligação e subserviência ao capital internacional ainda é ponto de discussão.

²⁸ No original: There are many capitalists in China, and their number and wealth is rapidly increasing, and there is indeed a great deal of capitalist accumulation taking place in China today, but a large portion of this capital is being accumulated by the TNCs of Japan, the united States, and other rich nations— whose foreign subsidiaries today produce around half of Chinese exports, and also by lead firms like walmart and apple whose relationship to Chinese workers is mediated through independent suppliers like Foxconn and huawei. despite its strenuous attempts to attain development, China is still characterized by dependence on exports of low-value-added goods to the imperialist economies, or, in the case of its high-tech exports, lowvalue-added assembly of imported inputs.

5.3.1 Análise comparativa entre Smith e Mandel

Para fazer uma análise comparativa entre as construções teóricas dos autores, adotamos o método de Dugger e Sherman (1994), que faz uma análise comparativa das teorias de Veblen e os institucionalistas radicais contra Marx e os marxistas e, para isso, utiliza-se de cinco critérios avaliativos para analisar os paradigmas:

(1) Não relacionados: paradigmas que não tem relação um com o outro, suas ênfases não podem ser traduzidas para a linguagem do outro, possuem significados distintos e por isso a verdade ou inverdade de um não altera o outro. (2) Contradizeres: paradigmas que contradizem um ao outro, são como trens indo no mesmo trilho em direções opostas, irão se chocar. A verdade de um só pode significar a inverdade do outro. (3) Competem entre si: são como trens que apostam corrida entre si com o mesmo destino de chegada. Os termos que usam e as relações que enfatizam têm significados diferentes, mas seu objeto de estudo é semelhante, isto é, as coisas que querem explicar e os problemas que querem resolver são os mesmos. A verdade ou inverdade de um não necessariamente afeta o outro porque o significado de seus termos básicos é diferente. (4) Complementares: os termos básicos usados são os mesmos, a relação enfatizada, ou eles têm o mesmo significado ou podem ser traduzidos um no outro. A verdade ou inverdade de um afeta diretamente o outro. (5) Coincidentes: mesmo que se nomeiem diferentes tratam das mesmas coisas, isto é, mesmo que os problemas e as explicações oferecidas sejam nomeados de forma diferente, tem o mesmo significado (Strauss; Dathein, 2019 p.59)

Esses critérios podem ser resumidos em acordos teóricos – com as categorias de complementares e coincidentes – e descontinuidades teóricas – com as categorias de contradizeres e competem entre si – e aplicados a análise das categorias de Ernest Mandel e John Smith na apreciação do imperialismo enquanto etapa do capitalismo²⁹. Resumimos tais classificações conforme o Quadro 1, a seguir:

Quadro 1 - Análise Comparativa das categorias de Ernest Mandel e John Smith

Crises e ciclos do capital	Acordo parcial: ambos trabalham com ciclos longos e a pluricausalidade das crises Divergências: principal causa de reversão dos ciclos é diferente.
Estado: mudança de papel	Acordo complementar: ambos apontam o Estado como elemento de intervenção do imperialismo. A forma de intervenção do Estado em Mandel no capitalismo tardio - redução dos gastos sociais, é complementar com o neoliberalismo de Smith.
Imperialismo	Acordo coincidente: para ambos o imperialismo, enquanto estágio superior do capitalismo, ainda é ponto central de análise do capitalismo contemporâneo.

²⁹ Não é possível observar a categoria “não relacionados”, uma vez que ambos os autores partem de uma mesma base teórica.

Monopólios e Oligarquias Financeiras	Acordo coincidente: hipótese de formação dos monopólios está no leninismo e na formação de oligarquias financeiras que controlam o capital. Divergência: Mandel tenta argumentar que monopólios não substituem as leis do valor marxistas, mas recai na explicação dos monopólios ao tratar das trocas desiguais. Smith foca na produção e no pagamento de salários baixos.
Neoliberalismo	Acordo complementar: Mandel não tratou o neoliberalismo profundamente, mas sua categoria de capitalismo tardio não compete com a ideia de neoliberalismo utilizada por Smith, são complementares.
Produção e Serviços	Termos competem entre si: ambos reconhecem a necessidade de expansão do capital. Para Mandel a superindustrialização se expande para o setor de serviços, para encontrar espaço de valorização. Para Smith o foco do processo está na terceirização mundial e na busca por baixos salários, mesmo no setor de serviços no Sul Global. Não necessariamente um exclua a possibilidade do outro, mas os enfoques são diferentes.
Tecnologia e Produtividade	Divergência contradizente: para Mandel a tecnologia é determinante dos ciclos longos e a produtividade aponta as formas de exploração do capital. Para Smith a tecnologia e a produtividade não são os centrais, mas o pagamento de baixos salários e alta taxa de exploração.
Teoria da Dependência	Acordo parcial: ambos utilizam a Teoria Marxista da Dependência como um dos pontos de apoio das suas teorias, especialmente quanto a superexploração. Divergências: Mandel aponta que a superexploração, ainda que exista, não é o central para transferências de valor, mas as trocas desiguais. Em Smith a superexploração é o central.
Transnacionais	Acordo Coincidente: Para ambos as transnacionais se tornaram a forma organizativa do capitalismo na metade final do século XX.

Fonte: elaboração do autor.

Na questão das crises, Mandel e Smith apresentam convergências e divergências. Em Mandel há um foco grande para as crises e sua pluralidade causal, além de um estudo dos ciclos curtos e longos e como o capitalismo reverteu esses ciclos, com movimentos políticos, de exploração, de tentativa de acelerar o ciclo dos produtos com fortalecimento dos serviços. Smith por sua vez observa algumas dessas tendências no neoliberalismo. Para Smith as crises do capital também apresentam um elemento de ciclo longo, uma vez que examina que a crise do capitalismo iniciada em 2008 ainda está em curso, durará décadas e culminará em guerras e revoluções. Smith também apresenta alguma pluralidade para as saídas que o capital oferece para as crises: como austeridade do *laissez faire* ou a regulação keynesiana com aumento dos gastos pública. Contudo, a principal saída apresentada é sempre aumentar a exploração sobre os trabalhadores do Sul e se apropriar de parcela crescente do valor produzido nesses países às custas da miséria.

Para Mandel, o papel do Estado no capitalismo tardio serve para cumprir gastos em infraestrutura, dados a redução no tempo de rotação do capital fixo, a aceleração tecnológica e o aumento dos riscos nos grandes projetos de elevado custo. O Estado, no capitalismo tardio, mudou o papel – retira investimentos da saúde e da educação e

umenta os gastos militares e em infraestrutura. Isso está de acordo com as transformações no papel do Estado observadas por Smith e pelas elaborações marxistas sobre o neoliberalismo. Houve uma mudança significativa na composição dos gastos públicos diante de uma ofensiva contra o trabalhador – reduziram-se os gastos sociais. Cabe ressaltar que a principal obra de Mandel sobre o tema ainda investiga o capitalismo tardio no início da ascensão e não observa toda a desregulamentação e os gastos em nome do setor financeiro. Poderíamos considerar, portanto, um acordo complementar entre a obra de Mandel e Smith nesse ponto.

Os autores apresentam acordo de coincidentes na questão do imperialismo: suas elaborações mantém o imperialismo como etapa ou estágio superior do capitalismo, como na sua origem teórica leninista. É importante ressaltar que, Mandel apresenta uma nova categoria para o imperialismo pós-1945, o "capitalismo tardio", com características de um período imperialista maduro, que conquistou e dividiu as regiões do mundo em zonas de influência. Smith, por sua vez, adota a ótica do neoliberalismo para descrever o estágio do imperialismo pós-1970, com características de ofensiva do capital contra os trabalhadores que pressiona salários do Norte, e ainda mais os do Sul para tentar recompor taxas de lucro.

Nas formações dos monopólios e exploração, os autores apresentam acordo coincidente, exceto por um aspecto. Essas hipóteses têm origem no leninismo, na formação de monopólios no período imperialista e na integração de oligarquias financeiras que controlam o capital. Apesar disso, Mandel faz a ressalva de que o grupo de marxistas da *Monthly Review*, com Sweezy, focaram na formação de monopólios como substitutos das leis do valor de Marx, o que Mandel discordava. Smith, por sua vez, reconhece as mudanças no neoliberalismo da financeirização, mas aponta que o central da análise continua a ser a produção, inclusive para as crises econômicas - portanto, o quanto os países do Norte conseguem extrair do Sul em termos de valor. A ressalva que difere os autores nesse ponto é a crítica que Smith faz ao Mandel por recair sobre a ideia de monopólios para justificar concentração tecnológica do Norte e a exploração do Sul, através das trocas desiguais.

Os autores apresentam acordo complementar no neoliberalismo: Mandel não aborda a categoria em seus textos, tornou-se famoso pela categoria capitalismo tardio para compreender a etapa do capitalismo após a Segunda Guerra. Smith, por sua vez, utiliza a categoria neoliberalismo em toda a sua abordagem. Essa categoria não compete

com o capitalismo tardio, mas o complementa para uma etapa específica após as crises da década de 1970 que inserem um novo arcabouço dominante na economia e uma nova forma de ação dos Estados capitalistas.

Para Mandel, na etapa do capitalismo tardio há uma expansão do setor de serviços. Mandel observou que na fase expansionista do capitalismo tardio houve um aumento significativo da produtividade agrícola, o que gerou a intensificação da divisão do trabalho e uma maior demanda por setores intermediários que ligassem o comércio. Além disso, o capitalismo tardio constituiu uma industrialização generalizada da própria reprodução social – mecanização, especialização, padronização. As esferas da circulação e da agricultura estão tão industrializadas quanto a própria indústria. As novas massas de capital formadas nos últimos anos de capitalismo engendraram uma supercapitalização de forma que, para encontrar espaço de valorização, precisam penetrar em áreas não produtivas. Smith aponta que a produção mudou para uma forma de terceirização mundial – agora as produções não se concentram mais nos países imperialistas, mas buscam salários baixos de países do Sul através de *Arm Length* ou de investimento estrangeiro direto. Os países centrais, na análise de Smith apresentam hoje apenas as empresas sede, que fazem apenas o trabalho intelectual, serviços de marketing etc. A parte da produção é feita em outros países. Há ainda uma ressalva: com a evolução das tecnologias de comunicação e informação, a própria parte intelectual tem sido transferida para o Sul Global.

Nesse sentido, os autores têm uma visão distinta, que compete, mas não contraditória. Mandel aponta que, no capitalismo tardio, há a necessidade de o capital buscar outras formas de obtenção de lucros, dada a saturação da produção industrial e por isso há expansão do setor de serviços; Smith aponta que existe uma expansão do setor de serviços nos países imperialistas, ao longo do neoliberalismo, porque terceirizam a produção. E quanto mais ocorre essa expansão dos serviços, os setores improdutivos pressionam a queda nos lucros e isso pressiona para maior exploração dos setores produtivos.

A questão da tecnologia e produtividade é um ponto de descontinuidade do tipo que contradizem dos autores: para Mandel a tecnologia é determinante nos ciclos longos do capital e na forma como a produtividade vai ditar os termos da exploração do capital, inclusive na forma como os países se apropriam de valor externo. Para Smith a questão tecnológica não é o central da exploração imperialista nem a produtividade ditará os

termos internacionais dessa exploração. Essa exploração ocorre através da imposição do capital que remunera força de trabalho do Sul abaixo do seu valor. A exploração nesses locais é mais agressiva do que no Norte e isso se justifica porque parte do valor produzido no Sul é dirigido à acumulação no Norte. Nem Mandel, nem Smith descartam o papel da tecnologia e da produtividade ou da remuneração baixa dos trabalhadores dos países dominados, a questão está naquilo que seria o mais importante para explicar os movimentos do capital contemporâneo.

Na questão da Teoria da Dependência, Mandel e Smith apresentam pontos convergentes e de discontinuidades teóricas. Apesar de considerar as bases da teoria marxista da dependência com relação à superexploração dos trabalhadores dos países dominados pelo imperialismo, Mandel aponta que essa superexploração deixou de ser determinante, quando tentou criar uma ponte teórica entre os dependentistas e os Euromarxistas (que discordam da categoria superexploração do trabalho e apontam que os trabalhadores dos países imperialistas são mais explorados por serem mais produtivos). Por sua vez, Smith aponta que é justamente a superexploração do trabalho a categoria central do capitalismo imperialista no neoliberalismo do século XXI. É na exploração especialmente do tipo *Arm's-Lenght* que o capitalismo consegue reproduzir-se nos países imperialistas, com a extração de valor do Sul Global.

Na questão da formação de transnacionais, os autores apresentam acordo de coincidentes: para eles as transnacionais tomaram uma nova forma organizativa produtiva do capitalismo na metade final do século XX. Para ambos as firmas transnacionais rompem com os limites fronteiriços para explorar trabalhadores em outras regiões do planeta e hoje compõem a principal organização do capital.

Tanto Smith quanto Mandel partem de uma análise marxista e leninista da exploração da mais valia no modo de produção capitalista, com todas as leis gerais de acumulação descritas por Marx e do imperialismo. Ambos apresentam críticas ao marxismo oficial, isto é, o marxismo desenvolvido pelos Partidos Comunistas, ligados ao stalinismo.

Mandel, ao procurar sempre assumir uma pluralidade de causas das crises, dos ciclos longos, tenta em alguns casos conciliar categorias que não podem ser conciliadas. Mandel tenta desenvolver uma ponte entre os dependentistas latino americanos e os Euromarxistas e coloca em segundo plano a extração de valor nos países do Sul, quando

aponta que a superexploração outrora importante agora não tem mais o mesmo impacto na acumulação capitalista nos países imperialistas.

Smith, por sua vez, se volta mais para o período do neoliberalismo e como este atuou no imperialismo. Existe ao mesmo tempo um impacto nas transformações políticas que modificaram o papel dos Estados nacionais e internacionais. Entretanto, o central continua a ser a superexploração, a Arbitragem Global do Trabalho, a terceirização – especialmente via *Arm's Length* – que significam, em outros termos, que a etapa imperialista do capitalismo continua a se conservar e a se reproduzir mediante a exploração do Sul pelos países imperialistas do Norte.

Essa perspectiva para Smith foi abandonada em outras inúmeras correntes marxistas. Um abandono da categoria imperialismo e uma tentativa de regresso ao estudo das leis puras de acumulação capitalista sem a integração mundial. O neoliberalismo, por sua vez, aprofunda, para Smith, esse processo de exploração nacional e internacionalmente na medida em que representa uma ofensiva contra o trabalhador.

Durante a era da globalização neoliberal, as forças econômicas espontâneas, as políticas de “ajustamento estrutural” do Banco Mundial ditadas pelas potências imperialistas e a ofensiva mundial anti-laboral dos empregadores estimularam um processo de informalização da economia formal, exemplificado pela disseminação de contratos temporários. e, de um modo mais geral, pela elevada insegurança e precariedade do trabalho. Há provas contundentes de que “o auto-emprego, os mercados de trabalho ocasionais e a subcontratação, em vez dos contratos sindicais, parecem ser uma característica definidora das tendências econômicas recentes”, contradizendo a previsão de Rostow, Lewis e outros de que a marcha do progresso veria a diminuição constante da economia informal e a sua absorção pela economia formal (Smith, 2016 p. 119, tradução própria³⁰).

Esse processo tem similaridades com as análises de capitalismo tardio de Mandel, que também reforça a etapa imperialista do capital e aponta que a forma de transnacionais, economia de serviços e a tentativa de reprodução acelerada do capital

³⁰ No original: During the era of neoliberal globalization spontaneous economic forces, world Bank “structural adjustment” policies dictated by the imperialist powers, and the employers’ worldwide anti-labor offensive have spurred a process of informalization of the formal economy, exemplified by the spread of temporary contracts and more generally by labor’s heightened insecurity and precarity. There is overwhelming evidence that “self-employment, casual labor markets, and subcontracting rather than union contracts appear to be a defining characteristic of recent economic trends,”⁶⁵ contradicting the prediction of rostow, lewis, and others that the march of progress would see the steady diminution of the informal economy and its absorption into the formal economy.

demonstram o desgaste da etapa imperialista, ou seja, atingiu seu período de maturidade.

As classificações do estudo das etapas históricas pelas quais o capitalismo mundial passou está presente em ambos os autores, com alguns enfoques diferentes e complementares. Smith resgata o desgaste das políticas keynesianas de capitalismo regulado e sua substituição por um liberalismo que modifica a atuação Estatal e do capitalismo em uma ofensiva contra os trabalhadores, aumento da exploração e redução da parcela do trabalho na renda. E aponta que esse processo foi muito mais brutal no Sul. Para Mandel, a saída no capitalismo tardio para o aprofundamento das contradições típicas de uma fase de senilidade do imperialismo foi o aprofundamento da supercapitalização da economia (na agricultura e nos setores improdutivos) e, ao mesmo tempo, extração de valor internacional; através das trocas desiguais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No profundo estudo de Marx sobre o modo de produção capitalista, foi elaborada uma crítica muito significativa para o estudo da Economia Política de sua época. O sentido dado à sua crítica, na apreciação dialética da construção da totalidade, representou uma ruptura profunda com aqueles economistas que gostariam de traçar uma verdade absoluta e ahistórica para o comportamento econômico humano. Muitos marxistas posteriores, entretanto, utilizam a leitura de Marx para tentar traçar uma teoria geral da história marxista sem considerar os pormenores da conjuntura específica.

Os teóricos marxistas do imperialismo clássico rejeitam essa ideia e procuram observar, nos elementos da materialidade de sua época, quais as transformações que o capitalismo sofreu e como isso impactou qualitativamente o modo de produção. Revisitar a categoria do imperialismo é fundamental para compreender o momento histórico atual e pensar: como as categorias internas que definem o imperialismo foram modificadas desde o século XIX, e se, em essência, essas transformações refletem uma nova etapa do capitalismo atual.

Assim, é impensável considerar que o capitalismo não sofreu transições, rupturas, deformações, reformas, isto é, enquanto modo de produção insere-se no contexto histórico humano. Quando esses autores qualificam a etapa do capitalismo, querem dar destaque para essas modificações e apresentar como elas impactam o modo de produção, sem perder de vista sua essência na lei do valor de Marx.

Depois de passar pela etapa de gênese, com organizações pequenas e manufaturas, sediadas nas próprias fronteiras nacionais, e de constituir, posteriormente a grande indústria, o capital com tendência à concentração precisava expandir-se, explorar regiões ainda com formas de produção pré-capitalistas, extrair mais valia extraordinária desses locais, em sua espiral de acumulação expansiva e de reprodução ampliada. Rosa Luxemburgo observou que o capitalismo precisava expandir-se para além das fronteiras nacionais ou não conseguiria reproduzir-se nesses moldes.

Hilferding, utilizando a base marxista, compreendeu que, nos processos de concentração e centralização de capital, uma nova forma de capital se estruturava – as oligarquias financeiras, que tornavam indistinguível o capital industrial do bancário, unidos para controlar toda a produção. Lenin observou que na necessidade de expandir o capital a partilha do mundo seria violenta com os países dominados que, no capitalismo não escapariam a essa dominação, e a própria concorrência dos blocos imperialistas geraria uma disputa de guerras interminável.

Essas categorias descobertas no período do imperialismo clássico ainda permanecem atuais. Entretanto, se observamos as transformações ocorridas após as Guerras Mundiais e a nova configuração na distribuição dos blocos notamos que a economia capitalista se centrou nos Estados Unidos como hegemonia e ainda em potências imperialistas da Europa (além do Japão) como potências imperialistas, que obtém valor da exploração de países estrangeiros.

Para compreender a lógica dessa exploração, os autores da Teoria Marxista da Dependência, consideraram haver transferência de valor dos países dominados em direção às potências imperialistas. A forma dessa transferência era através da superexploração do trabalho, isto é, nos países dominados os baixos salários vêm da remuneração da força de trabalho abaixo do valor, o que quer dizer que a força de trabalho nesses países se reproduz sob condições mais próximas às básicas de subsistência: uma luta de classes enfraquecida, poucos direitos trabalhistas, baixo suprimento de necessidades culturais, alta exploração da mais valia absoluta com expansão e intensificação da jornada de trabalho.

É nesse cenário que esse trabalho discute as concepções de dois autores, Ernest Mandel e John Smith, e como eles observam essas questões do imperialismo atual. A primeira questão que se levanta é a própria nomenclatura: para Mandel, o estágio pós-guerra até os dias atuais do capitalismo é o capitalismo tardio – uma fase de senilidade do imperialismo, que apresenta seu crescimento (dentro da teoria das ondas longas) entre 1940 e o final da década de 1960; a partir de então observamos o declínio dessa etapa. Nesse aspecto Mandel sofre com a própria factualidade póstuma, já que seu falecimento em 1995 o impediu de observar mais de 50 anos desse “declínio”.

Smith, por sua vez, pôde contemplar as políticas neoliberais, que nasceram na década de 1970, ascenderem e dominarem a acumulação capitalista nas décadas de 1990 e 2000; inclusive o declínio na crise de 2008. Mandel não apreciou profundamente o

neoliberalismo em seus trabalhos, apresentou apenas algumas ideias iniciais sobre o tema. Smith, por sua vez, utilizou-se largamente das categorias mais difundidas da literatura marxista (para expor suas conclusões sobre o imperialismo atual): 1) as transformações no papel do Estado no período; 2) a ofensiva contra a classe trabalhadora; 3) a financeirização da economia; 4) a globalização, com a internacionalização do capital.

É importante destacar que tanto Smith quanto Mandel apresentam características que se aproximam na apreciação do atual estágio imperialista do capitalismo. Para ambos o imperialismo definido por Lenin sofreu transformações ao longo do Século XX, mas continua central para analisar o capitalismo atual. A exploração dos países dominados pelos imperialistas e a perpetuação da violenta concorrência na acumulação de capital impôs uma configuração de poder, agora centrada nos Estados Unidos, que preservou essa polarização e manteve a transferência de valor dos países dominados em direção aos países imperialistas. Além disso, aprofundaram-se as oligarquias financeiras – agora sob a forma de multinacionais que dirigem essa acumulação de capital.

Portanto, enumeram-se as seguintes ideias complementares ou coincidentes nas abordagens dos autores: 1) as empresas transnacionais são a forma de organização do capital no imperialismo atual; 2) na interpretação das crises e ciclos longos, ambos trazem para a análise a ideia de extensão cíclica das ondas, ainda que Smith não se aprofunde sobre o tema; 3) na questão dos monopólios, ambos interpretam que as oligarquias financeiras e a concentração dos monopólios dominaram a dinâmica do capital, mas existem ressalvas: para Mandel esses monopólios vão motivar, consideravelmente, as desigualdades entre países pela trocas desiguais, enquanto Smith aborda o tema pela superexploração; 4) nas categorias do Neoliberalismo, Smith se aprofunda de forma mais intensa, mas Mandel não apresenta conflito com tais hipóteses, ainda que não seja central em suas principais obras, o autor apresentou concordância com as transformações neoliberais; 5) ambos partem de uma base marxista e leninista e concluem que a etapa do imperialismo não foi encerrada, diferente dos Euromarxistas que negam a exploração entre países e a transferência de valor, os dois autores pensam que o imperialismo é uma categoria fundamental para compreender a dinâmica capitalista contemporânea.

Nas discontinuidades podemos observar duas questões latentes, que são centrais na análise de Smith: a teoria da dependência e como os autores exploram a ideia de

tecnologia e produtividade. Smith adota as ideias de superexploração do trabalho da Teoria Marxista da Dependência, de pagamento de salários abaixo do valor da força de trabalho nos países do Sul Global, em sua hipótese de Arbitragem Global do Trabalho. Mandel, entretanto, utiliza a ideia de superexploração apenas para analisar o imperialismo clássico; no capitalismo tardio, essa categoria perde importância para explicar a acumulação capitalista dos países imperialistas e as trocas desiguais ganham notoriedade. Na interpretação de Mandel, os países imperialistas absorvem valor dos dominados através da troca de mais trabalho por menos trabalho, na qual os países imperialistas, com o domínio tecnológico e produtivo, conseguem impor essa relação de desigualdade para as economias dominadas. Em Smith, por sua vez, os países imperialistas procuram países com baixos salários para manter a acumulação, e transferem seu setor produtivo para explorar a mão de obra desses países.

As ideias de Smith se afastam mais de uma conciliação com o Euromarxismo ao se aproximarem da Teoria Marxista da Dependência e reforçam o papel do pagamento de baixos salários nos países dominados para transferir valor para a acumulação dos países do Norte. As tentativas conciliatórias de Mandel nas mais diversas teorias marxistas o levaram a uma interessante interpretação de pluricausalidade dos movimentos do capital (especialmente os movimentos das ondas longas), mas também perdem enfoque nos fatores mais determinantes das leis do capital e do valor no imperialismo. Mandel tenta conciliar-se com os Euromarxistas e apontar um contraditório caminho de produtividade e monopólios para explicar como se processam as trocas desiguais, enquanto fator determinante nas relações do imperialismo contemporâneo.

Algumas questões ainda são pendentes no pensamento de Smith que podem ser levantadas, inclusive em trabalhos futuros, como o papel da China nas relações imperialistas globais. Para Smith resume-se a um país do Sul Global, cujas empresas estão diretamente vinculadas e dominadas pelo capital internacional. No caso brasileiro e latino americano essa relação fica mais clara: as burguesias nacionais se aliam ao capital estrangeiro e se submetem a ele. No caso da China há uma relação contraditória, na qual o capital chinês por vezes sofre com disputas e sanções para ingressar nos países imperialistas, e isso tem se intensificado nos últimos anos.

Enquanto proposta inicial, as ideias da Arbitragem Global do Trabalho mostram elementos interessantes para construir uma lei do valor em meio ao imperialismo, que

faltou ao pensamento de Marx. Apresentam-se argumentos sobre o comportamento de setores industriais buscarem baixos salários pagos nos países do Sul Global, através das altas taxas de mais valia e da transferência de valor. Com isso, Smith tenta explicar algo que as teorias Euromarxistas procuram evitar: as desigualdades entre os países imperialistas e dominados, isto é, qual a origem de tamanha acumulação nos países do Norte? Isso poderia ser justificado apenas por diferenciais de produtividade? Por que os países do Sul, apesar de apresentarem crescimento, jamais se aproximaram da competição com o capital dos países do Norte, a despeito de todo o possível desenvolvimento desigual e combinado? Para Smith isso se justifica pela superexploração e os baixos salários, a impossibilidade de migração da mão de obra do Sul para o Norte e, ainda, a imobilidade entre os países do Norte e do Sul nas relações imperialistas de dominação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. R. M. de. **Globalização: a nova retórica do velho imperialismo** (Uma abordagem do imperialismo dos séculos XX/XXI). 2009. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

AMIN, S. O imperialismo, passado e presente. **Tempo [online]**, v. 9, n. 18, pp. 77-123, 2005.

AMIN, S. **The Law of Worldwide Value**. Nova Iorque: Monthly Review Press, 2010.

ANTUNES, J. Os esquemas de reprodução de Marx e a crítica não-dialética de Rosa Luxemburg. **Veritas**, Porto Alegre, v. 57, n. 1 jan./abr., 2012.

ANTUNES, R. The New Service Proletariat. **Monthly Review-An Independent Socialist Magazine**, [S.l.] v. 69, pp. 01-07, 2018.

BARAN, P. A. **A Economia Política do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.

BARAN, P. A.; SWEEZY, P. M. **Capitalismo Monopolista: Ensaio Sobre a Ordem Econômica e Social Americana**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966.

BOITO JUNIOR, A.; MARCELINO, P. R. P. . O sindicalismo deixou a crise para trás? Um novo ciclo de greves na década de 2000. **Cadernos CRH**, Salvador, v. n59, p. 323-338, 2010.

BORGES NETO, J. M. Ruy Mauro Marini: dependência e intercâmbio desigual. **Crítica Marxista**, Campinas, n.33, p.83-104, 2011.

BORÓN, A. **“Empire” and Imperialism**. London: Zed, 2005.

BRAGA, J. C. et. al. For a political economy of financialization: theory and evidence. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 26, Número Especial, pp. 829-856, dez. 2017.

BUKHARIN, N. I. **A Economia Mundial e o Imperialismo**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

CAMPOS, F. A. de; SABADINI, M. de S. Hilferding e o nexos imperialista entre capital financeiro e exportação de capital. **Econômica (Niterói)**, Niterói, v. 20, p. 135-158, 2018.

CARCHEDI, G. **Frontiers of political economy**. London: Verso, 1991.

- CARCHEDI, G.; ROBERTS, M. The Economics of Modern Imperialism. **Historical Materialism**, [S.l.], v. 29, n. 4, pp. 23–69, 2021.
- CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**: Ensaio de Interpretação Sociológica. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1975.
- CHESNAIS, F. (Ed.). **A finança mundializada**: raízes sociais e políticas, consequências. São Paulo: Boitempo. 2005.
- CONNER, K. A historical comparison of resource-based theory and five schools of thought within industrial organization economics: do we have a new theory of the firm? **Journal of Management**, v. 17, n. 1, pp. 121-154, 1991.
- COSTA, M. S. O sistema de relações de trabalho no Brasil: alguns traços históricos e sua precarização atual. **RBCS**, Viçosa, v. 20, n. 59, outubro 2005.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DIAS, C. M. N. P. **Trabalho produtivo e trabalho improdutivo**: de Marx à polêmica marxista (Napoleoni, Rubin e Mandel). 2006. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- DUGGER, W. M; SHERMAN, H. J. Comparison of Marxism and Institutionalism. **Journal of Economic Issues**, [S.l.], v. 28, n. 1, p. 101-127, mar. 1994.
- DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. **A Crise do Neoliberalismo**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- ELIAS, A. La Ofensiva del Capital Impulsa el Libre Comercio en América del Sur. *In*: PUELLO-SOCORRÁS, J. F. et al. **Neoliberalismo en América Latina. Crisis, Tendencias y Alternativas**. Asunción: CLACSO, 2015.
- EMMANUEL, A. El Intercambio Desigual. *In*: AMIN, S., et al. **Imperialismo y comercio internacional: el intercambio desigual**. Ciudad de Mexico: Siglo Veintiuno Editores, 1990.
- FERNANDES, F. **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento**. 5 ed. São Paulo: Global, 2008.
- FERNANDES, L. E. Imperialismo Tardio: notas sobre o seu debate recente. **Revista Fim do Mundo**, Marília, n. 6, set/dez 2021.
- FERNANDES, Luís. **URSS Ascensão e Queda**. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1991.
- FINE, B.; SAAD FILHO, A. Thirteen Things You Need to Know About Neoliberalism. **Critical Sociology**, [S.l.], v. 43, n.4-5, p. 685–706, 2017.
- FOSTER, J. B. Late Imperialism. **Monthly Review**, New York, v. 71, n. 3, July/August, 2019.

FOSTER, J. B. The New Imperialism of Globalized Monopoly-Finance Capital: An Introduction. **Monthly Review**, New York, v. 67, n. 03 (July-August), 2015.

FRANCO, D. S.; FERRAZ, D. L. da S. Uberização do trabalho e acumulação capitalista. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 17, Edição Especial, Rio de Janeiro, Nov, 2019.

GARVY, G. Kondratieff's Theory of Long Cycles. **The Review of Economics and Statistics**, [S.l.], v. 25, n. 4, 1943.

GERRATANA, V. Estado socialista e capitalismo de Estado. In: BERTELLI, A. R. (org.). **A Nova Política Econômica (NEP): Capitalismo de Estado, Transição e Socialismo**. São Paulo: Global, 1987.

GUERRERO, D. **Competitividad: teoría y política**. Barcelona: Ariel, 1995.

HARVEY, D. **Os Limites do Capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

HILFERDING, R. **O Capital Financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HOBSON, J. A. **Imperialism: A Study**. Nova Iorque: Cosimo Classics, 2005.

HUNT, E. K. **Property And Prophets: The Evolution of Economic Institutions and Ideologies**. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2016.

KALECKI, M. The Marxian equations of reproduction and modern economics. **Social Science Information**, [S.l.], v. 7, n. 6, 1968.

KONDRATIEFF, N. D.; STOLPER, W. F. The Long Waves in Economic Life. **The Review of Economics and Statistics**, [S.l.], v. 17, n. 6 Nov., 1935.

KOTZ, D. M. **The Rise and Fall of Neoliberal Capitalism**. Cambridge: Harvard University Press, 2015.

LAPAVITSAS, C.; MENDIETA-MUÑOZ, I. The Profits of Financialization. **Monthly Review**, New York, v. 68, n. 03 (July-August), 2016.

LEITE, L. M. O canal mais oculto do imperialismo: breve genealogia da categoria da troca desigual a partir das formulações pioneiras sobre o tema. **Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2019**. Disponível em: <https://www.niepmarx.blog.br/MManteriores/MM2019/Trabalhos%20aprovados/MC11/MC113.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2022.

LENIN, V. I. **O Imperialismo, Etapa Superior Do Capitalismo**. Campinas: Navegando Publicações, 2011.

LENIN, V. I. **O Que Fazer? Questões cadentes do nosso movimento**. São Paulo: Editora Boitempo, 2020.

LENIN, V. I. **Obras escogidas en doce tomos**. Tomo VII. Moscou: Editorial Progreso, 1975.

LENIN, V. I. Sobre o imposto em espécie – o significado da Nova Política Econômica e suas condições. *In*: BERTELLI, A. R. (org.). **A Nova Política Econômica (NEP): Capitalismo de Estado, Transição e Socialismo**. São Paulo: Global, 1987.

LUXEMBURGO, R. **A Acumulação do Capital: Estudo sobre a Interpretação Econômica do Imperialismo**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

LUXEMBURGO, R. **Crítica de las Críticas La acumulación del capital o en qué han Convertido los epígonos la teoría de Marx**. Madrid: Omegalfa, 2021.

LUXEMBURGO, R. Questões de organização da social-democracia russa. *In*: LUXEMBURGO, R. **Textos Escolhidos**. v. 1, São Paulo: Editora Unesp, 2011.

MAGDOFF, H. **A Era do imperialismo: a economia norte-americana**. São Paulo: Editora Hucitec, 1978.

MAGDOFF, H. **The Age of Imperialism**. Nova Iorque e Londres: Modern Reader Paperbacks, 1969.

MAGNANI, L. A. C. **Ciclos ou Ondas Longas? O Tratamento das Flutuações de Temporalidade Longa em Kondratieff, Schumpeter E Mandel**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, 2018.

MANDEL, E **A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista**. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1990.

MANDEL, E The International Debate on Long Waves of Capitalist Development: An Intermediary Balance Sheet. *In*: KLEINKNECHT, A.; MANDEL, E.; WALLERSTEIN, I. **New Findings In Long-Wave Research**. Nova Iorque: St. Martin's Press, 1992.

MANDEL, E. "El capital": cien años de controversias en torno de la obra de Karl Marx. México: EpubLibre, 1976.

MANDEL, E. In Defence of Socialist Planning. **New Left Review**, [S.l.], n.159, September-October, pp. 5-37, 1986.

MANDEL, E. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MANDEL, E. Socialism or Neoliberalism?. **Bulletin in Defense of Marxism**, Nova Iorque, n. 105, April, 1993.

MANDEL, E. The Driving Forces of Imperialism in Our Era. *In*: CHOMSKY, N. et al. **Spheres of influence in the age of imperialism**. Russel Press: Nottingham, 1972.

MARINI, R. M. **Dialética da Dependência**. *In*: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P.

- (orgs.) Ruy Mauro Marini: Vida e Obra, Editora Expressão Popular, 2005.
- MARIUTTI, E. B. Para além do economicismo: a acumulação de capital na perspectiva de Rosa Luxemburgo. **Revista Novos Rumos**, Marília, v. 56, p. 1-23, 2019.
- MARX, K. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- MARX, K. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Livro 3. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Livro 2. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MARX, K. **Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico**. v. 1, 2a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987.
- MAZZUCATTO, M. **O Estado Empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado**. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.
- MELLO FILHO, M. S. B. de. Teorias sobre as Etapas do Capitalismo: Elementos para uma Síntese. **ECONOMIA ENSAIOS**, v. 35, p. 154-189, 2020.
- MIGLIOLI, J. **Acumulação de capital e demanda efetiva**. São Paulo: Hucitec, 2004.
- PALLUDETTO, A. W. A.; ANDRADE, R. P. Teorias Econômicas Marxistas e a Grande Recessão. **Revista De Economia Política (Online)**, v. 37, p. 527-550, 2017.
- PANITCH, L.; KONINGS, M. **American Empire and the Political Economy of Global Finance**. Londres: Palgrave Macmillan, 2008.
- PATNAIK, U.; PATNAIK, P. **A Theory of Imperialism**. New York: Columbia Press, 2017.
- PAULANI, L. M. A Predatory System. **Monthly Review**, v. 69, p. 50, 2018.
- PAULANI, L. M. **Brasil Delivery: Servidão Financeira e Estado de Emergência Econômico**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.
- PLYS, K. World Systemic and Kondratieff Cycles. **Yale Journal of Sociology**, v. 9, 2012.
- PRADO, E. F. S. Pós-Grande Indústria e Neoliberalismo. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 25, p. 11-27, 2005b.

- PRADO, E. F. S. Uma nova fase do capitalismo ou um novo modo de produção capitalista. **Outubro (São Paulo)**, São Paulo, v. 13, n.1, p. 47-57, 2005a.
- PUELLO-SOCARRÁS, J. F. Neoliberalismo, Antineoliberalismo, Nuevo Neoliberalismo. Episodios y Trayectorias Económico-Políticas Suramericanas (1973-2015). *In:* PUELLO-SOCORRÁS, J. F. et al. **Neoliberalismo en América Latina. Crisis, Tendencias y Alternativas**. Asunción: CLACSO, 2015.
- RODRIGUES, L. Transferência de Valor e Desenvolvimento Desigual: uma Análise Comparada. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 35, n. especial, p. 155-183, jul. 2017.
- SAAD FILHO, A. The Rise and Decline of Latin American Structuralism and Dependency Theory. *In:* Jomo, Kwame Sundaram and Reinert, Erik S, (eds.), **The Origins of Development Economics: How Schools of Economic Thought Have Addressed Development**. London: Zed Books and New Delhi: Tulika Books, 2005.
- SAAD-FILHO, A. Neoliberalismo: Uma análise marxista. **Marx e o Marxismo** Rio de Janeiro, v.3, n.4, jan/jun 2015.
- SANTOS, T. dos. **Imperialismo y dependencia**. Cidade do México: ERA, 2011.
- SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
- SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1997.
- SERRA, José; CARDOSO, Fernando Henrique. “Desventuras da dialética da dependência”, **Estudos Cebrap**, São Paulo, n.23, 1979.
- SHAIKH, A. M.; TONAK, E. A. **Measuring the Wealth of Nations: The Political Economy of National Accounts**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- SHAIKH, A. Valor, **acumulacion y crisis: ensayos de economía política**. Bogotá (Colombia): Tercer Mundo Editores, 1990.
- SILVA, A. de A. **O capitalismo tardio e sua crise: Estudo das interpretações de Ernest Mandel e Jürgen Habermas**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2012.
- SMITH, J. **Imperialism & the Globalisation of Production**. 2010. Tese (Doutorado) - University of Sheffield, South Yorkshire, Inglaterra, 2010.
- SMITH, J. **Imperialism in the Twenty-First Century: Globalization, Super-Exploitation, and Capitalism’s Final Crisis**. Nova Iorque: Monthly Review Press, 2016.

STRAUSS, D.; DATHEIN, R. Institucionalismo Radical e o pensamento marxiano: uma análise comparativa de seus paradigmas com base em William Dugger. **Revista OIKOS**, Rio de Janeiro, Volume 18, n. 3, 2019.

SWEEZY, P. M. **Teoria do desenvolvimento capitalista**: princípios de economia política marxista. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SZMRECSÁNYI, T. Apresentação. *In*: BARAN, P. A. **A Economia Política do Desenvolvimento**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

TARASCIO, V. J. Kondratieff's Theory of Long Cycles. **Atlantic Economic Journal**, [S.l.], v. 16, n. 4, dez. 1988.

TEIXEIRA, A. Capitalismo monopolista de Estado: um ponto de vista crítico. **Revista de economia política**. São Paulo, v. 3, n. 4, 1983.

TROTSKY, L. **História da Revolução Russa**. São Paulo: Sundermann, 2007.

VACLAVIK, M.; SASTRE, C.; OLTRAMARI, A. Trabalho e Emprego: tensionando conceitos. *In*: ENCONTRO NACIONAL ABET, 16., 2019, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: ABET, 2019.